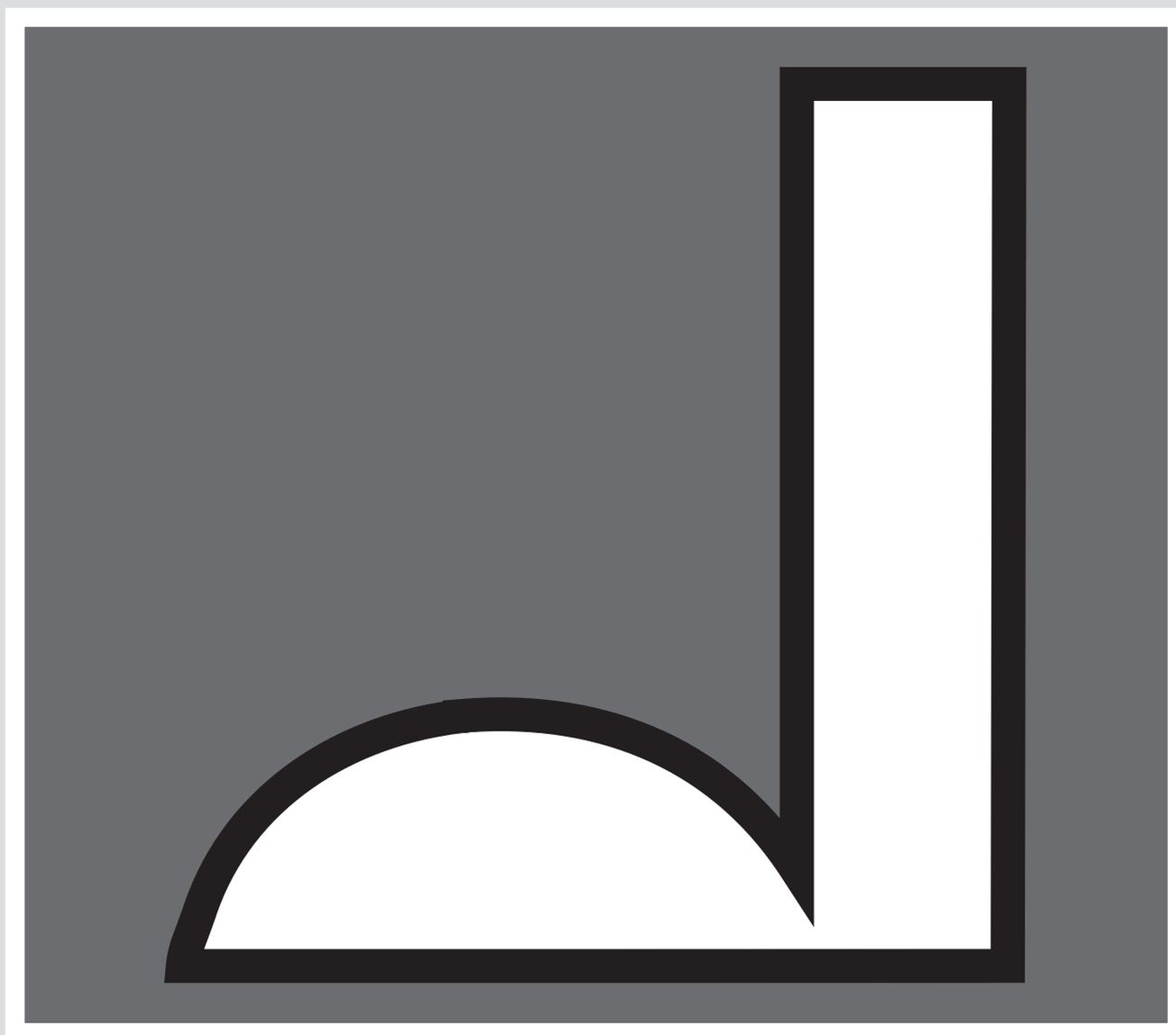




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 014 - QUARTA-FEIRA, 27 DE FEVEREIRO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Garibaldi Alves Filho – PMDB-RN²
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Alvaro Dias – PSDB-PR
1º Secretário
Efraim Morais – DEM-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário
César Borges¹ PR-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1ª - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 28	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM ¹ /PSDB) – 27
LÍDER Valdir Raupp VICE-LÍDERES 	LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles 	LÍDER Demóstenes Torres VICE-LÍDERES Flexa Ribeiro Adelmir Santana Eduardo Azeredo Kátia Abreu Mário Couto Heráclito Fortes João Tenório Raimundo Colombo Papaléo Paes ⁴ Romeu Tuma ⁴
LÍDER DO PMDB – 20 Valdir Raupp VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	LÍDER DO PT – 12 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns LÍDER DO PTB – 6 Epitácio Cafeteira VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PR – 4 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior LÍDER DO PSB – 2 Renato Casagrande VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares LÍDER DO PC do B – 1 Inácio Arruda LÍDER DO PRB – 2 Marcelo Crivella LÍDER DO PP – 1 Francisco Dornelles	LÍDER DO DEM – 14 José Agripino VICE-LÍDERES DO DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
LÍDER DO PDT – 5 Jefferson Péres VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias	LÍDER DO P-SOL – 1 José Nery	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá - PMDB VICE-LÍDERES DO GOVERNO Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino

¹ Senador César Borges comunicou filiação partidária ao PR em 01.10.2007 (DSF 2.10.2007).

² Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado, na Sessão Deliberativa Extraordinária de 12.12.2007 (DSF 13.12.2007)

EXPEDIENTE

<p>Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 15ª SESSÃO ESPECIAL, EM 26 DE FEVEREIRO DE 2008	
1.1 – ABERTURA	
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Homenagear o Dia Nacional do Aposentado, de acordo com o Requerimento nº 4, de 2008, do Senador Paulo Paim e outros Srs. Senadores.....	3583
1.2.1 – Fala da Presidência (Senador Garibaldi Alves Filho)	
1.2.2 – Oradores	
Senador Alvaro Dias	3584
Senador Efraim Morais	3585
Senador Flexa Ribeiro	3587
Senadora Rosalba Ciarlini	3588
Senador Mário Couto.....	3589
Senador Geraldo Mesquita Júnior	3590
Senador José Nery	3592
Senadora Serys Slhessarenko	3593
Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social (Sr. Luiz Marinho)	3595
Senador Magno Malta.....	3597
Senador Valter Pereira	3599
Senador Papaléo Paes	3601
Senador Mão Santa	3603
Senador Leomar Quintanilha	3605
Senadora Lúcia Vânia	3606
Senador Flávio Arns	3607
Senador Antonio Carlos Valadares	3609
Presidente (Senador Paulo Paim).....	3610
Senadora Roseana Sarney (Nos termos do art. 203, do Regimento Interno).....	3618
1.3 – ENCERRAMENTO	
2 – ATA DA 16ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 26 DE FEVEREIRO DE 2008	
2.1 – ABERTURA	
2.2 – EXPEDIENTE	
2.2.1 – Comunicações da Presidência	
Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 263, 336, 360, 369, 376, 387, 390, 392, 395, 400, 429, 443, 454, 458, 462 e 466, de 2007, aprovados terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.....	3620
Término do prazo, ontem sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2004, de autoria do Senador Marcelo Crivella, aprovado em apreciação terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos.....	3621
2.2.2 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados	
Nº 4/2008, de 20 do corrente, comunicando que o Projeto de Lei do Senado nº 401, de 2003 (nº 5.973/2005, na Câmara dos Deputados), foi sancionado e convertido na Lei nº 11.596/2007....	3621
Nº 5/2008, de 20 do corrente, comunicando que o Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2005 (nº 6.345/2005, na Câmara dos Deputados), foi sancionado e convertido na Lei nº 11.597/2007.	3621
Nº 6/2008, de 20 do corrente, comunicando que o Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2005 (nº 6.348/2005, na Câmara dos Deputados, foi sancionado e convertido na Lei nº 11.605/2007.....	3621
Nº 7/2008, de 20 do corrente, comunicando que o Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2007 (nº 1.100/2007, na Câmara dos Deputados), foi sancionado e convertido na Lei nº 11.611/2007.	3622
2.2.3 – Leitura de requerimentos	
Nº 162, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar para representar o Senado Federal no Simpósio Internacional de Segurança e Políticas Públicas sobre Drogas, a realizar-se na cidade do Rio de Janeiro, no período de 25 e 26 do corrente mês.....	3622
Nº 163, de 2008, de autoria do Senador Inácio Arruda e outros Srs. Senadores, solicitando, em aditamento ao Requerimento nº 50, de 2008, que a sessão especial destinada a comemorar o centenário de fundação da Associação Brasileira de Imprensa, seja realizada no dia 8 de abril próximo.	3622
Nº 164, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya e outros Srs. Senadores, solicitando,	

em aditamento aos Requerimentos nºs 114 e 150, de 2008, que a sessão destinada a comemorar os oitenta anos da Fundação do jornal O Povo , seja realizada no Período do Expediente da sessão do dia 11 de março próximo.	3622	Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2008, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que <i>altera o § 2º do art. 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para declarar, como efeito da condenação, a perda de valores e bens utilizados na prática ou exploração de prostituição de criança ou adolescente.</i>	3632
Nº 165, de 2008, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jogador de futebol Antônio do Nascimento Rodrigues.	3623	Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2008, de autoria do Senador Renato Casagrande, que <i>cria o Fundo Soberano do Brasil – FSB.</i>	3635
Nº 166, de 2008, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, solicitando informações ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.....	3623	Projeto de Lei do Senado nº 40, de 2008, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que <i>concede isenção do Imposto de Exportação sobre o couro wet blue.</i>	3636
Nº 167, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ator Rubens de Falco.....	3624	Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2008, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que <i>altera o crime de embriaguez ao volante previsto no art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro.</i>	3639
Nº 168, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelas vítimas do naufrágio do barco “Almirante Monteiro”, ocorrido no dia 20 de fevereiro, no Rio Amazonas.....	3624	2.2.6 – Ofício	
Nº 169, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do radialista Giuseppe Ghiaroni.	3625	Nº 16/2008, de 26 do corrente, da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não-governamentais – ONG, e para organização da sociedade civil de interesse público – OSCPI. .	3640
Nº 170, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ator Oswaldo Louzada.....	3625	2.2.7 – Posse e prestação do compromisso regimental do Sr. Gilberto Goellner, Primeiro Suplente do Senador Jonas Pinheiro.	
Nº 171, de 2008, de autoria do Senador Hércilio Fortes, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda.....	3626	2.2.8 – Comunicações	
Nº 172, de 2008, de autoria do Senador João Vicente Claudino, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Hildo Diniz da Silva.....	3626	Do Senhor Gilberto Goellner, referentes à sua filiação partidária (DEM), e adoção do nome parlamentar.....	3641
Nº 173, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, o ex-Deputado Agostinho Patrus.....	3627	2.2.9 – Discursos do Expediente	
2.2.4 – Parecer		SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES, como Líder – Considerações sobre o embargo da União Européia à carne brasileira.	3642
Nº 96, de 2008, da Comissão de Educação, sobre a Mensagem nº 255, de 2007 (nº 939/2007, na Casa de origem), que <i>submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Sérgio Henrique Sá Leitão Filho, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCI-NE, na vaga do Senhor Leopoldo Nunes da Silva Filho.</i>	3628	SENADOR GERSON CAMATA – Homenagem ao Sr. Ernesto Illy, um revolucionário da indústria do café, falecido no último domingo.....	3644
2.2.5 – Leitura de projetos		SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Reflexão sobre a conceituação generalizada no País, de que quem faz política é corrupto.....	3645
Projeto de Lei do Senado nº 36, de 2008, de autoria do Senador Jayme Campos, que <i>denomina Senador Jonas Pinheiro a rodovia BR-163.</i>	3630	SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Registro da realização, na semana passada, do Fórum Internacional de Mudanças Climáticas.	3649
Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2008, de autoria do Senador Tião Viana, que <i>acrescenta o art. 19-A à Lei nº 8.212, de 1991, a fim de vincular o montante das multas aplicadas pelas infrações ao art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991, às ações de habilitação e reabilitação profissional e social.</i>	3630	SENADOR MÃO SANTA – Comemora aprovação na CAE, de emenda que garante direitos aos funcionários do Banco do Piauí.	3650
		SENADORA IDELI SALVATTI – Anuncia que Presidente Lula enviará ao Congresso Nacional, nesta semana, nova proposta de reforma tributária.....	3652
		SENADOR EDUARDO AZEREDO, como Líder – Homenagem às empresas brasileiras Embraer e Helibras.	3654

SENADOR ALVARO DIAS – Considerações sobre o combate à corrupção e a reforma tributária..... 3658

SENADOR JAYME CAMPOS, como Líder – Homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, com apresentação de projeto denominando “Senador Jonas Pinheiro”, a rodovia BR–163..... 3659

SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Saudação ao Governo Federal pela iniciativa de lançar o Programa Territórios da Cidadania. Repúdio à atitude do Governador do Estado de Rondônia com relação à educação. 3660

SENADORA MARISA SERRANO – Ponderações sobre a criação da TV Pública. 3663

2.3 – ORDEM DO DIA

Item extrapauta

Parecer nº 96, de 2008, da Comissão de Educação, sobre a Mensagem nº 255, de 2007 (nº 939/2007, na origem), que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Sérgio Henrique Sá Leitão Filho, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE.* **Aprovado.** 3671

Item extrapauta

Parecer nº 90, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 1/2008 (nº 998/2007, na origem), que *submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 111-A da Constituição, o nome da Doutora Kátia Magalhães Arruda, Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, Estado do Maranhão, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Gelson de Azevedo.* **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Romeu Tuma e Inácio Arruda. 3673

2.3.1 – Pronunciamento

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Considerações sobre a extração ilegal de madeira no Pará. 3679

2.3.2 – Ordem do Dia (continuação)

São os seguintes os itens cuja apreciação ficam sobrestadas, em virtude da falta de acordo para a apreciação das Medidas Provisórias nº 395 e 397, de 2007, e do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008:

Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 395, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, duzentos e cinqüenta e seis milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, cento e dezoito reais, para os fins de específica. 3696

Item 2 (Proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008, que dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro, e ao § 1º do art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, que autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS. 3696

Item 3 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 397, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 385, de 22 de agosto de 2007, que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991. 3696

Item 4 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator **ad hoc**: Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a programação monetária para o quarto trimestre de 2007. 3696

Item 5

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação. 3697

Item 6

Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar. 3697

Item 7

Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50-A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar. 3697

Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto

<i>para a perda de mandato de deputados e senadores).....</i>	3697	<i>tar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.....</i>	3698
Item 9 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)		Item 15	
Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que <i>altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.....</i>	3697	Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que <i>estabelece diretrizes gerais de Programa Nacional de Habitação para Mulheres com responsabilidade de sustento da família.</i>	3698
Item 10 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)		Item 16	
Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que <i>altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.....</i>	3698	Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que <i>acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente ou de terceiros por conta dele).....</i>	3698
Item 11 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)		Item 17	
Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que <i>altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.....</i>	3698	Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que <i>altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.</i>	3699
Item 12 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)		Item 18	
Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que <i>altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.</i>	3698	Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que <i>altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).</i>	3699
Item 13 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)		Item 19	
Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que <i>inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.</i>	3698	Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que <i>veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.</i>	3699
Item 14 (tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)		Item 20	
Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que <i>acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresen-</i>	3698	Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que <i>dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.</i>	3699
		Item 21	
		Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que <i>modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).....</i>	3699
		Item 22	
		Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que <i>altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento</i>	

familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).	3699	<i>sitivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.</i>	3700
Item 23		Item 32	
Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que <i>altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998</i> (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).	3699	Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que <i>altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.</i>	3701
Item 24		Item 33 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)	
Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que <i>dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943</i> (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).	3700	Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que <i>acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.</i>	3701
Item 25		Item 34	
Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que <i>acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.</i>	3700	Requerimento nº 1.302, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que <i>requer com fundamento no art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, seja instituída, no âmbito do Senado Federal, a Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas, enfatizando o papel da Ciência no nosso dia-a-dia e demonstrando a sua importância para a saúde e o desenvolvimento do País.</i>	3701
Item 26		Item 35	
Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que <i>denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.</i>	3700	Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, <i>solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.</i>	3701
Item 27		Item 36	
Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que <i>dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.</i>	3700	Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando que, <i>sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.</i>	3701
Item 28		Item 37	
Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que <i>acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências</i> (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).	3700	Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a <i>tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.</i>	3701
Item 29		Item 38	
Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que <i>institui o Dia Nacional dos Surdos.</i>	3700	Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a <i>tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510,</i>	
Item 30			
Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que <i>institui o Dia Nacional do Vaqueiro.</i>	3700		
Item 31 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)			
Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que <i>altera dispo-</i>			

de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.	3701
2.3.1 – Apreciação de matérias	
Requerimentos nºs 162, 164, 160 e 163, de 2008. Aprovados.	3702
2.3.2 – Discurso encaminhado à publicação	
SENADOR <i>PAPALÉO PAES</i> – Reflexão sobre o respeito aos parlamentares na destinação de recursos orçamentários por meio de emendas.	3702
2.4 – ENCERRAMENTO	
3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO, EM 26-2-2008	
4 – TERMO DE REUNIÃO	
Referente à Medida Provisória nº 418, de 2008.....	3711

SENADO FEDERAL**5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
– 53ª LEGISLATURA****6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL****13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****14 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL****15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

Ata da 15ª Sessão Especial, em 26 de fevereiro de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho e Paulo Paim

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 27 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a homenagear o Dia Nacional do Aposentado, de acordo com o Requerimento nº 4, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Srs. Senadores.

Convido para tomar assento à mesa dos nossos trabalhos o Exmº Sr. Ministro da Previdência Social, Dr. Luiz Marinho. (Palmas.)

Convido o autor do requerimento, Senador Paulo Paim. (Palmas.)

Convido o Presidente do Instituto Mosap, Edison Guilherme Haubert. (Palmas.)

Convido o Sr. Benedito Marcílio, Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – Cobap. (Palmas.)

Convido o Sr. Nísio Tostes, representando os aposentados desta Casa, o Senado Federal. (Palmas.)

Antes de passar a palavra aos oradores designados pela liderança dos Partidos com assento nesta Casa que irão homenagear o Dia dos Aposentados, comemorado em 24 de janeiro e agora celebrado pelo Senado Federal, quero dizer da minha satisfação de presidir esta sessão e de estar aqui ao lado deste Senador que tem sido infatigável, que se tem mostrado de uma obstinação sem par, o Senador Paulo Paim (Palmas), o maior incentivador dessa luta em favor dos aposentados, em favor de uma política de previdência social que contemple melhor aqueles que são os aposentados de nosso País.

Quero, ao mesmo tempo em que digo da nossa satisfação, reafirmar a disposição e a vontade dos Senadores com assento nesta Casa de melhorarem os mecanismos de controle da Previdência Social, adotando políticas públicas que efetivamente recuperem o poder de compra do salário mínimo, o que, reconhecemos, está sendo feito. Não é a ideal, mas está sendo feita uma política de recuperação do salário mínimo. Mas está chegando a hora de se fazer

também uma política de recuperação dos benefícios dos aposentados. (Palmas)

Estou presente aqui, ao lado do Ministro da Previdência Social, Luiz Marinho, que é consciente dessa necessidade dos aposentados e dessa defasagem que existe hoje entre a política de recuperação do salário mínimo e a política de recuperação dos proventos dos aposentados. O Ministro, mais do que ninguém, tem-se dedicado a fazer com que possamos ter finalmente uma política que venha a possibilitar isso que seria um grande passo para que o nosso País tivesse uma política social e pudéssemos dizer que é um país justo na hora em que pudéssemos dar aos aposentados o que eles merecem. Dar a César o que é de César, dar aos aposentados o que merecem os aposentados. (Palmas)

Mas nós sabemos que, entre o discurso e a prática, às vezes, temos uma dificuldade muito grande, dificuldade essa que só poderá ser superada se nós não perdermos essa capacidade de indignação com a situação dos aposentados, mas também de mobilização como os senhores estão fazendo e também uma capacidade de diálogo que não venha exigir realmente do Governo aquilo que ele não possa conceder.

Vejo, portanto, uma oportunidade que nos dá o Senador Paulo Paim de ouvir aqui oradores que certamente trarão sugestões, trarão informações, até porque, quanto maior for a expectativa de vida do trabalhador, paradoxalmente, maior será a sua perda. Então que possamos ter aqui uma discussão amadurecida a respeito dessa situação. Um país que cresce como o nosso, um país que vem tendo agora expectativas de crescimento ainda maior, se Deus quiser, um país que está tomando esse rumo não pode deixar para trás aqueles que tanto contribuíram, aqueles que tanto lutaram para que a realidade de hoje fosse uma realidade muito melhor que a de ontem. (Palmas.)

Senhoras e senhores aqui presentes, meu caro Ministro Luiz Marinho, dizem que às vezes não é bom olhar para trás. Mas está na hora de este País olhar para trás e ver que lá ficaram os aposentados, aqueles que tanto contribuíram para o progresso deste Brasil. (Palmas)

Muito obrigado pela presença de todos os senhores e senhoras que aqui vieram.

Concedo a palavra...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O Hino Nacional, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Aliás, o Senador Paulo Paim está me advertindo aqui – eu na qualidade de Presidente ainda estreante, novato...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sou um eterno assessor seu.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Senador Paulo Paim está me advertindo para o nosso dever cívico e patriótico de ouvirmos de pé o Hino Nacional.

(Execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ouviremos agora a música “Meu Velho”, de Altemar Dutra, interpretada pela cantora Sônia de Menezes Lyra, acompanhada pelo maestro Paulo Hahon.

(Execução da música.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, que falará em nome da Liderança do PSDB.

Em seguida, o Senador Efraim Morais falará pela Mesa Diretora do Senado Federal. (Palmas.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Garibaldi Alves Filho; Exm^o Sr. Luiz Marinho, Ministro da Previdência Social. Senador Paulo Paim, autor do requerimento; autoridades já nominadas, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. aposentados, Sr^{as} aposentadas, visitantes, uma sessão especial para homenagear o aposentado nos remete a algumas reflexões. Os aposentados e pensionistas contribuíram ao longo de uma vida para a construção do País e, como tal, merecem todo respeito, reconhecimento e, acima de tudo, a nossa admiração.

Como já afirmei, a Previdência foi a maior conquista do homem no século XX, concebida para assegurar a todos uma vida digna na velhice. O marco da Previdência Social brasileira é a publicação, em 24 de janeiro de 1923, da Lei Eloy Chaves, que determinou a criação da Caixa de Aposentadorias e Pensões para os empregados das empresas ferroviárias

Nesses 85 anos, a Previdência passou por várias fases, como a das caixas de aposentadorias e pensões, a dos institutos de aposentadorias e pensões, a do INPS, até chegar aos atuais Ministério da Previdência Social e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O aposentado com mais experiência e, por conseguinte, com percepção mais apurada da realidade que

o cerca, assistiu com perplexidade, no final de 2003, a uma reforma previdenciária de caráter eminentemente fiscal e com gritantes inconsistências, passando ao largo dos problemas estruturais do setor.

Foi uma reforma que subtraiu direitos adquiridos historicamente pelos aposentados e pensionistas brasileiros. A nossa indignação ficou registrada no voto em separado que apresentamos no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A luta por um tratamento digno é luta diária dos aposentados. O desrespeito perpetrado contra os aposentados e pensionistas se manifesta de diversas formas: nas filas que humilham e submetem o aposentado a tratamento desumano, na burocracia excessiva, nos direitos adquiridos aviltados e no valor corroído das aposentadorias.

Um estudo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (Anfip) mostra que o trabalhador brasileiro ganha cada vez menos ao se aposentar. Segundo a Anfip, enquanto em 2004, o trabalhador se aposentou, em média, com benefício igual a R\$955,18, no ano de 2005 esse valor minguou para R\$925,70 (valores atualizados pelo INPC).

A entidade também ressaltou estagnação no número de benefícios concedidos. Em 2004, as novas aposentadorias por tempo de contribuição somaram 3,662 milhões. Em 2005, o número apresentou crescimento marginal de 1,8%, para 3,702 milhões.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), um terço dos aposentados permanece no mercado de trabalho em função de ter uma aposentadoria insuficiente para manter um padrão de vida razoável. Nesse contexto, para milhares de aposentados comuns, arregaçar as mangas é sinal de luta extrema pela sobrevivência.

Vale ressaltar que, nos países desenvolvidos, a realidade é outra. Com uma aposentadoria satisfatória, que geralmente é reforçada por planos de previdências complementar, os idosos só voltam a trabalhar se desejarem.

Lamentavelmente a Previdência no Brasil foi pilhada por sonegadores e roubada por quadrilhas. A propósito, não poderia deixar de mencionar a luta travada no Paraná pelos quase cinco mil aposentados e pensionistas, por meio da Associação dos Funcionários Aposentados do Banestado.

Quando da privatização do Banestado, o Governo Federal aportou R\$2,550 bilhões para a sua capitalização, especificando o aporte de R\$253 milhões destinados à contribuição ordinária para o Fundo de Pensão. E outra parcela de R\$294 milhões para a cobertura de ajuste atuarial. Essa última parcela não foi repassada, mas foi liberada, conforme correspondência

de 31 de julho de 2002, encaminhada à Associação dos Aposentados do Banestado pelo Banco Central. Um mistério insondável: esse volume de recursos foi desviado para onde?

O Fundo de Pensão do Banestado, hoje administrado pela área de recursos humanos do Itaú, tinha, em 31 de agosto de 2007, um ativo líquido de R\$2,431 bilhões. Desde a privatização, a nova entidade patrocinadora não faz nenhum aporte de recursos. A sua rentabilidade vem se dando pela aquisição de títulos federais para fazer face aos seus compromissos de cobertura, definidos em lei, dos seus associados. E o mais dramático: os aposentados continuam sendo descontados para o fundo, pagando como contribuintes. Hoje, são 4.896 o total de aposentados e pensionistas.

A luta solitária e corajosa que a Associação dos Funcionários Aposentados do Banestado vem travando para influenciar na condução do seu patrimônio legítimo é um exemplo emblemático das agruras impostas àqueles que contribuem e não podem usufruir de direitos adquiridos

Vejam o caso dos ex-funcionários da Varig: recebem apenas 40% dos benefícios a que têm direito. Os aposentados do Banespa, igualmente, percorrem verdadeira *via crucis*.

O itinerário tortuoso desses aposentados reproduz a luta insana travada por milhares de aposentados em nosso País. É preciso reconhecer a importância dos aposentados na sociedade contemporânea. Uma atitude de respeito pelos aposentados é o mínimo que se impõe a cada um de nós, investidos de mandato popular.

Gostaria de fazer referência a alguns projetos de minha autoria que tramitam no Congresso Nacional:

1) Projeto de Lei do Senado nº 447, de 2007: isenta do Imposto de Renda Pessoa Física quaisquer rendimentos percebidos por maiores de 75 anos, desde que não percebam rendimentos de aposentadoria superiores ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social;

2) Projeto de Lei do Senado nº 445, de 2007: estabelece novas regras para a manutenção da condição de titular de plano de saúde em caso de rescisão de contrato de trabalho ou de aposentadoria;

3) Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2007: dispõe sobre a concessão de aposentadoria por idade a trabalhadores rurais e segurados especiais. O trabalhador rural pode requerer aposentadoria por idade, no valor de um salário mínimo, durante trinta anos, contados a partir de 24 de julho de 1991, desde que comprove

o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período anterior ao requerimento do benefício;

4) Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2007, inclui o diabetes melito entre os agravos à saúde a cujos portadores é concedida a isenção do Imposto de Renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma;

5) Projeto de Lei do Senado Nº 179, de 2004, segundo o qual excetua-se a aposentadoria, no valor de um salário mínimo, do cálculo da renda mensal *per capita* para a percepção do benefício da prestação continuada, ou seja: no cálculo da renda mensal **per capita** não se computará a aposentadoria no valor de um salário mínimo concedida a qualquer membro da família.

A nossa homenagem aos idosos do nosso País. Um país que não respeita os seus idosos, não é digno de ter futuro!

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Efraim Moraes, que falará pela Mesa Diretora do Senado Federal.

Convido para ocupar assento à Mesa o Presidente da Comissão do Idoso, o Senador Leomar Quintanilha. (Palmas.)

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador Garibaldi Alves; Exmº Sr. Ministro da Previdência Social, Luiz Marinho; meu caro companheiro de Senado Federal, Exmº Sr. Senador Paulo Paim, autor do requerimento desta sessão ao lado de outros Srªs e Srs. Senadores; peço permissão aos companheiros, Senadores e Senadoras, para fazer esse registro.

Sei da luta de todos nesta Casa, mas queria aqui destacar uma luta extraordinária desse grande Senador, desse amigo que, desde os idos de 1991, na Câmara dos Deputados é meu companheiro. Na época, o Senador Paulo Paim era da Oposição e travava a mesma luta que trava hoje em defesa dos aposentados, estando hoje no Governo. Tive a felicidade de acompanhar os seus passos na Câmara, quando eu era do Governo, e, agora, estou na Oposição, mas não mudamos o nosso pensamento e a nossa idéia. Por isso, registro a luta de V. Exª por esta extraordinária classe: a classe dos aposentados no Brasil. (Palmas)

Sr. Benedito Marcílio Alves da Silva, Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas; Sr. Edison Guilherme Haubert, Presidente do Movimento Nacional de Servidores Aposentados

e Pensionistas; Sr. Nísio Tostes, representante dos aposentados no Senado Federal; Srs. Diretores desta Casa; Sr. Presidente; meus caros Senadores e Senadoras; minhas senhoras e meus senhores; é com grande satisfação que participo desta sessão de homenagem aos aposentados, especialmente na condição de representante da Mesa Diretora desta Casa.

Presto esta homenagem ao segmento de nossa população que tem sido sistematicamente espoliado por sucessivos governos que fazem dele bode expiatório de políticas econômicas predatórias e de administradores inescrupulosos.

Aposentadoria não é benesse. É direito conquistado em décadas de trabalho e contribuição previdenciária. E a história dessa conquista é um dos momentos altos da civilização humana, o que não impede que sofra ameaças recorrentes por parte de governantes das mais variadas ideologias. Por essa razão, ainda hoje permanece como tema tratado com muita restrição pela sociedade. Em parte talvez porque o próprio conceito de aposentadoria remonta a fins do século XIX. Antes disso, as posses acumuladas indicavam se as pessoas viveriam a velhice bem ou mal.

Sr. Presidente, apenas a partir do momento em que o governo alemão, nos idos de 1870, estabeleceu que os trabalhadores tivessem uma série de direitos é que se conseguiu conceber que o recebimento de um benefício financeiro a partir de determinada idade não era um favor, mas uma obrigação do Estado para com seus cidadãos.

No Brasil, infelizmente, a idéia de que a aposentadoria é um direito do trabalhador teve uma longa história. Iniciativas isoladas remontam aos anos 20 do século passado, mas foi a partir da década seguinte que deixou de ser tabu, passando a ser prevista em lei para todos que contribuíram durante determinado período para a previdência social.

A história, no entanto, demora décadas para avançar: foi preciso esperar pela Constituição de 1988 para que a aposentadoria fosse estendida para todos os brasileiros, independentemente de contribuição após uma determinada idade.

Como se pode perceber, a aposentadoria vem sendo implantada há décadas no Brasil. Não é uma luta fácil ou simples, ainda mais quando muitos dos que se dizem defensores dos aposentados são apenas repetidores de velhos discursos com muitas palavras e poucas ações.

O trabalhador brasileiro está cansado de promessas que não se materializam; de discursos que não têm conseqüência prática. Por essa razão, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, resolvi dar um passo adiante: apresentei o Projeto de Lei nº 421, de 2007,

que visa a alterar a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988. Sr^{as} e Srs. Senadores, o que o meu projeto representa? Essa é a pergunta que se faz. É simples: a materialização de um conceito, qual seja, como já disse, o de que a aposentadoria não é um favor prestado pelo Estado, mas um direito do trabalhador. O projeto visa a isentar o aposentado do pagamento de Imposto de Renda.

Hoje, já existe uma dedução a que o aposentado faz jus. O diferencial introduzido por meu projeto é a gradação, ou seja, a partir dos 66 anos, a isenção aumenta gradualmente até tornar-se integral aos 70 anos. Assim, aos 66 anos, a isenção é de 20%; aos 67, de 40%, até alcançar 100% aos 70 anos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meus caros aposentados, o tributo se chama Imposto de Renda, logo, é um absurdo que seja cobrado sobre aquilo que não é oriundo de renda, mas das contribuições realizadas pelo trabalhador ao longo de sua vida.

Aposentadoria não é renda, mas poupança que o trabalhador forma ao longo da vida para que possa manter-se adequadamente ao término de sua atividade laboral. Além disso, a contribuição para a previdência social é compulsória, ou seja, é feita a despeito da vontade do trabalhador.

Apesar dessas características, o Estado cobra Imposto de Renda do aposentado como se ele ainda fosse trabalhador ativo. Isso é um erro do ponto de vista jurídico, mas, sobretudo, é ato injusto e que afronta o próprio princípio formador da idéia de aposentadoria: o de que o trabalhador, após certa idade, deve receber um rendimento pelos seus anos de trabalho a fim de ter uma velhice sem sobressaltos. Quero, com minha proposta, garantir que a velhice do brasileiro seja vida com dignidade.

Todos nós conhecemos pessoas que mesmo aposentadas continuam a trabalhar, pois a aposentadoria é insuficiente para cobrir as despesas mensais. Há milhares de casos de homens e mulheres aposentados que trabalham, pela necessidade de pagar um plano de saúde, remédios ou simplesmente comida.

Busco, com esse projeto de lei que se encontra em apreciação na Comissão de Assuntos Sociais no Senado Federal, tornar a vida dos brasileiros acima de 65 anos um pouco menos sofrida. Se esse projeto tornar uma só vida menos árdua já terá valido a pena, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Aguardei esta sessão de homenagem a esse segmento de nossa população – sessão justa e necessária – para dar notícia dessa iniciativa e reiterar que continuarei dando a esse tema a prioridade que merece, de modo a fazer da aposentadoria o que de fato a inspirou: o reconhecimento ao valor do trabalho.

Hoje, nos termos em que é tratada entre nós, é quase uma punição ao trabalhador.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um país que não cuida de seus idosos deixa de beneficiar-se de um patrimônio de sabedoria e experiência que representam. E o Brasil tem sido reincidente nesse equívoco. Cumpre mudar esse procedimento. Minha proposta é um passo nessa direção. Outros precisam – e serão dados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Autoridades, convidados, aposentados, eu tenho agora um outro compromisso assumido anteriormente e, por isso, terei de me retirar, mas antes quero fazer um apelo aos oradores que irão ocupar a tribuna do Senado nesta sessão especial em homenagem aos aposentados. Há dez oradores inscritos. Então, faço um apelo para que cada orador, com exceção do Sr. Ministro, que é um convidado especial e que trará a palavra do Governo, fale apenas por dez minutos, a fim de que a sessão não se prolongue demais. Não que os aposentados não estejam dispostos a participar desta sessão, mas o plenário está cedido para esta homenagem e precisa abrigar a sessão ordinária a partir das 14 horas, impreterivelmente, de acordo com o Regimento.

Portanto, faça esse apelo porque não quis deixar essa missão, que não é das mais agradáveis, para o Senador que assumirá com muita justiça a presidência dos trabalhos.

Agradeço novamente a atenção que foi dispensada às minhas palavras e passo a Presidência ao Senador Paulo Paim, que anunciará o próximo orador.

Muito obrigado. (Palmas.)

O Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus amigos e minhas amigas, quero responder, de pronto, aos muitos que perguntaram quando eu iria falar como Senador que solicitou esta sessão. Aceitei o convite do Senador Garibaldi para fazer o pronunciamento de encerramento da sessão. Então, quando todos tiverem usado da palavra, falarei, a pedido do Senador Garibaldi, encerrando a sessão.

Peço a todos que se mantenham dentro do tempo, para permitir que todos possam falar. Tivemos uma grata surpresa: há cerca de nove Senadores inscritos e também o Ministro Luiz Marinho, que também trará a sua mensagem.

Então, de imediato, passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, por dez minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela Liderança da Minoria. Com revisão do orador.) – Exm^o Sr. Senador Paulo Paim, que preside esta sessão justa em homenagem aos aposentados e às aposentadas do nosso País; Exm^o Sr. Luiz Marinho, Ministro da Previdência Social; Exm^o Sr. Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Subcomissão do Idoso; Sr. Benedito Marcílio Alves da Silva, Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas; Sr. Edison Guilherme Haubert, Presidente do Movimento Nacional de Servidores Aposentados e Pensionistas; Sr. Nísio Tostes, representante dos aposentados no Senado Federal; senhores heróis do Brasil que contribuíram com a vida de trabalho para que este País pudesse chegar aos patamares em que hoje se encontra; estendo a mesma saudação às heroínas que são as trabalhadoras aposentadas deste País; senhoras e senhores, não poderia deixar de juntar-me às justas homenagens hoje prestadas aos aposentados pela passagem do seu dia, comemorado há um mês, em 24 de janeiro, antes, portanto, do início da atual sessão legislativa.

Mais uma vez o nobre Senador Paulo Paim tomou a feliz iniciativa de propor esta sessão especial, dando a todos nós a oportunidade de celebrarmos os aposentados e de renovarmos nossos compromissos com a solução dos muitos problemas que ainda os afligem.

Não tenho dúvida, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Ministro, de que um dos temas recorrentes desta homenagem será a sempre aberta questão da defasagem das aposentadorias. E não sem razão, Senador Paim. V. Ex^a tem capitaneado aqui, no Senado Federal, como o fez na Câmara Federal, a defesa dos aposentados do nosso País, e nós nos somamos, como tantos outros Senadores e Senadoras, nessa luta para que possamos dar uma condição digna de vida àqueles que tanto contribuíram, como eu disse no início, para o desenvolvimento do nosso País.

Tomemos, por exemplo, a situação dos aposentados que recebem mais de um salário mínimo. Há, inequivocamente, uma distorção na maneira como são reajustadas as aposentadorias. Nos últimos cinco anos, os aposentados que recebem um salário mínimo tiveram seus ganhos quase dobrados, enquanto os demais receberam pouco menos de 60% de aumento. Não questiono, obviamente, a justiça dos aumentos do salário mínimo – ao contrário, defendo ardorosamente a valorização desse piso salarial. No entanto, não podemos continuar com essa política de “niveleção por baixo”, a que conduz inevitavelmente essa forma de reajustar os benefícios.

Portanto, é imperativo que sejam revistos os critérios adotados para a definição do índice de reajuste

dos aposentados que recebem mais que o mínimo, não só buscando eliminar a discrepância entre os que recebem o salário mínimo e os que recebem mais, mas também procurando um índice que reflita melhor a realidade dos aposentados.

Dados da Fundação Getúlio Vargas, por exemplo, mostram que a inflação, calculada para os idosos, levando em conta as suas necessidades primárias, tem sido cerca de 27% superior aos índices oficiais desde 1994 – e temos de levar em conta que boa parte de nossos aposentados são pessoas que precisam de atenção especial em saúde, precisam de um plano de saúde que lhes dê a garantia de um atendimento digno. Evidentemente, são penalizados na outra ponta pelos planos de saúde, com reajustes impostos aos que chegam na chamada melhor idade. As aposentadorias ficam achatadas ao longo do tempo, levando-os a terem de retornarem, como aqui já foi dito, a uma ocupação, não por vontade própria, mas pela necessidade de sustentar a si e a sua família.

Portanto, em função disso, Senador Paim, gostaria aqui de lembrar uma proposição muito oportunamente apresentada por V. Ex^a, o PLS nº 58/2003 – e nós estamos, Sr. Ministro, em 2008, já se vão cinco anos e o projeto não caminha –, atualmente aguardando parecer na Comissão de Assuntos Econômicos, que trata justamente dessa questão fundamental. Encontrar uma maneira de reajustar os benefícios, Senador Paim, que seja, ao mesmo tempo, a mais justa para os aposentados e a mais factível para o Estado não é tarefa simples. Tenho certeza, porém, de que este Parlamento está à altura da tarefa, se puser todo o seu empenho na solução do problema.

Quero aqui conclamar todos os nossos Pares da Comissão de Assuntos Econômicos, que está agora reunida. Sairei daqui rumo a essa Comissão para pedir urgência, a fim de que o projeto esteja em pauta na próxima reunião, que será terça-feira que vem. (Palmas.)

Quero terminar, Sr. Presidente, lembrando que não é apenas uma atenção especial ao valor das aposentadorias que devemos aos aposentados. Devemos aos aposentados! Não podemos nos esquecer de que, com o passar do tempo, com a mudança do perfil demográfico da população brasileira e com as melhorias na qualidade de vida, que se traduzem em mais longevidade, a população aposentada vai crescer. Temos de ser capazes de pensar políticas públicas eficazes, Sr. Ministro, dirigidas especialmente a essas pessoas. Isso é, ao mesmo tempo, uma questão de justiça social e uma demonstração de gratidão pelo muito que nossas trabalhadoras e trabalhadores aposentados fizeram por todos nós e pelo nosso País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Ministro, Srs. integrantes da Mesa oficial, a questão da Previdência Social, de um modo geral, é uma dessas questões estratégicas...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ... cujo equacionamento adequado marca o grau de maturidade de uma sociedade. Estamos aqui diante de uma questão peculiar de justiça: não se trata apenas de determinar o que nós, que partilhamos o mesmo tempo, devemos uns aos outros, mas de determinar o que nós devemos aos que nos antecederam e que, com seu trabalho, ajudaram a construir o contexto em que nos inserimos, assim como o que devemos às gerações futuras. Ainda temos de avançar muito no sentido de encontrar uma equação mais justa na questão da Previdência Social, Sr. Ministro Luiz Marinho.

Ocasões como esta homenagem, que nos permitem retomar ou reforçar nossa reflexão em torno dessas questões, são sempre bem-vindas, na medida em que representam um passo a mais na solução que todos esperamos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Faço um apelo a V. Ex^a para que conclua, pois há doze oradores e se inscreveram mais três.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Concluo em um minuto, Sr. Presidente. A todos os aposentados e aposentadas do meu Brasil e em especial aos do meu querido Estado do Pará, deixo aqui meu sincero agradecimento pelo trabalho que realizaram e que tornou possível sermos o que hoje somos.

Ao terminar, quero fazer uma homenagem especial a todos aqueles que lutam, como o Senador Paulo Paim e tantos outros Senadores e Senadoras, entre os quais me incluo, para que possamos fazer a justiça que os aposentados e as aposentadas do Brasil merecem.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Flexa Ribeiro falou pela Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria.

Passamos a palavra, neste momento, à nobre Senadora Rosalba Ciarlini, pela Liderança do Democratas.

V. Ex^a tem a palavra por dez minutos, com o apelo desta Presidência para que observe esse tempo.

A SRA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pela Liderança do Democratas. Sem revisão da oradora.) – Tentarei cumprir, Sr. Presidente, até porque acho que os discursos mais bem-vindos são os mais curtos.

Quero cumprimentar V. Ex^a, Sr. Presidente; o Sr. Ministro e todas as associações representativas dos aposentados. Sr^{as} e Srs. Senadores, quero pedir permissão para cumprimentar, em primeiro lugar, a autoridade maior hoje nesta Casa: todos vocês, senhoras e senhores, que durante toda uma vida ajudaram a construir o Brasil de hoje. (Palmas.)

São os cabelos prateados – benditos cabelos prateados! – de experiência, de exemplo, de luta, de dedicação, de participação. Homens e mulheres que, no campo ou nas cidades, doutores ou peões, que, com o seu suor, com a sua dedicação, com a sua participação, impulsionaram este País, o País que hoje já mostra os números da ampliação da expectativa de vida, fruto de avanços sociais e desenvolvimento. Nós estamos aqui para dizer a vocês: muito obrigada! Nós somos o reflexo da luta de vocês, do trabalho de vocês. (Palmas.)

E não é justo que, depois de décadas e décadas, no mínimo trinta anos, na hora do merecido descanso, do merecido reconhecimento, estejam, como nós sabemos, milhares por aí mendigando um bico, uma renda extra, um outro trabalho. Na hora em que deveriam estar tendo oportunidade do lazer, de conviver com tranquilidade com a família que construíram, de estar sorrindo com os netos, com os bisnetos, é nessa hora que bate a angústia maior. Quantos não conseguem nem honrar os compromissos com os medicamentos, porque o salário, a aposentadoria, a cada ano, injustamente, vai encolhendo.

Quero aqui assumir com os senhores e senhoras do meu Brasil, homens e mulheres de cabelos prateados, homens e mulheres de luta e exemplo para todos nós, o compromisso não somente da Senadora Rosalba, lá do Rio Grande do Norte, o compromisso que é do Democratas, de estarmos não somente apoiando, mas estarmos multiplicando as nossas forças, convocando a todos. Não podemos permitir... Propostas existem, como a do Senador Paim, e muitos outros projetos meritórios, de apoio, de reconhecimento, de recuperação do justo valor que os senhores merecem. Não podem ser tratados de forma diferente de outros trabalhadores. (Palmas.)

Vocês trabalharam, vocês se sacrificaram, vocês têm uma história a ser contada de lutas. Então, quero aqui trazer o meu apoio, o meu compromisso maior.

E neste dia em que o Senado presta esta homenagem a todos os aposentados do nosso Brasil, eu quero também, de coração, lembrar dos meus aposentados, especialmente daquele a quem aproveito para fazer uma homenagem: meu pai, de 84 anos. (Palmas.)

Falo das injustiças perpetradas contra quem trabalhou a vida inteira e que, ao se aposentar, pensava

que aquela renda ia permanecer para que pudesse chegar ao último suspiro com tranquilidade, mas vemos acontecer o que acontece com os senhores: a renda diminui e vocês muitas vezes tem de esperar a ajuda dos filhos – porque, graças a Deus, formaram todos seus filhos – quando gostariam de continuar ajudando a cada um deles.

Este é o sentimento que trago aqui: de reconhecimento, de valorização e de dizer mais uma vez: muito obrigada, vocês fazem este Brasil! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço à Senadora Rosalba, que ficou exatamente dentro do tempo, até com o limite de mais três minutos.

De imediato, passo a palavra ao Senador Mão Santa, que dispõe, também, de dez minutos. (Pausa.)

Dando prosseguimento à lista, concedo a palavra ao Senador Mário Couto. Em seguida, falará o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim; Sr. Ministro da Previdência Social, Luiz Marinho; Senador Leomar Quintanilha, em cujo nome saúdo todas as autoridades que compõem a Mesa desta sessão especial; prezados aposentados e aposentadas deste País, inicialmente, quero falar um pouco de um companheiro que no dia-a-dia das sessões plenárias se preocupa com os aposentados e aposentadas deste País. Preocupa-se com o sofrimento de cada brasileiro aposentado e pensionista.

Está no sangue, no sangue do Senador, esta causa. Olho todos os dias para ele, às vezes conversamos sobre as providências que poderíamos tomar para minimizar o sofrimento dos aposentados deste País.

Vi há poucos instantes uma Senadora se emocionar. E é para se emocionar mesmo. A cada ano que passa, a situação piora, e nós não podemos prever o que pode acontecer com os aposentados, que merecem tanto mérito, que mereciam hoje ser homenageados de uma outra forma – porque notem que todos os oradores que subiram à tribuna para se pronunciar vieram questionar, e não homenagear. E eu vou seguir a mesma linha, porque eu sei que vocês querem a solução do problema de vocês, principalmente. Sei até que dispensam homenagens, mas que não dispensam a solução do problema de vocês. (Palmas)

Às vezes colegas me chamam de duro: “Mário Couto, tenha mais calma!”. Eu sou duro nas questões que tocam o meu coração. Não posso deixar de ser. Eu sou duro nas questões que sensibilizam o cidadão e a cidadã. E esta é uma. Esta é uma questão séria.

Já disse isto ao Senador Paulo Paim: fico muito feliz por estar hoje aqui vendo vários Senadores irmanados nesta mesma causa. Até pensei um dia que éramos menos, hoje vejo que somos bastantes. Tenho recebido *e-mails* de todo este País, mostrando contra-cheques, Ministro, que revelam a miséria em que vive o aposentado hoje neste País.

Eu lhe agradeço, Ministro, por ter vindo. Espero que V. Ex^a, neste momento, seja uma esperança para todos que vieram aqui e que nos assistem pela TV Senado e nos ouvem pela Rádio Senado.

Disse o Senador que me antecedeu que nós precisávamos de ações. E eu quero aqui deixar algum fluxo de ações, Sr. Ministro, para que o V. Ex^a possa nos ajudar. Vamos eleger o ano de 2008 como o ano das soluções dos problemas dos aposentados. Estou apresentando requerimento, Senador Paulo Paim, nesta Casa, para que os Senadores votem e definam este como o ano dos aposentados, para que se chame a atenção das autoridades e elas possam reconhecer o sofrimento de cada um de vocês. (Palmas.)

O Presidente Lula disse – e nada contra o Presidente, mas quero neste momento rever algumas palavras do Presidente –, em um comício, que ele não entendia por que uma pessoa que se aposentava com dez, vinte, salários mínimos, depois de pouco tempo passava a receber quatro, cinco, salários mínimos. Acho que o Presidente continua não entendendo. Ele precisa entender, precisa reconhecer a dificuldade do ser humano aposentado. Não se pode conviver com isso, Ministro. Não há explicação. Seja qual for a explicação dada a mim, eu não aceitarei. Eu só aceito uma explicação: a solução desses problemas. Essa é a única explicação que eu aceito.

Eu não aceito explicações quando olho para o quadro e vejo: em 2003, o salário mínimo foi a R\$240,00, com reajuste de 20%; o dos aposentados, 19,71%. Oxalá continuasse assim! Em 2004, R\$260,00 de salário mínimo – 8,03% de reajuste; 4,53% para o dos aposentados; em 2005, R\$300,00 o salário mínimo – reajuste de 15,40%; o dos aposentados, 6,35%; em 2006, R\$350,00 o salário mínimo; 16,67% de reajuste; o dos aposentados, 5%. Em 2007, R\$380,00 – 8,6% de reajuste; para os aposentados, 3,3%.

Já vou terminar. Queria eu poder falar aqui por uma hora. Infelizmente, não tenho mais tempo. Para terminar, quero deixar uma sugestão, com todo respeito a V. Ex^a e mais uma vez, agradecendo a vinda de V. Ex^a, Sr. Ministro. Vamos votar, nesta Casa, o projeto do Senador Paulo Paim. (Palmas.)

No ano passado, eu ainda não estava aqui, pois sou Senador de um ano de mandato, mas está aqui a notícia de que vocês foram com o Presidente des-

ta Casa pedir que o projeto viesse à pauta. Não veio. Esse projeto já teve cinco relatores. O último relator é o Líder do Governo, Romero Jucá, com quem já falei. Antes, porém, de descer da tribuna, quero deixar uma sugestão, meu caro Presidente Paulo Paim, que possamos ir ao Senador Romero Jucá pedir-lhe que dê o seu parecer. Não importa qual seja o parecer, mas que ele dê o parecer ao projeto, para que ele venha a plenário. Sei que o projeto vai ser aprovado em plenário, não tenho dúvida disso. (Palmas.)

Que nós possamos mandar esse projeto com o apoio do Ministro. Aí, Ministro, eu lhe peço, lá do fundo do meu coração, que olhe para todos e veja a tensão e a aflição de cada um. Olhe nos olhos de cada um e peça ao Presidente que não vete o projeto. Não adianta se aprovar o projeto aqui e o Presidente vetar lá. E V. Ex^a é a autoridade maior para conceder esse benefício a todos nós. Peça que ele respeite a decisão do Congresso Nacional, que quer ver o aposentado numa situação melhor.

Vou descer, Sr. Presidente. Lamento, porque eu queria falar um pouco mais. Mas quero pedir a todos vocês que possamos fazer uma homenagem a um grande lutador. Eu vejo nele a presença de cada um de vocês todos os dias nesta Casa. Quero pedir um pequeno favor a cada um de vocês: que me ajudem a homenagear um homem que, apesar do Partido, não olha a cor partidária, olha o ser humano em si, a causa em si, um homem de um coração que toca em favor daqueles que precisam, que dá o próprio sangue por essa questão. Peço a cada um de vocês: vamos ficar de pé – é rapidinho – só para fazer uma homenagem a ele, a um homem que não vai deixar esta causa por nada, como eu. Como eu! Eu não deixarei esta causa por nada. Seremos sempre decentes.

Peço a Deus que, um dia, não seja preciso radicalizar, mas, se for necessário, estarei junto com vocês. Uma salva de palmas ao nosso grande Paim, merecedor desta homenagem, merecedor do reconhecimento dos aposentados e das aposentadas deste País. (Palmas.)

Muito obrigado, Ministro. Eu confio em V. Ex^a. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passo a palavra, neste momento, ao nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, V. Ex^a tem a palavra por 10 minutos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim, que preside esta sessão.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores presentes, senhoras e senhores aposentados, ilustres membros da Mesa, a quem cumprimento na pessoa do Ministro Luiz Marinho, quero iniciar o meu pronunciamento pelo gancho deixado aqui pelo Senador Mário Couto, quando fala do Senador Paim como um Parlamentar de causa. É verdade! Costumo dizer que o Senador Paulo Paim é daqueles Parlamentares que estão no Congresso Nacional há muitos anos defendendo causas, e não coisas. A causa dos aposentados é uma das causas em que o Senador Paim pensa ao dormir e ao acordar.

Quero dizer a todos que, ao lado do Senador Paim, há um número de Parlamentares que nos dá esperança e segurança de afirmar que, talvez neste momento, conseguimos avançar no sentido da aprovação de projetos que irão ao encontro dos anseios da grande maioria dos aposentados deste País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores aposentados presentes, mais justo do que homenagear os aposentados mortos é amparar os aposentados vivos, assegurando-lhes o cumprimento do que dispõe a nossa Constituição Federal tanto em seu art. 201, §§ 3º e 4º, quanto no art. 58 e respectivo Parágrafo Único das Disposições Constitucionais Transitórias. Vamos lembrar:

“O § 3º do art. 201 diz que todos os salários de contribuição considerados para o cálculo do benefício serão devidamente atualizados na forma da lei.”

“O § 4º estabelece que é assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.”

Como a tal da lei ainda inexistente nas duas décadas que a Constituição de 1988 completará neste ano, a esse argumento aferra-se a Previdência Social para negar um benefício que é direito líquido e certo no texto constitucional, como se a lei fosse indispensável para definir o que é a atualização do valor real dos salários e benefícios previdenciários. O Congresso tem sua parcela de responsabilidade nessa omissão, por não pressionar o Poder Executivo, ao qual compete a iniciativa da lei que cria ônus ou importe em despesa para a União. Ainda mais que esse direito tem sido reiterada e insistentemente reconhecido pela Justiça brasileira. Mas dívida maior é a do Poder Executivo, cujos titulares, de 1988 até esta data, omitiram-se ante o compromisso solenemente estabelecido pela Constituição, que todos juraram respeitar e defender.

Mas não é só, Sr. Presidente. O art. 58 das Disposições Transitórias também prescreve que “os benefícios

de prestação continuada, mantidos pela Previdência Social na data da promulgação da Constituição, terão seus valores revistos, a fim de que seja restabelecido o poder aquisitivo, expresso em números de salários mínimos, que tinham na data de sua concessão, obedecendo-se a esse critério de atualização até a implantação do plano de custeio e benefícios referidos no artigo seguinte”. Mais do que isso, prescreve seu parágrafo único que “as prestações mensais dos benefícios atualizadas de acordo com este artigo serão devidas e pagas a partir do sétimo mês a contar da promulgação da Constituição.” Aí está, senhoras e senhores, o critério de avaliação que a Previdência alega faltar. Está, como se vê, no próprio texto constitucional, calcado na quantidade de salários mínimos que passou a ser, desde 5 de outubro de 1988, o valor do salário mínimo.

Todos nos lembramos de que todas as campanhas presidenciais de 1988 até esta data foram, inequivocamente, aproveitadas para que os candidatos, independentemente de sua orientação ideológica, ou de suas convicções partidárias, promettessem aposentadorias dignas e justas, pelo menos com base no valor efetivo das contribuições dos trabalhadores. O que nós temos visto, porém, é que se reajusta o salário mínimo por um determinado fator e o das aposentadorias não obedece ao mesmo padrão. Terão, porventura, os aposentados menos necessidades a suprir do que aqueles que estão em atividade? Pode-se alegar que os recursos despendidos durante a vida ativa com o transporte diário, que consome boa parte da renda dos trabalhadores, serão fatalmente economizados na inatividade. Mas se trata de um argumento falacioso e falso, se lembrarmos que é na aposentadoria, fase em que está a maioria ou a quase totalidade dos idosos, que os encargos com remédios e demais prescrições médicas aumentam. Esse argumento de que os aposentados podem ganhar menos do que quando estavam na ativa é de uma perversidade insuperável, e é típico daqueles burocratas insensíveis, que se mantêm nos escalões do poder atendendo de forma servil ao mandatário de plantão. (Palmas.)

Todos os dias assistimos ao espetáculo de aposentados que demandam os postos de saúde em busca dos remédios de uso continuado, sem que sejam atendidos, por motivos que vão da falta ocasional ao atraso na reposição dos estoques.

Nas mensagens que recebemos, a respeito desta comemoração, está o apelo pela inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003, e da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2006, ambas do nosso companheiro Senador Paulo Paim. O Congresso Nacional não pode ignorar o pedido de

oito milhões de aposentados e pensionistas, que há vinte anos vêm seu direito postergado, ignorado e descumprido pela incúria de sucessivos governos e a omissão do Legislativo.

Meu apelo é o mesmo desses brasileiros esquecidos, endereçado aos líderes partidários e ao ilustre Presidente da Casa, Senador Garibaldi, para que sejam incluídas na Ordem do Dia de nossos trabalhos as proposições que podem resolver uma justa demanda que se arrasta nos tribunais ante a indiferença dos sucessivos governos ao apelo dos que deram a maior parte de sua vida ao desafio do crescimento econômico e que padeceram uma sucessão de planos econômicos frustrados que oneraram seus ganhos, durante mais de duas décadas. O remédio que a Constituição assegurou aos aposentados e a seus descendentes não pode continuar a ter o travo amargo da desilusão ante a qual o País vê estiolar-se a esperança desses nossos irmãos.

Como dizíamos antigamente, Senador Paim, e precisamos voltar a dizer hoje, a luta continua. Vamos fazer por onde esse projeto seja colocado em pauta e vamos aprová-lo com toda certeza nesta Casa.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao Senador José Nery, Líder do PSOL, e, em seguida, à Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim; Exm^o Sr. Ministro de Estado da Previdência Social Luiz Marinho; Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Subcomissão do Idoso no Senado Federal; Sr. Benedito Marcílio Alves da Silva, Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas; Sr. Edison Guilherme Haubert, Presidente do Movimento Nacional de Servidores Aposentados e Pensionistas; Sr. Nísio Tostes, representante dos aposentados do Senado, quero saudar a presença de todos neste Plenário, especialmente a dos que participam de associações e de movimentos que têm como tarefa principal a defesa dos interesses dos aposentados, para esta justa sessão de homenagem pelo Dia Nacional do Aposentado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. Deputados Federais que até há pouco estavam presentes aqui, o crescimento da população idosa é um fenômeno mundial: em 1950, com 204 milhões e previsão para, em 2050, chegar a 1,9 bilhão, o que representará um quinto da população mundial. A expectativa de vida no Brasil está projetada para 80 anos, em 2025.

O envelhecimento é um direito e sua proteção, um direito social. O art. 9^o da Lei n^o 10.741, de 2003,

diz que é obrigação do Estado garantir à pessoa idosa proteção à vida e à saúde mediante efetivação de políticas públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.

Quero lembrar que a aposentadoria faz parte de um direito conquistado a partir da luta organizada dos trabalhadores e trabalhadoras. Infelizmente, as reformas neoliberais vivenciadas no Brasil, tanto no Governo anterior quanto no Governo atual, que a elas deu continuidade, têm criado enormes dificuldades para a garantia e a manutenção de direitos dos aposentados e pensionistas, tornando a vida dos brasileiros idosos cada vez mais penosa. Falo especialmente contra as seguidas reformas previdenciárias, que, em vez de garantir e ampliar direitos, na verdade, suprimiram, retiraram direitos dos trabalhadores, dos aposentados especialmente. (Palmas.)

Quero registrar a importância da aprovação do Estatuto do Idoso, no final de 2003, fato que materializou mais de 10 anos de luta pelos direitos de idosos e idosas.

Nesta sessão especial em homenagem ao Dia Nacional do Aposentado, é forçoso reconhecer que muito precisa ser feito para que o País esteja preparado para conviver com o fenômeno do aumento da expectativa de vida de nossa população. É preciso lembrar que milhares de brasileiros e brasileiras com mais de 60 anos foram espancados, torturados ou induzidos ao suicídio nos últimos anos; milhões de brasileiros idosos se encontram em situação precária de vida, compondo a multidão de pobres de nosso País; que os nossos aposentados recebem pouco e gastam praticamente todos os seus recursos com remédios, com assistência à saúde; que os Estados e Prefeituras, com raríssimas exceções, não possuem ações públicas direcionadas à assistência aos idosos.

Por isso, aproveitando essa merecida homenagem, quero reafirmar meu compromisso com a garantia dos direitos dos aposentados a uma vida digna.

Portanto, somamo-nos à reivindicação das entidades filiadas à Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas para trabalhar pela aprovação de vários projetos, entre os quais os de autoria do Senador Paulo Paim, que são símbolos da conquista e da garantia de dignidade para os aposentados do nosso País, que vem sendo insistentemente protelada.

Portanto, cada aposentado, cada pensionista, cada trabalhador e trabalhadora precisa estar muito atento a quem, aqui, neste Congresso e neste Senado, a quem, no Governo, realmente está interessado em garantir direitos que estão inscritos na Constituição, que precisam ser preservados, mas que, tristemente, são vilipendiados, fruto da incompreensão da importância

que têm os nossos aposentados e aposentadas na sua luta pela sobrevivência, na construção do nosso País com o seu trabalho, com a luta cotidiana de cada um, de cada uma. Mas aos idosos e à velhice não são garantidas aquelas condições mínimas de dignidade a que todos têm direito.

Quero homenagear, em especial, a todos que lutam, se organizam, que estão na Confederação, nos sindicatos, nas associações, nos movimentos, mas quero homenagear, em nosso imenso País, aqueles mais empobrecidos, mais excluídos, mais abandonados, aqueles e aquelas que chegaram à melhor idade – assim deveria ser de fato –, mas não têm qualquer benefício do Estado, que não têm sequer o benefício da prestação continuada – o que é muito pouco –, e muitos não o tem porque sequer possuem os documentos para identificar-se. Faltam-lhes documentos básicos da cidadania para ter acesso a um benefício do Estado.

Quero homenagear os desvalidos, os que, por este País afora, seja no campo, seja nas cidades, estão excluídos de qualquer benefício, de qualquer assistência do Estado brasileiro, da Nação brasileira, porque a esses, principalmente, devem-se dirigir as atenções no sentido da sua inclusão, como cidadão e cidadã, nas políticas de assistência, na aposentadoria, no benefício da prestação continuada, para que possamos resgatar e garantir a dignidade dessas pessoas.

Quero também, neste momento, dizer que me somo aos que me antecederam e aqui disseram da importância de os líderes partidários pressionarem para a inclusão, na pauta, dos projetos que beneficiam os aposentados. Esse é um compromisso...(Palmas.)

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) ..., esta é uma tarefa inadiável no ano em que o mundo celebra os sessenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, no ano em que o Brasil celebra os vinte anos da Constituição de 1988, a chamada Constituição-cidadã. Mas ela não será verdadeiramente cidadã enquanto as ações do Parlamento e dos governos não incluírem, efetivamente, todos os direitos que deveriam ser assegurados aos aposentados e idosos de nosso País.

Recebam nossa homenagem, nossa saudação. Mas, como fizeram alguns dos meus colegas, eu não poderia encerrar minhas palavras sem dizer a vocês que somos aqui testemunhas vivas e permanentes da dedicação do verdadeiro sacerdócio, da verdadeira determinação de um dos mais brilhantes dos nossos pares, de um dos companheiros da vida pública e parlamentar neste Senado, que honra o Brasil, honra o Rio Grande do Sul, Estado que representa, e que honra, principalmente, os trabalhadores e trabalhadoras deste

País, que honra os aposentados, que honra a luta pela valorização do salário mínimo, que se empenha para, efetivamente, combater e erradicar o trabalho escravo ainda existente no Brasil, daquele cuja atuação se identifica com os mais legítimos direitos de nosso povo. Tal qual fizeram meus colegas que me antecederam – eu sei que os senhores acompanham – quero dizer que todos temos o orgulho de ter na Presidência da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, autor desta sessão de homenagem aos aposentados do Brasil, e de saudar esse timoneiro da luta do nosso povo, da luta dos aposentados, que é o Senador Paulo Paim, orgulho da luta dos aposentados brasileiros. (Palmas.)

Finalmente, digo que aqui estarei sempre defendendo e apoiando todas as iniciativas que venham a ampliar direitos dos aposentados, das idosas e dos idosos brasileiros. Em nosso mandato, representando aqui o PSOL, Partido Socialismo e Liberdade, em nenhuma circunstância votaremos a favor de qualquer proposta que vise a diminuir direitos dos trabalhadores; votaremos por aquilo que vier a ampliá-los. É o nosso compromisso. É a nossa luta.

Parabéns a todos vocês pelo exemplo de compromisso com a construção de um Brasil mais digno e mais justo!

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos, de imediato, a palavra à nobre Senadora Serys Slhessarenko, que falará pelo Bloco de Apoio ao Governo.

A SRA SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Luiz Marinho, senhores que compõem a Mesa, faço, muito especialmente, uma saudação a todos os aposentados e às aposentadas, razão e sentido deste momento que a gente está vivendo aqui no Senado da República.

Quero, antes de começar minha fala, que vai ser breve, eu prometo, fazer uma homenagem muito especial às mulheres aposentadas, porque o Dia Internacional da Mulher vem aí, dia 8 de março, e nós, mulheres, sabemos todo o processo de discriminação que sofremos através dos tempos. Então, uma homenagem muito especial às companheiras mulheres.

Quero também fazer uma saudação especial aos homens aqui presentes, porque sabemos que são homens solidários, fraternos, generosos, que sempre ajudaram e vão continuar nos ajudando nessa luta pelo fim da discriminação.

Sr. Presidente, o Dia Nacional dos Aposentados é uma data muito importante para milhares e milhares de brasileiros e brasileiras que são homenageados e

homenageadas por tudo com que contribuíram para o crescimento desta grande Nação. Neste dia, também as centrais sindicais se reúnem para cobrar medidas que possam fazer justiça a essa categoria que cresce cada dia mais e que merece de todos nós o respeito devido.

Hoje, a maior luta dos aposentados é pela recomposição das perdas salariais. Não temos dúvida disso. A luta por melhoria nas condições de qualidade de vida, melhor tratamento dos aposentados e pensionistas têm de ser motivos de reflexão e alerta permanentes para todos nós. Pontos como a construção de uma farmácia popular, alta programada, auxílio-doença e a criação do conselho do idoso, com sua participação em temas como saúde, transporte, educação e tudo mais.

Eu, senhoras e senhores, fui Secretária de Educação e Cultura do meu Estado de Mato Grosso. Faz tempo, mais de 20 anos. Quando eu fui Secretária, há mais de 20 anos – fui Secretária por um ano; aí, eu fui mandada embora –, havia toda uma programação, uma busca, uma discussão não para que conseguíssemos simplesmente inserir a questão do idoso num currículo, mas para que pudéssemos trazer o idoso, com a competência, com a experiência que tem, para dentro das nossas escolas, para contar sua história de vida, sua experiência, suas conquistas e suas dificuldades às nossas crianças, aos nossos alunos. Tentei fazer isso, mas, infelizmente, meu tempo por lá foi pouco e não consegui levar essa proposta avante. Mas essa proposta não é difícil, senhoras e senhores, de ser levada.

Deixo aqui um alerta aos Secretários de Educação de todos os Estados do nosso País para que busquem trazer essa discussão para a escola, porque há muita riqueza dentro de cada um e de cada uma dos nossos aposentados, que precisa ser conhecida, que precisa realmente ser contada às nossas crianças e aos nossos jovens, que hoje sentem falta disso.

Costumo dizer aos meus netos, às minhas netas, aos meus *pequetitos*, como costumo chamá-los, que eles têm que conversar com as pessoas de mais idade, que têm que buscar essa experiência, que têm que buscar conhecer como eles conquistaram determinado espaço na sociedade, as dificuldades, inclusive, como aconteceram, porque, infelizmente, nossos jovens e nossas crianças hoje se aconselham muitas vezes com pessoas que não são as mais devidas. Por isso, há muito desvirtuamento, especialmente dos nossos jovens na nossa sociedade.

Digo sempre que tenho oportunidade e digo agora, aqui desta tribuna, àqueles jovens que porventura estejam nos ouvindo que ouçam as pessoas que têm mais idade, que ouçam os nossos aposentados, que

conversem com eles sobre os problemas que têm, que busquem nessa experiência espelho para continuidade de suas vidas. Tenho certeza de que isso vai contribuir muito para a melhoria da nossa sociedade, especialmente para o rumo dos nossos jovens e das nossas crianças que vêm aí.

Quero ainda dizer que, além de tudo isso que estou dizendo aqui, da necessidade da participação dos nossos aposentados junto à construção de uma nova sociedade, de uma sociedade melhor para todos, sem desperdício do conhecimento dos nossos aposentados, que talvez seja necessário um PAC que destrave, de vez por todas, as conquistas de direitos dos aposentados no Brasil, alertando os nossos governantes para a necessidade de políticas públicas de valorização daqueles que muito já contribuíram para o desenvolvimento do País.

Digo tudo isso porque, senhoras e senhores, nos meus três mandatos de Deputada Estadual no meu Estado de Mato Grosso, lutei concretamente por algumas conquistas, como a acessibilidade gratuita em transportes públicos ao idoso. Fui muito firme, foi uma luta muito difícil, foi muita mobilização, mas foi uma conquista concreta do nosso mandato o projeto de lei de acessibilidade ao transporte gratuito intermunicipal no Estado de Mato Grosso, tanto é que eles dizem, a título carinhoso à minha pessoa, que eu sou a madrinha dos idosos, dos aposentados no meu Estado de Mato Grosso.

Isso me orgulha muito.

Sr. Presidente, junto com o Deputado Wilson Santos, que hoje não é do meu Partido e é Prefeito da Capital de Mato Grosso, fomos responsáveis, à época, pelo fim de um privilégio em Mato Grosso. Eu me refiro ao FAP, aposentadoria, do meu ponto de vista, indevida, aos Parlamentares do Estado de Mato Grosso. Terminamos com essa aposentadoria aos Parlamentares de Mato Grosso porque achamos que era indevida. Não foi mérito só meu, mas também do então Deputado Wilson Santos.

Eu acho que a gente precisa lutar por conquistas, mas também lutar contra aquilo que é indevido, contra aquilo que a gente acha que é vergonhoso, por exemplo, aposentadorias com oito, doze anos, do meu ponto de vista totalmente indevidas. Conseguimos lá terminar.

Então, com tranqüilidade e autoridade, homenagem nesta data todos os aposentados e aposentadas do nosso imenso Brasil e, em especial, do meu querido Mato Grosso. Em nome do Sr. Silvino Monteiro, uma pessoa de bastante idade no nosso Mato Grosso, mas um batalhador, um lutador dia e noite pelas conquistas dos aposentados, quero homenagear todas

as lideranças e todos os aposentados do meu Estado de Mato Grosso.

Para encerrar, quero dizer aqui que temos notícias de que, hoje, em nosso País, nós já temos mais de 11 mil pessoas com mais de 100 anos. Mais de 11 mil pessoas com mais de 100 anos! E eu quero dizer aqui, com a força do meu coração: que todos que estão aqui e que não estão aqui; que milhares, que centenas de milhares, que milhões de pessoas vamos chegar a mais de 100 anos, com certeza, neste País, com qualidade de vida, com qualidade de vida, sim, e com qualidade de vida proporcionada por políticas públicas da melhor qualidade, para que a possamos chegar a mais de 100 anos com uma vida muito boa.

Parabéns a todos e a todas e a minha homenagem sincera e o meu abraço muito carinhoso a todos e a todas. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Neste momento, é com muita satisfação que passo a palavra ao Ministro da Previdência Social, Luiz Marinho, que aceitou quando esta Presidência, juntamente com o Presidente Garibaldi, fez o convite. S. Ex^a, de pronto, colocou-se à disposição para estar aqui, a fim de dialogar conosco. Então, o Ministro vai à tribuna e disporá do tempo que entender necessário.

Em seguida, terão a palavra, pela ordem de inscrição, os Senadores Valter Pereira, Leomar Quintanilha, Papaléo Paes e a Senadora Lúcia Vânia.

Depois, farei o pronunciamento de encerramento.

O SR. LUIZ MARINHO – Sr. Presidente, em primeiro lugar, o meu boa-tarde a todos os companheiros e companheiras, nossos queridos aposentados, aposentadas e pensionistas que estão presentes e os de todo o nosso País.

Quero cumprimentar o nosso querido irmão, amigo e companheiro Senador Paulo Paim, que preside, neste momento, a sessão.

Antes, eu quero dizer a vocês por que pedi para falar agora. Eu me programei para ficar aqui das dez horas ao meio-dia. Às 9h45, estava no gabinete do Presidente Garibaldi. Infelizmente, tenho que cumprir a agenda e procuro fazer isso com determinação, sem atrasar os compromissos assumidos. Então, peço licença a vocês para falar agora e sair em seguida.

Quero cumprimentar o Senador Leomar Quintanilha, companheiro, irmão e amigo; Benedito Marcílio, companheiro de muitas lutas, Presidente da Cobap; Edison Guilherme Haubert, Presidente do Movimento Nacional dos Servidores Aposentados e Pensionistas; e Nísio Tostes, representante dos aposentados do Senado.

Quero cumprimentar os meus companheiros, Senadores, Senadoras, Deputados presentes, a Presidente da Anfip, companheira Assunta, que está aqui prestigiando também esta sessão.

Eu quero dizer a vocês que vou falar do projeto do Senador Paim, mas, antes, quero falar para vocês e para o Brasil, em breves palavras, o pouco que nós estamos procurando fazer à frente da Previdência. O Benedito Marcílio é testemunha disso, pois tem acompanhado, fizemos vários debates já neste quase um ano em que estou à frente da Previdência Social. Para muitos, parece que eu assumi há muito tempo a Previdência, mas, na verdade, eu assumi dia 29 de março do ano passado. Portanto, vou completar um ano à frente da Previdência daqui a pouco.

O Presidente Garibaldi disse aqui, na abertura, que às vezes é muito fácil falar, mas entre o falar e o fazer há uma distância. O mundo real é mais concreto, mais difícil e mais duro do que às vezes o simples desejo das palavras. De fato, nós podemos constatar isso.

A Previdência Social, meus companheiros, a impressão que eu tenho, como Ministro da Previdência hoje, é que ela estava abandonada, um pouco largada, descuidada, por décadas e décadas a fio. Então, nós traçamos a tarefa e o planejamento metódico de curto, médio e longo prazo, para fazer frente a tantas demandas existentes em cada canto deste País, em cada agência, em cada posto da Previdência Social. Nós resolvemos algumas delas, outras teremos que resolver ainda no tempo. E uma das que nós resolvemos foram as filas horrorosas, trágicas, desrespeitosas para os nossos aposentados. Não somente para os nossos aposentados, porque os trabalhadores da ativa, também, quando tinham que recorrer a um auxílio doença, a um auxílio acidente, a um benefício qualquer, enfrentavam aquelas filas horrorosas em todas as agências. As pessoas, às vezes, atravessavam a noite em fila para tentarem ser atendidas no dia seguinte. Isso já ficou para trás na história do nosso País e nesses 85 anos de história da Previdência Social.

Mas isso não basta. É preciso fazer um processo de agendamento que guarde uma relação rápida, para que o pessoal não precise esperar tanto. Não basta a condição de marcar de casa em uma agência, de forma confortável, ligando para o número 135, se essa agenda vai demorar muito tempo para ser feita; é preciso também perseguir que esse agendamento seja feito dentro do prazo razoável. E esta é exatamente a demanda que nós estamos trabalhando neste momento.

É preciso garantir condições de trabalho aos nossos servidores e servidoras, que são quem de fato podem garantir um bom atendimento a todos os brasi-

leiros e brasileiras nas nossas agências. Mas é preciso deixar claro que é necessário enfrentar um debate até ideológico que, às vezes, ocorre nesta Casa, no Congresso Nacional e na sociedade.

Quando se fala em concurso, muitos já vêm dizer que os concursos são porque o Governo Lula é muito estatizante, é muito isso, é muito aquilo, e quer inchar a máquina pública. Os concursos são para criar melhores condições estruturais do Estado Brasileiro, para bem atender ao povo brasileiro. E nesse sentido, há neste momento um concurso no INSS, para contratar dois mil novos funcionários, dois mil novos servidores, para melhorar os serviços em cada canto, em cada agência do nosso País. Mas isso ainda é insuficiente, quero avisar os senhores. No ano que vem, haverá um novo concurso, está previsto um novo concurso para 2009, e ainda um outro concurso para 2010, para ir criando condições para, de fato, resolvermos, de uma vez por todas, o atendimento aos companheiros e companheiras.

Para vocês terem uma idéia da minha introdução, esses dias eu abri um encontro de qualificação, de formação, Senador Paim, e um servidor deu o seguinte depoimento: “Ministro, eu estou há quinze anos na casa. Nunca tive oportunidade de participar de um curso de qualificação”. São quinze anos! Muitos gerentes e chefes de agências, porque se destacavam no trabalho, eram colocados para chefiar ou para gerenciar, sem a oportunidade de um processo de gerenciamento, para poderem dar conta da sua tarefa. Como pode funcionar uma casa assim? Esse é o histórico da nossa Previdência das últimas décadas.

Estou chamando a atenção dos senhores para dizer que estamos trabalhando com muito afinco. No ano passado, consegui junto ao Presidente da República, quando assumi o Ministério da Previdência Social, além de toda a liberação do Orçamento, R\$385 milhões adicionais, para poder planejar a reformulação de todas as agências – estava prevista em 2007 e faremos em 2008 –, a ordem de mil reformas e onze novas agências especializadas em concessão de benefícios, para poder adequar o atendimento da nossa companheirada na Previdência Social.

Conseguimos para este ano R\$180 milhões, que já estão disponíveis para a Dataprev fazer os investimentos e a modernização da empresa, a fim de melhorar seus sistemas e garantir que o INSS possa funcionar adequadamente em cada agência espalhada pelo nosso País.

Estamos trabalhando para criar condições de blindar o nosso sistema e combater as fraudes. Estamos sendo rigorosos no combate às fraudes, e há a força-tarefa que estamos fazendo junto com a Polícia

Federal. Inclusive prometi ao nosso Diretor-Geral da Polícia Federal, Dr. Luiz Fernando, na semana passada, que vou dobrar os recursos disponíveis para as forças-tarefas que temos em parceria com a Polícia Federal, para combater e debelar as quadrilhas organizadas que tentam fraudar a Previdência Social em todo o País.

Mas não é somente isso. Além de prender – foram presas 121 pessoas no ano passado –, de desbaratar as quadrilhas, é preciso blindar o nosso sistema, para dificultar e evitar que novas fraudes continuem ocorrendo em nosso País.

Junto com isso, aumentei a quantidade de advogados que busquem analisar cada processo administrativo disciplinar para debelar de uma vez por todas a minoria dos maus servidores que se utilizam da condição de servidor público para fraudar a Previdência. Nesse sentido, no ano passado, fiquei em primeiro lugar no *ranking*, como o Ministro que mais demitiu servidor público. Digo isso com muita tristeza, porque quando a gente demite um servidor é porque ele não estava cumprindo o papel de servidor público. Mas registro, mais uma vez, que se trata de uma minoria insignificante da casa que utiliza esses métodos.

Por essa razão, quando falamos isso, é para fortalecer e valorizar a maioria esmagadora das servidoras e servidores públicos deste País que honram a condição de serem servidores públicos brasileiros.

Para terminar, companheirada, quero dizer a vocês que, além de trabalhar a melhoria de gestão, o combate às fraudes, dar garantia e melhoria, é preciso tratar os aposentados e aposentadas com a dignidade e o respeito que eles merecem. E é nessa condição que eu venho aqui hoje, para prestar essa homenagem aos nossos aposentados e aposentadas do nosso País. (Palmas.)

Digo isso porque tenho-me relacionado com vocês há muito tempo. Encontrei aqui, Paim, vários companheiros que caminharam os quarenta quilômetros comigo na primeira marcha do salário mínimo quando eu era Presidente da CUT. Encontrei aqui vários companheiros aposentados com os quais debati ao longo do tempo como Presidente da CUT. E lá, como Presidente da CUT, eu dizia que era preciso conquistar junto ao governo uma proposta que buscasse valorizar a condição do salário mínimo para haver melhor poder de compra.

Quando assumi o Ministério do Trabalho, pedi ao Presidente Lula uma condição para assumir o cargo: que me autorizasse a construir uma política que valorizasse o poder de compra do salário mínimo, e essa condição me foi dada.

Essa política existe hoje. Por essa razão, o salário mínimo vem crescendo ano após ano no nosso Governo, mais do que aconteceu na história recente do nosso País. Essa é uma conquista para milhões e milhões de trabalhadores e trabalhadoras da ativa e aposentados. Aliás, a maioria dos aposentados e pensionistas do nosso País está enquadrada no salário mínimo, sendo altamente beneficiada por essa conquista.

Junto com o salário mínimo, também consegui formular a política, respaldada pelo Presidente Lula e pelo Governo e aprovada nesta Casa e no Congresso Nacional, para que não houvesse defasagem na tabela do Imposto de Renda durante o nosso Governo. Portanto, o Presidente Lula terminará os oito anos de seu Governo sem nenhuma defasagem na tabela do Imposto de Renda. Isso é importante porque, nos governos anteriores, a tabela do Imposto de Renda ia sendo defasada. Somente isso injeta na economia R\$4 bilhões por ano que ficam no consumo, na movimentação da economia, e o salário mínimo introduz mais R\$30 bilhões por ano.

Por essa razão, a economia está crescendo de maneira sustentável: o mercado interno está expandindo.

Essa situação levou a uma reclamação forte dos nossos companheiros e companheiras das entidades de aposentados e pensionistas: o fato de o salário mínimo crescer além da inflação e as aposentadorias aumentarem apenas conforme a inflação criou uma distorção. Não é uma defasagem. É uma distorção.

Ouvi atentamente os Senadores que se pronunciaram até agora, falando da necessidade de votar o projeto do querido Senador Paulo Paim. Só quero chamar atenção para o seguinte: quando votarem o projeto, destinem, por favor, receita também. Pediram o meu apoio aqui. Se houver receita destinada, terão o meu apoio no projeto. (Palmas.) O Presidente Garibaldi Alves Filho diz: "Falar é fácil, fazer é mais difícil". Precisamos deixar claro se há ou não receita, porque aprovar simplesmente pode não resolver a questão.

Devemos agir com extrema responsabilidade nesse processo. Acima de tudo, queremos olhar para nossos filhos e netos – ainda não tenho netos, mas há projeto para tê-los em breve, pois minha filha, que já é casada, embora muito nova para meu gosto, talvez possa incluir-me também no time dos avós – e ter consciência de que não estamos fazendo nada agora que comprometa a sustentabilidade da Previdência no futuro.

Esse é um desafio para mim, para cada um de nós aqui, para os Senadores e Senadoras, para cada brasileiro e brasileira do nosso País. Se trabalharmos assim, podemos encontrar uma equação boa.

Disse ao Benedito Marcílio na última audiência que fiz com a Cobap: Como Ministro da Previdência, tenho toda disposição de dialogar, sempre. E há uma questão que, às vezes, as lideranças colocam e a respeito da qual eu digo: Podemos estudar dessa forma. Qual é? Se é verdade que temos o impacto da inflação, o impacto no custo de vida diferenciado para os aposentados, podemos estudar, com o IBGE, com o Instituto de Pesquisas Econômicas, se é possível constituir um indicador que busque responder a essa equação. Isso é um estudo, essa é uma possibilidade, e coloco que há abertura para fazê-lo.

Então, quero aqui, com estas palavras, agradecer a atenção dos senhores e das senhoras, deixar um abraço forte para cada companheiro e companheira aqui e desejar que Deus continue nos iluminando e nos guiando nas decisões que tenhamos que tomar em torno desse e de qualquer assunto, para que nós possamos ter, acima de tudo, sustentabilidade em nosso sistema previdenciário, com muito respeito pelos nossos aposentados e pensionistas.

Muito obrigado, um forte abraço, fiquem com Deus! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero, de imediato, passar a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Magno Malta.

Senador Magno Malta, V. Ex^a dispõe da palavra por 10 minutos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr. Ministro Luiz Marinho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Magno Malta, peço licença para informar à Casa, como S. Ex^a já havia anunciado, o Ministro, neste momento, vai retirar-se, mas continuamos com a nossa sessão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, eu não poderia me furtar desse privilégio de me congratular, de abraçar, de homenagear os aposentados do meu País. E o faço, abraçando os aposentados do meu Estado e também V. Ex^a, que, antes de ter uma vaga, um assento no Parlamento federal, eu já o admirava tanto pela sua luta, pelo seu desprendimento em favor da causa do aposentado brasileiro, em favor da causa do meu pai e da minha mãe. Quando me tornei Deputado Federal com V. Ex^a, tive o prazer de vê-lo agir e encampar o sentimento do seu coração. Cheguei ao Senado Federal junto com V. Ex^a, Senador Paim, e a marca mais contundente de V. Ex^a, incluindo a luta pelos aposentados, é a luta pela vida humana.

Tem muita coisa que eu não consigo entender. Eu tenho muito medo de sessão solene, porque a gente acaba falando o que os outros já falaram e, quando busca informação, busca na Internet, e os números são sempre os mesmos, os nomes são os mesmos, acaba-se falando as mesmas coisas e a sessão solene, muitas vezes, se torna uma tortura para quem está presente, porque costuma-se falar as mesmas coisas. Não quero torturar ninguém mais do que já são torturados os aposentados, mas há coisas que não consigo compreender.

As conquistas que os aposentados têm no Brasil, aliás, não podemos debitar este momento na conta do Presidente Lula nem de seu Governo. Os maus tratos aos aposentados é uma coisa antiga. Esse procedimento nocivo para com os aposentados é tão velho... Não podemos debitar na conta do Presidente Lula esses maus tratos que vêm de longo tempo, senão implorar a ele que a misericórdia que cerca o seu coração e que o leva na direção dos pobres do Brasil, onde ele tem centrada a grande visão de seu Governo, se essa misericórdia alcançar os aposentados do Brasil, teremos todos os problemas dos aposentados resolvidos.

Penso que o problema do aposentado no Brasil não se dá para resolver fazendo conta, Senador Mão Santa. A conta tem de passar pelo intelecto. Tratar da questão daqueles que construíram o País tem de passar pelo coração, Senador Paim. Essa questão tem de vir pela via da sensibilidade e atingir o intelecto. Se a via for inversa, vamos ficar remando, remando, como estamos fazendo hoje aqui: homenageando quem construiu o Brasil.

Existem coisas muito tristes em tudo isso. É triste ver, Senador Valter Pereira, alguém que ajudou a construir esta Nação e a ela deu seus melhores dias, deu suas energias, sua juventude e, quando chega no melhor de sua idade, vive o pior de seus dias, porque é muito raro você encontrar um aposentado que tenha condições absolutas de pagar a farmácia no final do mês. O normal é encontrar aposentados que não têm como pagar a farmácia.

Esses homens deram as suas vidas, suas energias e construíram investindo o pouco que tinham nos filhos, e aqueles que assim o fizeram, que deram educação para os filhos, e filhos que ainda têm o olho voltado para o pai, para a mãe, na visão bíblica de que quem honra pai e mãe prolonga seus dias, esses filhos assumem o pai e a mãe na velhice, assim como eu fiz com os meus, porque foi esta Nação que eles construíram com suas energias, com seus melhores dias.

Na sua terceira idade, que é um grande momento na sua vida, até porque quem foi que disse que a idade é o requisito para a morte? Requisito para a morte é

estar vivo. E daí não entender por que os aposentados, em sua idade madura, são relegados a um plano secundário. Porque o requisito para morrer é estar vivo. O jornal mostra todos os dias gente de 2, 15, 20, 30, 40, 50 anos de idade que morrem, e conhecemos gente de 60, 70, 80 e que está viva. A idade não é requisito da morte. O requisito da morte é estar vivo. E por que os aposentados deste País são relegados a um plano secundário? Por que eles já não são mais úteis para o mercado de trabalho? Outra coisa que não entendo. Com todo o vigor, com toda a energia, com todo o seu raciocínio, seu tirocínio, tudo no lugar, prontos a ensinar, prontos a colaborar.

Existe uma experiência, Senador Paulo Paim, não sei se verdadeira, não posso afirmar, mas quem me falou não iria contar uma mentira deste tamanho: que a Azaléia, aquela empresa que era do seu Estado e foi para a Bahia, exatamente para minha Itapetinga, cidade em que fui criado no interior da Bahia – e agradecemos aqueles dez mil empregos que foram para lá; atingiram minha Macarani, onde nasci, cidade pequenininha, Itapetinga, por ali – mas, disseram que a Azaléia instituiu um programa chamado Meu Último Emprego. Começou a admitir pessoas acima de 50 anos de idade, e mudou a vida da fábrica, mudou a história da empresa, com dedicação, com felicidade, com responsabilidade. Então, essa é uma força que ou estamos querendo matar, ou estamos querendo fazer dormir na marra, no Brasil, que é a força do aposentado brasileiro. Senador Paim, até por que “último emprego” não é pejorativo, porque o primeiro emprego pode ser o último. Você pode arrumar um emprego com 20 anos de idade e morrer. Então, nada é pejorativo. Acho que é importante que tenhamos a visão de que o aposentado é peça tão importante para este País quanto um menino de 25 anos, 30 anos de idade.

Quando se diz: “Fizemos uma conquista, os aposentados agora vão ganhar um passe de ônibus”, acho isso tão triste. Parece que está dando esmola para quem não precisa de esmola, para quem tem força de trabalho, para quem tem energia, para quem tem capacidade, quem tem vivacidade, quem tem sabedoria para dar, esbanjar. “Ah, foi uma conquista, vamos dar isso para eles agora”. Como quem dissesse: “Coitado dos velhinhos. Vamos dar isso para eles agora. Vamos dar uma forcinha para eles”.

Senador Paim, é difícil entender como um indivíduo no melhor das suas energias recebe um salário e, quando pede sua aposentadoria, parece que ele pede, quando assina, implora às pessoas para levá-lo a um plano secundário. E aí seu salário desaba. E seu salário não tem equiparação nunca mais. Os re-

ajustes são absolutamente menores que os reajustes daqueles que estão na ativa.

Por isso, eu disse, no começo da minha fala, que não consigo compreender por que esses números tentam determinar essa questão. Isso é de difícil compreensão para mim. Sou filho de uma mulher que morreu ganhando meio salário mínimo por mês, nem aposentada foi, e filho de um pai que morreu aos 74, aposentado, que, se eu não pudesse comprar os remédios dele, nem remédio iria ter, talvez nem vivesse os 74 anos. E com todas as dificuldades da minha mãe, que era uma faxineira, ela ajudou a construir este País, com todas as deficiências do meu pai, que era um simples relojoeiro, ele ajudou a construir este País, porque a minha vida, a minha honra, é fruto da honra deles, que ajudaram a construir este País. (Palmas.)

Então, fico muito triste, Senador Paim. Quero encerrar a minha fala fazendo um pedido ao Presidente Lula, e, mais uma vez, reafirmo que essa miséria toda que se faz contra os aposentados não é algo novo nem nasceu no Governo dele, não debito na conta dele. O Presidente Lula é um homem de coração sensível e, quando fala de pobre, fala com verdade. Quando criou esses programas todos, gostem ou não, as pessoas gostam. O País tem 40 milhões de pessoas que já sofreram tanto, que já foram tão humilhadas e espezinhadas, que já foram espoliadas e esfoladas, que não venham com essa história de ensinar a pescar porque não vão aprender mais não. Tem que dar o peixe na mão deles mesmo, mas tem que ensinar os filhos deles... (Palmas.)

Agora, o filho deles tem que receber inclusão social, escola, cidadania. E o Presidente Lula está fazendo mais de duzentos Cefets no Brasil para formar mão-de-obra, para que, mais tarde, eles não precisem mais do Bolsa-Família; mas, hoje, os pais precisam, sim. Então, goste quem quiser gostar.

Então, peço ao Presidente Lula que, com essa mesma sensibilidade, raciocine com o coração a situação dos aposentados no Brasil e chame o seu Ministro, o nosso querido Marinho, e seus técnicos – técnico é gente muito intelectual e é difícil para mim alcançá-los, porque, na sua grande maioria, estudaram em bons cursinhos, e alguns foram até de carro importado, e alguns fizeram curso em Harvard, e eles têm tanta técnica que tudo o que eles falam, se der certo, eles são gênios e, se der errado, foi o povo que não cooperou. Então, não sei conversar com eles, porque essa coisa técnica não entra no meu coração.

Peço ao Presidente Lula que, tão sensível às causas daqueles que são discriminados, chame a todos eles, junte todo eles e peça-lhes, se possível, pelo amor de Deus, que trate a questão dos aposentados

com o coração, dentro da visão que Sua Excelência tem tido com os pobres do Brasil. Não que os aposentados sejam pobres. Mas, mutilados como já foram, humilhados, espezinhados e relegados a um plano secundário, é preciso que alguém tenha uma atitude dessa natureza para devolver aquilo que é de direito do aposentado brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Cumprimento o Senador Magno Malta, que cumpriu o tempo solicitado por esta Presidência.

De imediato, passo a palavra ao Senador Valter Pereira e, em seguida, ao Senador Mão Santa, ao Senador Papaléo Paes, ao Senador Quintanilha e à Senadora Lúcia Vânia – o Senador Papaléo Paes lembra aqui que está na frente do Senador Mão Santa. Depois, farei o meu pronunciamento de encerramento desta brilhante sessão, que está mostrando a disposição do Senado da República de aprovar o PL nº 58. (Palmas.)

O SR VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente ilustre Senador Paulo Paim; Senador Papaléo Paes, componente da Mesa Diretora; Senador Sérgio Zambiasi; Senador Leomar Quintanilha, que se ausentou neste instante para atender a compromisso na Comissão que preside; Sr. Benedito Marcílio Alves da Silva, Presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (Cobap); Sr. Edison Guilherme, Presidente do Movimento Nacional dos Servidores Aposentados e Pensionistas; Sr. Nísio Tostes, representante dos aposentados do Senado, figura largamente conhecida de todos os Senadores, já que, nesta Casa, ocupou vários cargos importantes, inclusive de Chefe de Gabinete de alguns Senadores, como no caso do Senador Pedro Simon e de outros, ouvi atentamente a fala de todos os Colegas que me antecederam.

Mas, no início do meu pronunciamento, antes de me reportar ao que disseram os meus Colegas, não poderia deixar de homenagear, na figura desses eminentes baluartes do movimento dos aposentados, que tão bem representam esse segmento importante da sociedade brasileira, que estão compondo a Mesa, não poderia deixar de homenagear aqueles que estão aqui no plenário. Muitos com cabelos brancos, com sulcos profundos que o tempo impôs à face de cada um.

Não poderia deixar de homenagear aqueles que estão aqui, mulheres e homens, como aqueles que estão alhures, incluindo os do meu Estado de Mato Grosso do Sul. Quero, hoje, homenagear a todos aqueles do meu Estado que estariam neste plenário se ele estivesse mais perto. Mas, tenho certeza, estão com

o coração pulsando nesta sessão que, hoje, traz tanta emoção a todos nós.

É bem verdade que nós não podemos imaginar que o aposentado, neste dia, só recebe homenagens e só recebe flores, porque esta é uma sessão que nos leva também a uma reflexão profunda, que tem sido feita no Senado, sim, através dos representantes do povo brasileiro, da Federação brasileira nesta Casa, encarnada, sobretudo, na figura deste grande Senador que preside a sessão, Senador Paulo Paim.

E essa reflexão se faz necessária, porque, efetivamente, as criaturas que chegaram no ocaso da vida e que estão trabalhando, lutando, resistindo, têm tudo a ver com as pessoas que representam a sociedade aqui no Senado Federal.

Quantos não são os Senadores e os Deputados filhos de aposentados? Aqui falou o Senador Magno Malta, há poucos instantes, de sua condição de filho de uma aposentada que viabilizou os seus primeiros passos, que o empurrou para a vida.

A homenagem é justa e a reflexão necessária porque, embora o Congresso Nacional, especialmente o Senado, que é onde se presta esta homenagem, tenham se manifestado e agido no sentido de dar a devida recompensa pelos trabalhos realizados, pela dificuldade da vida ativa, apesar de dotarmos este País e os aposentados em particular de numerosos diplomas legais que balizam uma melhor condição de vida, ainda existe muita iniquidade a rondar a vida de cada aposentado do nosso País.

Assisti aqui ao pronunciamento do ilustre Ministro da Previdência Social, Luiz Marinho, que falou de grandes conquistas. Indiscutivelmente sua gestão tem avanços que nós devemos reconhecer e precisamos, por isso, dizer que ele está cumprindo bem o seu dever.

No entanto, tenho que divergir do ponto que ele enaltece como uma conquista e eu diria que está mais no campo de uma aspiração, de uma esperança; está mais no campo de um sonho do que de uma conquista: as filas. Não posso deixar aqui de reconhecer que as filas, que tanto constroem os aposentados, ainda não acabaram. Há filas tanto nos estabelecimentos públicos quanto nos estabelecimentos privados. A lei que obriga a dar prioridade para os idosos, e aí se incluem os aposentados, obviamente, ainda não se aplica na sua inteireza. Existe muita fila, sim, existe muita humilhação, sim, e isso precisamos remover.

O relacionamento da Administração Pública com o contribuinte, com o aposentado e com quem ainda não se aposentou passa por uma política de pessoal que estamos ainda distantes de ver, que estamos distantes de compartilhar, uma política de pessoal em

que é preciso ter prioridade e que infelizmente não tem tido esse *status* em muitas e muitas administrações. É preciso que se reconheça que não é da atual Administração o descaso com o contribuinte, de maneira geral, com o cidadão brasileiro. Essa política de descaso vem de antanho, vem de muito tempo.

É preciso, aqui lembrou o Ministro, cujo Ministério está oferecendo alguns cursos de capacitação, que o servidor público tenha uma consciência muito clara de que o serviço público é um serviço de toda a sociedade e, como tal, o servidor público é um servidor da própria sociedade, porque o Estado é o instrumento, é a ferramenta da sociedade, e é preciso que ele seja treinado, que ele seja conscientizado, que ele tenha efetivamente um compromisso de atender bem, porque ele é pago pela sociedade e, portanto, tem que atender com respeito, com zelo e sobretudo com muito amor, todos aqueles que o procuram como pessoas da comunidade, em especial aqueles que têm, a denunciar a sua idade, os cabelos brancos. Esses precisam de um pouquinho mais de respeito do que aqueles que são cidadãos comuns. E é exatamente esse cidadão, essa cidadã de cabelos brancos que estamos homenageando hoje.

Gostei da proposta, Presidente Paim, de se unificarem todos os projetos que dizem respeito aos interesses dos aposentados. Se isso acontecer, estará lá uma proposta de minha autoria que V. Ex^a subscreveu, uma PEC que visa a garantir que os pensionistas todos tenham tratamento isonômico, porque hoje existe uma distinção de tratamento entre os pensionistas.

Uns ganham um valor e outros ganham outro. Isso tudo aconteceu por quê? Começou com a Lei nº 8.213, de 1991, que trata dos benefícios da Previdência; depois, passou pela Lei nº 9.032 e pela Lei nº 9.528. O legislador, naquela ocasião, buscou essa equiparação. Mas, na hora da aplicação, o que aconteceu? Quem ficou para trás passou a receber menos do que os atuais. Então é preciso corrigir esta iniquidade. E a PEC de minha autoria, que V. Ex^a assinou, Sr. Presidente, busca exatamente estabelecer o respeito ao princípio da isonomia para que todos tenham um benefício uniforme.

Gostaria de ter falado aqui, Sr. Presidente, enquanto estava presente o Ministro Luiz Marinho, porque eu gostaria de lhe dar uma sugestão, uma sugestão para ele tomar uma iniciativa sem nenhum risco de quebrar a Previdência: abolir, acabar com a contribuição obrigatória de 11%, que incide sobre os benefícios recebidos por todos os aposentados.

Não se justifica, Sr. Presidente, cobrar de quem foi para a inatividade a contribuição para a manutenção da Previdência. E posso assegurar a V. Ex^a e asseguro

rar aos Parlamentares que estão presentes aqui hoje – eu não fiz o registro do Senador Arns, que chegou aqui há poucos instantes e já estava notando a falta dele porque é um grande parceiro também desta causa –; posso assegurar a V. Ex^{as} e assegurar a todo o País que abolir essa contribuição não vai quebrar a Previdência porque, no contexto das receitas deste País, no contexto de todo o Orçamento, é um valor muito pequeno, muito pequeno para o Estado, mas muito grande, muito importante para todos os aposentados, especialmente aqueles que estão na base da pirâmide social.

Então, fica aqui de público a proposta que, tenho certeza, será encampada por V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Faço um apelo a V. Ex^a.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – ... e que será encampada também pelos demais colegas.

Encerro as minhas palavras dizendo a todos as senhoras e os senhores que o Senado Federal, além de representante da Federação, além de representante dos Estados, com certeza, é a Casa dos aposentados.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos, de imediato, a palavra ao Senador Papaléo Paes e em seguida ao Senador Mão Santa, que, inscrito há muito tempo, cedeu seu lugar a outros Senadores.

Com a palavra o Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente; Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores; Sr. Benedito Marcilio, Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas; Sr. Edison Haubert; Sr. Nísio Tostes, representante dos aposentados do Senado; senhoras aposentadas e senhores aposentados e pensionistas; demais presentes, senhoras e senhores, a homenagem que ora prestamos aos aposentados e pensionistas brasileiros pelo Dia do Aposentado é, além de gratificante, muito oportuna.

Gratificante, porque faz bem à alma expressar os sentimentos de reconhecimento e de gratidão àqueles que por tanto tempo contribuíram para o bom funcionamento da sociedade brasileira. Oportuna, porque essa ocasião se revela propícia para o reexame das condições em que vivem os aposentados e os pensionistas brasileiros, sobrevivendo com poucos recursos e ainda, muitas vezes, garantindo a subsistência de suas famílias, após uma vida inteira de dedicação ao trabalho.

Como é de amplo conhecimento, o dia 24 de janeiro foi escolhido para homenagear os aposentados. Nessa data, em 1923, ocorreu a assinatura da Lei Elói

Chaves, que criou a caixa de aposentadorias e pensões para os empregados de todas as empresas privadas de estradas de ferro, então existentes.

Anteriormente à vigência da citada lei, a Previdência Social atendia exclusivamente aos servidores do Governo Federal, o que evidencia o alcance da medida, que passou a representar um marco no nosso sistema previdenciário.

O Brasil tem hoje, de acordo com a Dataprev, cerca de 25 milhões e 100 mil aposentados que percebem o benefício médio de 540 reais. A maioria deles, quase 15 milhões, recebe o salário mínimo, o que é muito pouco para a sua própria manutenção e muito menos para a manutenção de suas famílias. O Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas (Sintap) lembra que a desvinculação entre o salário benefício e o salário mínimo, ocorrida em 1991, deixou desprotegido esse segmento, que tem reduzido a cada dia o seu poder de compra. Assim, benefícios que antigamente eram razoavelmente superiores ao salário mínimo vão sendo arrojados e só não se situam em patamar inferior a este porque a Constituição não permite.

Aqui, senhoras e senhores, quero registrar que esse foi mais um dos calotes que o Governo deu nos aposentados e pensionistas. Muitos de nós não testemunhamos pessoas fazendo sacrifício, tirando da sua família, da boca dos seus filhos, para dar uma contribuição para ter, na sua aposentadoria, a tranquilidade de receber, por exemplo, oito ou dez salários mínimos de aposentadoria, e, depois, o Governo, mais uma vez, deu o calote nos aposentados.

A preocupação, senhoras e senhores, se justifica. Ainda de acordo com o Sintap, estudos recentes indicavam que em dez anos 95% dos aposentados e pensionistas brasileiros estarão ganhando o minguado salário mínimo, caso não haja uma mudança no cálculo de reajuste dos seus benefícios. Para essa entidade, “é preciso considerar a Previdência como um importante mecanismo de distribuição de renda e de minimização dos efeitos da exclusão social.

Há dois anos, conforme reportagem *Hora do Povo*, 3.773 ou 67,8% dos 5.561 municípios brasileiros tinham como principal recurso econômico as aposentadorias e pensões. Esses benefícios além de sustentarem os 23 milhões e 100 mil aposentados, segundo informavam as reportagem, sustentavam também indiretamente 55 milhões de pessoas, aproximadamente 45% da população brasileira.

As observações do periódico são corroboradas pela psicóloga Anita Liberalesso, ex-coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Gerontologia da Unicamp. Contestando a idéia muitas vezes disseminada de que

os idosos não contribuem para a sociedade e demandam muitos gastos públicos, ela afirma que às vítimas na falta de soluções, ou seja, na falta de ação do Governo, são apontadas como culpadas pela situação.

E aqui, Srs. e Sr^{as} aposentados e pensionistas, não podemos esquecer que nenhum dos senhores, e futuramente nós, que estaremos integrando este grupo de aposentados, são culpados de o Governo fazer mau uso do dinheiro público, destinado única e exclusivamente à manutenção do futuro das pessoas que tantos serviços prestaram ao Brasil.

Ninguém é culpado se gastaram o dinheiro com obras que não têm nada a ver com a Previdência; ninguém é culpado se o Governo hoje cobra dos aposentados 11% desse salário – desculpem-me, por favor, – miserável que os aposentados recebem, contribuindo assim – desculpem-me mais uma vez o termo que eu usei – com novecentos e tantos milhões, que, para o Governo, não significa nada, absolutamente nada.

O Governo deveria tomar a sua responsabilidade, principalmente o Presidente Lula, que tanto em seus pronunciamentos, em suas diversas candidaturas, usou o discurso em favor do aposentado. A simples suspensão da criação dessa TV pública, que é uma excrescência, que não tem nada a ver, isentaria as senhoras e senhores, que descontam 11% dos seus salários, dessa contribuição. O Senhor Presidente não está cumprindo com o seu papel perante os aposentados e pensionistas brasileiros.

Quero dizer às Senhoras e aos Senhores que eu, talvez, seja o único da história nesta atual Legislatura que saiu de um Partido da situação, porque eu fazia parte da base de apoio ao Governo – eu era do PMDB – para ir para a Oposição. Por que eu fiz isso? Porque, na Reforma da Previdência, na imprevista e perniciosa Reforma da Previdência, votei sempre contra o Governo. E está presente aqui mais um integrante do PMDB, Senador Mão Santa, que votou sempre contra o Governo. Nosso voto não foi contra o Governo, não, foi a favor dos aposentados e pensionistas. Então, depois fiquei sem ambiente, porque passei a ser discriminado, como um opositor dentro da base de apoio ao Governo. Sacrifiquei minha participação no Governo ao passar para a Oposição exatamente porque ficaria com a minha consciência muito pesada, se tivesse votado a favor da reforma da Previdência. (Muito bem! Palmas.)

Queria dizer que me lembrei da contribuição de 11% devido a uma referência muito feliz feita pelo Senador Valter Pereira. S. Ex^a foi muito feliz. Só faltou ele dizer que se o Governo não criar a TV Pública ele poderá suspender a contribuição de 11% dos aposentados e pensionistas.

Sr. Presidente, vou encerrar a minha participação.

A situação dos aposentados e pensionistas tem sido uma das minhas preocupações ao longo de minha vida pública. Por ocasião dos debates e da votação da Reforma da Previdência, fui sempre solidário com essa categoria, tendo destacado naquela ocasião o papel da Previdência Social como instrumento de distribuir renda. Na época, enfatizei o fato de que a melhor distribuição da renda, principalmente, no meio rural, devia-se principalmente aos idosos e às mulheres.

Além disso, Sr. Presidente, sempre me preocupou o fato de que os aposentados e pensionistas, em função de sua idade mais elevada, têm gastos extraordinários com medicamentos e planos de saúde, os quais, freqüentemente, são reajustados em índices superiores aos da inflação.

Todas essas circunstâncias justificam o pleito que há muito vem sendo feito por essa categoria, de reposição das perdas acumuladas e de adoção, para cálculo dos benefícios, de um índice especial, que contemple, além da variação do INPC, também a variação real do Produto Interno Bruto.

A essas mudanças no cálculo dos benefícios, devem-se acrescentar outras medidas de inclusão dos aposentados e dos idosos em geral, como programas de educação permanente, programas de capacitação profissional, promoção da saúde e combate ao preconceito etário. Só assim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, poderemos nos orgulhar dos nossos aposentados e festejar o seu dia com dignidade e alegria. Só assim, estaremos retribuindo a sua abnegação e a sua disposição de lutar pela família e pela sociedade brasileira.

Sr. Presidente, são essas as minhas palavras que trouxe aqui por escrito. E, tendo em vista que me referi ao Presidente da República como membro do PT, que usou muito nos palanques a questão dos aposentados e pensionistas para se eleger, quero aqui fazer justiça a V. Ex^a., Senador Paim. V. Ex^a é um orgulho para todos nós brasileiros e para esta Casa, porque é um verdadeiro defensor do trabalhador brasileiro e do aposentado, confrontando muito com seu Partido. (Palmas.)

Essa justiça se estende ao Senador Flávio Arns, a quem peço desculpas porque, quando tentei visualizá-lo, V. Ex^a estava encoberto. Não estou aqui, senhoras e senhores, fazendo demagogia, aquela hipocrisia barata em que um elogia o outro para manter determinadas características parlamentares. Estou falando isso com justiça. V. Ex^a e o Senador Paulo Paim são as pessoas mais preocupadas com a questão social brasileira e enfrentam seus partidos. V. Ex^a também está na minha conta de um homem responsável com a sociedade ao

participar do vigor, junto com o Senador Paulo Paim, para a melhoria da qualidade de vida do brasileiro, principalmente, hoje, em relação aos aposentados.

Agradeço a V. Ex^{as} e desejo que os senhores aposentados, as senhoras aposentadas e pensionistas mantenham a esperança. Um dia os senhores, as senhoras e nós seremos vencedores.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

Enquanto S. Ex^a se desloca até a tribuna, quero cumprimentar todos os aposentados, pensionistas e lideranças que estão nesta Casa desde as 9 horas da manhã. A sessão iniciou-se às 10 horas, mas todos estão aqui desde as 9 horas. Ainda não almoçaram, e com certeza esta sessão não terminará antes das 14 horas.

Quero dizer que, depois da fala do Senador Mão Santa, por iniciativa das lideranças dos aposentados muito bem representados aqui na Mesa, eles vão entregar, Senador Mão Santa, uma rosa com uma mensagem aos Parlamentares que estão no plenário. Naturalmente, aqueles que não estiverem aqui a receberão, num segundo momento, em seu gabinete. As rosas, que ficarão na tribuna, são muito mais uma homenagem e um pedido para que todos se posicionem a favor dos projetos. Todos foram aqui listados. Há, por exemplo, a questão do veto, do PL 58, do PL 42 e também do fim do fator previdenciário.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, que preside esta sessão que comemora o Dia do Aposentado, peço sua permissão de não citar nomes de autoridades ou lideranças, porque são muitas e eu poderia esquecer alguma. Mesmo involuntariamente, seria imperdoável.

Mas eu não poderia deixar de aproveitar esta oportunidade para saudar uma mulher do Piauí – Maria Cristina Lima de Sousa, Diretora de Aposentados e Pensionistas da Federação Nacional do Fisco Estadual – e também dois conterrâneos do nosso Estado: Luís Lima, de Teresina, e José de Sousa Neto, lá de Barras.

Meus senhores, encantadoras senhoras brasileiras e Parlamentares, é com grande satisfação e honra que uso da palavra neste auspicioso instante no Senado da República. Tenho 65 anos de idade e sou já aposentado como médico-cirurgião.

Somos irmãos. Durante 65 anos, Paim, foi longa e sinuosa a chegada até aqui. Ganhamos verdadeiras honrarias, verdadeiros títulos e homenagens. Mas há uma que me comove muito, muito mesmo – evidente-

mente, iguala-se ao título de médico, e acho a ciência médica a mais humana das ciências, e o médico, um benfeitor –, a de administrador, que consegui na Fundação Getúlio Vargas, em gestão pública. Sou oficial da reserva do Exército Brasileiro; fui secretário de Saúde, prefeito da minha cidade, deputado, governador. E aqui estou. Mas um desses títulos me dá muito orgulho. Eu tenho o título do homem mais importante deste País, para mim, Juscelino Kubitschek. Existe, a psicologia e a neurolingüística dizem, modelagem. Quando você quer ser um cantor, pensa no Roberto Carlos; um jogador, pensa no Pelé; um líder sindical, pensa no Paulo Paim. E aí vai. (Palmas.)

E eu, médico, cirurgião, político, fui buscar esse modelo em Juscelino. Então, muito me comoveu quando, no primeiro ano de Senador, ganhei, quando Juscelino fazia 100 anos, do Memorial, a medalha Juscelino Kubitschek. E não vai haver mais; ninguém vai mais ganhar.

Vocês poderão chegar até a Presidência da República, e o País estará muito bem na mão desses Senadores, mas esse, como já se passaram cem anos, não vai ter mais. Eu sabia que eram duas medalhas que iam dar ao Congresso. Havia o Paulo Octavio aqui, da família, e eu não podia ser ingênuo. Aí eles avisaram que meu nome estava sendo cogitado, mas eu não acreditei, Paim. Quase ninguém foi, Leomar Quintanilha. Eu não acreditei porque Antonio Carlos Magalhães queria, desejava e merecia. Tinha convivido com ele mais tempo. Então, eu não iria ousar pensar em vencer. Mas na hora H eles me chamaram para receber. Aí eu indaguei por que, e eles disseram que eu e o Papaléo tínhamos sido os Senadores que mais haviam citado Juscelino Kubitschek aqui. Isso valeu.

É com muito orgulho que tenho esse documento e mais outro também, no primeiro ano no Senado. É gratificante, é emocionante. Esse negócio de dizer que o povo não reconhece... Eu acho que o povo entende que este é o melhor Senado da história da República do Brasil. Que nós tivemos problemas, tivemos. Cristo, quando andou aqui, fez um Senadinho bem pequeno, convidou só 12. Ele não teve problemas lá entre eles? Como é que nós não haveríamos de ter? Nós temos esse ideal.

No dia 10 de dezembro de 2003, recebi um título muito honroso e que guardo:

“Instituto Mosad

Movimento Nacional dos Servidores Aposentados e Pensionistas

O Instituto Mosad confere ao Excelentíssimo Senhor Senador Mão Santa o título de *Persona Grata*, em reconhecimento a sua luta na defesa dos servidores públicos ativos, apo-

sentados e pensionistas, com o digno voto na reforma da Previdência, honrando o juramento em cumprimento do Estado Democrático de Direito e os princípios fundamentais da Constituição Federal.

Brasília, 10 de dezembro de 2003.”

Assinado pelo Presidente da Diretoria, pelo Presidente do Conselho e pelo Secretário. (Palmas.)

Não tem aquele da televisão, aquele momento de glória, o instante de glória? Então, estamos aqui.

Quero ajudar o nosso Presidente da República. Todos nós queremos. Mas, Paim, a bem da verdade, eu só tenho trazido *e-mail* elogiando o Paim. Hoje, vai variar, Paim. Ouça a voz rouca das ruas. Mas não se zangue, não, porque depois vou voltar com um ruim para mim:

“Para Senador Mão Santa.

Digníssimo Senador:

Deviam mudar o disco sobre o salário mínimo dos aposentados. Todo ano a mesma conversa: o Senador Paulo Paim toma a frente e faz comentários sem fim, prometendo a defesa do salário dos aposentados. Depois nunca mais fala e o assunto é esquecido. Agora, outra vez, está em pauta e vai acontecer a mesma coisa, porque, se ele quisesse, como a força do Governo, colocava em pauta a derrubada do veto do Presidente sobre o assunto(...) Francisco Ferreira Neto.”

Mas não vai ser não. Não se contrarie, não, porque outro dia, Lúcia Vânia, eu disse: “Luiz Inácio é generoso”. Peguei pior do que esse: “Não repita não, Mão Santa, ele está acabando com a gente, com os aposentados”. De verdade em verdade, eu vos digo. Então, essa é a realidade.

O Ministro devia estar aqui até o fim, não tinha compromisso mais importante do que com os aposentados. Não existia.

Olha, ele diz: “Faça a mudança e mostre a receita”. Foi feito. Este Senado é bom. Eles não entendem o que é democracia. Este Senado instituiu uma comissão para estudar os problemas que saltam aos olhos dos aposentados. Presidente: Tasso Jereissati – todos conhecem a competência administrativa de Tasso Jereissati. Vice-Presidente: Paulo Paim, o maior de todos os líderes operários. Ele é uma mistura de Martin Luther King e Obama. Foi pressionado a largar. Mas mesmo assim entramos madrugadas adentro.

O Ministro foi-se embora. Ministro, entramos nas caladas da noite, dias, meses, e fomos buscar com responsabilidade, com gratidão, com amor, com respeito ao aposentado. E botamos tudo direitinho no Or-

çamento. Aposentado merece 16,7%. Chegamos nós, os responsáveis, os pais da Pátria.

Ó Luiz Inácio, Deus, quando viu seu líder preferido, Moisés, perder a paciência, quebrar a lei e ir contra a riqueza representada pelos bezerros de ouro, disse: “Busque – não desista – os mais velhos, os mais experimentados e eles lhe ajudarão a carregar o fardo do povo”.

Mário Couto, aí nasceu a idéia deste Senado. Onde está o Ministro? Foi-se embora. Devia estar aqui, para ver a verdade.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Um minuto dá, porque Jesus fez o pai-nosso em um minuto, que nos leva ao céu.

Mas acho que o próprio Luiz Inácio – não vou colocar “mais generoso” –, em um momento de boa reflexão, disse: “Estou arrodado de aloprados por todo lado”.

Acho que foram os aloprados que fizeram. Onde estava o Ministro? Ele baixou de 16,7% para 4%. Votou. Agora, digo: onde estava Luiz Inácio? Castro Alves está no mundo, porque, no navio negreiro... Ó Deus, ó Deus, onde estás que não vejo! Aí baixou. E o jogo democrático foi interrompido.

Que ele tem direito a se influenciar por aloprado tem, mas esse veto tem que voltar aqui para dizer quem está com Paim, quem está com o Senado. (Palmas.)

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E nunca votou.

Então, é isso. Há muitas coisas, e eu queria dizer o seguinte: Paim, aprenda com a história. Nosso amigo Fernando Collor, por que ele caiu? Quando ele caiu, Paim, tu estavas aqui, não estavas? Acompanhei a história – votei nele para Presidente, como muitos brasileiros. Sabe quando ele caiu? Eu aqui faço a reflexão na história. No dia em que a Justiça – bem aventurados os que têm fome e sede de justiça –: “os velhinhos aposentados merecem 147%”, ele, num arroubo: “Não, não dou, não!”. Aí é que foi. Vieram os velhinhos, os filhos dos velhinhos, os netos dos velhinhos...

Luiz Inácio, sua situação não é boa; é baseada na mentira. Digo-lhe por que não é boa. Faça uma pesquisa na verdade dos nossos velhinhos, dos nossos aposentados. Agora, o Goebels Duda Mendonça diz que uma mentira repetida se torna verdade: “Não devemos mais a ninguém. Sou um credor. Temos mais do que os gringos”. Vossa Excelência deve, Vossa Excelência deve aos aposentados do Brasil, aos nossos velhinhos, a quem tomamos a bênção e que construíram esta Pátria.

Paim, para terminar mesmo, você é a mistura do Nat King Cole e do Obama, não sei por que o seu Partido não bota seu nome na pesquisa. Você merece. Sim, mas J. Cristo, Jesus, Jesus, ô Papaléo, ele veio aqui, não andou? Andou. Aí ele disse uma frase que a muitos comove, acho que o homem é o homem e a circunstância, a circunstância dele, não sei, para dar o exemplo: “Deixai vir a mim as criancinhas”. E, aqui e agora, neste País cristão, se Cristo voltar a andar nas ruas do meu Piauí, de Brasília e do Brasil, Ele vai dizer assim: “Deixai vir a mim os velhinhos aposentados que estão sendo enganados e sofridos”. Com a ajuda de Deus e as bênçãos, que continuem merecendo a nossa gratidão, o nosso respeito e a nossa luta e que sejam, com a ajuda de Deus reconhecidos e partam fortes, bravos e felizes desta reunião. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus amigos, estou fazendo um apelo a todos, porque, às 14h, teremos que encerrar esta sessão.

Então, faço agora aquele ato que foi pedido a mim pelas lideranças dos aposentados. Peço à cantora Sônia de Menezes que apresente a música “É isso aí” e, ao término da música, os aposentados entregarão aos Srs. Senadores e Senadoras a rosa, simbolizando a luta pelas principais propostas dos aposentados.

(Execução da música.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Neste momento, faço um apelo a todos no sentido de que retornem a seus lugares e sentem-se novamente, pois vamos continuar a sessão, ouvindo o Senador Quintanilha, que é o Presidente da Subcomissão dos Idosos desta Casa.

Teremos ainda a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Flávio Arns e este Senador que vai fazer o encerramento desta sessão, claro, sem antes falar do nosso sempre Líder de todas as comissões, Senador Valadares.

Por favor, peço a todos que liberem a tribuna. Aqueles que não colocaram a rosa, coloquem-na na tribuna da esquerda para que o Senador Quintanilha use a tribuna da minha direita.

Informo à Casa, Senador Quintanilha, que, após o encerramento, o Presidente Garibaldi vai receber os aposentados e suas lideranças no seu gabinete, onde vamos entregar-lhe também as rosas, por sugestão dos líderes dos aposentados, solicitando a S. Ex^a que coloque em votação os projetos mais importantes para os aposentados e pensionistas, entre eles o PL n^o 58.

Uma salva de palmas ao Senador Quintanilha. (Palmas.)

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do ora-

dor.) – Senador Paulo Paim, que preside esta tão bonita solenidade, procurarei ser o mais breve possível, ilustre Presidente, até para que todos possamos, como tenho certeza, é o desejo da Casa, ouvir as manifestações de V. Ex^{as}.

Ilustre Sr. Benedito Marcílio Alves, Presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas; Sr. Edison Guilherme Haubert, Presidente do Movimento Nacional de Servidores Aposentados e Pensionistas; meus ilustres colegas de Parlamento, Deputados Federais, Senadores; Sr. Nísio Tostes, representando os aposentados do Senado; Srs. presidentes e dirigentes de sindicatos, associações e outras entidades representativas da categoria; sr^{as} e srs. servidores aposentados do Senado Federal e de todo o País; senhoras e senhores, esta bela, importante, oportuna e necessária homenagem que o Senado presta nesta sessão especial destinada a comemorar o Dia Nacional do Aposentado, seguramente será um marco definitivo nas relações que presidem a convivência entre o trabalhador aposentado brasileiro e este Senado Federal.

Permitam-me, portanto, queridos aposentados, nesta sessão de homenagem tão bonita que o Senado lhes presta lembrar aqui uma aposentada querida e importante, minha mãe Lili Quintanilha, que hoje luta bravamente no leito de uma UTI de um hospital em Goiânia para vencer mais um dos desafios da sua vida, para vencer um acidente vascular que a acometeu. Estou seguro de que, com a graça de Deus, ela haverá de vencer mais este desafio. Professora aposentada, só alcançou esta posição depois da dedicação de uma vida inteira, de mais de 35 anos investindo na inteligência, na formação, na capacitação das novas gerações, já que ela, professora do ensino fundamental, se dedicava a essa nobre missão na área da educação brasileira.

É com a força desse amor, com o respeito e a admiração que nutro por essa extraordinária mulher, exemplo vivo da força e da coragem da mulher brasileira, que quero expressar o meu sentimento de respeito e de admiração, na saudação que faço a cada mulher, a cada homem aposentado presente neste ato, bem como a cada mulher, a cada homem aposentado pelo Brasil afora.

Depois, seguramente, de uma vida inteira de entrega, de trabalho, de dedicação, no esforço pessoal de cada um, vivendo cada um a sua vida e a sua própria circunstância, enfrentando os seus próprios tropeços e dificuldades, as suas angústias, os seus sofrimentos, as suas esperanças num trabalho cotidiano pela construção de uma sociedade mais sensível, mais respeitosa e mais justa, nem sempre se colhe, Sr. Presidente, o

reconhecimento pela importância da sua contribuição para esse processo de desenvolvimento do País; nem sempre se conta, Sr. Presidente, com uma compensação financeira compatível com o seu esforço, com a sua dedicação e com o valor do trabalho prestado ao nosso País.

A presença física dos senhores hoje, nesta Casa, seguramente representando os aposentados brasileiros, estreitando essa relação com os representantes dos diversos estratos sociais, das diversas atividades econômicas deste País, neste dia de homenagem que o Senado presta ao aposentado brasileiro, seguramente contribuirá para estreitar essa relação com os membros desta Casa, que se dedicam com muito interesse, com muito afinco para minorar as dificuldades, diminuir o sofrimento, atenuar os problemas que o trabalhador brasileiro tem na relação que mantém com as diversas instituições públicas ou privadas.

Aqui, nós não somos meras testemunhas dessa ação vigorosa, desse trabalho intenso. Aqui, nos debates e discussões do dia-a-dia, temos sempre presente, com muito respeito e interesse, a relação que deve presidir entre empregador e empregado, sobretudo buscando agir como faz, com muita maestria e raro brilho, o Senador Paulo Paim, à frente da Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa, sem mencionar a ação de S. Ex^a por inteiro, nas demais dependências desta Casa. É, seguramente, o Senador Paulo Paim, meu querido amigo e colega, o grande timoneiro, o grande defensor das ações que tramitam nesta Casa e resultam em interesses do trabalhador brasileiro.

É na Comissão presidida por S. Ex^a que existe a Subcomissão Permanente do Idoso, que tenho a honra de presidir e cujos membros são agentes ativos, participativos e comprometidos com a causa do trabalhador. É aqui, no foro adequado para a discussão dos grandes temas e problemas nacionais, que as suas sugestões, críticas e idéias serão sempre bem-vindas, para que possamos efetivamente legitimar o trabalho que vimos fazendo aqui em benefício da sociedade brasileira e, de modo particular, em direção aos interesses do trabalhador aposentado brasileiro.

Por isso, entendo que vocês se superaram em todas as suas dificuldades, e ainda entendem que devem nos homenagear; nos comove bastante esse gesto simples de nos entregar seguramente uma das mais bonitas manifestações da natureza, que é a flor, a rosa. É uma das mais bonitas manifestações de amor da natureza. E vocês acham de entregá-las a nós, seus representantes aqui no Senado e no Congresso Nacional. Nós ficamos felizes e lisonjeados com essa homenagem, mas temos a convicção e a certeza de que quem tem

de ser homenageado são vocês, cada um dos aposentados, cada um dos trabalhadores que deram sua vida para este País.

Portanto, trabalhadores aposentados do meu País, meus parabéns, minhas homenagens, meu profundo respeito. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradecemos ao Senador Quintanilha e de imediato passamos a palavra à nobre Senadora Lúcia Vânia, que já havia se inscrito há muito tempo, mas cedeu a oportunidade para outros Senadores que tiveram que retornar para as Comissões.

A SRA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim; Sr. Benedito Marcílio Alves da Silva, Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas; Sr. Edison Guilherme Haubert, Presidente do Movimento Nacional dos Servidores Aposentados e Pensionistas; Sr. Nísio Tostes, representante dos aposentados do Senado; Srs. Parlamentares; meus companheiros que aqui estão, Senador Antonio Carlos Valadares e Senador Flávio Arns; senhores convidados, senhoras e senhores, eu vou procurar ser breve e não ser repetitiva. É muito comum a mulher na tribuna buscar se expressar através da emoção, mas eu acredito que uma reunião como esta não pode só tratar da emoção; ela precisa, acima de tudo, buscar a razão.

Estamos aqui hoje não só prestando uma homenagem aos aposentados e pensionistas. Estamos aqui hoje, também, para prestar contas daquilo que fizemos e dizer aos senhores dos desafios que temos de enfrentar para que possamos, no próximo ano, chegar com vitórias efetivas, com resultados efetivos do nosso trabalho. Portanto, quero aqui dizer, como Vice-Presidente da Subcomissão do Idoso e como Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, do meu empenho nessa luta ao lado dos Senadores que aqui estão.

Fui Secretária Nacional de Assistência Social no Governo Fernando Henrique Cardoso, trabalhava ao lado do Ministro da Previdência Social. Enfrentei vários desafios ali. Ontem, como hoje, os governos sempre resistem quando se trata da questão do aposentado e pensionista.

Naquela ocasião, embora o Presidente da República tivesse o desejo enorme de regulamentar o benefício da pessoa idosa e da portadora de deficiência, a área econômica sempre repetia aquilo que nós estamos cansados de ouvir: “se regulamentar o benefício, a Previdência está quebrada”. No entanto, nós regulamentamos o benefício, e hoje nós temos centenas e centenas de pessoas que trabalharam a

vida inteira, não tiveram oportunidade de se aposentar, mas que contam hoje com o benefício equivalente a um salário mínimo, não só o idoso, mas também a pessoa portadora de deficiência.

Naquela ocasião, outro argumento que se apresentava a mim, como Secretária que regulamentou esse benefício, era dizer que a Previdência estava muito preocupada em acabar com as filas – vejam os senhores que o atual Ministro repete aqui a sua preocupação com as filas – e que aquele benefício iria trazer mais problemas, porque nós teríamos nessas filas idosos e deficientes que chamariam a atenção da imprensa.

Mas nenhum desses argumentos foi capaz de demover a minha persistência e a minha crença de que aquele era o momento. E assim o fizemos.

Aqui, no Congresso Nacional, tenho trabalhado ao lado dos Senadores que se preocupam com o social. E eu tenho orgulho de dizer que a presença dos Senadores ligados ao social aqui, por diversos matizes ideológicos e políticos, tem mudado o comportamento desta Casa. Esta Casa tinha toda a atenção, como ainda tem, da imprensa, da mídia nacional, para os problemas voltados à economia, às questões do Estado. As questões sociais eram levadas para segundo plano.

O Ministro falou da importância do Governo na questão de reajustar o salário mínimo de acordo com a inflação ou acima dela, como foi feito, com o que fico muito feliz. Mas é preciso que se faça justiça a esta Casa, muitas vezes condenada pela sociedade pelos desvios e desacertos. Aqui existe uma resistência, que não tem partido, cujo partido é o Brasil. E essa resistência é liderada por Paulo Paim. Quando o Governo, a que ele pertence, diz que a Previdência poderá quebrar por isso ou aquilo ou por alguma conquista para aquele que trabalhou a vida inteira, ele bate na mesa e impõe, com respeito, a sua posição. Foi assim com o salário mínimo aqui. Ele montou uma comissão para estudar e acompanhar, permanentemente, o desempenho do salário mínimo. Assim, fizemos as contas, ouvimos todo mundo, ouvimos o lado que aprovava e o lado que não aprovava, estabelecemos o contraditório e fomos para dentro da Comissão de Orçamento. Lá, o Ministro disse que era preciso que fosse apresentada a receita para que se criasse qualquer benefício para o aposentado idoso. Nós fomos lá para dentro da Comissão de Orçamento e encontramos um recurso e o oferecemos para o Governo reajustar o salário mínimo acima da inflação. (Palmas.)

Portanto, é preciso que se faça justiça, Paim. Você funciona em favor do trabalhador brasileiro, seja ele ativo ou inativo, como um Quixote dentro desta Casa,

como um professor de todos nós, e com sua coragem e sua persistência nós temos avançado.

Neste dia, quando os senhores apresentam uma carta ao Presidente da República pedindo a volta do Conselho Nacional da Previdência, quero aqui aplaudir-los, porque lá é o fórum onde os senhores poderão colocar as suas dificuldades, lá é o fórum em que o Governo precisará ouvi-los com veemência. (Palmas.)

Quando os senhores colocam, por meios de uns dados apresentados pelo IBGE, a questão do impacto da inflação sobre a terceira idade, os senhores estão cobertos de razão. Nós temos, aqui, no Senado da República, que buscar mecanismo que venha minimizar esse impacto e apresentá-lo para os senhores no próximo ano, no dia em que vamos comemorar o dia do aposentado.

Este é um compromisso, Paim, que nós temos que assumir hoje.

Quando os senhores pedem que o projeto de Paulo Paim, que equipara o trabalhador inativo ao ativo e faz outras equiparações, os senhores estão cobertos de razão, porque aquele que trabalhou, aquele que ajudou a construir este País... Se hoje nós temos um país que zera a sua dívida externa, isso não se deve a governo algum, mas à coragem e à persistência do povo brasileiro, que muito fez para que chegássemos a este momento. (Palmas.)

Portanto, deixo aos senhores o meu abraço, o meu carinho e o meu reconhecimento. Ao abraçá-los, quero abraçar, de forma especial, todos aqueles que me são caros, todos os pensionistas e aposentados do meu Estado, o Estado de Goiás, além dos meus pais e dos meus avós, que também ajudaram a construir este País.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Aviso a todos que estamos praticamente encerrando esta sessão. Ainda vão fazer uso da palavra os Senadores Flávio Arns e Antonio Carlos Valadares, e eu vou concluir. Depois, vamos todos ao encontro com o Presidente Garibaldi Alves Filho, que faz questão de recebê-los para que vocês entreguem uma carta com as principais reivindicações dos aposentados.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pronúncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, autoridades componentes da Mesa já nominadas, colegas e amigos aqui presentes, o Dia Nacional do Aposentado convida-nos, sem dúvida, a fazer uma parada, uma reflexão, a pensar sobre a caminhada empreendida, os pontos positivos, os pontos que devem ser enaltecidos, as dificuldades, os percalços e os desafios que precisam

ser enfrentados pelos aposentados como movimento social organizado.

Eles devem ter, no Senado Federal, onde ocorre esta sessão, e na Câmara dos Deputados, um canal para que possamos todos, por meio deste entrosamento de esforços, buscar os caminhos de que a área necessita, não por uma questão de pena ou sentimento semelhante, mas por direito e cidadania.

Quando pensamos, nesta parada, naquilo que realmente deve ser enfatizado, quero também, a exemplo do que fizeram as pessoas que me antecederam, ressaltar a importância do aposentado: nossos pais, parentes e amigos, as pessoas que estão presentes e representam esse universo de milhões de brasileiros que deram o melhor de si na sua caminhada pela vida, pelo desenvolvimento, pela democracia e pela participação para que as gerações que estão hoje atuando no Brasil pudessem ter uma vida melhor. Foi uma caminhada – como deve ser de fato – de construção, exigindo, por isso, de todos nós, olhando para trás, respeito em primeiro lugar. Essa caminhada tem de ser reconhecida no dia de hoje.

Ao mesmo tempo, devemos ter em vista os desafios. Quando olhamos para os aposentados ou para as pessoas que deram essa contribuição em termos de desenvolvimento e de democracia, pensamos, primeiramente, em cidadania, em dignidade e em direitos que devem ser respeitados. Por isso, o Congresso Nacional aprovou o Estatuto do Idoso, de autoria do Senador Paulo Paim. Isso deve ser destacado, porque no Estatuto do Idoso, a cidadania está presente. Quer dizer, existe o grande desafio de transformar a lei em realidade, de transformar um instrumento legal em algo concreto para o Brasil, para o brasileiro e para o aposentado.

E vemos quantos problemas estão sendo enfrentados na realização desses direitos, seja na educação, seja na assistência, seja na habitação, seja no transporte, seja no trabalho, seja na acessibilidade, seja no deslocamento, seja na consideração de dignidade e de respeito. Como é difícil transformar a lei em realidade! Como é difícil colocar essa lei nas políticas públicas! Como é complicado, infelizmente, que as políticas públicas tenham recursos previstos no Orçamento para que essa lei deixe de ser uma letra morta e passe a ser uma realidade em nosso País!

Esse é um desafio. É importante termos a lei, termos o Estatuto, mas há o desafio de transformar esse Estatuto em realidade. Quando nós vamos, por exemplo, a instituições em que idosos, aposentados e pessoas que realmente têm mais dificuldade de sobrevivência necessitam de apoio maior do Poder Público,

vemos quanta dificuldade há para manutenção dessas entidades. Não recebem recurso de lugar algum.

Se formos olhar os orçamentos dos Ministérios, os orçamentos das Secretarias nos Estados e os orçamentos das Secretarias nos Municípios, nós ainda vamos ver que existe muito pouco recurso público destinado para a terceira idade, para o idoso, para o aposentado, para as pessoas que precisam ter os seus direitos garantidos ainda no decorrer da vida.

Então, é um desafio, sem dúvida alguma. É um desafio grande, tirando-se do Estatuto o aspecto principal, que é o salário, a renda, quer dizer, o fruto do trabalho no decorrer da vida. Ninguém quer favor. As pessoas querem, na verdade, respeito para a caminhada. (Palmas.)

Querem organização para o planejamento que tiveram para a época da aposentadoria. Agora, vêm, na aposentadoria, que não podem ter a vida para a qual haviam trabalhado e se planejado, porque, na verdade, os reajustes, o sinal concreto, o valor a ser repassado não atende àquilo para o qual trabalharam e pensaram no decorrer da vida.

Os exemplos foram dados. A inflação do aposentado muitas vezes não é a inflação de quem está na ativa. Basta ver a área da saúde, por exemplo. O aposentado, a pessoa da terceira idade tem necessidades diferenciadas em termos de saúde, e essas necessidades precisam ser atendidas. Os remédios, nem sempre disponíveis na farmácia básica, são aqueles remédios que a pessoa da terceira idade, que o aposentado necessita para ter uma vida saudável. Se olharmos os planos de saúde, a inflação do plano de saúde não é a inflação que a população toda acompanha pelos meios de comunicação.

Se a inflação no ano passado foi de 3%, 4%, a inflação dos planos de saúde foi quase de 10%. Nestes últimos anos, a inflação dos planos de saúde foi uma inflação que, na verdade, significou praticamente o dobro daquilo que a inflação do cotidiano trouxe para a população.

Há que se refletir sobre tudo isso. A população, os aposentados precisam sentir o esforço do encaminhamento, a dedicação do Congresso Nacional, para resolver definitivamente essa questão do reajuste dos seus benefícios.

Eu diria que esse é o sinal mais concreto para que a cidadania a que me referi antes venha a acontecer. Esse é o desafio do Congresso. (Palmas.)

Com esta homenagem que foi prestada aos Senadores e Senadoras, com a entrega das flores, com a presença, com a palavra, com o ânimo que percebemos presente nesta solenidade, ficamos pensando

como é que podemos também fazer disso uma obstinação no Senado.

Então, Sr. Presidente, permita-me sugerir que, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da qual V. Ex^a é o Presidente, e na Subcomissão em que o Senador Leomar Quintanilha é o Presidente e a Senadora Lúcia Vânia é Vice-Presidente, possamos, semanalmente, fazer uma análise dos avanços e das dificuldades da legislação, das políticas públicas, dos recursos para a área e, particularmente, da discussão do que se denomina valor real ou valor nominal previsto na Constituição, para que o reajuste do aposentado possa, na verdade, representar o retorno, o reconhecimento de todo o trabalho que esse aposentado, essa aposentada apresentou para o desenvolvimento do Brasil.

Que possamos, semanalmente, fazer essa análise na Comissão, para que não deixemos o assunto morrer, para que não deixemos para daqui a dois anos, três anos. Que, ano que vem, possamos, desta tribuna, deste plenário, dizer que somos pessoas de fé, que acreditamos nessa área, e que somos pessoas de obra também, porque a fé sem obras é morta em si mesmo. Que, ano que vem, possamos prestar contas e dizer do caminho, do esforço que está sendo feito para a mudança desta realidade.

Quero, então, enaltecer este dia novamente, parabenizar os aposentados pela luta, pelo trabalho, pela dedicação e, ao mesmo tempo, dizer que este dia também seja um momento de reflexão sobre os principais desafios enfrentados pela área, entre eles, sem sombra de dúvida, o desafio salarial, do benefício.

Obrigado.

Abraços a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– De imediato, passamos a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

Quero, mais uma vez, agradecer ao Senador Garibaldi. Nosso tempo já terminou, e S. Ex^a concordou, para que eu possa falar, em atrasar, inclusive, o início da sessão do Senado, coisa que não acontece. É muito difícil abrir este precedente.

Portanto, uma salva de palmas ao Senador Garibaldi Alves Filho. (Palmas.)

Ao mesmo tempo, o Senador Valadares disse que fará um pronunciamento rápido, para que possamos ir aos encaminhamentos finais.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão histórica em comemoração ao Dia do Aposentado, demais membros da Mesa aos quais homenageio e instituições que representam com muita dignidade, senhores apo-

sentados, presidentes de associações, Senadores e Senadoras, o homem comum considera, sem dúvida alguma, a aposentadoria uma situação especial de alguém que, tendo trabalhado a vida inteira, recolheu-se ao descanso, merecendo dos poderes públicos a devida atenção, a segurança, para que tenha esse alguém, no gozo da aposentadoria, os seus direitos reconhecidos. Entretanto, Sr. Presidente, na vida real, apesar da exaltação feita por todos os políticos, por todos os homens públicos aos aposentados, não é isso o que acontece. Aqui, como os vários oradores já se referiram, os aposentados ainda têm muitos direitos a serem conquistados e reconhecidos, inclusive, Sr. Presidente, os funcionários públicos que trabalham em regime especial, em situação de risco. Visando amparar esses trabalhadores, funcionários públicos do Brasil, somando-me ao trabalho, à luta do Senador Paim, apresentei um projeto de lei complementar, que recebeu o nº 68, dispondo sobre a concessão de aposentadoria a servidores públicos nos casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

Na verdade, esse direito já é reconhecido pela Constituição, mas falta uma regulamentação. Essa regulamentação veio por meio do Projeto de nossa iniciativa, que, infelizmente, já estava aqui para ser votado esta semana, mas um dos nossos colegas Senadores sugeriu que outra Comissão, a Comissão de Assuntos Econômicos, fosse ouvida, e o Relator na Comissão de Assuntos Econômicos já foi designado – o Senador Romero Jucá, Líder do Governo. Esse benefício vem, sem dúvida alguma, corrigir uma falha da nossa legislação, porque vem caminhando no atendimento à reivindicação justa dos servidores públicos que trabalham nessa situação de risco. Esperamos que a Comissão de Assuntos Econômicos vote logo essa matéria e que venha a Plenário.

E, de resto, senhores aposentados e senhoras aposentadas, no momento em que os senhores e as senhoras distribuíram para nós esta rosa que, como disse Quintanilha, simboliza amor e também simboliza solidariedade, união, amizade, distinção, experiência, que esta homenagem recebida por esta Casa seja convertida em trabalho, em reconhecimento e em iniciativas que não apenas louvem o que vocês fizeram no passado, razão do engrandecimento desta Nação que é o Brasil, reconhecendo não só votando, como também apresentando propostas, como tantos outros Senadores apresentaram, não só o Senador Valadares e o Senador Paim, mas tantos outros que aqui nesta Casa diuturnamente pensam no reconhecimento da causa que vocês defendem, porque o que vocês defendem não é o direito como uma dádiva,

mas o direito como reconhecimento e como dever de justiça do povo brasileiro, aqui representado no Senado Federal.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.)

– Obrigado a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Valadares, que atendeu ao nosso pedido. S. Ex^a tinha muito mais para falar e deixou que eu usasse os seis minutos que eram de direito dele.

Senhores, sei que estão cansados, sei que não almoçaram, sei que se deslocaram de seus Estados de origem, representando aqui todo o Brasil, mas sei que estão na política de resistência – estava conversando com o Marcílio sobre isso –, porque ainda vamos para uma outra atividade em seguida, com todos os senhores e senhoras e o Presidente da Casa.

Quero agradecer ao Presidente Garibaldi Alves Filho a forma como os recebeu e vai continuar recebendo-os no ato contínuo. Quero cumprimentar o Ministro Luiz Marinho, que poderia até se negar a vir aqui, mas veio, ouviu e levou uma das mensagens, cujo conteúdo já me foi perguntado por alguns funcionários.

Olhem a sensibilidade dos nossos idosos aposentados. Está escrito na frente: “Devias vir para ver os meus olhos tristonhos e, quem sabe, sonhavas meus sonhos por fim”. É um verso do Cartola. Mas dentro, quando se abre, diz o seguinte: “Contamos com vocês. Aprove, por favor, os Projetos n^{os} 58, que é a recuperação dos benefícios, o de n^o 296, a Emenda ao PL n^o 42 e a derrubada do veto dos aposentados”.

Parabéns pela iniciativa e pela criatividade! *(Palmas.)*

Cumprimento aqui o Presidente da Cobap, Benedito Marcílio, o Presidente do Mosap, Edison Guilherme, o meu amigo Nísio Tostes, representante dos aposentados do Senado, enfim, a todos os Deputados e Senadores.

Confesso a vocês que em momentos como este eu passo a noite escrevendo. Na noite passada, eu escrevia e pensava como começar este pronunciamento sobre a situação dos aposentados e pensionistas em nosso País. Queria falar – e quero falar – algo que toque os corações das pessoas, não só o de milhões que nos estão assistindo neste momento pela TV Senado e nos ouvindo pela Rádio Senado, mas também os do Executivo. Essa causa é nobre; ela necessita a sensibilidade, a atenção de cada um dos brasileiros, afinal atinge a todos de forma direta e indireta.

Gostaria muito, senhores e senhoras, de ver aqui no Congresso Nacional Parlamentares de todos os partidos defendendo e votando a favor dos aposentados e pensionistas *(Palmas)*. Ah, como seria bom se eu pudesse ver Parlamentares do DEM, do PDT, do

PMDB, do PP, do PR, do PRB, do PSB, do PSB, do PSOL, do PT e do PTB, todos unidos, deixando de lado as divergências partidárias. Nós vamos cuidar da nossa gente, do nosso povo, dos nossos pais, dos nossos avós, dos nossos bisavós – aqueles que nos deram a vida!

Senhores e senhoras, às vezes, eu penso o que fazer para sensibilizar a todos. Chego mesmo a implorar que me venha uma inspiração divina. Eu sou um homem de fé, de esperança.

E acredito na liberdade, na igualdade e na justiça.

Aqui nesta Casa, podem crer, avançamos muito em outras áreas. Avançamos com a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, do Estatuto da Criança e do Adolescente, do Estatuto do Idoso. Avançamos, sim, na política de salário mínimo. Mas na questão do aposentado, nada. Aprovamos as reformas do Judiciário e da Previdência – polêmicas, sim. Aprovamos o projeto de regulamentação das centrais sindicais. Mas para os aposentados, nada.

Sinto que quando se fala nas nossas crianças, em educação, em segurança, nas reformas tributária e política, quando se fala na política das mulheres, do meio ambiente, quando se fala das dívidas interna e externa, do pacto federativo, a atenção de todos fica numa única sintonia. Mas quando se fala dos aposentados, o resultado é nada.

Olho este quadro e fico pensando: meu Deus, meu Deus, onde estamos errando? Por que não conseguimos aprovar e avançar? Que os aposentados recebam pelo menos o mesmo percentual que é dado ao salário mínimo. *(Palmas.)* Por que não aprovar isso?

Vocês podem crer que a minha forma de falar é muito mais tranqüila às vezes. Neste momento, está forte. Mas é um grito de desespero, não é um exagero. Eles estão morrendo. Vocês não imaginam os milhares e milhares, os milhões de correspondências que tenho e que já não são mais assinadas pelo aposentado, mas pelo filho ou pelo neto que dizem estar brigando ainda pelo direito dele, que já foi.

Os salários diminuem de forma drástica. É um desespero, sim. Nós que falamos tanto, nós... nós, da defesa da vida, dos direitos humanos... Nossos aposentados e pensionistas não têm direito à vida? Defendê-los é defender o direito à vida digna. É bom que se lembre que não estou falando de meia dúzia, eu não estou falando de um milhão de pessoas; estou falando de aproximadamente nove milhões de aposentados e pensionistas que ganham pouco mais de um salário mínimo e de reajuste, a não ser

a inflação, nada! Isso não pode continuar, não pode continuar! (Palmas.)

Trabalhar, pagar impostos, passar o maior tempo longe da família, isso não é se doar a um País? Parece-me que se esqueceram disso. É esse silêncio que dói; é esse silêncio que dói na alma. Acreditem, eles depositam em nós sua última esperança. Ah, como seria bom, meus amigos e minhas amigas, se pudéssemos hoje sair daqui e ir até a sala do Presidente do Senado, o que faremos, e pedir que ele coloque com urgência a aprovação dos PLS nºs 58, 296 e 42, e do veto ao reajuste dos aposentados. (Palmas.)

É muito fácil, se daqui da tribuna do Congresso, eu só cobrar do Executivo. Mas nós podemos deliberar, nós aqui podemos deliberar. Amanhã, o Congresso Nacional vai apreciar 65 vetos, inclusive a Emenda nº 3. E a pergunta que fica: o veto dos aposentados está entre os 65? Não.

É esse o pedido que vamos levar agora ao Presidente Garibaldi.

Quero sintetizar o meu discurso, mas eu gosto muito do Mahatma Gandhi e lembro-me de uma frase em que ele diz: “Se queremos progredir, não devemos repetir a história, mas fazer uma história nova”. Vamos mudar o rumo da história dos nossos aposentados e pensionistas. Nós, Parlamentares, somos peças fundamentais para que isso aconteça, afinal quem legisla somos nós – o Congresso tem de assumir a sua responsabilidade. Vamos colocar essa matéria em votação. Nada melhor que este dia de hoje, 26 de fevereiro, mas estamos nos lembrando do dia 24 de janeiro, dos 85 anos da Previdência. Votar a favor dos aposentados é a melhor forma de homenageá-los. Essa é a melhor forma e está ao alcance das nossas mãos.

Confesso a vocês que, às vezes, parece que a preocupação com os idosos não existe. Parece-me que alguns consideram os aposentados invisíveis, e vocês não são invisíveis: estão aí esperando as respostas.

É inaceitável que, enquanto os planos, os medicamentos e os gastos com a alimentação aumentam, os vencimentos dos aposentados e pensionistas diminuem e, perdoem-me, vou usar um linguajar gaúcho neste momento e dizer como se fala lá no Sul: parece-me que o reajuste dos aposentados cresce como rabo de cavalo, para baixo, porque não cresce nunca, não avança nunca! (Palmas.)

Lembramos, neste dia 26 – e sei que essas mulheres e homens já não podem mais usar a greve como instrumento de pressão, também não podem fazer grandes passeatas e mobilizações, afinal a maioria tem idade avançada, mas vocês estão aqui, demons-

trando que podem fazer acontecer. Pode parecer para alguns murmúrio; para outros, mais adiante, um silêncio; o menor som ecoa, mas com força, junto a todo o povo brasileiro, eu vou dizer o por quê: é esta a força que poderá ser sentida nas urnas. Todos sabemos que essas pessoas votam e podem decidir um processo eleitoral neste País. (Palmas.) Inclusive para a Presidência da República, afinal são mais de vinte milhões de pessoas e esse número cresce todos os anos, pois o País envelhece. Pode ser que alguns não gostem, mas estamos vivos, vamos envelhecendo e aumentando. Seremos rapidamente 30 milhões. São milhões de brasileiros, que, certamente, serão ouvidos pelos seus netos, pelos seus filhos, pelos seus bisnetos, pelos seus amigos e, se vocês influenciarem – inclusive os que estão me assistindo em suas casas –, somente em dois votos, 20 milhões, com mais dois votos, podemos representar 60 milhões de eleitores neste País. (Palmas.)

Por que tanta insensibilidade diante dessa força social, política e econômica? Sim, econômica. Eu já dizia na briga do salário mínimo: aumentem o salário mínimo que vamos reativar toda a economia interna.

Aumentem o salário corretamente – e pode ser feito, eu vou mostrar aqui, dos 9 milhões de aposentados e pensionistas que ganham um pouquinho mais que o salário mínimo –, aí, sim, vamos ver o que é crescimento de economia e ainda gerando mais empregos.

Senhoras e senhores, tenho certeza de que, na abertura, quando ouvimos a música Meu Velho, todos se emocionaram. E eu me dou ao direito de repetir um pedacinho dela aqui, porque sou apaixonado por este hino dos aposentados, que diz:

É um bom tipo, meu velho
Que anda só e carregando
Sua tristeza infinita
De tanto seguir andando
Eu o estudo desde longe
Velho meu querido velho
Agora caminha lento
Como perdoando o vento
Eu sou teu sangue meu velho
Teu silêncio e o teu tempo
Seus olhos são tão serenos
Sua figura é cansada
Pela idade foi vencido
Em ti o passado lembra
Só a dor e o sofrimento
Tem sua história sem tempo
Velho meu querido velho...

Eu quero aqui demonstrar que, apesar do tempo, vocês estão aqui e exigem todos os seus direitos. É isso que esse meu velho, meu querido velho está fazendo. (Palmas.)

Vocês podem ter certeza de que eu sei muito bem o que estou fazendo. As pessoas que assistem a esta sessão, não é só nesta sala, a TV Senado está ao vivo para todo o Brasil, e eles estão nos assistindo, eu sei, lá nos asilos, e sabem que nós temos razão; lá nos hospitais, nas casas, lares, junto com suas famílias ou mesmo longe delas, e eles estão sentindo a energia que nós estamos sentindo neste momento.

Nós estamos com vocês, que estão aí assistindo à luta dos aposentados e pensionistas. Vocês, que estão aqui no plenário, estão vivendo este momento e, para mim, é um momento muito bonito.

O Brasil é um país enorme, rico. Temos riquezas naturais, como, por exemplo, a mais recente descoberta de uma nova bacia de petróleo. Nossas reservas internacionais já ultrapassam o valor da dívida externa e ainda sobram US\$4 bilhões. É um País que abriu mão de R\$40 bilhões que eram arrecadados pela CPMF.

Se há tanta reserva assim, não há razão para não pagar aos aposentados e pensionistas e parar com o discurso de que a Previdência está falida, porque ela não está falida neste País! (Palmas)

Querem que eu aponte outras fontes de recursos? Aponto. Pelo que está sendo divulgado em matéria de reforma tributária, haverá uma redução na alíquota da contribuição do empregador, patronal, de 20% para 14%. Isso será uma renúncia em seis anos, que pode chegar a R\$30 bilhões.

Ora, se a Previdência está falida, como é que eu posso apresentar uma reforma tributária dizendo que estou reduzindo a contribuição de empregador de 20% para 16% e não aponto outra fonte de receita para os aposentados?

Eu concordo com a redução do empregador, mas vamos aumentar o percentual a ser pago sobre o faturamento ou sobre o lucro. Aí, com certeza, tem lógica e a Previdência arrecada muito mais. (Palmas.) Os bancos vão pagar muito mais.

Falei aqui das riquezas do Brasil. Porém, a maior fortuna do nosso povo não é essa riqueza material.

Porém, a maior fortuna do nosso povo não é essa riqueza material. A maior fortuna do nosso povo, a maior riqueza são vocês, o nosso povo, a nossa gente; povo que é reconhecido por sua solidariedade, por sua fé, por nunca perder a esperança e sempre apontar para um futuro melhor para todos.

Essa fé e esperança transparecem nas centenas e centenas de correspondências, que sei que todos

recebem aqui nesta Casa. Nossos aposentados dizem que estão se unindo pela votação dos projetos. Unem-se em oração, independentemente de qualquer tipo de religião ou de matriz político-partidária.

Confesso a vocês que quero resumir o máximo o que escrevi. Mas, aqui, peguei uma conversa de Leonardo Boff com Dalai Lama, esse grande guru da humanidade. Quando Leonardo Boff pergunta qual a religião ideal, pensava Leonardo Boff que Dalai Lama diria que a religião ideal era a dele. Mas, não. O grande Dalai Lama respondeu: "A melhor religião é a que mais te aproxima de Deus. É aquela que te faz melhor (...) que te faz mais sensível, mais desapegado, mais amoroso, mais humanitário, mais responsável... A religião que conseguir fazer isso de ti é a melhor religião".

Dalai Lama dá essa mensagem que achei linda. Por isso, temos que estar desarmados com esse debate.

Esse é um debate contra ninguém, é um debate somente a favor dos aposentados e pensionistas do nosso País. (Palmas)

Seria ótimo, senhores e senhoras, se seguissemos esse exemplo e nos tornássemos mais humanitários, independente de quais sejam nossas crenças, nossos partidos e nossas diferenças. Se não respeitarmos nossos idosos, se não tivermos políticas de recuperação dos benefícios dos nossos aposentados e pensionistas, com certeza não estaremos sendo humanitários.

Nossos aposentados estão pensando neste momento, tenho certeza: "Quando éramos jovens, usavam exaustivamente o nosso trabalho. Aí nossas vozes eram ouvidas. Mas, agora, nos deixam ao léu". Senhores, isto não está certo. É preciso efetivamente que os Poderes constituídos olhem com mais carinho, com mais respeito para você, que está nos assistindo neste plenário, ou pela TV Senado, ou ouvindo pela nossa rádio. Você que está em casa, sentado no sofá, na poltrona, num banquinho ou numa cadeira, ou mesmo de pé, você que está ouvindo no carro, você que está ouvindo no ônibus, você que está deitado em casa ou no hospital, você que acabou de fazer o seu exercício ou você que volta do campo, depois de uma jornada, para junto da família, precisamos mudar a visão e a forma de agir em relação a você, que deposita em nós toda a confiança.

Sr. Presidente, poderia eu aqui ler inúmeras mensagens e não vou ler. Estão todas aqui. Quero somente ler uma: "Tenho diabetes II. Em 2007, tive um AVC e passei a ter muito mais gasto com medicamentos e a me locomover com o auxílio de uma bengala. Espero que não haja mais demora e que meu reajuste venha

antes da minha passagem obrigatória deste mundo para o outro. Que o grande Arquiteto do Universo possa iluminar suas mentes diuturnamente, principalmente na luta dos nossos benefícios”.

Senhoras e senhores, antes de terminar, vou conceder um aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Paulo Paim, quero dizer a todos os que aqui estão que, por conta das atividades do Senado, eu não pude estar aqui o tempo que gostaria. Mas acompanhei o máximo pelo rádio, pelo que eu pude esta sessão. Posso dizer, Senador Paulo Paim, que é uma das sessões que mais audiência teve de quantas já aconteceram aqui. E isso por que nela é tratado um problema que aflige a todos que já estão hoje aposentados e aqueles que vão estar um dia aposentados. Não podia deixar de dar uma mensagem nesse finalzinho, de agradecer ao grande defensor de vocês, que é o Senador Paulo Paim, e também de parabenizá-lo. Quero dizer que contem conosco. Liderados do Senador Paulo Paim nesta luta, podem contar conosco! Quero ainda deixar uma mensagenzinha: que lembremos também dos aposentados que vão existir daqui a 40 anos, que são as crianças de hoje, lembrando-nos que a melhor maneira de cuidarmos de uma aposentadoria para as crianças que daqui a 40 anos serão aposentados é investir bem na educação das crianças hoje. Investir na educação hoje é inclusive ajudar a acabar esse tal de “déficit” da Previdência que alguns dizem existir. Esse déficit vai desaparecer se investirmos hoje radicalmente na educação igual para todos, na escola do filho do trabalhador tão boa quanto a escola do filho do patrão. Nesse dia, a aposentadoria dos patrões não será melhor do que a aposentadoria dos trabalhadores. Um grande abraço a todos vocês. Contem conosco! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu quero passar a palavra, em seguida, ao Senador Suplicy.

Mas eu queria dizer ainda que é fundamental, podem crer os senhores, que consigamos aprovar o fim do fator previdenciário, porque quem está na ativa hoje e está nos assistindo neste momento não sabe que, na hora de calcular o seu benefício, o fator previdenciário reduz o benefício em até 40%, no caso da mulher, e no do homem, em 35%. Nós temos de lutar neste Congresso para acabar também com o fator previdenciário.

Eu sei que é tarde e todos estão com compromisso, mas queria apenas ler para a vocês a canção, de que gosto muito, aqui interpretada pela nossa convidada. Depois, encerro em um minuto. O nome da música é “É isso aí” e diz:

Há quem acredite em milagres
Há quem cometa maldades
Há quem não saiba dizer a verdade
É isso aí
Um vendedor de flores
Ensinar seus filhos a escolher seus amores”.

É isso aí, vamos fazer como o vendedor de flores, vamos ensinar nossos filhos a escolher seus Deputados e Senadores. Afinal, somos milhões de eleitores.

Meus amigos, não percam a esperança!

Termino com uma frase do Gandhi: “Você nunca sabe que resultados virão da sua ação. Mas se você não fizer nada, não existirão resultados”.

Que a luz, que a energia do universo guie nossos passos e palavras! Vocês, como ninguém, merecem todo o nosso amor e todo o nosso carinho. Por isso, estamos aqui com vocês.

Muito obrigado!

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM:

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pensei muito em como começar este pronunciamento sobre a situação de nossos aposentados e pensionistas.

Queria falar algo que pudesse tocar os corações das pessoas, pois a causa que defendemos aqui precisa disso.

Ela necessita da sensibilidade e da atenção de cada um dos brasileiros, afinal, atinge a todos nós, de forma direta ou indireta.

Eu gostaria muito, Sr^{as} e Srs. Senadores, de ver aqui no Congresso Nacional Parlamentares de todos os partidos defendendo e votando a favor dos nossos aposentados.

Parlamentares do DEM, do PDT, do PMDB, do PP, do PR, do PRB, do PSB, do PSDB, do PSol, do PT e do PTB.

Sr^{as} e Srs. Senadores, às vezes penso o que fazer para sensibilizar a todos. Chego mesmo a implorar que me venha uma inspiração divina.

Eu tenho muita fé, esperança, acredito na liberdade, na igualdade e na justiça.

Sr. Presidente, avançamos aqui com a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, da Pessoa com Deficiência, da Criança e do Adolescente, e do Idoso. Avançamos também no salário mínimo, mas, na questão dos aposentados, nada.

Aprovamos as reformas do Judiciário, da Previdência e o projeto das Centrais Sindicais. E para os aposentados, nada.

Sinto que, quando se fala nas nossas crianças, em educação, em segurança, nas reformas tributária e política, que quando se fala das mulheres, do meio ambiente; quando se fala das dívidas interna ou externa; do pacto federativo, sinto a atenção de todos, sinto a sintonia entre nós.

Olho esse quadro e fico pensando: Meu Deus, em que estamos errando? Por que não conseguimos avançar e aprovar o reajuste igual ao salário mínimo para os aposentados?

A situação de nossos aposentados é desesperadora. E não exagero ao dizer isso.

Eles estão morrendo, seus salários diminuindo de forma drástica... É de se desesperar, sim.

Nós falamos tanto em defesa da vida e dos direitos humanos... Nossos aposentados e pensionistas entram nesse contexto. Defendê-los é defender o direito à vida digna.

E aqui é bom ressaltar que não estou falando de meia dúzia ou de um milhão de pessoas. Estou falando de aproximadamente 9 milhões de pessoas!

Trabalhar, pagar impostos, passar mais tempo no trabalho que com a família... Isso é se doar a um país, não podemos nos esquecer disso.

É esse silêncio que dói na alma. Acreditem, eles depositam em nós a sua última esperança.

Ah, como seria bom, meus amigos e minhas amigas, se pudéssemos, hoje, sair daqui e ir até a sala do Presidente do Senado e garantir a urgência, conforme requerimentos que estou apresentando neste momento, para a apreciação do PLS nº 58, do PLS nº 296, do PLC nº 42 e do veto ao reajuste dos aposentados.

Amanhã, o Congresso Nacional apreciará 65 vetos, inclusive a Emenda nº 3. O veto dos aposentados, nada.

Matérias que estão prontas para a pauta.

- o PLC nº 42/07 que prevê políticas de reajustes e valorização para o mínimo e no qual aprovamos, na CAS, emenda que estende essa política para todos aposentados e pensionistas;
- o PL nº 101/07 que está na Câmara e é resultado do relatório da Comissão Mista do Salário Mínimo. Ele, além de reajustar o mínimo segundo o PIB mais duas vezes a inflação, também garante o reajuste para aposentadorias e pensões;
- o PLS nº 58/03 que pretende resgatar o poder aquisitivo de aposentadorias e pensões;
- o veto ao reajuste de 16,67% aprovado em 2006 na Câmara e aqui no Senado, e que está pronto para ser votado no Congresso.
- a PEC nº 24/03 que estabelece que os recursos da Seguridade Social devem permanecer na Seguridade;

– o PLS nº 296/03 que extingue o fator previdenciário e tantos outros.

É preciso, Sr^{as} e Srs. Senadores, colocar essas matérias em votação o mais rápido possível.

Como disse Mahatma Gandhi, “*se queremos progredir, não devemos repetir a história, mas fazer uma história nova*”.

Vamos mudar o rumo da história de nossos aposentados e pensionistas.

Nós somos peças fundamentais para que isso seja alcançado, afinal, somos legisladores. O Congresso tem de assumir a sua responsabilidade.

Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje estamos aqui lembrando o Dia Nacional do Aposentado, comemorado em 24 de janeiro, e os 85 anos da Previdência.

Colocar essas matérias em votação seria uma excelente forma de comemorar essas datas e votar em favor delas, a melhor maneira de homenagear nossos aposentados e pensionistas.

Parece-me, às vezes, que a preocupação com eles não existe.

Parece-me que para alguns é como se elas fossem invisíveis.

É inconcebível que, enquanto os planos de saúde, os medicamentos, o custo de vida, os gastos com alimentação e outros, aumentem, os vencimentos dos aposentados e pensionistas diminuam, ou, como diz o gaúcho, cresçam como rabo de cavalo, para baixo.

Sr. Presidente, sei que essas mulheres e homens já não podem usar a greve como forma de pressão.

Também não podem fazer grandes passeatas ou mobilizações, afinal, a maioria tem idade bem avançada.

Mas, eles querem e podem se fazer ouvir.

Pode parecer um murmúrio para alguns, mas diante do silêncio, o menor som ecoa com força junto ao povo brasileiro.

E essa força poderá ser sentida nas urnas. Todos sabemos que essas pessoas votam e que podem decidir uma eleição, inclusive para a Presidência da República, afinal são mais 20 milhões de pessoas. É um número que cresce ano a ano, pois o País envelhece.

São milhões de brasileiros que certamente serão ouvidos pelos netos, filhos, bisnetos, amigos.

Se eles influenciarem somente mais duas pessoas, estaremos falando em 60 milhões de eleitores.

Por quê, então, tanta insensibilidade diante dessa força social, política e econômica?

Sim, econômica, pois ao receber mais, o aposentado gastará mais e isso fortalece a economia interna.

Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho certeza de que todos se sensibilizaram com a música “Meu Velho”, cantada no início desta sessão.

Cito aqui alguns trechos:

É um bom tipo meu velho
Que anda só e carregando
Sua tristeza infinita
De tanto seguir andando
Eu o estudo desde longe (...)
Velho, meu querido velho
Agora caminha lento
Como perdoando o vento
Eu sou teu sangue meu velho
Teu silêncio e o teu tempo

Seus olhos são tão serenos
Sua figura é cansada
Pela idade foi vencido (...)

Em ti o passado lembra
Só a dor e o sofrimento
Tem sua história sem tempo
Velho, meu querido velho”

Isso com certeza toca e mexe com a sensibilidade de todos nós, não soa apenas como a letra de mais uma canção.

As pessoas que assistem a esta sessão, seja nos asilos, nos hospitais, nas casas lares, junto com suas famílias ou mesmo longe delas, estão sentindo a energia que eu estou sentindo neste momento.

Vocês que estão aqui no Plenário estão vivendo este momento.

Sr. Presidente, o Brasil é um País enorme e rico. Temos riquezas naturais, como por exemplo, a mais recente descoberta de uma nova bacia de petróleo.

Nossas reservas internacionais já ultrapassam o valor da dívida externa e ainda sobram U\$4 bilhões.

O País abriu mão de R\$40 bilhões que eram arrecadados pela CPMF.

Se há tantas reservas assim, não há razão para não pagar os aposentados, nem para dizer que a Previdência é deficitária.

Cito aqui a proposta de reforma tributária que nos próximos dias será encaminhada ao Congresso.

Pelo que vem sendo divulgado, haverá redução da alíquota da Contribuição Previdenciária Patronal de 20% para 14%. Será uma renúncia que, conforme alguns dados, poderá chegar a R\$30 bilhões em seis anos.

Lembro que a Comissão Mista do Salário Mínimo apontou esse caminho, mas, para preservar a Previdência, aumentávamos a contribuição sobre os lucros ou faturamento.

Sr. Presidente, falei aqui das riquezas do Brasil. Porém, sua maior fortuna é o nosso povo, a nossa gente. Povo que é conhecido por sua solidariedade e, principalmente, por ter fé e nunca perder as esperanças de dias melhores.

Essa fé e essa esperança transparecem nas centenas de cartas que recebo diariamente.

Nossos aposentados dizem que estão se unindo em oração, independentemente de quais sejam as religiões.

Isso me faz lembrar um diálogo que li entre o teólogo Leonardo Boff e o monge budista, Dalai Lama.

Em um intervalo de uma mesa-redonda sobre religião e paz entre os povos Boff perguntou ao Dalai Lama qual seria a melhor religião.

Segundo o próprio Leonardo Boff, ele esperava que o monge dissesse que era o budismo tibetano ou as religiões orientais.

Porém, o Dalai Lama afirmou o seguinte:

A melhor religião é a que mais te aproxima de Deus. É aquela que te faz melhor’ (...) que te faz mais sensível, mais desapegado, mais amoroso, mais humanitário, mais responsável... A religião que conseguir fazer isso de ti é a melhor religião.

Minhas amigas e meus amigos, seria ótimo se seguissemos esse exemplo e nos tornássemos mais humanitários, independentemente de quais sejam nossas crenças, nossos partidos e quaisquer outras diferenças.

Temos de refletir, de pensar.

Se não respeitarmos nossos idosos, se não tivermos políticas de recuperação dos benefícios de nossos aposentados e pensionistas, não estaremos sendo humanitários.

Nossos aposentados estão pensando: “enquanto éramos jovens, usavam exaustivamente o nosso trabalho, aí nossas vozes eram mais ouvidas, agora, nos deixam ao léu”.

Da forma como as coisas estão, isso não está certo.

É preciso, efetivamente, que os poderes constituídos olhem com mais carinho e mais respeito para você que está aqui neste Plenário ou nos assistindo pela TV Senado e nos ouvindo pela Rádio.

Você que está aí sentado no sofá, na poltrona, em um banquinho, em uma cadeira ou mesmo de pé. Você que está no carro, que está no ônibus, você que está deitado, em casa ou no hospital, você que acabou de fazer seu exercício ou que volta do campo para junto da família, precisamos mudar a visão e a forma

de agir em relação a você que deposita toda sua confiança em nós.

Sr. Presidente, eu vou ler trechos de mensagens que recebo em meu gabinete. Sei que não sou o único a recebê-las, mas aqui falo pelas que li. Como são milhares, selecionei apenas uma de cada estado e do Distrito Federal.

“...a nossa situação se torna cada vez mais difícil porque não temos uma aposentadoria digna...estou completamente desiludido de tudo. Manoelito, de Campos – Rio de Janeiro”

“...trabalhei como bancário durante 36 anos sem contar o tempo que trabalhei na roça. Me aposentei com 8 salários e meio e aos 83 anos recebo 3. Dario Machado, de Itajubá – Minas Gerais”

“...contribui com 5 salários durante 35 anos e hoje estou recebendo como aposentado menos de 50%. José Alves da Silva, de Teresina/Piauí”

“...meu esposo saía de casa a pé ou de bicicleta e corria uma longa distância para chegar no trabalho insalubre, muito barulho,...

... muita poeira para receber uma merca de aumento, acho na verdade que teria que ser igual ao mínimo, pois não está dando para comprar remédio, comida, roupa, calçado, muitos estão vivendo com a ajuda dos filhos..., Lindaura, de Salvador-Bahia”

“...nós aposentados estamos a beira do precipício pois quem se aposentou com 8 salários não pode estar recebendo 4... Moisés Meireles, Recife-Pernambuco”

“...perdi metade da aposentadoria e junto com ela a dignidade...tenho vergonha de encontrar meus antigos alunos pois eles me confundem com um maltrapilho... Aloyzio Muller, de São Gabriel – Rio Grande do Sul”

“...Todos nós aposentados estamos na penúria, não podemos nos alimentar, a saúde pública está falida, não vou escrever o que falta, pois falta tudo. Eu preciso operar catarata nos 2 olhos mas como? Se mais da metade do meu benefício está sendo tirado... Therezinha da Silva, de Campo Grande-Mato Grosso do Sul”

“...recebo um salário pois perdi tudo com essa defasagem. Não tenho dinheiro para comprar nem um sapato, uma comida, divido as despesas com os filhos e netos. É uma vergonha. Ítalo, de Manaus-Amazonas”

“...passei a vida toda trabalhando, uma vida sofrida para agora aos meus 80 anos receber um salário mínimo? Com esse dinheiro ninguém consegue viver com dignidade pois não tem dinheiro nem para pagar as contas, e os remédios então? Vou morrer pois nem dinheiro tenho para comprar esses remédios. João, de Cruzeiro do Sul –Acre”

“...estou com 77 anos, sou forçado a pagar meu plano de saúde que meus filhos que ajudam a pagar...rogo ao bom Deus para melhorar a nossa situação de vida que passamos vários anos sofrendo devido a defasagem do meu benefício. Geraldo, de Maceió – Alagoas”

“...trabalhei duro para receber 5 salários e agora que poderia estar protegida pela lei, tenho esse desgosto pois a menos de 2 anos estarei ganhando o mesmo que um trabalhador que pagou sobre um salário... Shirley, de Santarém-Pará”

“...quem vai querer entrar para o sistema da previdência com o terrorismo que é feito contra a aposentadoria... Rubens, de Goiânia-Goiás”

“...comprei e paguei minha aposentadoria e hoje tenho o direito de recebê-la. Sebastião, de Fortaleza-Ceará”

“...nós acompanhamos todos os anos a discussão do salário mínimo em função do repasse dos aposentados. Todo ano é a mesma coisa vem um índice para o mínimo e outro para os aposentados. O que vem ocorrendo é simplesmente cruel. Mercedes, de Boa Vista – Roraima”

“...trabalhei a vida toda para morrer sem remédio, dinheiro, comida... Maria Aparecida, de Natal – Rio Grande do Norte”

“...eu, aposentado me encontro em situação financeira desesperadora, agravada por moléstia crônica de minha esposa em tratamento por mais de 3 anos. Já não agüentamos mais, pedimos socorro. O que nos aposenta-

dos fizemos de tão mal para merecermos tudo isso... Cássio, de São Luiz – Maranhão”

“...sou aposentado e sempre tive uma vida simples, trabalhei aos 12 anos pois perdi meu pai aos 3; trabalhei 40 anos e me aposentei com 6 salários da época assim consegui uma vida razoavelmente confortável mas atualmente não consigo manter compromissos como IPTU, água, luz, telefone e despesas... José Monte, de União da Vitória – Paraná”

“...quando me aposentei recebia 8 salários, hoje recebo 4 e isso tem causado um grande transtorno em minha vida. Jorge Soares, de Vitória – Espírito Santo”

“...meu Deus ser aposentado é pecado? Porque tanto sofrimento? Acordo todas as manhãs sonhando com um dia que nós aposentados seremos lembrados... Francisco de Paula, de João Pessoa – Paraíba”

“...já não suportamos mais, estamos em busca de socorro. Cadê o nosso reajuste digno? Patrícia, de Palmas – Tocantins”

“...com essa política de reajuste de aposentados estão querendo exterminar todos nós. José Antônio, de Cuiabá – Mato Grosso”

“...quero reajuste decente. Eu paguei, não é favor, é direito! Joaquim, de Taguatinga – Distrito Federal”

“...se continuar com essa defasagem estarei impossibilitado de cumprir com os meus compromissos, especialmente com meu plano de saúde. Isso me levará a engrossar as fileiras dos hospitais públicos que já não suportam os que lá vão em busca de socorro... Maria de Lourdes, de Macapá – Amapá”

“...aposentados doentes, falidos e sem perspectiva de vida, estamos morrendo... Joana, de Porto Velho – Roraima”

“... na minha casa o que eu comprava antes, hoje já não consigo comprar mais... Raquel, de Aracajú – Sergipe”

“...não suportei mais tamanha defasagem no meu salário de aposentado. É preciso que se aprove uma Lei que nos garanta o mesmo

índice do salário mínimo... Leonardo, de Joinville – Santa Catarina”

“Alem de sofrer de Diabetes II,ha mais de 20 vinte anos, em.2007, vim a sofrer um AVC passando a ter mais gastos com medicamentos e me locomovendo com o auxilio de uma bengala.

“Espero que não haja mais demora, que o meu reajuste venha antes da minha passagem obrigatória deste para o Verdadeiro Mundo...”

“Que o Grande Arquiteto do Universo, possa iluminar suas mentes diuturnamente, principalmente na luta em beneficio de seus semelhantes, agradeço de coração o que possam vir a fazer em meu beneficio, na aprovação ainda em vida deste brasileiro....Atenciosamente,

Batuíra Escobar, de Bauru/São Paulo”

Senhoras e Senhores, como se vê, o problema é de todos, de cada um de nós.

Não é justo que aqueles que contribuíram por uma vida tenham de vir aqui mendigar o que é deles por direito.

Meus amigos e minhas amigas, aqui eu faço um apelo ao imaginário de cada um: pensem em seus pais, em seus avós, bisavós, nos tios ou mesmo nos vizinhos, aposentados ou pensionistas.

Agora imaginem essas pessoas indo pegar sua aposentadoria ou sua pensão e perceber que o que elas ganham mal dá para os remédios que necessitam.

Algo está errado.

Sr, Presidente, eu não poderia encerrar sem falar do Fator Previdenciário. Não é correto, não é justo.

Não é correto o trabalhador se aposentar e, no momento em que faz isso, ver seus vencimentos serem reduzidos em até 40%.

Os trabalhadores que estão na ativa ainda não perceberam o quanto o Fator Previdenciário trará prejuízos no momento da sua aposentadoria.

Por isso a luta para acabar com o Fator tem de ser de todos os trabalhadores que contribuem para o Regime Geral, de todas as entidades:sindicatos, federações, confederações, centrais e a Cobap, aqui representada pelo seu presidente Benedito Marcílio.

Meus amigos e minhas amigas, sei que as perguntas que vocês estão fazendo são: onde está o Executivo? Onde está o Legislativo? Onde está o Judiciário?

Ecoa como protesto, um choro, um lamento.

Como vocês podem notar, entre as milhares de cartas que recebo, muitas delas dizem: “*não queremos ganhar o mesmo que os senhores, salários em média de 15 a 30 mil reais ... Só queremos receber sobre aquilo que pagamos. Só queremos receber o que é nosso por direito e que fica, no máximo, entre 1 a 7 salários mínimos.*”

Meus amigos e minhas amigas, na semana passada estive no Palácio do Planalto durante as atividades de posse da Seppir.

Lá o Presidente Lula disse com todas as letras: “*não afrouxem, não se deixem encolher. Façam mobilizações, apresentem a sua pauta.*”

As filosofias orientais dizem que a felicidade nasce de nossas próprias mãos.

Façamos então a nossa felicidade ajudando aqueles cujas mãos já estão cansadas.

Temos de querer para os outros o que desejamos para nós mesmos.

O momento é este. É agora. Nós é que temos de fazer acontecer. Nós é que temos de resolver. É uma questão de justiça.

Como diz a canção “É isso aí”, interpretada pela cantora Ana Carolina:

“Há quem acredite em milagres
Há quem cometa maldades
Há quem não saiba dizer a verdade

É isso aí
Um vendedor de flores
Ensinar seus filhos a escolher seus amores”

É isso aí. Vamos fazer como o vendedor de flores: vamos ensinar nossos filhos a escolher seus Deputados e Senadores.

Afinal, somos milhões de eleitores.

Meus amigos, não percam as esperanças.

Termino com uma frase de Gandhi: “*Você nunca sabe que resultados virão da sua ação. Mas se você não fizer nada, não existirão resultados.*”

Que a luz, que a energia do Universo guie nossos passos e palavras.

Vocês, como ninguém, merecem nosso amor e nosso carinho. Por isso, nós estamos aqui.

Um abraço para todos.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP)

– Senador Paulo Paim, apenas, para cumprimentá-lo pela iniciativa desta comemoração do Dia Nacional dos Aposentados e Pensionistas, que teve tanto conteúdo. V. Ex^a conseguiu mobilizar a consciência nacional em solidariedade aos que tanto trabalharam e merecem

estar sendo, adequadamente, remunerados por todos os brasileiros. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Eu gostaria que a comissão que vai comigo ao gabinete do Senador Garibaldi recolhesse as flores para levá-las a S. Ex^a, que as receberá e as remeterá a todos os outros Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Sra. Senadora Roseana Sarney enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendida.

A SRA. ROSEANA SARNEY (PMDB/MA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Hoje celebramos o Dia Nacional dos Aposentados. Gente que dispôs energia e força na construção de sonhos e ideais, na formação de famílias, na luta pela sobrevivência digna, no empenho para participar do trabalho em favor do nosso país, de seus estados, suas cidades e suas comunidades, e hoje empresta a nós todos sua generosa sabedoria aprendida no dia a dia de labuta, dores e alegrias.

São heróis – anônimos ou não – que cumpriram uma etapa da vida e alcançaram o justo período de ser mais da família, do lazer e do sereno descanso.

Merecem nossas homenagens e nosso apreço pelo que representam na nossa história pessoal, e na história brasileira. São memória vivas dos caminhos já percorridos. São motivação para o que ainda não sabemos, mas queremos e precisamos aprender. São espelho e amparo. São os que nos dão força para seguir em frente, sem abrir mão de sonhar e lutar pelos nossos ideais. Fazem-nos lembrar da responsabilidade que temos com os seus legados, que temos com o presente, com o passado e com o futuro.

Assim, deixo aqui hoje: Parabéns pelo seu dia. Muito obrigado por tudo o já feito. Que Deus lhes abençoe e preteja neste segundo e terno momento da vida. A vocês, caros aposentados, todo o nosso respeito e eterno carinho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a presente sessão. Obrigado a todos. (Palmas.)

(*Levanta-se a sessão às 14 horas e 38 minutos.*)

Ata da 16ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 26 de fevereiro de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária Da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Tião Viana, Alvaro Dias,
Papaléo Paes, Mão Santa e Romeu Tuma

ÀS 14 HORAS E 43 MINUTOS, ACHAM-
SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SE-
NADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

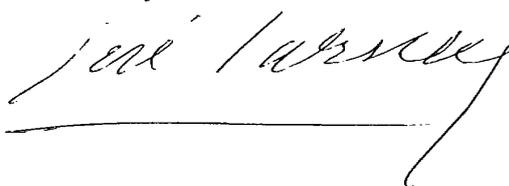
Senado Federal

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 26/2/2008 07:48:30 até 26/2/2008 20:30:02

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	X	DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X	PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	X	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X	Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	X	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X	PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X		PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X					
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X						
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X						
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	X					
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	X					
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X						
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	X					
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X					
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X					
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X					
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X					
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X					
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X					
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	X					
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	X					
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X					
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X					
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X					
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X					
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X					
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X					
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	X					
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	X					
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	X					
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X					
DEM	RN	JOSÉ AGRÍPINO	X	X					
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X					
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	X					
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	X					
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X					
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X					
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	X					
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X					
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	X					
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X						
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X					
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X					
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	X					
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	X					
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X					
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X					
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	X					
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X					
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	X					
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X					
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X					
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	X					
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	X					

Compareceram: 71 Senadores



O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 72 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 263, de 2007** (nº 1.506/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Meditantes de Guritiba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mulungu, Estado do Ceará;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 336, de 2007** (nº 164/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Belo Horizonte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 360, de 2007** (nº 208/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Tejiptió para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Recife, Estado de Pernambuco;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 369, de 2007** (nº 253/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Nova Santa Bárbara para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Santa Bárbara, Estado do Paraná;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 376, de 2007** (nº 275/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Presidente Epitácio Associação Cultural Comunitária – PEACC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Epitácio, Estado de São Paulo;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 387, de 2007** (nº 151/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Bananalense de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bananal, Estado de São Paulo;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2007** (nº 171/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Artística do Jardim Itaquá para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaquaquecetuba, Estado de São Paulo;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 392, de 2007** (nº 225/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura do Itaenga para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa do Itaenga, Estado de Pernambuco;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 395, de 2007** (nº 236/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Cidade Doçura para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Américo Brasiliense, Estado de São Paulo;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 400, de 2007** (nº 247/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos da Comunicação de Viçosa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viçosa, Estado de Alagoas;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 429, de 2007** (nº 217/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Sistema Comercial de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Maranguape, Estado do Ceará;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 443, de 2007** (nº 89/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Movimento Comunitário Rádio Nova de Paz – FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cezarina, Estado de Goiás;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 454, de 2007** (nº 241/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Acas – Associação Comunitária de Alto Santo – Ceará para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Santo, Estado do Ceará;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 458, de 2007** (nº 297/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Candelária FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada*

na cidade de Santa Luzia D'Oeste, Estado de Rondônia;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 462, de 2007** (nº 300/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Emissoras Santa Cruz S/A – Rádio e Televisão para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais; e

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 466, de 2007** (nº 313/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Rádio Aliança para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2004**, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera a Lei nº 6.905, de 11 de maio de 1981, para destinar a renda líquida de um concurso anual de prognóstico sobre o resultado de sorteios de números para as Associações da Cruz Vermelha Brasileira.

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sobre a mesa, Ofícios 1º Secretário a Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. nº 4/08/PS-GSE

Brasília, 20 de fevereiro 2008

Assunto: Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 5.973, de 2005 (nº 401/03 no Senado Federal), o qual “Altera o inciso IV do **caput** do art. 117 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para definir como causa interruptiva da prescrição a publicação

da sentença ou acórdão condenatório recorrível.”, foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e convertido na Lei nº 11.596, de 29 de novembro de 2007.

2. Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serragli**,
Primeiro-Secretário

OF. nº 5/08/PS-GSE

Brasília, 20 de fevereiro de 2008

Assunto: Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 6.345, de 2005 (nº 99/05 no Senado Federal), o qual “Dispõe sobre a inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria.”, foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e convertido na Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007.

2. Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro-Secretário.

OF. nº 6/08/PS-GSE

Brasília, 20 de fevereiro de 2008

Assunto: Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 6.348, de 2005 (nº 190/05 no Senado Federal), o qual “Institui o Dia Nacional do Teste do Pezinho a ser comemorado no dia 6 de junho de cada ano.”, foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e convertido na Lei nº 11.605, de 5 de dezembro de 2007.

2. Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro-Secretário.

OF. nº 7/08/PS-GSE

Brasília, 20 de fevereiro de 2008

Assunto: Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 1.100, de 2007 (nº 80/07 no Senado Federal), o qual "Institui o ano de 2007 como Ano Nacional Oscar Niemeyer", foi sancionado pelo Exceletíssimo Senhor Presidente da República e convertido na Lei nº 11.611, de 14 de dezembro de 2007.

2. Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 162, DE 2008

Senhor Presidente,

Tendo sido autorizado por Vossa Excelência a apresentar o Senado Federal no Simpósio Internacional de Segurança e Políticas públicas sobre Drogas, evento a cargo do da Secretaria Nacional Antidrogas da Presidência da República, a realizar-se no Rio de Janeiro, fundado no art. 40 do Regimento Interno do Senado, solicito licença para ausentar-me dos trabalhos da Casa nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2008.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2008. – Senador **Romeu Tuma**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O requerimento que acaba de ser lido será apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 163, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 199, § 1º do Regimento Interno, na forma de aditamento ao Requerimento nº50 de 12-2-2008, que a Sessão Especial para comemorar o centenário da fundação da Associação Brasileira de Imprensa, seja realizada no dia 8 de abril de 2008.

Justificação

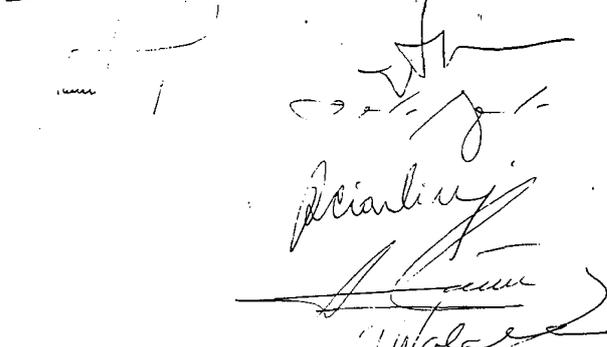
Em razão da não proposição de data específica para realização da Sessão Especial para comemoração

do centenário da fundação da Associação Brasileira de Imprensa, proposta pelo RQS 50/2008 – SF, aditamos o presente requerimento para que a supracitada Sessão seja realizada em 8 de abril do corrente ano, tendo em vista que a ABI completará 100 anos no dia 7 de abril do corrente ano.

Sala das Sessões, de 2008



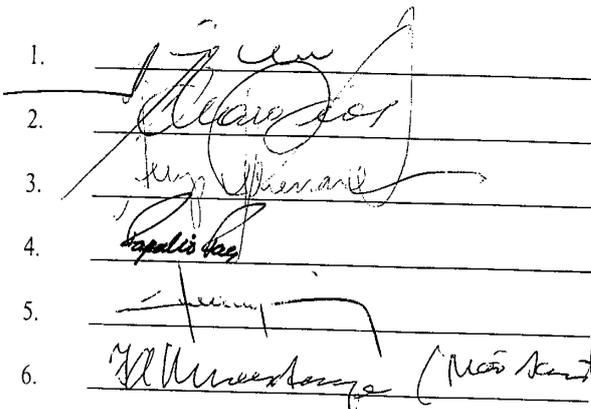
Senador **INÁCIO ARRUDA**

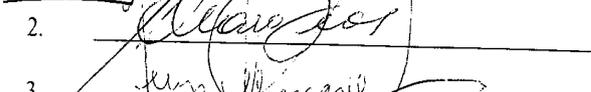
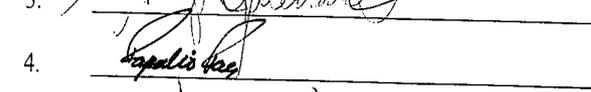
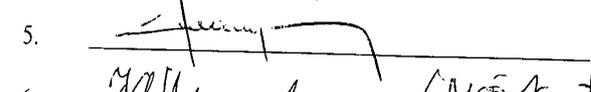
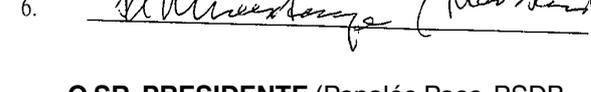

REQUERIMENTO Nº 164, DE 2008

Requeremos, em aditamento, aos Requerimentos nºs 114 e 150, de 2008, que a sessão destinada a comemorar os oitenta anos da Fundação do Jornal **O Povo**, seja realizada no Período do Expediente da sessão do dia 11 de março de 2008, nos termos do artigo 160 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2008.

Sala das Sessões, em 26 de fevereiro de 2008.



1. 
2. 
3. 
4. 
5. 
6.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação e serão apreciadas oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 165, DE 2008

Requerimento de voto de pesar.

Requeiro, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com as tradições da Casa, voto de pesar pelo falecimento do jogador Antônio do Nascimento Rodrigues, natural do Estado de Sergipe, com a inserção em ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família.

Justificação

Faleceu no último dia 21 de fevereiro o jogador de futebol e dos atletas mais edificantes do desporto sergipano e brasileiro, que é Antônio Nascimento Rodrigues, conhecido como Charuto. Considero importante esse registro, porque se trata de uma homenagem não apenas a um futebolista de primeira hora, mas um homem que se dedicou ao esporte como poucos no Estado de Sergipe.

É uma homenagem merecida, pois Charuto jogou na seleção sergipana de futebol, representando de modo brilhante nosso Estado. Sinto-me compelido a parabenizar esse atleta, prestando a última homenagem de forma emocionada a esse grande jogador de futebol, que faleceu aos 87 anos de idade. Ele era funcionário público autárquico aposentado, pai de três filhos; exemplo de chefe de família: bom filho, bom marido, bom pai. Um atleta que é padrão, um exemplo a ser seguido pelas novas gerações.

Charuto começou sua vida esportiva jogando pelo Palestra em 1939. Transferiu-se para o Club Esportivo Sergipe, onde foi campeão. Em seguida foi jogar no Vasco Esporte Clube, onde também a faixa de campeão envergou. Todavia, foi no Cotinguiba Esporte Clube, a mais antiga agremiação socioesportiva do Estado de Sergipe, nascida em 10 de outubro de 1909, que Antônio Nascimento Rodrigues, o Charuto, realizou-se plenamente. O voto de pesar é uma homenagem que fazemos a esse símbolo do esporte nacional.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2008. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, PSB/SE

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 166, DE 2008

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando que a Resolução da Câmara de Comércio Exterior (Camex) nº 42, de 19 de dezembro de 2006, manteve, por tempo indeterminado, a incidência do Imposto de Exportação sobre o couro **wet blue**, à alíquota de 9%, abandonando o escalonamento até zero previsto em resoluções anteriores, requeiro sejam prestadas, pelo Exmº Sr. Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, as seguintes informações:

1 – Que efeitos, positivos e negativos, foram gerados pela política adotada pela Camex de tributar a exportação de couro **wet blue**, de 2000 até hoje?

2 – Que razões fundamentaram a decisão da Camex (Resolução nº 42, de 17 de dezembro de 2006) de eliminar a redução progressiva a zero da alíquota do Imposto de Exportação sobre couro **wet blue**, prevista nas Resoluções nº 1, de 14 de janeiro de 2004, e 42, de 6 de dezembro de 2005?

3 – As condições de mercado atuais ainda justificam a manutenção do citado gravame? Por quê?

4 – Quais são as condições necessárias e suficientes para que a Camex venha a eliminar ou reduzir o imposto de exportação de que se trata?

5 – As medidas de política tributária, financeira e de comércio exterior de proteção e fomento da indústria calçadista objeto da Resolução Camex nº 40, de 27 de setembro de 2007, e da Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, foram ou serão capazes de amenizar ou extirpar a crise que afetou a referida indústria? Nesse novo contexto de política industrial, ainda se justificaria manter o Imposto de Exportação em questão como instrumento de apoio ao setor calçadista?

6 – Qual foi a arrecadação anual do Imposto de Exportação sobre couro **wet blue**, a partir de 2000?

7 – Que produtos foram gravados pelo Imposto de Exportação no período de 2000 a 2007? Quais alíquotas foram aplicadas? Quais as razões que motivaram a respectiva taxação?

Justificação

Entidades empresariais representativas da pecuária e da indústria de curtume, sobretudo as das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, têm reivindicado

a retirada imediata do Imposto de Exportação de 9% incidente, desde 2000, sobre o couro **wet blue**. Alternativamente, aceitam a redução progressiva a zero que o próprio governo havia estabelecido.

Em defesa do pleito, aduzem vários argumentos, entre os quais:

a) as alterações do cronograma de redução do IE desequilibram as condições de negociação da indústria brasileira no mercado internacional e deixam o setor sem uma perspectiva concreta de produção e comercialização;

b) a imposição do IE para obtenção de agregação de valor às exportações de couro só seria aceitável se vinculada a uma política governamental de consolidação dessa agregação. A promessa governamental de destinar ao setor curtidor os recursos oriundos do IE para melhorar a qualidade do couro e remunerar adequadamente o pecuarista não foi cumprida. O instrumento foi utilizado de maneira isolada e precária; além de ineficaz, prejudicou, seriamente, os produtores da matéria-prima, ao depreciar o seu valor, em benefício de uma pequena parcela da cadeia produtiva;

c) a cadeia produtiva do couro e do calçado inclui pecuaristas, frigoríficos, curtidores, calçadistas, químicos e produtores de artefatos. A grande maioria desses segmentos defende o livre comércio;

d) o problema da indústria brasileira de calçados – principal beneficiária, em tese, do IE – é sua menor competitividade comparada à indústria chinesa. O IE não contribui em nada para a solução dessa equação; mesmo sujeitas a ele, as exportações do **wet blue** cresceram 55%, no período de 2000 a 2005, demonstrando total inexistência de relação de causa e efeito.

Recentemente, a indústria calçadista foi beneficiada com um elenco de medidas de ordem tributária, financeira e de política de comércio exterior, que aumentaram a proteção tarifária e reduziram custos internos. Assim, o gravame imposto à indústria coureira, supostamente em benefício da indústria calçadista, parece não mais se justificar.

O Congresso Nacional delegou ao Poder Executivo a competência para relacionar os produtos sujeitos ao IE e fixar as respectivas alíquotas, ficando, impossibilitado de, no curto prazo, reverter eventuais decisões equivocadas tomadas por aquele Poder. Não abriu mão, contudo, de fiscalizar e monitorar os atos do Poder Executivo.

O presente requerimento de informações se justifica pela necessidade de o Congresso Nacional conhecer as razões de política cambial, de comércio exterior e industrial que motivaram a Camex a criar e manter o referido imposto, para avaliar a procedência das reclamações dos setores prejudicados.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2008. – Senadora **Lúcia Vânia**

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O requerimento que acaba de ser lido será despatchado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 167, DE 2008

Requer Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido em São Paulo, do ator Rubens de Falco.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento, em 22 de fevereiro de 2008, de Rubens de Falco, consagrado ator brasileiro.

Requeiro, ademais, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento dos familiares de Rubens de Falco.

Justificação

Rubens de Falco, consagrado ator brasileiro, dedicou a vida ao cinema e à televisão, atuando em 20 novelas, quatro minisséries e em 30 filmes. Sua atuação em novelas atravessou fronteiras e ganhou o mundo. Foi na novela “Escrava Isaura” que ele alcançou o maior êxito no País e no exterior. Entre os filmes, figuram Pixote, o Monge e a filha do carrasco. Das minisséries, o público conserva agradável lembrança pela sua interpretação em “Grande Sertão Veredas” e em “Memorial de Maria Moura”. Por tudo isso, requeiro o Voto de Pesar como homenagem do Senado da República ao consagrado ator brasileiro.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 168, DE 2008

Requer Voto de Pesar pelas vítimas do naufrágio do barco “Almirante Monteiro”, ocorrido no dia 20 de fevereiro de 2008, no rio Amazonas, imediações de Novo Remanso, município de Itacoatiara-AM.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelas vítimas do naufrágio do barco “Almirante Monteiro”, ocorrido no dia 20 de fevereiro de 2008, no rio Amazonas, imediações de Novo Remanso, no Município de Itacoatiara–AM. No acidente morreram 16 pessoas. Até agora, foram identificadas 15, a saber:

Lucas da Cruz Nunes (29 anos de idade)
 Jarcilene da Silva Nunes (25)
 Lucas da Cruz Júnior (8)
 Adriel Vitor da Silva Nunes (5)
 Rainara Taiane Chaves (3)
 Jenifer Serrão (3)
 Ana Lúcia Serrão
 Antonia Vieira (82)
 José Luis Costa Leitão (49)
 Maria Socorro Silva Leitão (44)
 Aline Santos Castro (1)
 Rogério da Gama Caio (9)
 Marina Aragão Ribeiro (44)
 Genival Soares de Paulo (28)
 Marina Aragão Ribeiro (48)

Requeiro, ademais, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento dos Governos do Amazonas e do Pará.

Justificação

Era madrugada do dia 20 de fevereiro. Pouco mais de 100 passageiros, gente simples que não tem outro meio de locomoção, viajavam de Alenquer, no Pará, para Manaus. Entre eles, em maioria, trabalhadores, algumas famílias e, com estas, crianças. De repente, o imprevisto, já quase de madrugada: a colisão do barco, de madeira, com uma balsa metálica. Foi a hora do desespero e de uma luta desesperadora para salvar os passageiros. Deles, 95 conseguiram escapar. Outros 16 não tiveram a mesma sorte. Morreram no rio Amazonas, numa tragédia que abalou o meu Estado e o País todo. Independentemente de outras considerações, como a necessidade de oferecer mais segurança para a navegação no Amazonas, ergo minha voz e meu sentimento mais profundo pela dor que todos nós sentimos com a morte desses passageiros. Deste Plenário, interpretando o pensamento dos amazonenses, requeiro este Voto de Pesar como homenagem póstuma do Senado da República às vítimas do naufrágio.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 169, DE 2008

Requer Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido ontem, em São Paulo, de Giuseppe Ghiaroni, consagrado o radialista brasileiro.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento, em 22 de fevereiro de 2008, de Giuseppe Ghiaroni, consagrado redator do rádio brasileiro.

Requeiro, ademais, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento dos familiares de Giuseppe Ghiaroni.

Justificação

Ghiaroni: Basta o sobrenome para que todos se lembrem desse notável radialista brasileiro, que se consagrou principalmente como redator do rádio brasileiro. Nos anos 40, quando a Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, era ouvida quase que religiosamente em todo o País, Ghiaroni já aparecia como um dos melhores redatores da emissora. De notável capacidade de trabalho, produzia diversos programas semanais e uma novela diária. Ele é o autor do “Monólogo das Mãos”, que logrou grande êxito na interpretação de Bibi Ferreira e Lúcio Mauro. Um dos seus últimos encargos foi como redator da “Escolinha do Professor Raimundo”, de Chico Anísio. Ghiaroni era uma pessoa simples e muito estimada. É, pois, merecedor do Voto de Pesar como homenagem do Senado da República ao consagrado radialista brasileiro.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 170, DE 2008

Requer Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido ontem, em São Paulo, do ator Oswaldo Louzada, consagrado ator brasileiro de televisão.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento, em 22 de fevereiro de 2008, de oswaldo louzada, consagrado ator brasileiro.

Requeiro, ademais, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento dos familiares de Oswaldo Louzada.

Justificação

Quem não se lembra de Oswaldo Louzada, o louzadinha, como era carinhosamente chamado pelo seu grande público, habituado a vê-lo nas novelas da Globo? Na semana passada, o Brasil perdeu esse estimado ator, que começou uma vitoriosa carreira

na Rádio PanAmericana, de São Paulo, em 1912. Em 1944, estreou no cinema, com dois filmes: “Gente Honesta” e “É proibido sonhar”. Lousada desaparece cinco anos antes de completar um século de existência. Vai fazer falta. Por tudo isso, requeiro o Voto de Pesar como homenagem do Senado da República ao consagrado ator brasileiro.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 171, DE 2008

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda as seguintes informações a respeito do contrato firmado entre o Estado do Piauí, o Banco do Estado do Piauí (BEP) e o Banco do Brasil com vistas à transferência do pagamento da folha de servidores do Estado para o Banco do Brasil:

I – Qual foi o valor do contrato pactuado e qual a forma e prazo do pagamento ao Estado?

II – Existe parecer jurídico elaborado por entidade independente dos contratantes em favor da dispensa de licitação na escolha do Banco do Brasil para a venda da folha de pagamentos do Estado?

III – Que tipo de avaliação foi realizada para a definição do valor do contrato? Houve tomada de preços ou algum tipo de consulta aos eventuais interessados na compra da folha, além do Banco do Brasil?

Justificação

Em paralelo ao processo de privatização de diversos bancos estaduais, os respectivos Estados optaram por vender suas folhas de pagamentos a bancos privados e estatais. Nesse processo, a propósito de algumas Ações Diretas de Inconstitucionalidade, o Supremo Tribunal Federal pronunciou-se no sentido da constitucionalidade dessa venda, considerando que os pagamentos dos servidores constituem numerário distinto das disponibilidades de caixa dos entes estaduais

e municipais, estas sim obrigadas, por preceito constitucional, a ser depositadas em bancos oficiais.

Ao mesmo tempo, tendo em vista o interesse comercial envolvido nessas operações, refletido nos vultosos preços pagos pelos bancos em algumas dessas vendas, nos Acórdãos proferidos pelo STF a respeito das ADIN, ficou estabelecido que a exclusividade concedida quanto ao depósito de folhas de pagamentos deveria ser precedida de licitação ou concorrência.

Neste momento em que a incorporação do BEP ao Banco do Brasil requer a autorização do Senado Federal, tem-se conhecimento de que a folha de pagamento do Estado do Piauí foi vendida com exclusividade ao Banco do Brasil, sem concorrência pública.

Sendo assim, visando a assegurar a maior transparência possível a essa operação, que é de grande interesse para o Estado e para o Banco do Brasil, solicitamos, por intermédio do Excelentíssimo Ministro da Fazenda, informações mais detalhadas sobre a referida venda.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2008. – Senador **Heraclito Fortes**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos o seguintes:

REQUERIMENTO Nº 172, DE 2008

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Hildo Diniz da Silva, superintendente regional da Codevasf no Piauí.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Hildo Diniz da Silva, ocorrido no dia 30 de janeiro de 2008, na cidade de Teresina, no Estado do Piauí.

Requeiro, mais, que este voto seja levado ao conhecimento da Sra. Rita Nunes Silva, com quem ele era casado e, por seu intermédio, aos demais familiares.

Justificação

O Voto de Pesar ora requerido ao Senado da República é um preito de saudade ao Sr. Hildo Diniz da Silva, Superintendente Regional da Codevasf no Piauí, pelo que representou como figura humana e por suas atividades em prol do desenvolvimento do nosso querido Estado.

Natural de São Mamede, no Estado da Paraíba, era formado pela Faculdade de Agronomia do Submédio São Francisco e membro da Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem e dos Engenheiros Agrônomos de Pernambuco. Era um exemplo de homem público, devido ao seu comprometimento, retidão e honestidade com o qual conduzia a Superintendência Regional da Codevasf no Estado do Piauí.

Por estas razões, Hildo Diniz da Silva é merecedor da homenagem póstuma desta Casa.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2008. – Senador **João Vicente Claudino**, PTB/PI.

REQUERIMENTO Nº 173, DE 2008

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 218 do Regimento Interno, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, o ex-Deputado Agostinho Patrús, ocorrido em São Paulo, em 24 de fevereiro de 2008.

Justificação

Agostinho Patrús, mineiro de Belo Horizonte, estava internado no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, foi deputado por seis legislaturas consecutivas, de 1983 a 2006.

Médico formado pela Faculdade de Medicina da UFMG em 1966, líder classista, ocupou a presidência da Associação Médica de Minas Gerais por dois mandatos.

Seu primeiro cargo público foi o de secretário adjunto da Secretaria de Estado da Saúde, em 1981, no Governo Francelino Pereira.

Elegeu-se deputado estadual, para a 10ª Legislatura (1983-1987). Reeleito para as cinco legislaturas seguintes, alternou o exercício do mandato parlamentar com o desempenho de vários cargos no Poder Executivo Estadual.

Na Assembléia Legislativa, foi presidente de várias comissões, entre elas a de Saúde e de Educação. Durante o Governo de Hélio Garcia, foi eleito para o cargo de 1º Secretário da Mesa, 1991 e 1992. Assumiu a Presidência da Casa no primeiro biênio do Governo Eduardo Azeredo, 1995 e 1996, chegando a assumir o Governo do Estado, conforme preceito constitucional.

Nacionalmente teve atuação marcante tendo sido presidente do Colégio de Presidentes das Assembléias Legislativas Estaduais e da União Nacional dos Legislativos Estaduais (UNALE), do qual foi fundador.

Agostinho Patrús foi, ainda, secretário de Estado da Casa Civil, 1997 e 1998, no Governo Eduardo Azeredo, e de Transportes e Obras Públicas, 2003 a

2006, no primeiro mandato do Governador Aécio Neves. Recentemente, foi indicado para o cargo de diretor vice-presidente da Cemig.

Entre as condecorações que recebeu, estão as medalhas do Mérito Legislativo, da Inconfidência, Carlos Chagas, Santos Dumont e Juscelino Kubitschek.

Desde 2005, estava filiado ao DEM (ex PFL). Deixa como herdeiro político o filho Agostinho Patrús Filho (PV), que exerce seu primeiro mandato.

Foi velado no Salão Nobre da Assembléia onde compareceram o Governador do Estado, ex-Governadores, Senadores, Secretários de Estado, Deputados Federais e Estaduais, Prefeitos, Vereadores, lideranças políticas, jornalistas e os familiares e amigos que o acompanharam pela vida afora, sendo sepultado no Cemitério do Bonfim, em Belo Horizonte, em 25 de fevereiro.

Sua habilidade política, a seriedade e a busca permanente pelo consenso tem o reconhecimento unânime de correligionários e adversários. Preocupou-se em dotar a Assembléia Legislativa de mais transparência, com a criação da TV Assembléia e de programas que deram maior celeridade ao trabalho do Parlamento mineiro, “visando sempre o interesse da população”, na expressão do Presidente da Assembléia, Deputado Alberto Pinto Coelho.

Para o Governador Aécio Neves, a política mineira sofre grande perda com o falecimento do ex-Deputado, destacando a colaboração de Agostinho Patrús no Executivo, “passagem marcada por muita suavidade com as pessoas, muito afeto, o que para nós mineiros é extremamente importante e uma de nossas principais características”.

Para mim, que tive o privilégio do seu convívio como Deputado, Presidente da Assembléia e depois como Secretário da Casa Civil, posso testemunhar a amizade, a lealdade, o cumprimento dos deveres, a obediência ao que tivesse sido acordado e o aprendizado legado por ele em buscar permanentemente o entendimento, fugindo absolutamente do confronto. Minas perde em sabedoria com sua ausência.

Deixa viúva a médica Orcanda Andrade Patrús e os filhos Agostinho Patrús Filho – que é Deputado Estadual (PV), Breno Andrade Patrús e Lucas Andrade Patrús.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2008.

EDUARDO AZEREDO



O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, Parecer da Comissão de Educação que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 96, DE 2008

Da Comissão de Educação, sobre a Mensagem nº 255, de 2007 (nº 939/2007, na origem), que submete à apreciação do

Senado Federal o nome do Senhor Sérgio Henrique Sá Leitão Filho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, na vaga do Senhor Leopoldo Nunes da Silva Filho.

A Comissão de Educação, em votação secreta realizada em 26 de fevereiro de 2008, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Francisco Dornelles sobre a Mensagem nº 255, de 2008, opina pela aprovação da indicação do Senhor Sérgio Henrique Sá Leitão Filho, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, por 25 votos favoráveis, 0 contrário e 0 abstenção.

Sala da Comissão, 26 de fevereiro de 2008.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 255, DE 2007

PRESIDENTE:

Crivell EN: CRISTOVAM BUARQUE

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- ALOÍZIO MERCADANTE
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES RELATOR
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
JOÃO RIBEIRO	9- SIBÁ MACHADO

PMDB

WELLINGTON SALGADO	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
(VAGO)	6- (VAGO)
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

(VAGO)	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- DEMÓSTENES TORRES
MARIA DO CARMO ALVES	3- (VAGO)
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
RAIMUNDO COLOMBO	5- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	7- CÍCERO LUCENA
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO
PAPALÉO PAES	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO	10- LÚCIA VÂNIA

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PÉRES
-------------------	--------------------

RELATÓRIO

Relator: Senador **Francisco Dornelles**

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição da República, combinado com os §§ 1º e 3º da Medida Provisória (MPV) nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Sérgio Henrique Sá Leitão Filho, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema (ANCINE), até 14 de dezembro de 2010, em complementação ao tempo remanescente do mandato do Senhor Leopoldo Nunes da Silva Filho.

Informações biográficas e dados referentes ao perfil profissional do indicado acompanharam a mensagem presidencial.

A Agência Nacional do Cinema é o órgão oficial de fomento, regulação e fiscalização das indústrias cinematográfica e videofonográfica, dotada de autonomia administrativa e financeira.

Criada em 6 de setembro de 2001, por meio da Medida Provisória nº 2.228-1, vinculou-se, à época, ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Em 13 de outubro de 2003, por força do Decreto nº 4.858, passou a fazer parte da estrutura do Ministério da Cultura, mantendo-se como agência independente, na forma de autarquia especial.

Entre seus objetivos gerais, está o de promover, sob todos os aspectos, a cultura nacional e a língua portuguesa, mediante o estímulo ao desenvolvimento da indústria cinematográfica e videofonográfica nacional.

Nesse sentido, a atuação de sua Diretoria é de fundamental importância, razão pela qual seus integrantes devem possuir estreita afinidade com as questões ligadas à cultura, em especial no que diz respeito aos sistemas audiovisuais de transmissão de conteúdos.

A aprovação dos nomes dos componentes desse colegiado pelo Senado Federal, após instrução da matéria por parte do órgão técnico competente, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte confere ao Parlamento brasileiro uma responsabilidade de vulto, ao permitir-lhe participar do processo de validação da escolha feita pelo Chefe do Poder Executivo, em face da qualificação pessoal e profissional dos indicados para determinados cargos públicos, como o que ora se examina.

No caso presente, trata-se de substituição, em meio de mandato, de um membro da Diretoria Colegiada da Agência, nos termos do que dispõem o **caput** e os §§ 1º e 3º do art. 8º da MPV nº 2.228-1, de 2001. Esses dispositivos determinam que a Ancine seja conduzida por uma diretoria composta de um Di-

retor-Presidente e três Diretores, com mandatos não coincidentes de quatro anos, e que, em caso de vaga no curso do mandato de membro da Diretoria Colegiada, sua sucessão será feita em complementação ao prazo remanescente.

Resta saber do atendimento ao § 1º do mesmo art. 8º da citada medida provisória, segundo o qual os membros da Diretoria deverão ser brasileiros, de reputação ilibada e elevado conceito no seu campo de especialidade, critérios que poderão ser avaliados com base na experiência profissional do indicado, bem como nos cargos exercidos na administração pública.

O Senhor Sérgio Henrique de Sá Leitão é jornalista, cineasta e fotógrafo. Graduou-se pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e possui curso de pós-graduação em políticas públicas e **marketing**.

Foi diretor da distribuidora Vereda Filmes e atuou como consultor especializado em audiovisual e entretenimento na IBM, Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Rio de Janeiro, TV Minas, BMA, Avon Cosméticos, Brasil Telecom e ABPI-TV.

Assessorou também a Presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, ocasião em que coordenou a criação do Departamento de Economia da Cultura e do Programa de Apoio à Cadeia Produtiva do Audiovisual daquele órgão.

De 2003 a 2006, chefiou a representação do Ministério da Cultura no Rio de Janeiro e ocupou as funções de Chefe de Gabinete e Coordenador das Assessorias do Ministro da Cultura, além de ter sido Secretário de Políticas Culturais daquele Ministério.

Coordenou, entre outros, os programas Copa da Cultura, Música do Brasil, Cultura-Prev e Economia da Cultura.

Trabalhou na equipe que formulou o Programa Brasileiro de Cinema e Audiovisual e participou, como membro, do Conselho da Petrobras Cultural.

Foi ainda vice-presidente da Comissão Interamericana de Cultura, da Organização dos Estados Americanos; assessor da Diretoria da ClearChannel Entertainment do Brasil; editor dos jornais **Folha de S.Paulo** e **Jornal do Brasil** e diretor de redação do **Jornal dos Sports** e da revista **Volleyball**; crítico de cinema; colunista; diretor de filmes de curta-metragem, de clipes, de documentários e de comerciais.

Publicou sete livros e catálogos, com destaque para o premiado **Futebol-arte: a cultura e o jeito brasileiro de jogar**, editado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

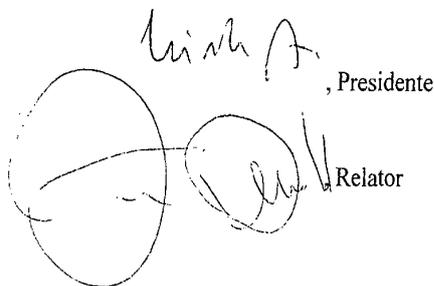
Coordena o módulo “Desenvolvimento e ação estratégica” e ministra a disciplina Economia da Cultura, no programa de pós-graduação em Gestão Cultural

da Universidade Cândido Mendes, e é membro do Conselho do Projeto de Exportação de Artes Visuais da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX).

Desde outubro de 2007, assessora a Diretoria da Ancine.

Destacados os dados biográficos do Senhor Sérgio Henrique Sá Leitão Filho, resta a esta Comissão a apreciação e o julgamento de seu nome, conforme a Mensagem Presidencial nº 255, de 2007 (nº 939, de 2007, na origem), para ocupar o cargo de Diretor da Agência Nacional de Cinema, em cumprimento preliminar às exigências do art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição da República, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001.

Sala da Comissão, 26 de fevereiro de 2008.



, Presidente
Relator

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, Projetos de Lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, DE 2008

Denomina Senador Jonas Pinheiro a rodovia BR-163.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É denominada Senador Jonas Pinheiro a rodovia BR-163.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposição tem por objetivo homenagear este grande homem público que tanto fez por Mato Grosso e pelo desenvolvimento do agronegócio em nosso País.

A BR-163, que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA), é conhecida por sua fundamental importância logística, sendo por muitos chamada de “rodovia da produção”. Nada mais justo, portanto, que associá-la ao nome do benemérito Senador Jonas Pinheiro, incansável defen-

sor das causas da região Centro-Oeste, sobretudo de sua produção agrícola.

Para esta legítima homenagem, espero contar com o indispensável apoio dos ilustres colegas, em ambas as Casas do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2008. – Senador **Jayme Campos**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esportes, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 37, DE 2008

Acrescenta o art. 19-A à Lei nº 8.212, de 1991, a fim de vincular o montante das multas aplicadas pelas infrações ao art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991, às ações de habilitação e reabilitação profissional e social.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 19-A:

Art. 19-A Anualmente, para o financiamento das ações de habilitação e reabilitação profissional e social, previstas na Subseção II da Seção VI do Capítulo II do Título III da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, ao Ministério da Saúde será destinada, obrigatoriamente, a totalidade do montante arrecadado com a aplicação das multas pelo descumprimento do seu art. 93.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Organização Internacional do Trabalho (Convenção nº 15, de 1º de junho de 1983) estabelece como finalidade da habilitação e reabilitação profissional permitir que uma pessoa com deficiência obtenha e mantenha um emprego adequado e nele progrida, promovendo-se assim a sua inclusão social.

Nesse contexto insere-se nossa proposta que busca, de maneira mais efetiva, assegurar às ações de habilitação e reabilitação profissional e social, de que trata a Subseção II, Seção VI, Capítulo II, Título III, da Lei nº 8.213, de 1991, recursos financeiros específicos, provenientes da aplicação de multa pelo descumprimento das normas ali presentes. Isso, num momento que são crescentes e estratégicas as ações de políticas desenvolvidas com o objetivo de construir um contexto inclusivo de trabalho, que envolvam a implantação de serviços de apoio à pessoa com deficiência e ações dirigidas à sociedade, destinadas a eliminar barreiras sociais e físicas.

É bem verdade que, sob a ótica da hermenêutica constitucional, há a compreensão da existência da unidade orçamentária, segundo a qual deve existir um único orçamento, que compreende todas as receitas e despesas, qualquer que seja sua natureza. Dessa forma, o orçamento fiscal da União deverá conter a projeção de receitas e despesas de todos os Poderes, de seus órgãos, fundos e demais entidades da administração direta e indireta, instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Não há, porém, restrição constitucional no que diz respeito à vinculação de recursos provenientes de multas, ainda que devam constar do orçamento da União. Operacionalmente, portanto, devem passar pela conta única do Tesouro Nacional, para, posteriormente, serem destinados aos órgãos que os produziram, em conformidade com a alocação dos recursos públicos prevista e autorizada pela lei orçamentária.

Concretamente, em nossa proposta, o efeito final dessa vinculação é o de assegurar montantes de recursos ao Ministério da Saúde para as ações de habilitação e reabilitação profissional e social, no mínimo, correspondentes aos valores arrecadados pela aplicação de multas pelo descumprimento das normas contidas no art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991.

Acreditamos que, com a presente medida, o Estado poderá assegurar maior proteção ao segurado incapacitado parcial ou totalmente para o trabalho e às pessoas portadoras de deficiência, bem como prover-lhes os meios para a sua (re)educação e (re)adaptação profissional e social e, assim, participarem do mercado de trabalho e do contexto em que vivem.

Dada a relevância do tema, temos certeza de que os nobres pares emprestarão todo apoio a esta iniciativa, que possui indiscutível alcance social.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2008. – Senador **Tião Viana**.

LEGISLAÇÃO CITADA

SUBSEÇÃO II

Da Habilitação e da Reabilitação Profissional

Art. 89. A habilitação e a reabilitação profissional e social deverão proporcionar ao beneficiário incapacitado parcial ou totalmente para o trabalho, e às pessoas portadoras de deficiência, os meios para a (re)educação e de (re)adaptação profissional e social indicados para participar do mercado de trabalho e do contexto em que vive.

Parágrafo único. A reabilitação profissional compreende:

a) o fornecimento de aparelho de prótese, órtese e instrumentos de auxílio para locomoção quando a perda ou redução da capacidade funcional puder ser atenuada por seu uso e dos equipamentos necessários à habilitação e reabilitação social e profissional;

b) a reparação ou a substituição dos aparelhos mencionados no inciso anterior, desgastados pelo uso normal ou por ocorrência estranha à vontade do beneficiário;

c) o transporte do acidentado do trabalho, quando necessário.

Art. 90. A prestação de que trata o artigo anterior é devida em caráter obrigatório aos segurados, inclusive aposentados e, na medida das possibilidades do órgão da Previdência Social, aos seus dependentes.

Art. 91. Será concedido, no caso de habilitação e reabilitação profissional, auxílio para tratamento ou exame fora do domicílio do beneficiário, conforme dispuser o Regulamento.

Art. 92. Concluído o processo de habilitação ou reabilitação social e profissional, a Previdência Social emitirá certificado individual, indicando as atividades que poderão ser exercidas pelo beneficiário, nada impedindo que este exerça outra atividade para a qual se capacitar.

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

- I – até 200 empregados.....2%;
- II – de 201 a 500.....3%;
- III – de 501 a 1.000.....4%;
- IV – de 1.001 em diante.....5%.

§ 1º A dispensa de trabalhador reabilitado ou de deficiente habilitado ao final de contrato por prazo determinado de mais de 90 (noventa) dias, e a imotivada no contrato por prazo indeterminado, só poderá ocorrer após a contratação de substituto de condição semelhante.

§ 2º O Ministério do Trabalho e da Previdência Social deverá gerar estatísticas sobre o total de empregados e as vagas preenchidas por reabilitados e deficientes habilitados, fornecendo-as, quando solicitadas, aos sindicatos ou entidades representativas dos empregados.

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 38, DE 2008

Altera o § 2º do art. 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para declarar, como efeito da condenação, a perda de valores e bens utilizados na prática ou exploração de prostituição de criança ou adolescente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 244-A da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 244-A.....

§ 2º Constituem efeitos obrigatórios da condenação:

I – a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento utilizado na prática ou exploração de prostituição de criança ou adolescente;

II – a perda de valores e bens móveis e imóveis utilizados na prática ou exploração de prostituição de criança ou adolescente, em favor do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente da unidade da Federação em que foi cometido o crime.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A prostituição infantil é uma das maiores ignomínias com as quais o mundo convive e que no Brasil se tornou comum, vergonhosamente comum. São crianças com 10 anos de idade, às vezes até menos, que vendem sexo por uns poucos trocados para comprar comida, que são exploradas por cafetinas, aliciadores e às vezes pela própria família. São adolescentes que, em vez da escola, vão para os pontos de prostituição. É o futuro do Brasil violado por abandono, descaso e impunidade.

Infelizmente, as políticas públicas em busca da erradicação dessa barbárie têm sido tímidas e não conseguem sequer minorar o problema. Ao contrário, os números se apresentam cada dia mais assustadores, cada noite mais assombrosos. Como é impossível ter dados precisos sobre assunto de tão difícil pesquisa, até porque têm sido pequenos o esforço e os investimentos no estudo da questão, o UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância, estima que sejam 500 mil os menores explorados no Brasil. Meio milhão de crianças e adolescentes. Meio milhão. É um número absurdo, mas o absurdo maior é existir essa modalidade de crime, em qualquer quantidade. Como escreveu a Doutora Maria Cecília de Souza Minayo na monografia

“A prostituição infantil sob a ótica da sociedade e da saúde” sobre os dados pouco ou nada confiáveis:

“O ato de quantificar revela uma lógica presente no discurso político e popular, na busca de legitimar ‘cientificamente’ as proposições e alertar para a gravidade dos fenômenos. Esse costume, no entanto, acaba por gerar o efeito contrário. Ou seja, alimenta a crença de que os problemas são insolúveis. E, além disso, o hiperbolismo dos dados pressupõe que a importância do tema é dada pela sua extensão e menos pela sua significância social e humana. A prostituição infantil parece não escapar desse raciocínio de magnitude dada pelos números. Ou seja, para que fosse reconhecido enquanto questão social e objeto de investimento público seria necessário que sua existência fosse reconhecida estatisticamente”.

A Doutora Minayo, que é pesquisadora-líder no Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli, da Fundação Oswaldo Cruz (o Claves da Fiocruz), fez o citado trabalho analisando depoimentos à Comissão Parlamentar de Inquérito que funcionou na Câmara dos Deputados de maio de 1993 a março de 1994. Desde então, década e meia depois, houve outras CPI no Congresso Nacional, inclusive em 2003, presidida pela Senadora Patrícia Saboya e relatada pela Deputada Maria do Rosário, que concluiu ser a exploração sexual de menores no Brasil “um crime que tomou proporções de epidemia”. Além de investigações das comissões no Congresso, houve também CPI e CEI em Câmaras Municipais e Assembléias Legislativas por todo o País. Ou seja, o Poder Legislativo se move nos debates sobre a exploração sexual de menores e tem tomado iniciativas para dotar o Poder Judiciário de meios legais para punir os responsáveis.

Em uma das Comissões Especiais, na Câmara Municipal de Goiânia, em 1997, o relatório concluiu que na capital e em algumas cidades de Goiás havia 700 meninas, de 9 a 14 anos, em 125 pontos de prostituição, levadas por cem agenciadores. A “magnitude dada pelos números”, para usar termos da Doutora Minayo, teve a consequência de chocar setores da sociedade e alguns reagiram. O Governo do Estado criou delegacias específicas e políticas públicas focadas no combate a esse absurdo, que, segundo o relatório do Vereador Djalma Araújo na comissão, promovia, entre os clientes, leilões e bingos tendo como prêmio a virgindade de crianças. Clientes cadastrados pelos organizadores pagavam, à época, de R\$2 mil a R\$5 mil por uma semana de sexo com meninas de 9 a 15

anos de idade. Esses clientes eram pessoas tidas como insuspeitas, como empresários, engenheiros, médicos, odontólogos. O aliciamento era feito até em portas de escolas.

O relatório foi enviado para órgãos internacionais como o Unicef e debatido em diversos lugares, entre eles a Universidade Federal de Goiás. Ali, alunos do Mestrado de Ciências Penais, na turma de “Criminologia” do Professor-Doutor Pedro Sérgio dos Santos, passaram a estupefação para a prática e sugeriram a redação de uma Proposta e Emenda à Constituição, apresentada pelo então Deputado Pedro Canedo, de Goiás. A PEC recebeu o número 243, de 2000, assinada por outros 326 deputados. Acrescia ao texto constitucional o artigo 243-A, com a seguinte redação:

“Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência da prática ou exploração de prostituição de criança ou adolescente será imediatamente confiscado e os recursos obtidos reverterão ao Fundo de Combate à Prostituição Infanto-Juvenil”.

Justificação à PEC do então Deputado Pedro Canedo: “A prostituição infanto-juvenil está disseminada por todo o País, em todas as classes sociais, através das fronteiras, em verdadeira cadeia internacional, onde crianças e adolescentes são traficados, vendidos e leiloados como objetos. Quadrilhas especializadas atuam junto aos hotéis, boates, motéis, taxistas, doleiros, embarcações e outros, captando, treinando e escravizando crianças e adolescentes para a prostituição (...). Meninos e meninas encontram-se prostituídos, alguns de tenra idade, impelidos pela fome ou pela fuga da violência doméstica, incesto, estupro e pelo pornoturismo e outros fatores. Os exploradores variam desde quadrilhas especializadas até os próprios pais ou responsáveis, policiais, agências de turismo e de modelos e traficantes de drogas”.

A PEC recebeu relatório favorável e foi aprovada por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados, mas acabou arquivada no dia 31 de janeiro de 2003, com base no artigo 105 do Regimento Interno daquela Casa: “Finda a legislatura, arquivar-se-ão todas as proposições que no seu decurso tenham sido submetidas à deliberação da Câmara e ainda se encontrem em tramitação, bem como as que abram crédito suplementar, com pareceres ou sem eles”. Quatro anos depois, o Deputado Pedro Wilson apresentou o Requerimento nº 401, solicitando

o desarquivamento da proposta. No dia 24 de abril de 2007, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados indeferiu o desarquivamento. Dada a relevância do tema e a necessidade de punição aos criminosos, o presente projeto retoma o assunto, com algumas modificações, agora no Estatuto da Criança e do Adolescente, mas o mesmo propósito: que os bandidos, além da liberdade que usam para a barbárie, percam valores e bens móveis e imóveis utilizados na prática ou exploração de prostituição de menores.

Não se pode dar trégua aos autores da degradação. É necessário que cumpram a pena de reclusão de quatro a dez anos e paguem multa, como já prevê o artigo 244-A do ECA, e ainda fiquem sem os meios que usaram para explorar a prostituição infantil. Como se sabe, não existe caso de alguém que tenha ficado em reclusão durante dez anos porque explorou a prostituição de menor. O certo seria ficar esse tempo todo em regime integralmente fechado. Melhor ainda: dez anos recluso para cada criança ou adolescente atingida. No entanto, a lei é frouxa e sua interpretação e aplicação, ainda mais. Nas raras vezes em que o criminoso é pego, já que a regra é agir livremente durante décadas e décadas, fica preso durante pouco mais de ano. Em sua defesa e na subsistência enquanto está na cadeia, gasta o dinheiro que ganhou com a prostituição das crianças. Quando sai, espera-o aqui fora o patrimônio amealhado na exploração dos menores. São situações que não podem continuar.

O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, prevê em seu artigo 91 que um dos efeitos da condenação é “a perda em favor da União, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé, dos instrumentos do crime, desde que consistam em coisas cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constitua fato ilícito do produto do crime ou de qualquer bem ou valor que constitua proveito auferido pelo agente com a prática do fato criminoso”. O presente projeto reforça a intenção do legislador da reforma da Parte Geral do Código Penal de 1984, quando já havia se tornado insuportável ouvir o riso dos criminosos zombando de suas vítimas.

O tema é tão grave que mereceu do legislador constitucional de 1988 a inscrição na Carta Magna do parágrafo único ao artigo 243, no Título IX, Das Disposições Constitucionais Gerais:

“Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins será confiscado e reverterá em benefício de instituições e pessoal especializados no tratamento e recuperação de viciados e no aparelhamento e

custeio de atividades de fiscalização, controle, prevenção e repressão do crime de tráfico dessas substâncias.”

A iniciativa foi importante a ponto de reduzir a quase zero a plantação de maconha, porque a iminência de perder a fazenda tornou vigilantes os proprietários, inclusive os honestos. É o que se pretende com a alteração proposta no presente projeto. A preferência por modificar a lei infraconstitucional e não a própria Carta Magna em nada altera o propósito nem afetará sua aplicação. O perdimento dos bens usados na exploração sexual de crianças e adolescentes será observado diretamente, como foi o caso dos traficantes de drogas, pelos mais diferentes setores da sociedade, que já se cansaram das duas vergonhas: a prostituição de menores e a impunidade de quem lucra com sua exploração.

Além da parte legal, tem a moral. Os bandidos e sua clientela não têm escrúpulo de se aproveitarem de uma pessoa ainda em formação física. Porém, a reprovação à barbárie tem de ultrapassar o escárnio e o tempo de pena e alcançar o bolso, o cofre, o patrimônio dos criminosos, que em geral são desprovidos de respeito, decência e dignidade. É vital esses marginais saberem que, além de presos, processados e condenados, vão perder o dinheiro e os bens móveis e imóveis. Há, também, o lado pedagógico: ao observarem que os autores dessa modalidade de delito estão sendo pegos e ficando sem o patrimônio, os demais exploradores podem se convencer a abandonar prática tão abominável e quem tiver a intenção de entrar para o crime se confrontará com a possibilidade da reprimenda econômica aliada aos efeitos penais.

A observação do cumprimento da nova mudança no ECA será imediata por parte de membros da Magistratura e do Ministério Público, de Organizações Não-Governamentais (ONG) sérias e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) honestas, de entidades representativas, dos conselhos tutelares, das polícias e dos agentes públicos de modo geral. Se a exploração sexual atinge de modo indelével o futuro das vítimas, demole também a imagem do Brasil no exterior, com conseqüências imediatas, a começar de retaliações. Como um país que não consegue cuidar da integridade física de suas crianças quer ter o respeito internacional? Punir os algozes é parte da resposta.

O Brasil está recheado de interrogações sobre a proteção a suas crianças e seus adolescentes. O próprio Ministério da Justiça divulgou que há prostituição infantil em todas as capitais das unidades federativas. Em pesquisa divulgada em 2005 pela

Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, apareceram quase mil cidades brasileiras no mapa da exploração sexual de menores. Em números precisos, 937 dos 5.561 municípios pesquisados pelo órgão do Governo Federal tinham pontos de opróbrio. Dado hiperbólico? Acredita-se que tenha ocorrido o contrário, ou seja, um número subestimado. Ainda assim, oficialmente, de acordo com um órgão da Presidência da República, somadas as populações das cidades com exploração da prostituição de crianças e adolescentes formariam uma das 20 maiores nações do planeta em termos demográficos. Considerado o território, formariam um grande país – grande, ressalte-se, em área, mas mínimo na pequenez do desrespeito a seus filhos.

Na média, a vítima mais constante do aliciamento e da exploração é do sexo feminino, tem 11 anos (idade na qual, de acordo com o ECA, ainda é criança) e vive em condições de pobreza. O aliciador, na maioria das vezes, é vizinho, parente ou amigo da família. Por isso, torna-se difícil flagrar a prática do crime, até porque interessa a muita gente deixar como está para ver como é que fica. Flagrado, o criminoso escapa por alguma filigrana jurídica. De volta às ruas, recebe os automóveis, os imóveis e o dinheiro que havia auferido e continua a explorar a prostituição. Essa é a média que sai das estatísticas. Essa é a Idade Média da qual o Brasil não está conseguindo sair.

Uma das filigranas é a econômica. Com o presente projeto, ela se extinguirá, ao menos nos casos em que o criminoso for pego. Como não tem sentimento, o explorador de menor só sente o que lhe toca no bolso, no cofre, na conta bancária, no patrimônio. Com a perda de valores e bens em favor do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, será possível custear pelo menos em parte a tentativa de reparação dos danos provocados. A prostituição afeta tão profundamente o lado psicológico que, quando adultas e distantes da prática abjeta, as vítimas continuam sofrendo as seqüelas dos tempos da exploração. São também efeitos as doenças, notadamente as sexualmente transmissíveis, a gravidez e as violências comum e doméstica. Não é exagero afirmar que a maioria acaba viciada em drogas lícitas, como bebidas alcoólicas e cigarro, e ilícitas. O Fundo servirá exatamente para auxiliar na manutenção do tratamento desses males, geralmente caro e que tem de ser ininterrupto. Essa modalidade de perdimento ainda não é a ideal contra os bandidos, pois deveriam ser alcançados seus outros bens, além dos que usam para exploração de menores, até porque facilitaria o pagamento de indenizações.

Se aliciadores, clientes e cafetinas sabem muito bem o que estão fazendo e quanto estão lucrando, às crianças e aos adolescentes vitimados não é dado sequer o direito de optar: são levados por adultos, inclusive porque não têm capacidade de discernimento entre as alternativas. Especialistas garantem que nenhuma criança e nenhum adolescente escolhem a prostituição. Uma vez nas garras da monstruosidade, é complicado se livrar. Algumas vítimas ficam tanto tempo sob o jugo que, como desde pequenas não conhecem outro mundo, podem achar que é normal ser exploradas. São necessárias campanhas, de educativas a punitivas, para combater um efeito, já que a causa é social, pois não se pode esperar a realização do sonho de acabar com a pobreza no Brasil para só então se atacar os criminosos da prostituição infanto-juvenil. Nas campanhas contra a infâmia, como nos tratamentos dos danos, serão usados os recursos arrecadados com os bens e valores aqui referidos.

A aprovação do presente projeto é uma resposta legislativa eficiente, porque ataca os algozes e favorece suas vítimas. Assim, auxilia o Brasil a se livrar de uma mancha, a mácula de conviver com a exploração sexual de suas crianças e seus adolescentes.

Sala das Sessões 26 de fevereiro de 2008. – Senador **Demóstenes Torres**.

LEGISLAÇÃO CITADA

Art. 244-A. Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no **caput** do art. 2º desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual: (Incluído pela Lei nº 9.975, de 23-6-2000)

Pena – reclusão de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º Incorrem nas mesmas penas o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifique a submissão de criança ou adolescente às práticas referidas no **caput** deste artigo. (Incluído pela Lei nº 9.975, de 23-6-2000)

§ 2º Constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento. (Incluído pela Lei nº 9.975, de 23-6-2000)

(À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 39, DE 2008

Cria o Fundo Soberano do Brasil – FSB.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criado o Fundo Soberano do Brasil (FSB), fundo financeiro, em moeda estrangeira, com prazo indeterminado de duração, cujo objetivo é captar e aplicar recursos em ativos financeiros ou em projetos que contribuam para o desenvolvimento econômico e social brasileiro.

Parágrafo único. O FSB será composto por papel moeda e títulos públicos cotados em dólares dos Estados Unidos da América.

Art. 2º Constituem recursos do FSB:

I – recursos orçamentários;

II – transferências realizadas pelo Governo Federal ou por instituições financeiras federais;

III – parte das reservas internacionais brasileiras, nos termos do que dispõe o art. 3º;

IV – recursos captados junto ao mercado financeiro nacional ou internacional;

V – subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;

VI – doações, nos termos da legislação vigente;

VII – resultado das aplicações em títulos públicos federais, obedecida a legislação vigente sobre a matéria;

VIII – legados; e,

IX – recursos de outras fontes.

Art. 3º Na hipótese de as reservas internacionais brasileiras ultrapassarem o limite do percentual de 10% (dez por cento) do Produto Interno Bruto do ano anterior, o Banco Central está autorizado a depositar no FSB as reservas que excedam esse limite.

Art. 4º O FSB será regulamentado pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. O regulamento estabelecerá o órgão colegiado responsável por sua gestão e que ficará encarregado de:

I – definir os critérios de deliberação;

II – definir as diretrizes para captação e aplicação de recursos;

III – aprovar os projetos que forem submetidos;

IV – avaliar a execução dos projetos que forem financiados; e

V – aprovar as prestações de contas.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposição visa trazer para o Congresso Nacional a discussão sobre a proposta de criação do Fundo Soberano do Brasil (FSB). A pro-

posta em questão vem sendo discutida por membros do Poder Executivo, cujo requisito único é de que o País mantenha superávits fiscais continuados, ou seja, de superávits após a dedução do pagamento dos juros.

Reportagens jornalísticas revelaram que tanto o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, como o Presidente do Banco Central, Henrique Meireles, fizeram menção ao plano de criar um fundo soberano. Por acreditarmos que o assunto é de alto interesse nacional, defendemos que o Congresso Nacional também participe da discussão. A Constituição Federal, em seu artigo 167, inciso IX, veda “a instituição de fundos de qualquer natureza sem prévia autorização legislativa”.

A idéia que justificou a criação do FSB foi a busca de uma alternativa para a aplicação das reservas internacionais brasileiras. Nos termos do art. 3º deste PLS, na hipótese de as reservas internacionais ultrapassarem o percentual de 10% do PIB, o Banco Central poderá depositar no FSB o montante que exceda esse limite.

Não há como negar que as reservas internacionais brasileiras apresentaram crescimento explosivo durante os anos recentes. Quando o Presidente Lula assumiu, em janeiro de 2003, as reservas, segundo o conceito de liquidez internacional, estavam em US\$37.823 milhões. Ao final de 2006, elas haviam saltado para US\$85.839 milhões. Segundo o sítio do Banco Central na Internet, elas teriam atingido a cifra de US\$178.496 milhões em 5 de dezembro de 2007.

Em estudo recente do FMI, Jeanne e Rancièr estimaram que o nível ótimo de reservas internacionais para uma economia emergente média seria em torno de 10% do PIB.

Considerando que a maior parte das reservas internacionais é aplicada em ativos de curto prazo de baixo rendimento, a criação do FSB poderia ser uma alternativa lucrativa para o Tesouro.

Entendemos que já está mais do que na hora de direcionar os bilhões de dólares excedentes das reservas internacionais para projetos que tragam benefícios concretos para o povo brasileiro.

Diante do exposto e da relevância da proposta, contamos com o apoio dos nobres pares para sua aprovação.

Sala de Sessões, 26 de fevereiro de 2008. – Senador **Renato Casagrande**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO VI Da Tributação e do Orçamento

CAPÍTULO II Das Finanças Públicas

Seção II Dos Orçamentos

.....
Art. 167. São vedados: (EC nº 3/93, EC nº 19/98, EC nº 20/98, EC nº 29/2000 e EC nº 42/2003)

.....
IX – a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

.....
(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, DE 2008

Concede isenção do Imposto de Exportação sobre o couro wet blue.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam isentos do Imposto de Exportação os produtos classificados nas posições 4104.11 e 4104.19 da Nomenclatura Comum do Mercosul (couros e peles curtidos de bovinos (incluídos os búfalos), depilados, mesmo divididos, mas não preparados de outra forma).

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Decreto nº 3.684, de 7 de dezembro de 2000, gravou o couro **wet blue** com o Imposto de Exportação (IE) à alíquota de 9%. Posteriormente, as Resoluções da Câmara de Comércio Exterior (Camex) nº 15, de 10 de maio de 2001; nº 37, de 28 de novembro de 2001; nº 28, de 18 de novembro de 2002; nº 33, de 27 de novembro de 2003; nº 1, de 14 de janeiro de 2004; nº 42, de 6 de dezembro de 2005; e nº 42, de 19 de dezembro de 2006, mantiveram a incidência nos níveis de 9% e 4%. Por duas vezes, a incidência da alíquota zero, prevista para ocorrer a partir de 1º de janeiro de 2006 e 1º de janeiro de 2008, foi suspensa. A Resolução da Camex nº 42, de 2006, ora em vigor, abandonou o escalonamento para baixo programado nas duas resoluções anteriores, fixando a alíquota em 9%, por prazo indeterminado.

Só a elevação de 4% para 9%, em 2007, custará ao setor exportador US\$ 50 milhões, pois estimou-se exportar US\$ 1 bilhão neste ano. Desde o início da taxa, a transferência de recursos do setor privado

para o setor público soma mais de US\$ 310 milhões. Esses recursos não estão sendo aplicados em ações que possibilitem avanço tecnológico, com vistas à produção de couros de maior valor agregado.

A indústria de calçados, no afã de convencer as autoridades a tributar o produto, argumentou que a exportação do **wet blue**: **a)** valorizaria a matéria-prima, afetando, negativamente, a exportação de calçados; **b)** causaria problemas na oferta da matéria-prima no mercado interno.

Entretanto, os dados estatísticos relativos à produção, importação e exportação de couro (acabado, **crust** e **wet blue**), à exportação de calçados (de qualquer matéria e de couro) e aos preços do couro foram, percucientemente, analisadas em estudo encomendado por entidades representativas da pecuária e da indústria de curtumes, que constituem os elos iniciais da longa cadeia produtiva do setor. O estudo, encaminhado aos membros do Congresso Nacional, chegou às seguintes conclusões:

a) o crescimento da exportação do **wet blue** se deve ao crescimento do abate bovino. Quando o gado se concentrava nas regiões Sul e Sudeste, o couro tinha como destino preferencial a indústria de calçados, basicamente localizada no Vale dos Sinos (RS) e na região de Franca (SP). Quando o rebanho se expandiu nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, os curtumes se instalaram junto aos rebanhos para industrializar e exportar couros, gerando emprego e renda;

b) a indústria calçadista não comporta todo o couro industrializado no País, consumindo, apenas, 30%. O restante é excedente e tem que ser exportado, inclusive na forma de acabado e semi-acabado, que, mesmo com a exportação de **wet blue**, vem crescendo;

c) a quantidade de couro que sobra para a indústria produzir calçados para o mercado interno é superior à demanda, quer se considere a quantidade efetiva de calçado de couro exportado ou aquela que seria necessária, caso todo calçado exportado fosse de cabedal de couro;

d) a indústria calçadista importa a matéria-prima da Argentina livremente, sendo que os fabricantes-exportadores têm importado, anualmente, cerca de dois milhões de couros, em regime de **drawback**;

e) a proporção de calçado de couro sobre o calçado total exportado foi declinante no período de 2000 (72%) a 2005 (55%);

f) o argumento de que a exportação do **wet blue** afeta o preço e, em consequência, atrapalha a exportação de calçado, é falacioso, pois dados dos períodos de 1992 a 1994 e de 2000 a 2005 demonstram que nos anos em que o preço da matéria-prima esteve mais elevado a exportação foi mais expressiva em valor;

g) a crise que o setor calçadista enfrenta é motivada por outras razões; nada tem a ver com problemas – inexistentes – de abastecimento ou de preço da matéria-prima no mercado interno.

Essas conclusões demonstram, por si só, que não mais se justifica a manutenção do imposto de exportação sobre o couro **wet blue**. Queremos, contudo, aduzir as seguintes razões adicionais em suporte da eliminação desse famigerado tributo:

- 1) a única alternativa para não exportar é jogar o couro fora; os US\$ 3 bilhões exportados nos últimos dez anos teriam ido para o lixo;
- 2) a exportação de **wet blue** é a porta de entrada para a exportação de couro de maior valor agregado; muitas empresas que iniciaram suas operações com aquele hoje só operam com este;
- 3) as indústrias que o produzem estão, majoritariamente, localizadas no Centro-Oeste, Norte e Nordeste, criando empregos e renda;
- 4) o produtor (rural) é quem acaba pagando a conta, pois há clara transferência de renda do setor primário para o industrial; prejudica-se o elo mais importante da cadeia, a pecuária, que mais necessita de incentivo para melhorar a qualidade do couro brasileiro;
- 5) a taxa não foi acompanhada de uma política governamental de fomento à agregação de valor. O aumento que se verificou na exportação de couro de maior valor se deu naturalmente;
- 6) essa tributação está a serviço de empresas que querem dominar o mercado por meio da compra de matéria-prima, a preço aviltado, a exemplo do que ocorreu na Argentina e no Uruguai;
- 7) se o cerne da justificativa que resultou na taxa é exportar valor agregado, o Governo teria que atuar da mesma forma no que respeita aos demais produtos primários que compõem a nossa pauta de exportação. Teria de tributar o minério de ferro em benefício da indústria siderúrgica; o aço, em favor da indústria automobilística; a soja, para favorecer a indústria de farelo e óleo; o café em grão, para agregar valor em café torrado e solúvel; o algodão e outras fibras vegetais, para

beneficiar a indústria têxtil e de vestuário; e assim sucessivamente.

Por último, é de se destacar que o Governo, enfim, atendeu parcialmente às demandas ao adotar um “pacote” de medidas de apoio à indústria calçadista, capaz de atenuá-la da crise, O “pacote” compreende:

I – a Resolução nº 40, de 27 de setembro de 2007, da Camex, que elevou para 35% a alíquota do Imposto de Importação incidente sobre calçados;

II – a Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, que:

a) permite o desconto integral dos créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a partir do mês de aquisição no mercado interno ou de importação de bens de capital destinados à fabricação de calçados;

b) autoriza a União a conceder subvenção econômica, sob as modalidades de equalização de taxas de juros e de concessão de bônus de adimplência sobre os juros nas operações de empréstimo e financiamento destinadas especificamente às empresas calçadistas e de artefatos de couro;

c) considera preponderantemente exportadora, para fins de benefício da suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins incidentes sobre os insumos que adquirir, a empresa calçadista cuja receita bruta decorrente de exportação seja superior a 60% de sua receita bruta total de venda de bens e serviços. Como regra geral, o percentual é de 70%.

Entretanto, mesmo tendo acertado o foco, o Poder Executivo ainda não acenou com a retirada do Imposto de Exportação de 9% sobre o couro **wet blue**, que, na prática, não ajuda a indústria calçadista, mas prejudica a indústria de curtume.

Por fim, cumpre-nos advertir que, quanto ao disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), ou seja, quanto aos condicionantes à concessão de benefício de natureza tributária, tais como: **a)** estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deve iniciar sua vigência e nos dois seguintes; **b)** alternativamente: **b.1)** inclusão do montante da renúncia na lei orçamentária e demonstração de que ela não afetará as metas de resultados fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; ou **b.2)** aumento compensatório de receita; entendemos que,

por força do § 1º do mesmo artigo, essas exigências não seriam aplicáveis a projeto de lei que previsse isenção do IE sobre o **wet blue**, uma vez que tal benefício não corresponderia a tratamento diferenciado. De fato, a incidência do IE sobre o couro é que constitui tratamento diferenciado; a não-incidência é a regra geral.

O projeto que ora apresento à consideração dos meus Pares visa pôr fim a esta situação absurda. A isenção tributária específica nele proposta impedirá que o Poder Executivo continue a usar de forma equivocada a delegação legislativa que o Congresso Nacional lhe outorgou relativamente ao Imposto de Exportação.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2008. – Senadora **Lucia Vânia**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO Nº 3.684, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2000

Dispõe sobre o Imposto de Exportação incidente sobre os couros e peles compreendidos nos códigos 4104.10, 4104.22 e 4104.29.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL – NCM.

O Presidente da República, no uso da atribuição que confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista disposto no Decreto-Lei nº 1.578, de 11 de outubro de 1977, com as alterações introduzidas pelo art. 1º da Lei nº 9.716, de 26 de novembro de 1998,

Decreta:

Art. 1º Os couros e peles, inteiros, de bovinos, de superfície unitária não superior a 2,6 m² (dois metros e sessenta centímetros quadrados) ou 28 pés² (vinte e oito pés quadrados) e os couros e peles, de bovinos, pré-curtidos de outro modo e qualquer outro, classificados nos códigos 4104.10, 4104.22 e 4104.29.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL – NCM, ficam sujeitos à incidência do Imposto de Exportação à alíquota de nove por cento.

§ 1º O disposto no **caput** deste artigo aplica-se também na exportação dos produtos objeto de registro de exportação que já esteja aprovado pelo órgão competente na data da publicação deste decreto, no Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX e que venha a sofrer alteração, inclusive no que se refere ao prazo de validade para o embarque.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica às exportações destinadas aos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL.

Art. 2º A Secretária da Receita Federal poderá editar normas para aplicação do disposto neste decreto.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos até 30 de novembro de 2001.

Brasília, 7 de dezembro de 2000; 179º da Independência e 112º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Pedro Malan – Marcus Vinicius Pratini de Moraes – Alcides Lopes Tápias.**

(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 41, DE 2008

Altera o crime de embriaguez ao volante previsto no art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 306 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 306. Conduzir veículo automotor, na via pública, sob a influência de álcool ou substância de efeitos análogos:

Penas – detenção, de seis meses a dois anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

Parágrafo único. A pena é aumentada de metade, se do fato houver exposição a dano potencial à incolumidade de outrem (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) pune a embriaguez ao volante, desde que exponha a “dano potencial a incolumidade de outrem”. Noutras palavras, o simples fato de dirigir embriagado não constitui crime na legislação brasileira. Necessário se faz verificar o perigo concreto, isto é, se o motorista conduziu o veículo de tal forma a colocar em risco a integridade física de uma ou mais pessoas.

Assim, a responsabilidade penal por embriaguez ao volante passa por dois obstáculos difíceis. O primeiro é a recusa de passar pelo teste do bafômetro, tendo em vista o princípio constitucional de que ninguém está obrigado a produzir prova contra si mesmo (consoante o disposto no art. 5º, LV, da Constituição Federal e no art. 8º, item 2, g, da Convenção Ameri-

cana sobre Direitos Humanos). Nesse sentido, sobreveio a Lei nº 11.275, de 7 de fevereiro de 2006, para admitir explicitamente outros meios de comprovação do estado de embriaguez, conforme percebidos pelo agente de trânsito. A propósito, o Conselho Nacional de Trânsito editou a Resolução nº 206, de 20 de outubro de 2006, disciplinando os procedimentos a serem adotados pela autoridade de trânsito no que diz respeito à referida comprovação.

O segundo obstáculo é justamente a visualização do dano potencial a terceiros. É que a lei utiliza a partícula “outrem”, com o propósito de identificar ao menos uma vítima potencial em carne e osso. Convenhamos, a:caracterização desse elemento típico pode ser muito complicada no caso concreto. Nesse contexto; dirigir alcoolizado tornou-se um fato banal, pois o motorista sempre acredita estar em condições de chegar ao destino sem comprometer a sua integridade nem a de outras pessoas.

Sendo assim, considerando os elevados índices de acidentes de trânsito provocados pela ingestão de bebida alcoólica, precisamos dar um passo adiante, alterando a própria redação do art. 306 do CTB. O presente projeto de lei modifica a estrutura do tipo penal em epígrafe, para eliminar a locução “expondo a dano potencial a incolumidade de outrem”. Trocando em miúdos, se a aprovada a proposição, bastará que o condutor assuma, em via pública, a direção do veículo sob influência de álcool ou de substâncias de efeitos análogos. Na linguagem teórica, o crime passa a ser de perigo abstrato, e não mais de perigo concreto. O que estamos propondo é, portanto, a antecipação do momento da tutela penal.

Por que antecipar o momento da criminalização, isto é, punir o simples fato de dirigir embriagado? Porque, no Brasil, os números de acidentes de trânsito são assustadoramente altos. Segundo dados do Ministério da Saúde, 32.753 pessoas morreram em razão de acidentes de trânsito nas ruas e estradas brasileiras; em 2005, esse número saltou para 35.753 mortes. No mesmo ano, as internações no Sistema Único de Saúde (SUS) por acidentes de trânsito chegou a 123.061, ao custo de 118 milhões de reais. Segundo a Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), do Ministério da Saúde, mais de 50% das mortes no trânsito estão relacionadas ao consumo de álcool (vide o Boletim Eletrônico nº 27, de março de 2007, da SVS). Portanto, ninguém contesta a demonstração empírica dos riscos provocados pela trágica associação entre álcool e automóvel. Por esse motivo, e tendo em vista a relevância constitucional dos bens em jogo, vida e integridade física, não temos dúvidas de que o simples fato de dirigir embriagado merece ser duramente censurado.

Aliás, é o que já ocorre na Argentina, onde se admite a prisão imediata do condutor na hipótese de intoxicação alcoólica ou por estupefacientes (art. 86, a, da Ley nº 24.449, de 1994 – Ley de Transito). Nos Estados Unidos, o Executivo federal transfere recursos adicionais aos Estados que editarem normas punindo a direção de veículos por pessoas intoxicadas, inclusive fixando penalidades mínimas (conforme Seções de 163 e 164 do Capítulo 1 do Título 23 do **United States Code**).

Finalmente, por imperativo de proporcionalidade, entendemos que o limite máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime do art. 306 do CTB deve cair para dois anos, já que estamos dispensando a verificação concreta do perigo.

Creemos, pois, que esta singela (mas providencial) alteração ajudará a estabelecer um novo paradigma para a cultura de trânsito no Brasil, de tal modo que o crime de embriaguez ao volante possa ser efetivamente punido, deixando de ser socialmente tolerado.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2008. – Senadora **Lúcia Vânia**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997,

Mensagem de veto Vide texto compilado

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....
Art. 306. Conduzir veículo automotor, na via pública, sob a influência de álcool ou substância de efeitos análogos, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem:

Penas – detenção, de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.
.....

LEI Nº 11.275, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2006

Altera a redação dos arts. 165, 277 e 302 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Esta lei altera os arts. 165, 277 e 302 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 165. Dirigir sob a influência de álcool ou de qualquer substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica:

.....” (NR)

“Art. 277. Todo condutor de veículo automotor, envolvido em acidente de trânsito ou que for alvo de fiscalização de trânsito, sob suspeita de dirigir sob a influência de álcool será submetido a testes de alcoolemia, exames clínicos, perícia ou outro exame que, por meios técnicos ou científicos, em aparelhos homologados pelo Contran, permitam certificar seu estado.

§1º Medida correspondente aplica-se no caso de suspeita de uso de substância entorpecente, tóxica ou de efeitos análogos.

§ 2º No caso de recusa do condutor à realização dos testes, exames e da perícia previstos no **caput** deste artigo, a infração poderá ser caracterizada mediante a obtenção de outras provas em direito admitidas pelo agente de trânsito acerca dos notórios sinais de embriaguez, excitação ou torpor, resultantes do consumo de álcool ou entorpecentes, apresentados pelo condutor.” (NR)

“Art. 302.

Parágrafo único.

V – estiver sob a influência de álcool ou substância tóxica ou entorpecente de efeitos análogos.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de fevereiro de 2006; 185º da Independência e 118º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Márcio Thomaz Bastos – Márcio Fortes de Almeida**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Os projetos que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 16/08-GLPSDB

Brasília, 26 de fevereiro de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Sérgio Guerra, para integrar como titular, a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organiza-

ções não-governamentais – ONG, e para organização da sociedade civil de interesse público – OSCPI, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Sobre a mesa expedientes que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Brasília, 26 de fevereiro de 2008

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Com meus cordiais cumprimentos, informo a este Plenário que assumo, a partir desta data, a cadeira pelo Estado de Mato Grosso, em substituição ao Senador Jonas Pinheiro.

Senador **Gilberto Goellner**.

COMUNICAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E NOME PARLAMENTAR

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Estado do Mato Grosso, adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido Democratas.

Nome Parlamentar: Gilberto Goellner

Sala das Sessões, em 26 de fevereiro de 2008.



O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Os expedientes lidos vão à publicação.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Exª que me inscreva para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– V. Exª está inscrito.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou me ausentar neste instante a fim de atender a um

convite da Assembléia Constituinte do Equador, da Universidade do Equador, para ali expor a proposta da renda básica de cidadania.

Eu também gostaria de dar uma boa nova. Às 12 horas e 05 minutos dessa noite, conversei com o Presidente do Timor Leste, José Ramos-Horta, já restabelecido do atentado que sofreu. Ele está se recuperando e pediu que eu transmitisse ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao Ministro Celso Amorim que se encontra melhor. O Ministro Roque Rodrigues, da Defesa, estava ao seu lado e expôs que ele está em plena recuperação. Também essa foi a palavra da Sr^a Carolina Larriera, viúva de Sérgio Vieira de Mello, que se encontrava ao seu lado. Portanto, quero dar a boa nova: o Presidente José Ramos-Horta, do Timor Leste, encontra-se em plena recuperação e com vontade de trabalhar. Ele agradeceu ao Presidente, ao Ministro do Brasil e a todo o povo brasileiro pelo apoio que deram a ele.

Era essa a informação que gostaria de transmitir, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy, pela informação importante.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Antonio Carlos Valadares e, em seguida, à Senadora Ideli Salvatti.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela Liderança do PSB, eu gostaria de usar a palavra para uma comunicação urgente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, peço inscrição para uma comunicação inadiável.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, para mim, a primeira suplência de comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a é a terceira inscrita.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares pela Liderança do PSB.

Em seguida, falará o Senador César Borges como orador inscrito.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela Liderança do PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero

tratar aqui, de forma sucinta, da exportação da carne bovina brasileira para a Europa e do embargo que a União Européia vem executando contra nossas exportações para aquele continente há quase um mês. Desde o início do mês de fevereiro, a Europa fechou as portas para nossa carne, um gesto que atinge a maior parte das nossas exportações na pecuária bovina.

Para que se tenha uma idéia, no ano de 2007, a Europa, na condição de principal importador mundial de carne bovina brasileira, foi responsável por um total de US\$1,4 bilhão em divisas nesse item. A maior parte dessa carne é exportada **in natura**: do total das exportações do ano passado, 100 mil toneladas foram de carne bovina industrializada e quase o dobro, 194 mil toneladas, foram de carne bovina **in natura**. Ambas para a Europa. O bloqueio decretado pela União Européia atinge a carne bovina **in natura**. Ou seja, atinge a maior fatia das nossas exportações de carne.

Qual é a acusação contra a carne bovina brasileira? A União Européia alega que não dá para ter garantias da origem do gado brasileiro porque o sistema de rastreabilidade, isto é, de monitoramento dos bois do nascimento ao abate, não é confiável. E alegam que nesse caso há risco sanitário. Por conta disso, desde o dia 31 de janeiro, a União Européia anunciou a suspensão da importação da carne brasileira **in natura**: as garantias sanitárias não são satisfatórias.

Muita gente competente vem argumentando que o Brasil não precisava passar por esse constrangimento. E não precisava por uma razão muito simples: a nossa carne *in natura* está entre as melhores do mundo, agrada ao consumidor mais exigente e, além disso, é de custo 40% mais baixo do que a carne, por exemplo, dos países mais desenvolvidos.

Na minha opinião, Sr. Presidente, esse argumento tem fundamento: a nossa carne é de primeira. E todos nós sabemos que na própria Europa há setores contra e a favor do embargo da carne brasileira, gente que sai ganhando com o embargo (como os irlandeses, concorrentes dos brasileiros) e há setores que ficaram contrariados ao se verem privados da carne brasileira, de qualidade reconhecida.

Se é assim, onde é que está o problema? Por que se dá este embargo? E por que esta guerra do boi pode ser considerada desnecessária, pode ser considerada como o tipo de problema evitável e contornável?

Em primeiro lugar, deixo claro que sou um defensor da produção bovina brasileira, do crédito para o agricultor e do agronegócio. No entanto, no caso da carne, acredito que este impasse atual deve servir como uma lição ou como uma experiência instrutiva para todos nós. Provavelmente o Brasil teve tempo suficiente para regularizar este problema da procedência

do boi e da carne e, no entanto, não tomou as devidas providências. Basta que se leve em conta a seguinte questão: nem os próprios europeus que nos embargam conseguem afirmar que a carne é de má qualidade. E não podem: o chefe do serviço veterinário do governo russo, que neste momento se encontra no Brasil, veio ampliar a compra de carne por aqui. O que a União Européia está exigindo é simplesmente que o Brasil certifique a procedência do boi. Existem áreas no Brasil onde houve aftosa, existem fazendas que não têm condições de produzir carne de boa qualidade.

Então existe a necessidade de se certificar quais as carnes **in natura** que são de boa procedência e quais as que não são. Nada mais do que isso. Precisamos criar um mapa da carne de boa qualidade no Brasil. Só para dar um exemplo: grande parte, senão a maior parte dos municípios brasileiros, abate o boi em condições precárias, possuem matadouros em condições sanitárias que precisam ser melhoradas ou derrubadas e construídas em seu lugar outras obras com esse mesmo objetivo.

Por outro lado, antes desse embargo as regras já tinham sido acordadas por ambas as partes. O Brasil concordou, diante dos europeus, em só exportar produto rastreado (gado com registro de origem, condições sanitárias e condições de abate). Produtores e frigoríficos locais reagiram. Normal. O Governo devia ter criado as condições para o monitoramento sanitário, sem espera. Os meses se passaram, e o resultado negativo veio, primeiro com uma lista de fazendas que teve de ser bem reduzida e, depois, veio esse embargo.

Devemos ter a plena consciência de que guerras comerciais existem e de que a pressão dos países mais ricos sobre países e economias como a nossa são fortíssimas e são permanentes. Não pode haver ilusões, Sr. Presidente, sobre esse ponto. O próprio Ministro reclama que as exigências da União Européia vão além das necessidades sanitárias e que por trás delas há uma discussão comercial. Muito bem. Estamos tratando de uma coisa chamada mercado, que, por natureza, é desigual. Por natureza, é baseado em relações de força econômica e de relações entre Estados mais fortes e Estados mais fracos. É precisamente por conta disso que interesses comerciais podem aparecer misturados com os interesses de base sanitária.

Não somos ingênuos; sabemos que pode ser assim. Neste caso, a conclusão prática é a de que não pode se fazer de conta que o jogo não tem regras e, pior, regras que podem ser usadas violentamente contra o mais fraco.

A forma de fortalecer o nosso produtor mais competitiva era basicamente uma: procurar cumprir as regras, não dar pretextos a concorrentes. Estamos

naturalmente falando das regras de certificação, de registro de monitoramento legal. No ano passado, ficaram estabelecidas regras, o chamado sistema Sisbov (modelo de produção pecuária), de acordo com o qual determinadas fazendas seriam ou não aceitas como exportadoras para a Europa. No caso, seriam aprovadas as fazendas com sistema de rastreamento do animal, desde o nascimento (através de um brinco), as fazendas fora de área de febre aftosa, os animais que fossem abatidos em locais reconhecidamente preparados.

Baseado nesse sistema, o Brasil enviou para a União Européia uma lista de quase três mil fazendas. Depois reduzidas para seiscentas e que resultaram em trezentas no critério dos europeus. A redução do universo de fazendas, Sr. Presidente, teve a ver com a inclusão, pelo Brasil, na lista de várias fazendas sem documentação completa. Esse fato o próprio Ministro da Agricultura, Reynolds Stephanes reconheceu em público. A lista tinha, portanto, as suas fragilidades.

Qual foi o resultado disso? Já estou terminando, Sr. Presidente. A lista foi sendo impugnada, uma missão veterinária européia está aqui neste momento para vistoriar trinta fazendas e redefinir a lista.

Os russos, segundo maior importador mundial da nossa carne, já estão por aqui – são críticos ao embargo europeu – e os chilenos, idem, também querem inspecionar as fazendas brasileiras. O pretexto foi dado, o concorrente pressionou, seus governos entraram em ação, e está criado o impasse que pode nos prejudicar. Temos de levar em conta que o Brasil vem produzindo mais carne nos últimos tempos, pulou, em poucos anos, do sexto lugar para o de maior produtor de carne do mundo. É claro que iria haver pressão. É claro que tínhamos de nos preparar para isso. Estamos ficando bons, temos agora que ficar mais modernos. Nosso potencial vem se revelando gigantesco. O Brasil é muito competitivo no mundo em se tratando de carne bovina **in natura**. É competitivo na produção agropecuária em geral, com tanto espaço, tanta terra de boa qualidade produtiva e tanta incidência de sol. Isso causa certa preocupação aos estrangeiros. Precisamos estar preparados. Temos de nos adequar às regras modernas de rastreabilidade e abate em função do nosso consumidor interno e também externo. As regras da UE – exageradas ou não, hiperburocráticas ou não – estão aí, e já que foram aceitas de nossa parte sem maiores conflitos, é preciso que sejam garantidas as condições para que sejam cumpridas. Não podemos ficar esperando a hora do embargo. Não podemos entrar nessa guerra do boi fora de hora, justamente quando tanto necessitamos das divisas – foram US\$4,5 bilhões as divisas com exportações de carne no ano passado –,

para – quem sabe? – aplicá-las no crescimento econômico há tanto tempo almejado.

Finalmente, Sr. Presidente, já temos qualidade, já temos preço para a carne brasileira, já temos consumidores pelo mundo afora. Vamos cumprir as regras de saneabilidade do rebanho e também vamos deter o desmatamento desenfreado feito em nome da pecuária de corte. E será dessa forma que o agronegócio tão promissor e de enorme potencial internacional poderá impor-se e ganhar seu certificado formal de qualidade mundial.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gerson Camata para uma comunicação inadiável. Em seguida, fará uso da palavra o Senador Cristovam Buarque por permuta com o Senador César Borges.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se há pessoas cujo desaparecimento empobrece o mundo, sem dúvida uma delas era Ernesto Illy. Este italiano de Trieste, falecido no domingo, 3 de fevereiro, em sua cidade natal, aos 82 anos, foi chamado pelo jornal **The New York Times**, que noticiou sua morte com destaque, de “o evangelista do café espresso”. Mas ele foi muito mais que isso.

Dono de uma vitalidade surpreendente, que o acompanhou até o fim da vida – que ele atribuía ao fato de acordar cedo e tomar seis xícaras de café por dia –, Ernesto revolucionou a indústria de café. Percorreu o planeta atrás dos melhores grãos, das melhores misturas, dos melhores fornecedores. Como cientista, graduado em Química pela Universidade de Bolonha em 1947, inovou em pesquisa e tecnologia, seguindo o exemplo do pai, Francesco, fundador da empresa Illy Caffè, hoje conhecida mundialmente.

Presidente da Illy Caffè durante mais de quarenta anos, Ernesto Illy fez da fábrica de Trieste uma referência em matéria de qualidade. Hoje, ela vende sua produção em 140 países. Seu *espresso* é encontrado em mais de quarenta mil restaurantes e bares no mundo, que servem diariamente cinco milhões de xícaras do produto. Para Ernesto, havia algo de sublime no aroma vibrante de um bom café, no seu sabor e na sua cor.

Em 1933, quando a Illy foi fundada por seu pai, um fabricante de chocolate húngaro que se mudou para Trieste depois da Primeira Guerra Mundial, a cidade portuária à beira do Adriático era um entreposto vibrante, o local mais adequado para receber café da

África e da América do Sul, processá-lo e mandá-lo para as metrópoles européias.

Sob a orientação de Ernesto, a empresa construiu um laboratório equipado com instrumentos cada vez mais sofisticados, que incluíam poderosos microscópios para análise dos grãos e computadores que controlam todas as etapas da industrialização. Ele percorria a mesma trajetória do pai, também um inovador. Em 1935, Francesco, seu pai, criou a primeira máquina automática de fazer café, precursora das atuais máquinas de café *espresso*, substituindo o ar comprimido pelo vapor. Também desenvolveu o sistema de pressurização das latas, que preserva todas as características do café dentro da embalagem.

Fluente em cinco línguas, apaixonado pelo café, pela música clássica e pelo cinema, Ernesto tinha outra paixão na sua vida, que era o Brasil, que visitava seguidamente, principalmente o Estado do Espírito Santo. Sempre interessado em incentivar os cafeicultores a produzirem grãos de alta qualidade, idealizou o Prêmio Brasileiro de Qualidade de Café, que se realizava freqüentemente no Estado do Espírito Santo. Agora, esse Prêmio já está em sua décima sétima edição.

O Brasil é hoje responsável por quase 60% do fornecimento de grãos de arábica para a Illy Caffè. Ernesto costumava dizer que nosso País, durante muito tempo, vendeu quantidade, mas, de duas décadas para cá, passou a vender qualidade. Foi ele um dos responsáveis por essa transformação, como atestam dirigentes de entidades ligadas à cafeicultura.

Enviou para cá técnicos que ensinaram segredos do manejo do café, instituiu o prêmio que se tornou uma tradição nacional e criou a “Universidade Illy do Café”, com o objetivo de formar e informar gerações presentes e futuras de produtores de café, visando seu aprimoramento. Em 2006, na divulgação dos resultados da 15ª edição, realizada em São Paulo, Ernesto afirmou: “O futuro da cafeicultura no Brasil está no produto de qualidade com preço justo. E isto, mais que futuro, já faz parte do nosso presente”.

Como não poderia deixar de ser, Ernesto Illy tinha vínculos estreitos com o Espírito Santo e uma amizade muito profunda comigo e com o Governador Paulo Hartung, porque o Espírito Santo é hoje o segundo maior produtor nacional de café. Em 2004, recebeu do Governador Paulo Hartung a mais alta condecoração do Estado, a Comenda Jerônimo Monteiro, e também ganhou o título de Cidadão Vendanovense, da Câmara Municipal de Venda Nova do Imigrante, onde realizou o concurso Illy de Café. Na ocasião, visitou diversas propriedades produtoras de cafés especiais da região serrana, fiel à sua crença de que o segredo de um bom café está na lavoura.

A carreira de Ernesto Illy foi marcada por uma série de condecorações e cargos, estes últimos ligados principalmente à pesquisa científica.

Foi presidente de entidades italianas e internacionais, como o Comitê de Promoção do Café da OIC, a Organização Internacional do Café. Em 1994, recebeu do então presidente italiano Oscar Luigi Scalfaro o título de “Cavaliere Del Lavoro”, um dos mais importantes da Itália.

Para este alquimista do café, a qualidade era uma obsessão. Na fábrica da Illy, os grãos passam 114 vezes pelo controle de qualidade antes de virarem pó. “São necessários 50 grãos de café para fazer uma xícara de *espresso*. Se um deles estiver ruim, garanto que você vai senti-lo. É como um ovo podre numa omelete”, dizia.

Em 2005, Ernesto cedeu a presidência da empresa ao filho Andréa e tornou-se presidente honorário. Mas isso não significou aposentadoria, pelo contrário. Instalado numa sala defronte à de Andréa, podia ser visto debruçado sobre um computador portátil, examinando imagens ampliadas de grãos de café, empenhado em descobrir como eles se desidratam durante a torrefação.

Foi assim que morreu, em plena atividade. Ernesto, ou Ernie, como os filhos gostavam de chamá-lo, queria ser mais que um negociante de café, e conseguiu atingir seu objetivo. Tornou-se um especialista de reputação internacional, um entusiasta que fez da produção de café de qualidade a meta a ser perseguida sem descanso. Como disse Ana, sua filha e hoje diretora de **marketing** da empresa, “o café era sua vida”. Devemos muito ao empenho de Seu Ernesto, ao seu perfeccionismo, criatividade e dedicação. Ele foi um pioneiro, um líder e um inovador.

Queria registrar que ele é muito ligado à política da Itália. Seu filho, Ricardo Illy é hoje, pela segunda vez, o Presidente – Governador, portanto – da Província Friuli-Venezia Giulia, que é logo aquela província que faz fronteira com a antiga Iugoslávia e que está vizinha, também da Província de Veneza. É um homem ligado à ciência, ligado à política da Itália, mas muito ligado ao Brasil.

O Brasil deve muito a propagação do café de qualidade brasileiro ao empenho e ao amor que esse homem tinha pelo País. Seu produto está presente, como eu já disse aqui, em quarenta mil bares pelo mundo afora, um café de qualidade, Café Illy – inclusive aqui em Brasília.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Muito obrigado, Senador Gerson Camata.

Concedo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque, por permuta com o Senador César Borges, que havia permutado com o Senador Epitácio Cafeteira. O Senador Cristovam Buarque permutou com o Senador Epitácio Cafeteira, e o Senador César Borges permutou com o Senador Cristovam Buarque. Faço essa correção para deixar bem claro nas notas taquigráficas.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, em primeiro lugar, agradeço aos dois Senadores que permitiram, por permuta, que eu estivesse aqui para falar.

Sr. Presidente, sou de uma geração, como a maior parte aqui, que começou na política com medo de sujar as mãos de sangue no terrorismo, na guerrilha ou sob tortura em prisões. Mas o triste é que essa geração está terminando a sua vida política com medo de sujar-se de lama. Porque a sensação que se tem hoje é que cada pessoa que faz política caminha no rumo em que, a qualquer momento, pode respingar sobre si a lama que pesa hoje sobre todas as cabeças daqueles que se dedicam à vida pública. Por mais honesto que procure ser, a qualquer momento um pinga pode cair.

Uma mãe me disse que seu filho de seis anos chegou em casa, dizendo que uma coleguinha da mesma idade dizia que todos os políticos são ladrões. Não chamou nem de corrupto porque essa palavra não entra na cabeça de uma criança de seis anos. E é a visão que hoje se tem do nosso País. Por quê?

Aqui a gente tem ouvido muitas denúncias. Na mídia, todos os dias há denúncias. Mas eu vim tentar aqui refletir um pouco. Por quê? Porque este é um País que hoje parece completamente abalado no que se refere à atividade política em relação à corrupção. Creio que a primeira causa a gente sabe. Um País que viveu quatrocentos anos com escravidão é um País que durante quatrocentos anos foi corrupto, porque não há corrupção maior do que vender pessoas. E a gente tomava isso como algo legal. Claro que isso deve ter ficado. A história do Brasil é uma história de comportamento de corrupção por conta da escravidão. Além disso, nós devastamos a natureza deste País como uma forma de corrupção, ao ponto de que é o único adjetivo de nacionalidade que termina em eiro é o brasileiro, que quer dizer profissão: madeireiro, padeiro. Argentino é ino, francês é ês. Todos esses adjetivos pátrios terminam em ino ou ês, mas brasileiro é brasileiro porque somos produtores de pau-brasil, não fomos ocupantes sérios da nossa terra.

Além disso, o sistema político faz com que haja um incentivo ao processo de corrupção neste País. É

um sistema político viciado no compadrio, que é algo muito próximo da compra do voto. Um compra com dinheiro, o outro compra com favores, não com propostas, não com idéias, mas com favores. Um sistema que faz com que, para ser eleito, seja preciso pedir dinheiro de contribuições a empresas, a empresários, a pessoas ricas. É claro que há nisso um sistema que permite com que se caminhe para estar próximo da lama. Além disso, a tolerância como a gente vive. Nós vivemos num sistema político e numa sociedade de tremenda tolerância. Nós fechamos os olhos a tudo. Eu vinha para cá e entrei numa porta em que estava escrito *push*, e eu empurrei. Esse é um gesto de tolerância com as ilegalidades, com a falta de regras. Nós fechamos os olhos à corrupção, às grandes, a partir das pequenininhas, que a gente comete e se orgulha chamando de jeitinho.

Nós, povo brasileiro, nos orgulhamos do jeitinho. E o que é o jeitinho senão uma maneira de driblar e passar ao lado das regras e do comportamento certo? Além disso, este é um País, uma sociedade, e nós somos políticos que convivemos com a falta de ética nas prioridades.

Nós aprovamos um orçamento incompatível com a moralidade. Nós vamos colocar quinze bilhões para a Justiça e apenas oito para a educação de base. Não é possível. Nós vamos colocar cinco bilhões para a nossa Casa funcionar e oito para a educação de base. Isso é uma corrupção nas prioridades.

Mas a gente não percebe que há uma corrupção nas prioridades. A gente convive com isso. A gente disputa os recursos canalizando mais para os palácios do que para os casebres, e essa tolerância termina chegando como incentivo a esse clima de chuva de lama que vemos por aí e que poucos guarda-chuvas conseguem segurar por muito tempo.

Nós temos também como causa óbvia da corrupção a impunidade. Mesmo quando se denuncia, se apura, se condena, a pessoa não vai presa. E raramente a gente consegue prender alguém por atos de corrupção.

Aí há, sim, uma causa: a omissão dos honestos. Nós somos um País onde os honestos não têm, como dizia Churchill, a audácia dos canalhas. Dizia Churchill que, para a democracia funcionar decentemente, Senador Papaléo, seria preciso que os honestos tivessem a audácia dos canalhas. Nós não temos essa tradição da combatividade do lado honesto da sociedade.

Ao mesmo tempo, Senador Jefferson Péres, a causa dessa corrupção é a forma como as artimanhas jurídicas permitem, no Brasil, que não haja impunidade. Ou seja, mesmo aquele que comete ato de corrupção consegue chegar de tal forma ao funcionamento do

processo jurídico que, quando está perto de ser punido, sempre descobre alguma ressalva, alguma vírgula, algum truque e a punição é parada.

A passividade da população também é um exemplo. Há, sim, passividade da população perante atos de corrupção. Como já se dizia há muitos anos, “rouba mas faz”.

Um país onde esse **slogan** existe é um país propício a lama, a ficar chovendo. E aqueles que usam guarda-chuva não sabem se a chuva vai passar ao redor. Não sabem se, de repente, por um descuido qualquer, também estarão sujos de lama. Além disso, creio que não podemos negar o fato fundamental, o exemplo das autoridades, o exemplo dos superiores. O exemplo bem dado de cima dificilmente permite que a corrupção chegue embaixo. A imensa maioria dos atos de corrupção é fruto da omissão, da convivência das autoridades superiores, que fecham os olhos aos que estão embaixo; às vezes por necessidades políticas, que é uma forma de desculpar, mas não de impedir a corrupção; às vezes até por uma maneira de ser que faz com que não dê o exemplo devido. O exemplo de vida e o exemplo devido de uma autoridade ajuda e muito para reduzir a corrupção.

Ainda ponho, por último, antes de passar para os apartes, o baixo valor da honra que tenho no Brasil – essa é a verdade. Há um baixo valor. A honra não é um valor supremo no nosso País por alguma razão ou por causa dessas nove razões anteriores. De tanto aceitar, como já disse se não me engano o próprio Rui Barbosa, de tanto ver a corrupção prevalecer, as pessoas começam a achar que a honra é um estorvo, não é um patrimônio.

Pois bem, Sr. Presidente, evito vir aqui falar em denúncias; eu vim falar em uma reflexão do porquê dessa generalizada sensação no País de que quem faz política é ou está para ser corrupto, é ou está para ser.

Por que essa sensação? Creio que essas são algumas das razões. Deve haver outras, mas seria bom ter tempo e saber como parar isso, como mudar esse comportamento, como mudar essa tolerância, como fazer com que a honra passe a ter mais valor do que outras coisas que este País tem, porque merece muito mais valor, como a ostentação tem mais valor do que a honra das pessoas.

Comecei, Senador Jefferson, dizendo que na minha geração iniciamos a militância com medo de nos sujarmos de sangue, próprio ou de inimigos. Hoje a gente tem medo e conclui a vida pública – e o senhor teve a decisão sua corajosa de dizer aqui que prefere encerrar sua vida pública –, encerra com medo de

se sujar de lama. Isso é muito triste para cada um da gente, mas é uma tragédia para o Brasil inteiro.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Cristovam...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Passo a palavra, na ordem, à Senadora, em primeiro lugar, que pediu a palavra; depois, ao Senador Jefferson Péres e depois, ao Senador Mão Santa.

A Sr^a Marisa Serrano (PSDB – MS) – Obrigada. Senador Cristovam, é sempre um prazer ouvi-lo e sempre um ensinamento para todos nós. Tenho usado essa tribuna também expondo as coisas mais ou menos na linha do que V. Ex^a colocou. Hoje, por exemplo, eu fui surpreendida pelos jornais – comentei com alguns Senadores – com o caso que está acontecendo no Pará e que, para o meu Estado, não tão próximo como o do Pará, mas com outros exemplos, de a Governadora ter dito que os madeireiros ilegais são ilegais, mas que eles, ilegais, fazem a economia do Pará andar. São, segundo ela – estava lendo – 2 bilhões ao ano, 7% do PIB do Pará e que ela não pode prescindir disso. Ou é ilegal e deve ser combatido, ou não é ilegal e é importante para a economia do Pará. Se esses recursos faltarem à economia do Pará, temos que achar maneira de fazer com que o Estado progrida de tal forma que o que entre no seu orçamento, na composição do seu PIB, seja recurso legal. É impossível e inadmissível que uma autoridade ache que um dinheiro ilegal é importante para o Estado e, portanto, mesmo sendo ilegal, terá de entrar na economia do Estado. Ilegalidade não pode entrar! E não interessa se é uma tapioca ou um bilhão de tapiocas. O que é decente, neste País, tem que ser decente; e o que não é decente, não pode ser pactuado entre as pessoas de bem. Eu quis colocar isso, porque V. Ex^a falou algo que eu disse na semana passada dessa tribuna. O exemplo deve vir de todos nós. Todos nós! A gente pode escorregar; errar. Somos humanos. Mas isso não pode ser tido como a questão maior da sociedade, colocando sempre para a juventude, para as nossas crianças que tudo é permitido neste País. Não pode ser permitido. Quero parabenizar V. Ex^a pelo discurso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senadora Marisa, agradeço e quero dizer que esse argumento de que madeireiro tem que ser tolerado, mesmo destruindo a floresta porque é importante para a economia é o mesmo argumento de quem diz que a prostituição infantil tem que ser tolerada porque traz dólares para o Brasil. E há muitas pessoas que pensam assim.

O que está por trás? A idéia de que a economia é mais importante do que a honra. A dinâmica econômica do País vale sacrificar a honra de que uma das fontes

de renda sejam os dólares que vêm pela prostituição infantil. Pela exploração sexual de nossas crianças.

É a mesma coisa, talvez numa dimensão maior. Senador Jefferson Péres, por favor.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senador Cristovam, assisti só ao final de seu discurso, mas V. Ex^a levanta um tema da maior relevância. Realmente, a corrupção está tão entranhada no setor público e na sociedade brasileira, Senador Cristovam, que eu acho que vamos levar muitas décadas para corrigir isso. V. Ex^a falou no meu desencanto: é total com a política. Raramente se vê gestos honestos, eu não me refiro nem a dinheiro público; é a história de quem pregou moralidade a vida inteira e chega ao poder, pratica a corrupção e fica dizendo: “Eu estou fazendo, mas vocês também fizeram”. Que coisa mais... Que coisa mais triste, não é? Vêem-se bandeiras de moralização defendidas por décadas serem jogadas fora. Em quem acreditar? V. Ex^a diz que a sociedade é complacente. É, sim. Vamos deixar de demagogia. A classe política é péssima neste País. Mas a sociedade é complacente, sim; pode ver o “rouba mas faz” e é complacente. Quantos corruptos notórios neste País são campeões de voto, Senador Cristovam Buarque? Eu sempre digo o seguinte: eu gostaria muito que o Brasil avançasse pelo menos para chegar ao nível que chegou a sociedade americana. Os Estados Unidos podem ser execrados, mil defeitos, mas há uma coisa que realmente os americanos têm: é a solidez das suas instituições. Pode ser milionário, pode ser o Bill Gates, pode ser um grande astro de cinema, pode ser um campeão olímpico, mas ele não infringe a legislação penal, porque ele vai ser julgado e, se for condenado, vai para a cadeia, Senador Cristovam. Senador Cristovam Buarque, vá à Papuda. Lá V. Ex^a encontra um político? Um magistrado? Um empresário? Não. E nem na Penitenciária do Amazonas, nem em penitenciária nenhuma, Senador Cristovam Buarque. Ninguém neste País que tenha *status* vai para a cadeia. Essa é a triste verdade deste triste País em que transformaram o Brasil. Como aceitar isso, Senador Cristovam Buarque? O que nós estamos fazendo nesta Casa Legislativa quando vemos que transformaram a própria Casa Legislativa em um grande teatro de empulhação, porque, na verdade, não querem combater corrupção nenhuma. É a corrupção dos outros. E quando eu chego lá, faço igual aos outros. Ah! Senador Cristovam, é muito triste tudo isso, é melancólico até. Eu não vou me calar não. Eu vou sair daqui, vou continuar escrevendo no jornal, vou continuar dando entrevista, vou continuar indo às universidades, dar palestras, participar de debates na televisão e no rádio, mas para cá eu não quero voltar mais, não, Se-

nador Cristovam Buarque. Siga V. Ex^a com a bandeira. Meus parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador, quando eu disse aqui que o senhor tinha coragem de sair, é porque sei que o senhor tem coragem de deixar esta Casa, mas não a política; vai para uma trincheira que lhe parece – e eu começo a imaginar também – mais eficiente, porque hoje Senador, quando eu publico um artigo no jornal escrito embaixo, Senador Mão Santa – e sei que o senhor é um grande defensor desta legislatura e tem razão em muitas coisas –, mas quando eu assino “Senador”, eu acho que passo uma imagem de menos credibilidade do que se eu assinasse “Professor” ou “Advogado” ou “Engenheiro”, ou qualquer outra profissão.

Isso é que deixa essa nostalgia, essa melancolia, esse sofrimento. E a pessoa entra na política com medo de se sujar de sangue e permanece nela com medo de se sujar de lama. Mesmo assim, Senador, espero que a sua voz agora – e vou passar a palavra ao Senador Mão Santa – seja o contrário disso, porque estamos precisando ouvir quem pense diferente dessa melancolia que hoje o Senador Jefferson e eu estamos trazendo aqui.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Voltaire já teve um debate semelhante ao que digo discordar plenamente do que V. Ex^a está dizendo, mas daria até a vida pelo direito de V. Ex^a dizê-lo. Eu acho este Senado grandioso. Porque é difícil. Hoje de manhã eu disse que para o “senadinho” de Cristo, Ele convocou doze, e deu uma confusão doida lá no “senadinho” de Cristo! Como é que aqui não daria? Mas nós saberemos superar isso. Mas para V. Ex^a eu pedi um aparte para dizer o seguinte. Ali está Rui Barbosa, que comparo a V. Ex^a. Ele ficou consagrado como o Sr. Civilista. Ele foi para o embate, o bom combate. Ulysses, o Sr. das Diretas; Simon Bolívar é o libertador. E V. Ex^a, o Sr. da Educação. Então, quero ler uma mensagem que recebemos do Sesp do Piauí, para V. Ex^a. Estou sendo apenas intermediário do convite do povo do Piauí, em respeito ao significado de V. Ex^a à esperança da Educação neste País. Então, ela é indicada para eu levar ao Sr. Senador Cristovam Buarque por Cléia Brito. E diz o seguinte: “Solicitamos que V. Ex^a interceda junto ao ilustre Senador da República, Cristovam Buarque, reconhecido por todos nós, brasileiros, como um dos maiores idealistas da Educação brasileira, da possibilidade de contarmos com sua honrosa presença na inauguração do Pólo Presencial da Eadcon, em Teresina-Pi, onde será feita uma justa homenagem à sua obstinada luta em defesa da Educação Superior de Qualidade”. A data da inauguração é 14 de março. “Aguardamos confirmação da presença para efeito de

confeção de convites personalizados e das placas de honrarias. Sociedade de Ensino Superior do Piauí Ltda. Cléia Magalhães, Diretora do Pólo Institucional Eadcon”. É essa universidade a distância. O povo do Piauí gostaria da sua presença e da sua experiência para enriquecer essa instituição educacional.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador Mão Santa, é um convite vindo por suas santas mãos, e de público. Assim, é impossível ser recusado, ainda mais um convite vindo de uma instituição educacional. Desejo estar presente. Vamos combinar o momento.

Sr. Presidente, quero concluir, dizendo que o que o Senador Jefferson Péres falou e como ele falou, talvez seja um resumo melhor do que todo o discurso que fiz tomando tanto tempo que o senhor nos ofereceu, porque ele falou com a forma melancólica e triste, mas, ao mesmo tempo, de vigor e de luta que vão continuar quando sair daqui. É um exemplo que talvez termine sendo seguido por muita gente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Cristovam, permita-me.

Eu sou também um grande defensor das instituições e esta Casa precisa ser defendida por todos. Nós não podemos ver as pessoas de bem, os representantes do povo que vêm honrar o mandato que recebem do povo aqui desistirem da grande luta, que não é só desta Casa; é a luta da política brasileira representada pelos políticos brasileiros. Nós já estamos cansados de ver cada vez mais pessoas de bem e que fazem o bem se distanciarem da política. Eu vejo que isso é um processo proposital no sentido de que os políticos realmente componham um grupo que não represente com dignidade a sociedade.

Por isso, eu queria pedir a V. Ex^a, ao Senador Jefferson Péres, que continuem sua luta política, porque, se V. Ex^as se afastarem do processo de defesa dessa instituição tão importante... O povo brasileiro precisa conhecer a importância e não se deixar envolver pelo processo de desgaste que está ocorrendo – nós não sabemos quem propriamente está patrocinando esse processo –, de dizer que nenhum político presta, por quê? Para acabar com essa instituição? Eu não aceito isso! Eu prefiro dizer a V. Ex^a que continue lutando por esta instituição que depende muito de nós.

Nós, que somos passageiros nesta Casa, não podemos ajudar a jogar esta instituição numa lata de lixo, porque, quando estamos fazendo isso, estamos fazendo isso com o próprio povo e com uma estrutura de técnicos e de servidores das Casas Legislativas que precisam ser respeitados.

Portanto, faço esse pedido a V. Ex^a e a todos os políticos de bem. A maioria é de bem, mas, infe-

lizmente, quando um, dois ou três praticam o mal, há uma generalização. Desde o início do Governo Lula, nunca vi – volto a dizer – uma campanha tão ostensiva para desgastar o Parlamento brasileiro, para tentar desmoralizar a instituição legislativa deste País e o Judiciário.

Esse é o apelo que faço a V. Ex^a, que todos nós aqui respeitamos. Temos grandes esperanças de que V. Ex^a seja um dos que vão conduzir a ressuscitação da moralização da política brasileira.

Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti para uma comunicação inadiável e convido o nobre Senador Alvaro Dias para assumir a Presidência da sessão.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, o Senador Paulo Paim cedeu-me a vaga dele como orador. Portanto, prefiro falar como oradora por ter um pouco mais de tempo. Abro mão da comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sendo assim, fará uso da palavra a nobre Senadora Serys Slhessarenko.

Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, já que se abre mais um espaço para as comunicações inadiáveis, eu gostaria de solicitar a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana passada, realizou-se no Brasil um fórum internacional de Parlamentares para discutir a questão das mudanças climáticas (Fórum Internacional de Mudanças Climáticas). Compareceram Senadores e Deputados dos Estados Unidos, do Canadá, da Itália, da França, da Rússia, do Japão, da Alemanha, da China, da Índia, do México, da África do Sul e, evidentemente, do Brasil, onde o evento se realizou. Estiveram presentes Parlamentares – Senadores e Deputados – de todos esses países e de outros países convidados. Os que aqui citei são membros do chamado G8+5. Compareceram, ainda, Parlamentares do Congo, da República Africana, de Camarões, de Gana, constituindo um grupo de discussão sobre a questão das mudanças climáticas com vistas a oferecer um documento especialmente para a reunião da cúpula, que se realizará no Japão, em julho deste ano.

Por que elaborar esse documento? Trata-se de um documento que deve trazer no seu bojo questões que vão além daquelas que hoje estão tratadas no Protocolo de Kyoto. Quais seriam essas questões, principalmente? Temos aí os biocombustíveis, temos a questão do desmatamento evitado, a do comércio de carbono, questões essas que não compõem hoje o chamado Protocolo de Kyoto.

Em 2012, precisaremos ter a continuidade do Protocolo de Kyoto, que termina nessa época. Por isso, precisaremos definir, além daquilo que já está assegurado hoje no Protocolo, outras questões fundamentais, da maior relevância, para a proteção do Planeta Terra, como essas que eu aqui citei.

Realmente foram discussões polêmicas. Tivemos lá debatedores da maior envergadura, dos países que citei e especialmente do Brasil. O papel de destaque que lá tivemos foi o da nossa Ministra, Senadora Marina Silva. A fala dela, no debate de que participou, chamou a atenção do mundo e dos Parlamentares que estavam lá presentes, dada a certeza, a convicção, a determinação da nossa Ministra nas questões que lá colocou.

A Ministra impressionou realmente, não só pela sua postura política com relação à questão das mudanças climáticas, mas também com relação às ações que vêm sendo implementadas pelo Governo brasileiro.

O Presidente Lula lá esteve presente. Sua fala durou em torno de cinquenta minutos e foi de um brilho imenso. Ainda hoje recebemos vários *e-mails* da Europa, saudando o Presidente pela sua postura e saudando também a Ministra do Meio Ambiente Marina Silva pelas colocações que fez nesse grande fórum internacional de Parlamentares.

Faço hoje aqui apenas uma introdução do que lá foi discutido, porque eu preciso de muito mais tempo para falar daquilo que realmente foi...

(Interrupção do som.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, peço-lhe um minuto, por favor, para encerrar.

Eu dizia aqui que nós precisamos de mais tempo nesta tribuna para falar das discussões que foram aprofundadas com vistas ao pós-Kyoto, ao que se venha chamar de Kyoto 2 ou do nome que se queira dar, mas que virá, em 2012, com relação à proteção do meio ambiente.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Serys Slhessarenko, o Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senadora Serys.

Com a palavra, como orador inscrito, o Senador Mão Santa. S. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Alvaro Dias, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado.

Hoje cedo – adentra agora ao plenário Arthur Virgílio, candidato à Presidência da República pelo PSDB –, houve uma sessão de homenagem ao Dia do Aposentado. Senador Neuto de Conto, eu era o primeiro inscrito, mas tive de me deslocar. É como o Senado da República funciona. Fui chamado para a comissão de que faço parte, a Comissão de Assuntos Econômicos, e também para a Comissão de Educação para participar e para votar nomes indicados pelo Senhor Presidente Luiz Inácio. Passei a palavra para Alvaro Dias, o primeiro, e fui. Essa é uma história longa desta Casa. Daí eu discordar do Professor Cristovam Buarque.

Na Comissão era discutida a federalização do Banco do Estado do Piauí, e sabemos o quanto isso foi traumático. Deus, Cristovam, me fez colocar no Banco do Estado do Piauí, assim como Pilatos entrou no Credo. De repente, era o Governador do Estado do Piauí. O Governo Federal, na era Collor, fechou o Banco do Estado do Piauí. Era Governador do Estado Alberto Tavares Silva, que foi Senador e hoje é Deputado Federal. Depois, um extraordinário Senador do Piauí, que foi Governador e que me antecedeu, um dos melhores Senadores da história deste Senado, conseguiu reabrir o Banco do Estado. E eu o sucedi. Quero dizer que voltei muito à vontade, porque aquele Banco do Estado do Piauí era necessário. Aliás, um dos fundadores dele, Bernardino Viana, era o suplente de Petrônio e foi Senador quando Petrônio morreu. Por necessidade, ele se expandira, no passado, muito, em muitas cidades. Na reabertura, permitiram cinco agências. Quero crer que as tenha dobrado, para dez. Muito pouco para o que era no passado.

Então, fomos buscar, para dirigir esse banco, uma pessoa que eu nem conhecia. É assim com os governantes responsáveis. Ele havia sido Secretário de Finanças do Estado do Ceará no Governo Virgílio Távora. Exercia no momento a Presidência da Associação dos Bancos Privados do Brasil.

Com um currículo desse, o banco não deu problema, teve lucro. Depois, ele foi convidado a dirigir a Suframa. Ele mesmo indicou seu sucessor, um técnico gabaritado. O banco não nos deu problema. Graças à histórica honradez e à competência de seus funcionários, o banco sempre deu lucro. Mas o Governo Fe-

deral tinha uma meta: encampar todos esses bancos federais. Veio a exigência de que teríamos que dobrar o capital do banco. Isso seria impossível porque, quando governei o Piauí – ninguém escolhe a época de governar –, ele devia sete meses, que tivemos que parcelar em 24 meses.

O banco sempre deu lucro, cresceu, fazia o pagamento dos funcionários públicos e nos possibilitou também abrirmos um banco do povo igual ao do Professor Yunus, o Grameen, para os pequenos comprarem material de trabalho para a sua profissão. Foi um êxito total. Mas a exigência do Governo Federal era dobrar o capital. Tivemos que ceder, pois o Governo Federal, infelizmente, era mais forte do que o Governo do Piauí.

Foi permitida uma direção compartilhada. Mas nos preocupava o funcionário do banco. Essa era a nossa preocupação. Vem do grego que navegar é preciso, viver não é preciso. Lá, navegar é governar, enfrentar obstáculos, dificuldades. E nós navegamos. Pegamos os excedentes de funcionários e os colocamos, pelos seus méritos, por suas competências, na Secretaria de Fazenda, onde foram de grande utilidade e onde navegamos. Nessa época, havia um número muito, muito maior.

Mas a nossa preocupação foi hoje, quando estava o Deputado Federal, que foi Vice-Governador do meu Governo, do PCdoB, perguntando quantos funcionários ainda existiam. Uns duzentos. Nós nos preocupamos, porque achamos mais importante do que o dinheiro, do que o capital, do que ser privado, do que ser estadualizado, do que ser federal, o homem, o ser humano, o trabalhador. Duas centenas de funcionários. E esse projeto todo de encampação e de integração caiu na mão do nosso honrado irmão do Ceará, Inácio Arruda.

O Ceará tem muita identidade com o Piauí. Nós nos orgulhamos do Ceará porque ele foi o primeiro povo capaz de fazer a independência dos negros. E nós, o Piauí, o mais importante povo deste Brasil, fomos nós que expulsamos os portugueses em batalha sangrenta. Maranhão ficou com os portugueses; seria o país Maranhão, e veio o afilhado-sobrinho, Fidié, tomar conta desse novo país. Pedro I ficaria com o sul e o norte seria de Portugal. Nós enfrentamos uma batalha sangrenta, mas fomos buscar os irmãos cearenses, que lutaram conosco, morreram, e os piauienses tomaram a capital, o palácio, e foram para onde era seguro: o Maranhão. Gonçalves Dias estava na barriga da mãe nessa época que Fidié se refugiou em Caxias. Tanto é verdade que, na aposentadoria, esse herói militar português, que ganhou a batalha – nós éramos piauienses e cearenses contra o exército organizado –, pediu os

honorários da guerra. Então, o nosso bravo Senador Heráclito Fortes também anteviu essas preocupações, e nós estávamos juntos, com outro Senador, João Vicente, e saiu uma emenda. Só abrimos mão depois de ouvir não o Presidente da República, não o Ministro, não o Tesouro, não os poderosos, mas os pequenos.

Foi então que, numa audiência pública, concordamos que dois funcionários antigos, de 25 anos, e a mulher – eu disse para não dizer que tinha 20 anos, porque ela parecia ter 18 anos – contou que os funcionários estavam satisfeitos.

Devemos isso à sensibilidade de Inácio Arruda. Sem trauma, com a participação do Ceará, que tão bem representa, houve um final feliz, de tranqüilidade, para a família do servidor que estava há décadas sem uma solução.

O Sr. Inácio Arruda (Bloco/PCdoB – CE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É uma honra conceder um aparte para o Relator dessa transação. E mais: chega em R\$ 180 milhões para o Piauí.

Agora, Governador, não nos envergonhe para sair na **IstoÉ**. Os Senadores acharam que esse dinheiro deveria ser empregado no Porto de Luiz Correia, que começou com Epietácio Pessoa, na ferrovia, na ponte. Há oito anos, o Governo Federal constrói uma ponte; nós fizemos, no mesmo rio, uma ponte em 87 dias. Heráclito Fortes fez em 100 dias. No mesmo rio.

Agora, afastamos os “aloprados”, como Cristo, que disse “afasta de mim este cálice”, de corrupção.

Ouçõ o Senador Inácio Arruda.

O Sr. Inácio Arruda (Bloco/PCdoB – CE) – Senador Mão Santa, Sr. Presidente, sei que o tempo é breve, mas é preciso fazer dois registros. O primeiro é quanto à atitude dos Senadores pelo Piauí, que, em consonância com o Governo do Piauí, ligados aos sentimentos dos servidores públicos, discutiram... E essa discussão permitiu a apresentação de uma emenda do Senador Heráclito Fortes, subscrita por V. Ex^a, Senador Mão Santa e pelo Senador João Claudino, que resulta nesse esforço que V. Ex^a levantou: examinar e proteger os servidores, os funcionários do banco. Lembro-me de que, junto com V. Ex^a, lá atrás, foram eles os primeiros a levantar a bandeira contra o programa de privatização do banco. O resultado da privatização dos bancos mostra que os Estados receberam menos recursos... O Estado do Ceará recebeu menos recursos com a privatização do Banco do Estado do Ceará do que vai receber o Estado do Piauí e do que recebeu o Estado de Santa Catarina com a privatização de seus bancos. Então, foram os primeiros a se levantarem o movimento sindical do Piauí, o Governador do Piauí de então, Senador Mão Santa. O sindicalista, hoje Go-

vernador, da tribuna da Câmara, como Deputado Federal, entrou com uma ação na Justiça para impedir a privatização. Lá, no meu Estado, também dei entrada em uma ação e ganhamos a liminar. Mas, infelizmente, a pressão foi imensa. A liminar terminou caindo, e o banco, sendo privatizado. Acho que o resultado que V. Ex^{as} conseguiram no dia de hoje é uma vitória do povo piauiense, depois de uma luta longa. Um período longo de luta resultou nesse êxito fabuloso. O Banco do Estado do Piauí vai ser incorporado ao Banco do Brasil com vantagens adicionais, fruto da observação de V. Ex^{as}, pois os servidores precisavam ter proteção garantida já na resolução do Senado, sem esperar um tratado entre o Banco do Brasil e os funcionários. V. Ex^{as} resolveram a questão de imediato, aqui no Senado da República. Considero que V. Ex^{as} trabalharam de forma ajustada, ligada ao interesse direto dos funcionários e do povo piauiense. O Estado ainda leva para casa R\$180 milhões, dinheiro que – acredito – o Governador do Piauí, Wellington Dias, usará no porto e na ferrovia, tão importantes para o desenvolvimento do Piauí e do nosso Ceará, porque, se o Piauí se desenvolver, o Ceará também vai crescer. Muito obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradecemos. Fazemos nossas as palavras do Relator dessa transação importante. Não poderíamos deixar de citar, durante o período que governei, dois homens extraordinários: um já está no céu, morreu, Osias Furtado, Secretário de Fazenda no governo Virgílio Távora, do Ceará, e, depois, Presidente das Associações dos Bancos Privados. Eu não o conhecia. Ele teve que voltar para o seu Estado, dirigiu a Suframa. E ele mesmo indicou o seu sucessor, um técnico, daí ser possível, com essa vida, vamos dizer, de decência, de grandeza, do Banco do Estado lá, pelos seus, vamos dizer, bancários e seus diretores que aqui anunciamos.

Então, ô, Arruda, lá, o rico, o poderoso que financiou a Batalha do Jenipapo foi buscar um comandante cearense, em Viçosa, cujo nome não lembro. Ele era poderoso, o Simplício Dias da Silva, que estudou na Europa, e financiou, expulsou os portugueses, e V. Ex^a repete a história. V. Ex^a foi o verdadeiro comandante, dando um final feliz.

O Sr. Inácio Arruda (Bloco/PCdoB – CE) – Eu registro a presença nessa movimentação também do atual Deputado Federal, que foi Vice-Governador com V. Ex^a, Osmar Júnior, e que esteve hoje, a manhã inteira, dialogando exatamente com V. Ex^a sobre esses aspectos relativos aos funcionários e aos interesses do Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Então, eu queria deixar registrado apenas que nós do Piauí e do

Ceará conseguimos, no Senado Federal, um final feliz para os bancários do Banco do Estado do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Parabéns, Senador Mão Santa.

Com a palavra, a Senadora Ideli Salvatti, por concessão do Senador Eduardo Azeredo, que falará logo a seguir.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta semana deveremos ter um momento muito importante para o País e para o Congresso Nacional, quando o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá encaminhar, mais uma vez, uma proposta de reforma tributária, procedimento que ele já adotou em 2003, acompanhado dos 27 Governadores.

Esperamos que, quinta-feira, nós tenhamos a reprise do Presidente da República, juntamente com os 27 Governadores, encaminhando o projeto de reforma tributária.

Para poder entender o significado da chegada desse projeto de reforma tributária, com uma série de medidas importantes, que, semana passada, na reunião do Conselho Político, foram elogiadas por inúmeros líderes da base de sustentação do Governo, tanto na Câmara como no Senado, pela possibilidade concreta de virem a ser aprovadas, mesmo num ano eleitoral, eu queria falar sobre alguns elementos importantes que apontam para a obrigatoriedade, inclusive, de se aproveitar o bom momento do País, indiscutivelmente muito mais favorável para se aprovar uma reforma tributária.

Primeiro, a questão do crédito. A demanda de crédito subiu agora em janeiro de forma surpreendente, até porque janeiro é normalmente um mês em que o crédito tem um decréscimo da demanda e da oferta. E esse crédito aquecido em janeiro foi, inclusive, tratado pelos responsáveis pela área de crédito como se janeiro tivesse sido um verdadeiro “décimo-terceiro” de 2007, porque foi algo inédito, algo que surpreendeu a todos pelo volume e pelo aquecimento da demanda de crédito no País.

A Caixa Econômica, no seu balanço de 2007, apresentou o maior investimento em habitação dos últimos dez anos. Em 2007, a Caixa Econômica Federal aplicou nada mais nada menos que R\$37,2 bilhões – R\$21,5 bilhões em habitação e R\$15,7 bilhões em saneamento e infra-estrutura.

A construção civil, os fabricantes, a indústria da construção civil registrou em 2007 o maior crescimento dos últimos 20 anos, dos últimos 20 anos! O faturamento da indústria da construção civil cresceu 15,5%, algo em torno de R\$73 bilhões no ano passado.

Os Estados Unidos está vivenciando uma crise muito grave exatamente no mercado imobiliário, e, aqui no Brasil, o mercado imobiliário brasileiro cresceu em 2007 nada mais nada menos, Senador Sibá, que 96%, numa demonstração do quanto estamos independentes e num ritmo totalmente diferente do centro da economia mundial, que são os Estados Unidos.

Quanto ao emprego, tivemos um resultado surpreendente em 2007. Normalmente, no mês de janeiro, da mesma forma como acontece no crédito, o emprego tem uma tendência de queda, mas não foi o que aconteceu. No mês de janeiro, foram criadas 143 mil vagas com carteira assinada, um recorde para janeiro desde que o Caged faz o levantamento.

Se compararmos janeiro de 2008 com janeiro de 2007, veremos que houve nada mais nada menos, Senador Sibá, que 35% a mais de empregos com carteira assinada, gerados no início deste 2008.

Aliás, pelos dados do Caged, o Ministro Lupi até sinalizou que, se se mantiver este ritmo tão crescente de geração de carteira assinada, se consolida a perspectiva efetiva de nós termos um crescimento da economia em 2008 da ordem de 6% – um dado extremamente positivo, otimista.

Claro que a Oposição não gosta; ficam incomodados quando a gente vem com aquela história “nunca antes na história deste País”, mas nunca antes na história deste País nós tivemos uma condição em relação à dívida externa de sermos um País credor.

Desde quando Cabral pisou aqui, o Brasil sempre deveu para alguém. O Brasil sempre teve dívida, sempre se endividou. Não sei se vou ter tempo no meu pronunciamento, mas a **Folha de S. Paulo**, quando foi anunciado o zeramento da dívida externa, o fato de o Brasil estar colocado como credor, informou o que aconteceu nas últimas décadas, o que aconteceu em termos de endividamento na década de 70; na década de 80; em 1986, com o fracasso do Plano Cruzado; com a moratória da dívida em 1987; com o amplo acordo durante o Governo Itamar Franco; depois, com a crise asiática, repercutindo com Fernando Henrique tendo que pedir os empréstimos do Fundo Monetário Internacional e a repactuação da nossa dívida; em 2002, de novo; e o que aconteceu a partir de 2003. Mesmo renovando o acordo com o FMI em 2003, o Governo Lula não utilizou os recursos. Depois nós conseguimos zerar a dívida, e agora, com a nossa reserva e com os investimentos, criamos as condições de nos transformarmos em credor.

E foram décadas de dívida, foram séculos de dívida, eu diria até, e essa situação de país agora credor é algo que nos coloca numa perspectiva do grau de investimento, de nós podermos ter uma avaliação po-

sitiva, modificar o patamar de avaliação das agências de risco, com grande potencialidade, grande perspectiva de acontecer ainda em 2008. E todos nós sabemos que, ao acontecer isto, nós mudarmos o grau de avaliação, adquirirmos o **investment grade**, Senador Casagrande, vai-se beneficiar efetivamente o nosso aporte de investimentos internacionais, a diminuição dos juros, ou seja, o cenário econômico é de aceleração e de crescimento ainda maior da economia.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a permite um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Ouço com muito prazer o Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Primeiro parabeno V. Ex^a pelo pronunciamento. E quero acrescentar um dado muito importante que foi a Pesquisa CNT/Sensus. Todo o reflexo das informações que V. Ex^a nos traz na tarde de hoje corresponde àqueles números da popularidade, do grau de confiabilidade que a população tem tanto na gestão do Governo como também na pessoa do Presidente da República. Eu acho que, então, seria muito importante anexar esse indicativo ao pronunciamento que V. Ex^a faz. Agora, esse programa lançado na segunda-feira, que tem um objetivo claro de levar mais renda às populações desassistidas do campo, no Brasil, naquelas ainda ilhas de alta pobreza, semelhante àquilo que foi um sucesso do Bolsa-Família nas áreas urbanas, vai atender aos mais pobres da zona rural. Com investimentos dessa natureza – acredito que é também como V. Ex^a se sente – eu até brinco com alguns que é muito prazeroso poder subir à tribuna do Senado e falar de um Brasil tão diferente daquilo que a gente viveu por tão longo tempo.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Peça um aparte à nobre Senadora Ideli.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Prazeroso para nós, Senador Sibá, que damos sustentação às ações do Presidente Lula.

Eu queria, ainda, se o Senador Flexa Ribeiro permitir, abordar mais outro dado que está também nos jornais, agora recente, que trata da questão do investimento externo, estrangeiro. Nós tivemos, em 2007, o dobro do investimento. O dobro! Chegamos a 4,8 bilhões. Esse é o maior volume de investimentos externos que o Brasil tem desde 1947. Portanto, há sessenta anos que o Brasil não tinha um volume de investimento externo dessa magnitude como o que alcançamos.

Eu gostaria, se me for permitido, de conceder o aparte ao Senador Flexa Ribeiro e ao Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Nobre Senadora Ideli Salvatti, primeiro, quero festejar o retorno de V. Ex^a ao convívio dos seus pares.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu já estive aqui a semana passada. V. Ex^a que não me viu.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Mas não tive o prazer e a alegria de cumprimentá-la. Eu quero dizer que V. Ex^a está, eu diria, mais alegre, com as férias curtidas na Espanha e depois numa viagem à Rússia, que V. Ex^a me relatou. Vejo hoje V. Ex^a vir à tribuna e colocar esses números aí fantásticos, com os quais todos nós brasileiros ficamos satisfeitos. Houve mudança na legislação para os empréstimos imobiliários, além da queda de juros e também do aumento do prazo de crédito, que levaram a esse **boom** imobiliário, que é uma onda mundial.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Os Estados Unidos não estão nesta onda. Pelo contrário.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Eu me preocupo só que nós não tenhamos o mesmo problema que houve...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Flexa Ribeiro, seja ligeiro e termine o aparte.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Já vou, já vou. V. Ex^a vai me conceder um aparte. Agora, eu só quero cumprimentar V. Ex^a e pedir, para encerrar, o seu apoio como Líder do PT. Nós tivemos hoje aqui uma sessão muito bonita em homenagem aos aposentados. Existe o PLS nº 58, do nobre Senador Paulo Paim, do PT, que está travado na Comissão de Assuntos Econômicos, e o Relator é o Líder do Governo, o Senador Romero Jucá. Então, eu quero pedir o apoio de V. Ex^a, já que o País, graças a Deus, está com esses números fantásticos – V. Ex^a diz que nunca antes, desde 1945, e eu diria que até antes do descobrimento, quando Cabral vinha ainda para descobrir o Brasil, e nós festejamos esses números –, para que...

(Interrupção do som.)

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Quero pedir o apoio de V. Ex^a para que, na terça-feira próxima, o Relator, o Senador Romero Jucá, retorne à CAE com o projeto, para que aprovemos o PLS nº 58 e, depois, em Plenário, nós o aprovemos também. Com a interferência de V. Ex^a, em face da situação do País, que o Presidente Lula faça justiça com os milhões de aposentados que foram representados aqui no Plenário e que sofrem com o reajuste achatando os seus benefícios e as suas aposentadorias. Parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Mão Santa, eu tenho a solicitação do aparte do Senador Eduardo Azeredo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não, ele vai já usar a tribuna, está inscrito pela Liderança. Se V. Ex^a encerrar, ele virá à tribuna como Líder da Minoria.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mil perdões, Senador Eduardo Azeredo, mas não posso conceder até pela solicitação do Presidente.

Eu queria...

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Solicito apenas dois minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas V. Ex^a já vai falar.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Eu vou falar de outro assunto, Sr. Presidente. Eu só queria que a nobre Líder registrasse também os cumprimentos ao Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, que teve a grande iniciativa de converter o PT à responsabilidade fiscal, dando segmento às linhas básica da estabilidade econômica do Brasil. Então, ficam os cumprimentos a Henrique Meirelles, que teve esse papel fundamental.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Eduardo Azeredo, V. Ex^a me deu a condição de terminar o meu discurso, que, independente do aparte, ia terminar exatamente a partir do que V. Ex^a falou. Há uma colocação permanente de que o sucesso é porque nós fizemos exatamente o que o Governo Fernando Henrique fazia. E quero dizer que todos os indicadores aqui colocados...

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) -... demonstram, de forma inequívoca, que tivemos responsabilidade fiscal sim, tivemos compromisso com a estabilidade econômica sim, mas nós não seguimos a política ortodoxa de crescer primeiro para dividir depois. O diferencial fundamental entre a política adotada pelo Presidente Lula – e estão aqui os indicadores – é que nós ampliamos crédito, nós fizemos inclusão bancária, nós permitimos a geração de emprego, o aumento da renda, a recuperação do salário mínimo, a política de distribuição de renda através de programas sociais de vulto significativo, como é o Bolsa-Família; fizemos toda a parte de modificação da nossa política externa, diversificando as nossas exportações. Hoje, nós não dependemos...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Ideli, V. Ex^a vai para o 17º minuto. Eram

cinco minutos. Eu, por mim, passaria a tarde aqui, e o povo brasileiro, mas há outros inscritos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É que, como V. Ex^a tem sempre uma grande audiência, eu só quero que estenda o tempo um pouquinho aqui, só um pouquinho.

Então, para concluir, nós diversificamos a nossa política externa, diversificamos mercados, a nossa política de exportação; fortalecemos, na política externa, os emergentes, através do G-20, das ações na OMC, enfrentando os interesses dos Estados Unidos e da União Européia; nós modificamos, de forma frontal, o papel e a ação do Estado na indução do crescimento da distribuição de renda e da inclusão social. Hoje, o que sustenta este desenvolvimento, estes números não são apenas a responsabilidade fiscal e a estabilidade econômica, mas a distribuição de renda, o fortalecimento do mercado interno e a política externa adotada pelo Presidente Lula.

Portanto, os que dizem que seguimos a receita ortodoxa de Estado mínimo e exclusivamente de responsabilidade fiscal, até porque se alguém fez superávit primário para valer, inclusive em percentual maior do que o que foi feito anteriormente, fomos nós. Mas fizemos isso distribuindo renda, fortalecendo o mercado interno e dando oportunidades para o Brasil se fazer presente no cenário internacional, com vantagens para o nosso povo e para o nosso País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pois não. Não sei se o Heráclito tem a coragem de dizer, mas V. Ex^a ganhou muito em charme. Juscelino Kubitschek, em seu livro, diz que isso é fundamental na vida política.

Convidamos para usar da palavra, em nome do PSDB de Minas Gerais, Eduardo Azeredo, pela Minoria. Está aqui o documento.

Regimentalmente, V. Ex^a tem direito a usar da palavra por cinco minutos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se o Governo do PT tivesse seguido o que o PSDB vinha fazendo, estaríamos crescendo muito mais do que crescemos hoje. De maneira que, realmente, foi preciso que um Deputado eleito pelo PSDB assumisse o Banco Central para que as coisas se encaminhassem de maneira adequada.

Mas, Sr. Presidente, pedi a palavra para homenagear duas empresas nacionais de grande importância: a Embraer e a Helibras, ambas líderes em tecnologia na fabricação de aeronaves e motivo de grande orgulho para o País.

A Embraer, Empresa Brasileira de Aeronáutica, está completando 39 anos de existência como uma das maiores empresas aeroespaciais do mundo. Com experiência em projetos, fabricação, comercialização e pós-venda, a Embraer produziu mais de 4 mil aviões, operando em 69 países nos cinco continentes. Trata-se de uma significativa participação no mercado.

Em 2006, ano em que a empresa passou por uma reestruturação societária, as vendas atingiram o dobro das metas previstas, com 225 aeronaves e um aumento de US\$6 bilhões na carteira de pedidos.

A história da Embraer mostra ainda que, depois de sua privatização, em 1994 – mais um exemplo de privatização bem-sucedida – a empresa já foi a maior exportadora brasileira, entre os anos de 1999 e 2001. E foi a segunda maior, em 2002, 2003 e 2004.

Sediada em São José dos Campos, a Embraer tem quase 24 mil funcionários, sendo que 88% deles estão baseados no Brasil. A empresa também contribui para a geração de mais de 5 mil empregos indiretos.

São cinco unidades fabris no Brasil, além de subsidiárias e escritórios na China, Cingapura, Estados Unidos, França e em Portugal. Suas aeronaves voam em companhias aéreas civis e em organizações governamentais.

Esses são apenas alguns dados que mostram o espírito empreendedor que sempre norteou o trabalho da Embraer na busca da eficiência, na qualidade de seus produtos e serviços e, por que não, em sua lucratividade.

Em Minas Gerais, como não poderia deixar de mencionar, também temos o exemplo de empreendedorismo da Helibras – única fabricante de helicópteros da América Latina e subsidiária brasileira do Grupo Eurocopter.

Sua fábrica, inaugurada há 28 anos em Itajubá, no sul de Minas, tem hoje 14 mil m² e é responsável pela montagem, venda e pós-venda da linha Eurocopter no Brasil.

Para acrescentar, a Eurocopter foi criada em 1992 como resultado da fusão das divisões de helicópteros das empresas Aerospaiale – já sócia da Helibras – e a Daimler Chrysler Aerospace. A partir daí, tornou-se a nova matriz da Helibras, que é uma das quatro subsidiárias consolidadas do Grupo.

Desde a sua criação, a Helibras produziu e entregou ao mercado mais de 500 aeronaves. Hoje, da frota brasileira de 813 helicópteros em operação, 54%

são modelos fabricados no meu Estado. Essa qualidade também é comprovada em outros países sul-americanos, como Argentina, Chile, Bolívia, Paraguai e Venezuela.

Também é importante ressaltar que o Grupo tem atuação nos mercados civil – com modelos executivos, aeromédicos, de transporte, táxi aéreo, segurança pública e defesa civil. Nesse segmento, são 590 helicópteros em operação no Brasil, dos quais 300 são da Helibras. No mercado militar, a empresa detém uma participação maior ainda: 67% da participação, operando cerca de 150 das 223 aeronaves que compõem a frota nacional.

Caros colegas Senadores e Senadoras, também não poderia deixar de mencionar que, além do Grupo Eurocopter, a Helibras tem como acionistas a MGI Participações – pertencente ao Governo de Minas Gerais – e o Grupo Bueninvest.

Outro fato importante é que a empresa fornece toda a orientação técnica aos operadores.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Eduardo Azeredo, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – No Centro de Treinamento, localizado também em Itajubá, são desenvolvidos mais de 60 programas de formação, com modernos recursos. A Helibras/Eurocopter forma mais de 600 profissionais em seus programas.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Eduardo Azeredo, fico feliz de o senhor trazer aqui um dos orgulhos do Brasil, que é essa indústria aeronáutica cujo ponto-chave é a Embraer e, hoje, outro ponto em Minas Gerais. A meu ver, isso existe graças a dois fatores: o primeiro é a continuidade, governo depois de governo, de um programa voltado para desenvolver essa indústria aeronáutica; e o segundo é a educação. A gente fala muito na Embraer, mas, antes dela, foi, como o senhor começou o seu discurso, o Ita. Na verdade, foram fabricados por uma escola mais até do que por uma fábrica. Então, parableno-o, lembrando-lhe desse fato e da figura do grande Brigadeiro Montenegro, que teve a ousadia de levar adiante aquele projeto há 50 anos. Parabéns ao senhor, mas, sobretudo, ao ITA e ao Brigadeiro Montenegro.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque. Sem dúvida, se não fosse exatamente esse preparo na educação e na formação, não teríamos essa excelência que temos hoje numa área extremamente sofisticada que é a Aeronáutica. Lembro também a figura de Aureliano Chaves, um grande incentivador desse projeto de helicópteros em Itajubá.

Chega-nos agora a notícia, Sr. Presidente, quando já encaminho para concluir meu pronunciamento, de que o Governo Federal investirá nos equipamentos das Forças Armadas com helicópteros de grande porte. A previsão é que a Helibras fabrique esses helicópteros mediante a troca de tecnologia com a França. O anúncio foi feito pelo Ministro Nelson Jobim, que, recentemente, visitou o País na comunidade européia.

É importante que essa nova linha de fabricação se dê com a expansão do pólo mineiro da Helibras, que, como eu disse, já deu inúmeras demonstrações de capacidade e excelência no desenvolvimento de projetos e fabricação de helicópteros como os que serão destinados às Forças Armadas.

A Helibras é prova concreta de que investimentos são essenciais para o desenvolvimento do setor aeroespacial, em franca expansão no Brasil e no mundo.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Azeredo!

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sim, Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Se V. Ex^a me permite, é só para fazer um pequeno complemento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI. Fazendo soar a campainha.) – Senador Sibá, o companheiro de V. Ex^a, Tião Viana,...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Se V. Ex^a estava preocupado porque um quadro do PSDB foi ajudar no Banco Central, um quadro do PT foi ajudar na Helibras, o Jorge Viana. E vai haver um bilhão em investimentos nessa nova empresa. Com um acordo diferenciado com os franceses, vamos produzir os melhores helicópteros do mundo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Veja bem, Senador, como o PSDB...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sibá, o Senador Tião Viana estava acenando que não podia ter aparte. E eu fico fiel, embora mereça o louvor.

Eu pediria a V. Ex^a para encerrar, Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, o aparte dele é muito pertinente, porque o Governo de Minas é acionista e exatamente está de acordo com a presidência exercida por um ex-petista, ou por um petista, que dirige hoje o grupo Helibras, que é o ex-Governador Jorge Viana.

A Helibras, portanto, vai consolidando a região sul mineira com um verdadeiro pólo aeronáutico. São, a Helibras e a Embraer, empresas nacionais que se consolidaram a partir de empreendimentos estatais e que, por seu valor para a nossa economia e para o

desenvolvimento tecnológico do País, merecem, além de homenagens e respeito, a preferência na aplicação dos investimentos.

Era o que eu tinha a dizer hoje, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela oportunidade de aqui poder trazer estes cumprimentos à Embraer e à Helibras.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Hoje nós tivemos uma reunião extraordinária em homenagem ao aposentado. Muitos fatos belos ocorreram, mas, entre eles, teríamos de salientar o que eu detectei de beleza. O Sr. Edmilson Joaquim de Oliveira e a sua esposa, D. Terezinha, estavam ali, aposentados, com muito amor, dando exemplo de trabalho e amor.

A árvore boa dá bons frutos. São os pais do nosso funcionário José Edinilson Oliveira, a quem homenageio.

Chamamos para usar da palavra o Senador Alvaro Dias...

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros, do PMDB de Alagoas.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de agradecer a V. Ex^a, em primeiro lugar, e ao Senador Alvaro Dias, por me permitirem fazer uso da palavra neste momento

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, dois assuntos especiais me trazem aqui. Em primeiro lugar, é uma honra muito grande juntar-me aos que nesta data dedicaram especial e justa homenagem aos aposentados pelo transcurso do Dia do Aposentado, ocorrido no último dia 24 de janeiro.

Gostaria, desde já, de cumprimentar o ilustre Senador Paulo Paim, autor do requerimento que solicitou sessão especial nesta data. A ele me alio no sentido de render todas as honras aos aposentados do Brasil que estiveram hoje tão bem representados neste plenário, especialmente pelos nossos queridos servidores aposentados desta Casa do Congresso Nacional.

Muitas questões neste momento devem ser lembradas. Todos os que hoje gozam do benefício da aposentadoria contribuíram e muitos ainda contribuem para o desenvolvimento do nosso País. Foram e são os que com sua experiência e dedicação nos ensinaram os melhores caminhos do trabalho e da produção.

Sr. Presidente, hoje, no entanto, temos algumas reflexões a fazer, Senador Alvaro Dias.

O total de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) é de 21,8 milhões. Desses, mais de oito milhões ganham acima de um salário mínimo, embora tenham o reajuste de seus benefícios sido inferiores ao reajuste concedido ao salário mínimo.

Em 2007, esses mais de oitocentos milhões de aposentados e pensionistas do INSS ganharam reajuste de apenas 3,3%, enquanto a correção do salário mínimo, no mesmo período, foi de 8,57%. Aqui faço um parêntese para dizer com muita satisfação que, como Presidente do Congresso Nacional, constituímos uma comissão especial que foi responsável pela propositura de uma política definitiva, que permitiria a recuperação do poder de compra do salário mínimo.

Precisamos, portanto, corrigir, de maneira equilibrada, essa distorção. Caso contrário, os aposentados pelo INSS poderão estar recebendo, em poucos anos, apenas o valor do mínimo, mesmo quando se aposentarem com valores maiores, com valores superiores.

Devemos, como compromisso público, Senador Alvaro Dias, avançar na discussão sobre a efetiva necessidade de continuarmos adotando o fator previdenciário.

Realmente, a aplicação do fator previdenciário encerra algumas irracionalidades. Uma delas aqui apontada, pela manhã, pelo Senador e Presidente da Casa, Garibaldi Alves Filho, e também levantada pelo querido Senador Paulo Paim, é que estranhamente o valor da aposentadoria tende a cair à medida que aumenta a expectativa de vida do trabalhador.

Ora, isso não tem o menor sentido! Seria condenar financeiramente os aposentados por causa das melhorias do bem-estar da população.

Tenho absoluta certeza de que contaremos com a colaboração do Ministro Luiz Marinho, no sentido de corrigirmos definitivamente essa distorção.

De minha parte, Sr. Presidente, estarei à disposição do Senado Federal e do meu partido para deliberação de todas as matérias que propiciem uma política previdenciária racional, mas, acima de tudo, justa e fundada na garantia dos direitos adquiridos.

Sr. Presidente, ainda com a aquiescência do Senador Alvaro Dias, gostaria de dizer que recebemos com muita tristeza e com muito pesar a partida do Senador Jonas Pinheiro.

No seu segundo mandato de Senador da República, Jonas Pinheiro deixa uma lacuna na vida pública do Brasil e do Mato Grosso. Jonas Pinheiro marcou a vida pública e pessoal pela simplicidade e proximidade de sua gente, sobretudo da gente do campo. Esses traços de simplicidade somados ao da energia vêm da educação que recebeu do pai, um humilde pescador, cujos ensinamentos foram centralizados na honestidade e também no trabalho.

Mato Grosso sempre estimou Jonas Pinheiro. Foram quase 613 mil votos que o trouxeram novamente ao Senado da República em 2002. Isso revela o justo reconhecimento do seu povo ao incansável

trabalho de um homem que adotou o campo e a sua gente como a grande bandeira de sua atuação política e parlamentar.

Homem de palavras diretas e sem rodeios, Jonas Pinheiro afirmava que: "O povo é simples e quer coisa simples: quer alimento, quer vestuário e quer moradia; quer também escolas e hospitais; mas, antes de tudo, o povo quer trabalho. Afinal de contas o povo anseia desesperadamente por dignidade".

Jonas nunca se apegou à retórica fácil. Em artigo recente, publicado em um jornal de Cuiabá, o Diretor-Geral do Senado, Dr. Agaciel da Silva Maia, resgatou texto que bem revela o pragmatismo de Jonas Pinheiro. Peço a permissão de V. Ex^a para reprisá-lo aqui.

Dizia o eterno Jonas:

Não se melhoram as condições de vida de um povo apenas com frases de efeito ou com boas intenções. Devem ser postas de lado a retórica, as especulações abstratas, a declamação demagógica, e tomadas, com firmeza e reconhecimento de causa, medidas severas e plausíveis a fim de sanear esse descompasso que está havendo entre o trabalho e a renda do campo, a fim de que os problemas ali existentes sejam enfrentados com objetividade.

Já encerro, Sr. Presidente.

Exatamente neste momento, quero encerrar estas breves palavras para reafirmar que, no Senado Federal, tive o privilégio de conviver com um grande homem, o Senador Jonas Pinheiro, que orgulha o Brasil e o Mato Grosso, seu Estado de origem.

Quero juntar-me, na saudade e no sentimento de perda, aos homens e mulheres, como os Senadores Serys Slhessarenko e Jayme Campos, que puderam compartilhar a amizade singela e respeitosa de Jonas Pinheiro.

À esposa e amiga dedicada, a ex-Deputada Celcita Pinheiro, e aos seus filhos Giorgio Pinheiro e Giani Antonia, minhas sinceras condolências.

Com esta singela homenagem, quero demonstrar o meu mais profundo respeito pelo legado exemplar deixado por Jonas Pinheiro a esta Casa.

Sr. Presidente, a coragem política de Jonas Pinheiro e o seu compromisso com a coisa pública são dignas da minha mais verdadeira admiração.

São essas sementes plantadas por Jonas Pinheiro que precisam ser levadas em consideração, para que façamos delas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma inspiração para as nossas caminhadas na política e nas nossas vidas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agradecemos a paciência e a compreensão do Senador Alvaro Dias, que já se encontra na tribuna aguardando para usar da palavra, ele que representa com tanta grandeza o Estado do Paraná. V. Ex^a pode usar da palavra pelo tempo que achar conveniente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Casa debate dois temas essenciais para o futuro do País: o combate à corrupção e a reforma tributária. Hoje mesmo, ouvimos desta tribuna com o brilhantismo de sempre o Senador Cristovam Buarque fazendo a análise do que significa para o País a corrupção. Ouvimos também o desencanto do Senador Jefferson Péres na esteira do que colocava Cristovam Buarque, mais uma vez reiterando as razões de anunciar o fim da sua trajetória política para breve.

Temos de ser resistentes. Mais do que isso, temos de persistir no combate implacável à corrupção. Não há mal maior para este País do que ela. O Brasil desperdiça oportunidades preciosas de crescimento, de geração de emprego, de renda, de receita pública, de desenvolvimento econômico e social, porque, todos os anos, grandes conglomerados estrangeiros deixam de investir em nosso País, porque procuram países com os menores índices de corrupção para realização dos seus investimentos.

A transparência internacional, anualmente, apresenta para o mundo os índices de corrupção envolvendo as nações, colocando sempre o Brasil numa posição desconfortável para todos nós; posição que afugenta os investimentos produtivos que aqui poderiam ser realizados, fazendo com que este País pudesse alçar vãos maiores na busca do seu desenvolvimento.

Essa transparência internacional revela um dado precioso para a análise do que significa para o povo brasileiro a corrupção. Se tivéssemos o mesmo índice de corrupção da Dinamarca, por exemplo, a nossa renda *per capita* seria 70% maior do que é hoje, ou seja, o brasileiro estaria ganhando 70% a mais do que ganha, e um terço da imensa dívida pública brasileira se deve sobretudo à corrupção.

Faço um parêntese porque, há pouco, a Senadora Ideli Salvatti empolgava-se com o fato de que o Brasil, hoje, possui reservas cambiais superiores à dívida externa.

Há muito tempo a dívida externa deixou de ser o nosso principal problema. O grande, o dramático, o perverso problema é a dívida interna. Tanto o é que, de 2003 a 2007, o Governo Lula despendeu US\$517 bilhões em juros e serviços da dívida, e investiu apenas US\$39 bilhões. Portanto, não devemos vender a

falsa ilusão de que este País não deve mais. Fica a impressão, diante de tanta comemoração, de que o Brasil deixou de ser devedor e passou a ser um País credor, e isso não é real. A dívida interna brasileira é impagável. Não há como pagá-la a curto e médio prazos. É preciso competência para administrá-la.

A outra questão essencial para o futuro do País é a busca de um modelo tributário compatível com a nossa realidade econômica e social. É a instituição de um modelo tributário moderno, capaz de promover crescimento econômico e distribuição de renda adequada. O que temos é atrasado, superado há longo tempo. Eu diria que é um modelo que não faz jus nem mesmo à condição de País de terceiro mundo que ostentamos.

É um modelo incompetente e, ao lado da corrupção, é a causa maior do crescimento insuficiente do nosso País nos últimos anos, muito aquém do crescimento que se verifica nos países emergentes.

O Governo chama a Oposição para discutir reforma tributária.

Creio, Senador Jefferson Péres, que a Oposição não deveria aceitar o convite para debater reforma tributária no Ministério da Fazenda. Afinal, não queremos um modelo para este Governo, queremos um modelo para todos os governos, queremos um modelo para o País. E é com o Brasil que temos de debater reforma tributária. O palco para esse debate é o Congresso Nacional. Aqui, devem comparecer governos estaduais, prefeituras, especialistas em política tributária e, sobretudo, os representantes de entidades de todos os segmentos da economia no País.

O debate deve-se travar, sobretudo, com a sociedade. É evidente que o Governo deve participar dele, mas deve participar aqui, neste palco, no Congresso Nacional, nas audiências públicas que, por certo, se realizarão para ouvirmos o Brasil, todos os segmentos da economia, neste cenário de contradições incríveis, num País-continente, que estabelece, a cada momento, o confronto de interesses.

Os especialistas já bombardeiam a proposta do Governo. Seria cansativo fazer a leitura, aqui, da opinião de todos aqueles que já se manifestaram, de Ives Gandra, passando por Cláudia Petit, Sacha Calmon e tantos outros tributaristas, que apontam distorções e equívocos na proposta apresentada pelo Governo. Todos eles apresentam uma preocupação que deve ser a nossa prioridade: a proposta do Governo aumentará a carga tributária.

Seria inadmissível realizar uma reforma tributária para sobrecarregar, ainda, os setores produtivos deste País, já esmagados por uma carga tributária exorbitante.

te. Não há como se falar em reforma para aumentar a carga tributária.

Eu leria até, por entender ser curioso, o que escreve um grande jornal que reflete uma opinião internacional a respeito do nosso País.

Diz o **Financial Times**, em sua edição recente desta terça-feira, que, no Brasil, “as grandes companhias empregam exércitos de advogados para guiá-las através do labirinto de regulamentações. Mas, ao se depararem com tal complexidade, muitos pequenos empresários ou vão à falência, ou mergulham na “informalidade” – um termo muito utilizado no Brasil como um eufemismo para a sonegação de impostos.”

O jornal destaca, ainda, que “o fardo fiscal no País vem aumentando sistematicamente nos últimos anos, tendo chegado a um patamar de cerca de 37% do PIB (Produto Interno Bruto), tão elevado quanto o de muitos países desenvolvidos, sem entretanto resultar na qualidade dos serviços oferecidos por estes países.”

Essa é a grande diferença, Senador Jefferson Péres. Quando, aqui, se alardeia que a nossa carga tributária é inferior à de alguns grandes países, não se complementa com a afirmação de que, naqueles países, a população recebe serviços públicos de extraordinária qualidade, ao contrário do que ocorre entre nós, brasileiros.

Prossegue o jornal britânico: “o atual sistema baseia-se bastante nos impostos sobre as transações comerciais que são ocultos do consumidor no ponto de venda, de forma que, no Brasil, os pobres pagam proporcionalmente mais impostos do que os ricos.”

Essa é a essência do modelo praticado no País. Os pobres pagam mais do que os ricos, porque...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ... o nosso modelo tributário é regressivo, não é progressivo.

Nesse cenário, Sr. Presidente, todas estas distorções são responsáveis pelos desestímulos aos investimentos produtivos, bem como pela insegurança jurídica, sem falar no alto nível de sonegação e elisão fiscal. Nesse ambiente, o que floresce, realmente, é a informalidade. Essa denominação, como diz o jornal britânico, é um eufemismo para esconder, na verdade, a grande sonegação que há em nosso País.

Sr. Presidente, que o Governo aceite esse debate, que o Governo prossiga nesse debate, mas que esse debate se trave no cenário adequado, já que queremos um modelo tributário para o futuro do País e não apenas para o horizonte temporal do Governo Lula.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Queremos um modelo tributário moderno, capaz de promover o

desenvolvimento econômico do Brasil, e justiça social para o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos, como Líder do Democratas. A seguir, concederei a palavra à Senadora Fátima Cleide.

Voltaremos com a lista de oradores inscritos com a Senadora Marisa Serrano.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a a minha inscrição pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está inscrito, assim como os Senadores Expedito Júnior e Sérgio Guerra, na condição de Líderes.

Tem a palavra o Senador Jayme Campos. V. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela Liderança do DEM. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Tião Viana.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei rápido na minha fala.

Nesta oportunidade, quero comunicar, neste meu pronunciamento, que apresentarei um projeto de lei. Daí por que ter de me dirigir a V. Ex^{as}, ilustres Pares desta Casa.

Poucos brasileiros foram tão sintonizados com seu tempo e sua gente quanto o Senador Jonas Pinheiro. Sua decantada simplicidade era mais uma virtude daqueles que têm o dom de interpretar a alma do povo com precisão e requinte. Jonas sabia enxergar, com lucidez, os anseios populares, identificando neles alternativa para construção de uma sociedade produtiva e justa. Foi assim que abraçou a causa da agricultura nacional. Principalmente porque viu nela um meio de levar qualidade de vida e desenvolvimento para o homem do interior brasileiro.

Sua luta incansável pelo campo, que teve no início num momento em que ainda havia enorme preconceito sobre o tema, resultou da inserção do setor primário como a principal atividade econômica do País na balança comercial.

Esse trabalho profícuo realizado pelo setor rural, obviamente resultou em conseqüências positivas nas áreas da indústria, do comércio e de serviços. Jonas Pinheiro conseguiu juntar os interesses do meio agrário

com o segmento do meio urbano, justamente por isso seu *slogan* era “o Senador do campo e da cidade”.

Não por acaso, Jonas foi homenageado, informalmente, com o título de patrono da Agricultura brasileira. Láurea concedida não por organismos ou instituições, mas por agricultores, pecuaristas e trabalhadores rurais, homens que, como ele, conhecem os segredos da terra, sabem o valor e o suor do peso das mãos calejadas na lida do campo. Jonas Pinheiro era defensor desta área. Entendia como poucos o coração dos trabalhadores que aram o chão deste imenso Brasil.

Sua trajetória no Congresso Nacional foi marcada pelas grandes conquistas para a agropecuária nacional. Suas teses em favor do homem do campo tornaram-se verdadeiros tratados que, hoje, sustentam o prestígio internacional do agronegócio do País.

Mas, Jonas representava mais que uma voz isolada que vinha dos grotões; ele possuía uma visão estratégica sobre o desenvolvimento do País, que foi clareando com o passar dos anos e com sua militância incessante por uma sociedade mais justa e igualitária. Por isso, pela sua franqueza e pelo rigor técnico de seus argumentos, sua pregação pelo setor produtivo alcançou tamanha repercussão.

Jonas foi um predestinado. Um vencedor. Filho de pescador, desde cedo aprendeu a fisgar seus objetivos com determinação e coragem. Jonas é um exemplo de retidão e caráter. Um brasileiro que fará falta para o País.

Ilustre Senador Geraldo Mesquita, fiz política ao lado de Jonas Pinheiro durante três décadas. Jamais ouvi dele uma palavra desleal ou agressiva. Nunca vi, de sua parte, uma atitude desonesta. Era um homem de sentimentos nobres e postura honrada.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu poderia ficar horas e horas, neste plenário, enaltecendo as qualidades deste bravo parlamentar mato-grossense, que deixou uma lacuna insuperável nesta Casa.

Mas, o que me move hoje a esta tribuna é o desejo de consagrar uma homenagem permanente e relevante a esse grande brasileiro.

Nesse sentido, apresentei à Mesa do Senado Projeto de Lei, denominando “Senador Jonas Pinheiro” a rodovia BR-163, que demanda o trecho que liga Cuiabá a Santarém, ilustres Senadores Mário Couto e Flexa Ribeiro. Trata-se da grande via da produção do Centro-Oeste brasileiro. Muitos dos sonhos de Jonas de colher no futuro um país rico, de um povo próspero, estão plantados junto com as lavouras de grãos e invernações na área de influência da BR-163. Nada mais justo, então, que designar seu nome para batizar essa tão importante rodovia.

Peço apoio a todas as Sr^{as} e os Srs. Senadores nesta homenagem ao Senador Jonas Pinheiro.

Tenho, aqui, cópia do Projeto de Lei que apresentei no sentido de transformar a BR-163, trecho que liga Cuiabá a Santarém, em BR-Senador Jonas Pinheiro.

Eram essas, Sr. Presidente, minhas palavras
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Presidência incorpora integralmente as palavras de V. Ex^a como uma justa homenagem ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide; a seguir, a concederei à Senadora Marisa Serrano.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria, na tarde de hoje, de iniciar o meu pronunciamento saudando o Governo Federal, o Presidente Lula e o Ministro Cassel, pela feliz iniciativa de lançar o Programa Territórios da Cidadania. Na Amazônia, Sr^{as} e Srs. Senadores, serão 13 territórios; no Estado de Rondônia, a região central do meu Estado, haverá 13 Municípios dentro do Programa Territórios da Cidadania. Serão R\$124,8 milhões destinados àquela região, que, no meu Estado, padece com os índices de desenvolvimento humano mais baixos.

Sr. Presidente, em outro momento, quero fazer uma saudação melhor a essa iniciativa, inclusive propondo que os Municípios da Amazônia que mais desmataram possam ser também beneficiados por esse Programa – eu o explicarei depois.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna, mais uma vez, repudiar a atitude autoritária do Governador do meu Estado, que – repito – , mais uma vez, atenta contra os trabalhadores em educação, e não é à toa. Os sindicatos dos trabalhadores em Educação no meu Estado, Rondônia, são, na realidade, os únicos focos de oposição, naquele Estado, aos desmandos praticados pelo Governador Ivo Cassol.

Quero informar, Sr. Presidente, a este Plenário, que, seguidamente, têm o Governador e a Assembléia Legislativa do Estado usado pacotes contra os trabalhadores em Educação. Desta feita, os Deputados da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, a mando do Governador, alteraram a Lei Complementar nº 265, de 23 de maio de 2002, que instituiu uma gratificação de incentivo ao magistério, equivalente a 33% do vencimento do professor. Para ter direito a esta gratificação, Sr. Presidente, basta o professor estar em sala de aula. Mas, os Parlamentares do meu Estado

conferiram caráter punitivo à lei: para cada falta, o professor perderá um mês de gratificação, Senadora Marisa Serrano.

Se faltar dois dias, perde dois meses de gratificação, e assim por diante.

Do tanto de autoritarismo já visto na postura desse governo; do tanto de atitude torpe que lança mão para administrar Rondônia; do tanto de desrespeito que pratica contra autoridades de outros poderes; e do tanto de patrimonialismo desbragado que pratica em benefício próprio e familiar, não tenho dúvida, Sr. Presidente: essa é mais uma retaliação. Vingativa retaliação, porque os trabalhadores em educação são, como já disse, a categoria mais organizada e sempre pronta a denunciar a corrupção praticada pelo Governador e seus asseclas.

São tenazes opositores a um modo de governar que coleciona graves processos em diversas instâncias judiciais e cujo titular está na mira da Justiça Eleitoral, acusado de comprar votos nas eleições de 2006.

Uma das denúncias, e que agora se configura verdadeira, diz respeito à contratação de prestação de serviços para a realização dos Jogos Escolares de Rondônia – Joer, dos anos de 2005, 2006 e 2007.

Vejam bem, Srs. Senadores, praticou-se a primeira vez em 2005. Como não houve oposição ou manifestação da Justiça, repetiu-se o desvio nos anos de 2006 e 2007.

Mas, felizmente, a imprensa rondoniense acaba de noticiar: estão indisponíveis, por conta do pagamento a empresas por serviços feitos pela Secretaria de Educação, os bens do ex-secretário Cezar Licório, do atual secretário Ednaldo Lustoza e da mulher do Chefe da Casa Civil, Marli Fernandes Cahula.

A Juíza Keila Alessandra Roeder, da 2ª Vara da Fazenda Pública, decretou, a pedido do Ministério Público, a indisponibilidade de bens de 23 pessoas.

Sr^{as} e Srs. Senadores, esse não é o governo que Rondônia merece. E certamente não é com mais retaliações patrocinadas pelos Governador que a categoria dos trabalhadores em educação deixará de reabilitar direitos e fazer denúncias sobre ilegalidades.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação já impetrou no STF uma Adin contra a lei que retira a gratificação dos professores estaduais em caso de falta.

Além disso, a última investida do Governador, que encontra abrigo no Parlamento, tenta impedir a liberação de funcionários eleitos para a direção dos sindicatos. É uma afronta à Constituição Federal, como é, igualmente, uma afronta à nova tentativa de se criar uma CPI para intervir no Sindicato dos Trabalhadores em Educação.

Outras ações judiciais estão sendo preparadas. O caminho seguro é a Justiça. É nela que estão depositadas as esperanças de grande parte da sociedade rondoniense, que não tolera tantas ilegalidades produzidas, ano a ano, pelo atual governo.

Sr. Presidente, para ser sincera com o Regimento da Casa, e como V. Ex^a esqueceu de anotar nosso tempo no painel, concluo meu pronunciamento pedindo que meu discurso seja dado como lido e publicado na íntegra, registrando, mais uma vez, o repúdio às atitudes autoritárias do Governo do Estado de Rondônia, não apenas – quem dera fosse – com os servidores do Sindicato dos Trabalhadores em Educação, mas com toda a população rondoniense.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA SRA. SENADORA FÁTIMA CLEIDE.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta tribuna, em diversas ocasiões, manifestei a convicção de que a educação é o instrumento mais eficaz e potente para o crescimento e desenvolvimento de uma sociedade. Na resistente esperança de sensibilizar gestores públicos descomprometidos com a educação, tenho dito também que os investimentos dirigidos ao setor, bem empregados, atrelados a políticas públicas consistentes, encaminham a nossa juventude para uma vida digna e produtiva.

Nosso grande inspirador, o mestre Paulo Freire, dizia que, se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.

Sr^{as} e Srs. Senadores, essa preocupação, entretanto, parece não sensibilizar o Governador de meu Estado, Rondônia. Ele demonstra franco desprezo pela educação. Em seu gene de administrador público habita um deserto de iniciativas destinadas à formação e capacitação do povo, sem nenhuma dúvida o mais valioso patrimônio de um país, de uma nação ou de um estado.

Já tive muitas provas de seu desprezo pela educação. A mais recente, e que mobiliza trabalhadores de Educação de Rondônia para uma paralisação geral no dia 12 de março, foi um pacote de leis aprovadas na Assembléia Legislativa, retirando direitos e benefícios da categoria. Isso vem ocorrendo paulatinamente em sessões extraordinárias, durante o ano passado, e agora, no início deste ano legislativo.

As leis alteradas, Sr^{as} e Srs. Senadores, são produto de manobra desleal e desrespeitosa para com os profissionais da educação, sujeitando-se o Parlamento rondoniense, mais uma vez, à submissão.

A vontade do governante mais autoritário que Rondônia já teve tem sido expressamente acatada. Registro, com orgulho, que os Deputados petistas Ribamar Araújo, Professor Dantas e Neri Firigolo recusaram-se a votar contra os trabalhadores da educação.

Uma das leis aprovadas, a que mais revela falta de compromisso do Governador de Rondônia para com a educação, é a chamada “Lei da Perseguição”. Assim denominada, de ponta a ponta do Estado, porque atinge em cheio a luta por salários justos e melhoria na qualidade de ensino.

Os Deputados, a mando do Governador, alteraram a Lei Complementar nº 265, de 23 de maio de 2002, que instituiu a Gratificação de Incentivo ao Magistério, equivalente a 33% do vencimento do professor.

Para ter direito à gratificação, basta o professor estar em sala de aula. Os Parlamentares conferiram um caráter punitivo à lei: para cada falta, o professor perderá um mês de gratificação. Se faltar dois dias, perde dois meses de gratificação, e assim por diante.

Sr^{as} e Srs. Senadores, do tanto de autoritarismo já visto na postura deste Governo; do tanto de atitude torpe com que lança mão para administrar Rondônia; do tanto de desrespeito que pratica contra autoridades de outros poderes e do tanto de patrimonialismo desbragado que pratica em benefício próprio e familiar não tenho dúvida.

Essa é mais uma retaliação. Vingativa retaliação, porque os trabalhadores em educação são a categoria mais organizada e sempre denunciaram a corrupção praticada pelo governador e seus asseclas.

São tenazes opositores a um modo de governar que coleciona graves processos em diversas instâncias judiciais e cujo titular está na mira da Justiça Eleitoral, acusado de comprar votos nas eleições de 2006.

Uma das denúncias e que agora se configura verdadeira diz respeito à contratação de prestação de serviços para a realização dos Jogos Escolares de Rondônia, Joer, dos anos de 2005, 2006 e 2007.

A imprensa rondoniense acaba de noticiar: estão indisponíveis, por conta do pagamento à empresas por serviços feitos pela própria Secretaria da Educação, os bens do ex-Secretário Cezar Licório, do atual Secretário Ednaldo Lustoza e da mulher do chefe da Casa Civil, Marli Fernandes Cahula.

A juíza Keila Alessandra Roeder, da 2ª Vara da Fazenda Pública, decretou, a pedido do Ministério Público, a indisponibilidade de bens de 23 pessoas.

Sr^{as} e Srs. Senadores, esse não é o governo que Rondônia merece. E certamente não é com mais retaliações patrocinadas pelo Governador que a categoria da educação deixará de reabilitar direitos e fazer denúncias sobre ilegalidades.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, CNTE, já impetrou no Supremo Tribunal Federal uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a lei que retira a gratificação dos professores estaduais em caso de falta.

Mas eu disse acima, no início de minha fala, que um pacote de leis foi aprovado, inclusive traindo negociações que – bem ou mal – vinham sendo mantidas entre a categoria e gestor da educação, para tratar do Plano de Carreira. O Plano foi alterado, jogando por terra tudo que havia sido acordado no duro e difícil diálogo que se desenrola há muito tempo.

Além disso, uma investida que o Governador tenta há tempos encontrou abrigo no Parlamento: impedir a liberação de funcionários eleitos para atuação em sindicatos. É uma afronta à Constituição Federal, como é igualmente a nova tentativa de se criar uma CPI para intervir no Sindicato dos Trabalhadores em Educação, Sintero.

Outras ações judiciais estão sendo preparadas. O caminho seguro é a Justiça. É nela que estão depositadas a esperança de grande parte da sociedade rondoniense, que não tolera tantas ilegalidades produzidas ano a ano pelo atual governo.

Rondônia é dirigido por um chefe de Estado autoritário, desrespeitoso, incapaz de compreender a competência dos poderes. Emprega diariamente um tratamento desqualificado para com autoridades constituídas. E aí de quem atrapalha sua trajetória de desmandos.

Com total despudor, utiliza a máquina de governo para inconfessáveis interesses, nela abrigando acólitos que vergonhosamente submissos se prestam a todo trabalho sujo: perseguição a funcionários públicos de carreira, fraude em licitações, coerção de autoridades e desvio de recursos.

Mas essa é outra história, e que merece um capítulo à parte. Vamos, em breve, relatar o trabalho da Justiça rondoniense sobre personagens da tropa do governador. Personagens que tiveram e têm uma participação operosa na engrenagem de enriquecimento ilícito com dinheiro público.

Finalizando, expresso minha completa solidariedade aos trabalhadores da educação, a sua incansável luta pela melhoria salarial e educação pública de qualidade.

Contem comigo.
Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Fátima Cleide, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A solicitação de V. Ex^a será atendida nos termos regimentais.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para uma breve indagação a V. Ex^a, de vez que tramita na Casa o PLS nº 121, de autoria do nobre e eminente Senador Tião Viana, que trata da regulamentação da PEC nº 29, que financia a saúde pública do Brasil, matéria de que fui Relator há algum tempo.

Tenho certeza de que V. Ex^a, dedicado como é à colocação de uma pauta mais rápida possível, dando velocidade à tramitação das matérias nesta Casa, dará prioridade, vez que o Governo Federal, através da própria Receita Federal, anuncia no *site* da **Folha** que, no mês de janeiro, houve um aumento de arrecadação de R\$10 bilhões. Enquanto isso, Sr. Presidente, perdemos R\$15 bilhões com a queda da CPMF. Perdemos R\$3 bilhões no mês de janeiro, mas, ainda assim, a Receita Federal foi capaz de demonstrar que este País tem preponderância, sem dúvida alguma, no que diz respeito ao seu desenvolvimento econômico, e houve um aumento de arrecadação de R\$10 bilhões somente no mês de janeiro.

Portanto, indago a V. Ex^a quando a matéria, que se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, entrará em pauta, devido à alta prioridade de seu andamento?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Antonio Carlos Valadares, respondendo a V. Ex^a, depois daquela reunião com a Bancada, a Frente Parlamentar da Saúde, e todas as entidades ligadas à saúde pública, reunião que contou com a presença do Senador Tião Viana, de V. Ex^a e de outros Senadores, estivemos com o Ministro da Saúde e com o Ministro do Planejamento. Tanto o Ministro Temporão quanto o Ministro Paulo Bernardo externaram o pensamento de participar, com as Lideranças desta Casa, de uma reunião para tratar do problema, devido ao impasse que se estabeleceu. Trago essa proposta dos Ministros e, posteriormente, eu gostaria de me reunir com o Presidente da Frente Parlamentar, com V. Ex^a e com o Senador Tião Viana, a fim de chegarmos a um consenso sobre isso.

É a informação que presto a V. Ex^a.

Concedo a palavra à Senadora Marisa Serrano.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas me associar ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares com relação à regulamentação da PEC nº 29, do nobre Senador Tião Viana. É preciso que o Senado Federal, Senador Tião Viana, agilize a aprovação de vosso projeto.

Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho e Senador Antonio Carlos Valadares, está demonstrado, pela arrecadação de janeiro de 2008, que foi superior à arrecadação de janeiro de 2007, corrigida a de 2007 pelo IPCA, e retirada de 2008 a CPMF de dezembro, que ainda tinha algo arrecadado em janeiro. Está provado que não houve queda de arrecadação pela derrubada da CPMF. Ou seja, não há por que a saúde ser penalizada. Há arrecadação suficiente, Senador Antonio Carlos Valadares, comprovada pela própria Receita Federal do Brasil.

Senador Tião Viana, V. Ex^a tem um aliado. E não apenas Antonio Carlos Valadares, mas acredito que todos os seus Pares aqui, para que agilizemos... E pedimos o apoio do Presidente Garibaldi Alves, que se tem colocado de forma independente na Presidência do Senado, para que votemos a PEC nº 29, para regulamentarmos, de vez, a questão dos recursos para a saúde no País.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra à Senadora Marisa Serrano.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Gostaria de levantar uma questão que estamos debatendo muito nesta Casa, embora a votação esteja sendo feita na Câmara dos Deputados. Vou falar um pouquinho sobre a TV Pública. Fizemos audiências, discutimos, mas farei algumas ponderações que considero importantíssimas.

Primeiro, a CNT/Census divulgou, no final do ano, que 76% dos brasileiros formam sua opinião através da televisão. Muito abaixo vem o rádio, com 8% – 76% a televisão, 8% o rádio, 7% a Internet, 6% os jornais e 0,7% as revistas.

Portanto, se a população brasileira forma a sua opinião por meio da televisão, daquilo que nela é veiculado – e isso é majoritário neste País –, preocupa-me muito a questão de como vamos votar a criação de uma TV pública, sem que o assunto tenha sido exaustivamente debatido pela comunidade brasileira, por todos

aqueles que têm a obrigação de acompanhar o que se passa no País. Principalmente, a partir do momento em que Governo escolheu a medida provisória como forma de colocar em discussão e votação essa questão nas nossas Casas, isso me preocupa. Não estou aqui fazendo juízo de valor, não estou dizendo se é bom ou ruim: estou colocando a preocupação com um organismo que é tão importante para a formação da consciência do cidadão brasileiro e que não tem sido suficientemente debatido.

Quero apresentar uma preocupação maior: a de que, no momento em que se fez uma medida provisória, todo um complexo começou a andar – a televisão já está constituída, já existe orçamento para essa televisão, convênios estão sendo executados, os conselhos e os debates estão sendo instituídos. Há um fato colocado: a televisão pública, a TV Brasil, está funcionando. E, se por acaso essa televisão, que legalmente é virtual, porque ainda não foi votada; que legalmente não existe, senão por meio de medida provisória, não for aprovada, como já aconteceu anteriormente, por exemplo, com a CPMF, no final do ano? Se isso acontecer, como fica uma televisão que já tem mais de dois mil funcionários, juntando-se a Radiobrás e a TV do Rio de Janeiro? Como fica uma televisão que já nasceu nesses moldes; que já tem, além dos R\$350 milhões no Orçamento, mais R\$150 milhões da Fistel, totalizando-se R\$500 milhões, para o seu início; que tem um conselho curador já instituído? Como fica? Eu me preocupo muito, quando vejo questões tão sérias como essa e que mexem muito com a população brasileira virem a esta Casa por medida provisória. Se a urgência e a relevância são, realmente, as bases de uma medida provisória, como fica aquela medida provisória que chega pronta a esta Casa e que versa sobre algo que já passou a existir, como se os Senadores e Deputados não tivessem mais nada a fazer, a não ser dizer “Amém.”?

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Permite-me um aparte, nobre Senadora Marisa Serrano?

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Permito o aparte, Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Nobre Senadora Marisa Serrano, V. Ex^a traz à tribuna um discurso da maior importância, como sempre. V. Ex^a trata da TV pública, matéria que é uma preocupação de todos nós, não pelo conteúdo, mas pela forma como chegou a esta Casa, como bem disse. Esse Governo não merece a confiança dos brasileiros e dos Parlamentares. Quero dar só um exemplo da utilização político-eleitoral que pode ser feita de uma TV pública, como V. Ex^a bem disse, induzindo-se a sociedade a formar opinião que não é verdadeira. No meu Estado – vou fazer um pro-

nunciamento sobre isso –, a Governadora se nega a ceder – por cessão onerosa – área da Funtelpa, para lá colocar o equipamento da TV Senado, para que essa seja aberta em Belém. A imagem da TV Senado em televisão aberta, e ela se negou por escrito. O Diretor da Secretaria de Comunicação do Senado, Dr. Helival Rios, mandou-me o material todo da troca de correspondência, porque eu tinha feito um pedido para priorizar Belém, no sentido de que tivesse TV aberta, e a Governadora negou. Por quê? Porque ela sabe que a TV Senado é um meio de comunicação visto por todo o Brasil, que, aberta no Pará, demonstraria aos paraenses as inverdades e a falta de gestão do seu Governo. Então, o que ela fez? Negou o espaço, mesmo sendo pago, e a TV Senado vai ter de ir, por meio de uma licitação pública, para uma área privada que queira alugar. Então, V. Ex^a tem toda razão de levantar essa dúvida, essa preocupação com a utilização política da TV Pública.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada.

Gostaria de falar ao Senador Flexa Ribeiro e aos companheiros que estão me ouvindo que, no final de semana, a **Folha de S. Paulo** fez uma entrevista longa com o Professor John Ellis, da Universidade de Londres, sobre a formação da BBC. Ele é um experto no assunto e disse que a BBC – todos aqui, principalmente aqueles que têm uma idade próxima da minha, que viveram e nasceram na época da Segunda Guerra e que acompanharam os fatos, sabem o que se passou –, assim como a TV estatal francesa e a RAI italiana, foi criada na época em que as televisões estavam começando e precisavam do apoio estatal.

A BBC foi criada antes da Segunda Guerra Mundial, e todo o empenho dos governos nos seus respectivos países, naquela época, era justamente para dar força a uma comunicação novel que estava se instalando e que precisava, sim, dessa força. Mas ele mesmo diz que hoje, com a grande gama de apoios, com a tecnologia que existe e com o grande número de televisores que há no mundo todo, neste mundo globalizado, é insustentável que o País ainda queira construir uma televisão estatal. Ele coloca isso. Uma televisão estatal fica amarrada principalmente às licitações para a compra de equipamentos, que, da noite para o dia, têm de ser renovados, e a agilidade de uma televisão hoje tem de ser muito grande, para que ela tenha sucesso e audiência, de modo que não seja apenas um traço na audiência pública.

O que me preocupa é saber por que temos tanta urgência em fazer uma televisão estatal, neste momento, no País.

O conselho curador dessa televisão se reuniu, pela segunda vez, agora em janeiro. Não estou aqui questionando as personalidades que fazem parte do conselho curador, embora não tenham sido escolhidas pelo seu nicho de atuação. Foram escolhidas pelo Presidente da República em que pese o gabarito e a força de cada um.

O que quero colocar para todos os nobres Pares é: sabem V. Ex^{as} para que o conselho curador fez uma reunião em janeiro? O conselho curador pediu à Presidente pluralidade de versões em toda a programação, porque, no programa *Ver TV*, no último dia 12 de janeiro, três debatedores disseram que a não-renovação da concessão à rede de tevê venezuelana RCTV pelo governo Hugo Chávez “era um ato normal e usual nas democracias”. O conselho curador reclamou, perguntando onde estava o contraditório: por que colocar só três debatedores que tenham a mesma visão e não a visão pluralista, necessária para que todos tenham vez e voz?

Ouçõ o Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senadora Marisa Serrano, falo apenas para aplaudir o discurso de V. Ex^a. Nós, seus colegas de Bancada, avalizamos de forma absoluta seu pronunciamento. Mas gostaria de destacar, sobretudo, que é lastimável que o Congresso não possa debater de forma mais intensa esse tema da TV Pública porque o Presidente da República opta por enviá-lo por meio de medida provisória. Isso significa dizer: “Não queremos o debate; não queremos mudanças; não queremos aprimoramento; queremos colocar a tevê no ar imediatamente, custe o que custar.” Não importa o modelo de tevê que se oferece à população do País. Portanto, na preliminar, sem discutir o mérito, já somos contra a proposta do Governo, porque é uma medida absolutamente inconstitucional, injurídica, não tem relação alguma com aqueles pressupostos básicos já conhecidos de todos: relevância e urgência. O que há é pressa do Governo em aparelhar o Estado convenientemente para os seus embates eleitorais futuros. Evidentemente, não podemos compartilhar com esse desejo do Senhor Presidente e do seu Governo. Medida provisória não. Dessa forma não. Se o Congresso Nacional quer realmente moralizar essa questão e impedir essa enxurrada de medidas provisórias, não pode aprovar uma medida provisória dessa natureza.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada, Senador Alvaro.

Para terminar, quero fazer menção a um fato que deve ser pensado por todos aqueles que fazem desta Casa que é. Quando se pensa em uma medida provisória para uma questão como essa é muito preocu-

pante para todos nós, porque começamos a direcionar a questão de uma maneira autoritária e que não condiz com tudo aquilo por que estamos lutando.

Fiz um levantamento de todos os projetos de lei dos Senadores que estão tramitando nas comissões desta Casa. Pedi para fazer também um levantamento na Câmara dos Deputados.

Quantas vezes nós estamos fazendo propostas legais de uma televisão aberta, que é concessão pública: TV Globo, Bandeirantes, Record; são concessões públicas. Temos a obrigação de legislar e de fazer com que essas televisões façam aquilo que seja importante para o País. Se nós queremos mais tempo para a cultura regional, como está na justificativa da criação dessa nova tevê, por que não fazer nas tevês que estão aí, que são concessão pública? E nós temos todo o direito de regulamentar.

Portanto, eu queria deixar aqui a todos essa questão: discutir todos os projetos de lei que estão na Casa, os que estão na Câmara dos Deputados e fazer aquilo que é melhor para o País, de uma forma clara e transparente.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigada.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para uma questão de ordem, com a palavra o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex^a desculpe a minha insistência, mas é necessário que se faça.

Hoje é terça-feira. Na terça-feira passada, V. Ex^a falou que deveria trazer uma solução para a criação das CPIs, inclusive a CPI solicitada por mim, que é a CPI do DNIT. Eu gostaria que V. Ex^a me desculpasse a insistência, mas se faz necessário insistir devido já ao tempo decorrido desde que colhemos as 37 assinaturas.

Eu gostaria que V. Ex^a pudesse se pronunciar a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Respondo a V. Ex^a, Senador Mário Couto, dizendo que abordamos hoje esse problema na reunião de Líderes, mas não chegamos a um consenso a respeito de como fazer funcionar as CPIs requeridas, que, no caso, são cinco. Todavia, nenhuma delas ainda foi lida. Já agora foi solicitada a CPI dos cartões corporativos.

V. Ex^a há de entender que é preciso haver um consenso das Lideranças, porque são elas que vão indicar os membros dessas CPIs. V. Ex^a há de compreender também que cinco CPIs não podem funcionar

simultaneamente. Algum critério haverá de ser estabelecido para que esta Casa possa compatibilizar o funcionamento das CPIs e o seu próprio funcionamento. A verdade é essa.

V. Ex^a, inclusive, pelo fator tempo, foi o primeiro signatário da segunda CPI. Da primeira CPI foi o Senador Romeu Tuma; V. Ex^a foi da segunda. Mas não houve ainda um consenso.

V. Ex^a também há de me dar razão quanto ao fato de que não posso resolver uma questão dessa natureza sem contar com o apoio das Lideranças, para que tudo isso funcione a contento.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Saiba V. Ex^a que, em hipótese alguma, eu gostaria de criar problema a V. Ex^a.

Fico satisfeito de V. Ex^a reconhecer que a minha solicitação foi a segunda. Já me dá uma tranqüilidade, porque acho que, dessa forma, poderemos estabelecer prioridades. E tenho certeza de que as Lideranças vão compreender o quesito tempo em relação às CPIs foram requisitadas.

Se V. Ex^a acaba de dizer que a minha foi a segunda, já fico satisfeito com o seu reconhecimento. E tenho certeza de que V. Ex^a vai expor isso ao Colégio de Líderes. Por isso, mais uma vez quero externar a minha confiança em V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço, Senador Mário Couto.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de comunicar a V. Ex^a que passa a ser uma exigência do PSDB, num futuro próximo, em prestigamento à iniciativa do Senador Romeu Tuma, a instalação da CPI da Petrobras. Todavia, S. Ex^a, de maneira muito cordata, concorda que é prioritária a investigação dos cartões corporativos. Portanto, aceita fazermos aquele escalonamento que hoje dizíamos a V. Ex^a que seria possível para que os trabalhos pudessem fluir em todos os seus campos possíveis de atuação.

Mas, Sr. Presidente, gostaria de transmitir à Casa informação que julgo muito relevante, do portal de notícias da Globo. A arrecadação somou, segundo a Receita Federal, R\$62,5 bilhões no mês passado, o que, descontada a inflação, e, portanto, em níveis reais, significa R\$10 bilhões a mais do que o mesmo mês do outro ano. E o mesmo mês do outro ano continha, no seu bojo, a arrecadação da CPMF. Ou seja, sem CPMF, a economia brasileira produziu R\$10 bilhões a mais em janeiro, num total de R\$62,5 bilhões.

Então caíram por terra todas aquelas invencionices: que prejudica a saúde, que prejudica não sei o quê.

Precisa de gestão, de seriedade. Cai por terra aquela história de que a prioridade era a saúde. Queriam dar tudo para saúde, porque fizeram o pacote econômico ou, mais exatamente, o pacote fiscal e não destinaram um tostão para a saúde.

Podiam ter dito: a prioridade é a saúde, então aumenta o IOF e joga tudo para saúde. Nenhum real para a saúde. Aumenta a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e nenhum real para a saúde.

Então peço que os **Anais** acolham essa notícia, porque é bom nós sabermos, primeiro, que não tomamos nenhuma atitude irresponsável; segundo, que fizemos algo que é bom para a economia brasileira; e, terceiro, está provada a desnecessidade da CPMF na nossa economia.

Agora, vou dizer a V. Ex^a o que disse hoje ao Ministro Mantega: com essa arrecadação aqui, Sr. Presidente, não sei se o Governo quer mesmo fazer uma reforma tributária. Não sei. Espero que a reforma tributária proposta pelo Governo não seja uma cortina de fumaça para desviar a atenção das acusações. Tomara que não seja.

Espero que não seja uma tentativa de jogar povo contra Congresso, porque, da outra vez, tentaram demonizar a Oposição no episódio CPMF. E a primeira demonstração de boa vontade do Governo, se é que quer mesmo fazer a reforma tributária, Sr. Presidente, vai ser não editar mais medida provisória alguma enquanto não se concluir a votação da reforma tributária em dois turnos na Câmara, depois em dois turnos no Senado. Passará pelo nosso crivo, em um debate que vai mexer com Estado contra Estado, setor econômico contra setor econômico, região contra região. Vai ser um debate muito intenso. Temos apenas quatro meses para fazer a reforma tributária. Ou seja, ou o Governo pára de mandar medidas provisórias, ou não está falando sério quando se refere à reforma tributária. Isso vai ficar claro já nas próximas semanas.

V. Ex^a, hoje mesmo, contou-me da reação maiúscula que teve quando o Ministro do Planejamento disse que precisaria mandar enxurradas de medidas provisórias para cá. Manda enxurradas, e não há tempo para se aprovar a reforma tributária.

Por outro lado, amanhã mesmo, quando formos apreciar três medidas provisórias – numa delas, a da Eletrobrás, descobrimos algo muito cabeludo que tem de ser esclarecido –, vamos ter horas e horas de debate sobre essa medida provisória que envolve a Eletrobrás. É de iniciativa do Deputado Eduardo Cunha, aquele que nomeou para Furnas. É bom; não escondo nada. Na nossa Liderança, há um funcionário que vai marcar o Deputado Eduardo Cunha, como o Garrincha, nos bons tempos: um zagueiro ali, em cima dele.

Então, assinou alguma coisa, queremos saber o que foi e por que foi.

Então quero saber exatamente as razões verdadeiras dessa emenda dele que facilita determinados consórcios da Eletrobrás. Vai ficar para amanhã esse debate.

Mas, por hora, que aguardemos a boa vontade do Governo, porque, com uma arrecadação tão farta assim, custa-me crer que esteja mesmo querendo a reforma tributária. Se quiser, vai ter a nossa ajuda sincera e real. Vamos ajudar o Governo a fazer a reforma tributária em nome do futuro do País, exigindo, em primeiro lugar, que demonstre boa vontade e não mande mais medida provisória para cá; e, em segundo, Sr. Presidente, que tome medidas que alcancem o Governo do Presidente Lula, não jogando supostas medidas de reforma para muito depois. Que sejam testadas essas medidas ainda nesse Governo, até para eventuais correções a partir do próximo período presidencial, que começa em 2011.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador João Pedro. Logo em seguida, concederei a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, não se esqueça de mim.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Faço um apelo, Senador João Pedro...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Serei breve, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – (...) e esse apelo é extensivo a todos os Senadores, porque temos de votar, ainda nesta sessão, uma matéria relativa a escolha de autoridade. Trata-se da indicação do Sr. Sérgio Henrique Sá Leitão Filho para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional do Cinema, Ancine.

Com palavra V. Ex^a, Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Serei rápido, Sr. Presidente, até para manter o quórum para a votação que precisamos fazer.

Não poderia deixar de registrar, com muito pesar, que, neste final de semana, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, houve mais um assassinato no Sul do Amazonas. No Município de Lábria, no ramal Jequitibá, o presidente da associação de moradores deste ramal, formado por populações tradicionais, Francisco da Silva, de 53 anos, casado, foi assassinado com um

tiro na testa, justamente porque as populações tradicionais resistem à exploração criminosa da madeira. Essa região do Sul do Amazonas é de floresta. Essa é a segunda liderança assassinada nestes últimos dois anos. O Sr. Gedeão foi assassinado em janeiro de 2006; agora, outro líder assassinado.

Espero que o Governo do Estado remeta para a região uma força policial. Vou participar mais este assassinato à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Enfim, neste meu registro, lamento e repudio a violência. Espero que providências sejam tomadas para evitar o assassinato das lideranças das populações tradicionais do Sul do Amazonas, no Sul do meu Estado, precisamente no Município de Lábria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino, depois ao Senador Sérgio Guerra e, em seguida, ao Senador Alvaro Dias.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem, apenas que V. Ex^a me oriente.

Estou inscrito para falar pela Liderança do meu Partido. Eu gostaria de saber se eu ainda consigo falar antes de V. Ex^a instalar a Ordem do Dia ou V. Ex^a já instalou a Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ainda não, mas da Ordem do Dia vai constar apenas essa escolha do Sr. Sérgio Henrique de Sá Leitão para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Cinema. Será um processo rápido, e V. Ex^a poderá falar após a Ordem do Dia.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Não há problema. Peço desculpas por haver atropelado o Senador Sérgio Guerra, que é quem mais entende de Orçamento no Congresso Nacional, para o bem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é muito a propósito do que V. Ex^a está tratando, a instalação das CPIs que já estão lidas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero deixar claro ao Plenário e a todos aqueles que nos ouvem...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador José Agripino, já foram lidas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Na reunião de Líderes de hoje foi tratado um assunto que, Senador Valadares, traduz muito mais do que um com-

promisso. É a credibilidade do Líder do Governo e do Presidente do Congresso.

E explico: era nossa intenção exigir como direito regimental – nós, Democratas, e, com certeza absoluta, os tucanos – que a leitura do requerimento entregue à Mesa Diretora na semana passada, pedindo a instalação da CPI só no Senado para investigar os cartões corporativos, fosse realizada hoje, já com bastante atraso.

Foi feito um apelo pelo Líder do Governo, Senador Romero Jucá, para que aguardássemos até às 2h da tarde de amanhã. O Senador Arthur Virgílio propunha que fosse lido imediatamente no abrir da sessão.

Fiz uma proposta conciliatória dando um prazo até às 6h da tarde de hoje, e o Líder do Governo pediu que, em vez de 6h da tarde, lhe fosse dado um prazo para até às 2h da tarde de amanhã.

É conhecido o posicionamento do Presidente do Congresso, Senador Garibaldi Alves Filho, que, com autoridade de Presidente do Congresso, demonstrou já, para conhecimento da Casa, a sua posição favorável ao entendimento para que, na CPI Mista, Câmara e Senado, que investiga cartões corporativos, fosse feita a distribuição do comando entre Governo e Oposição. E que, no Plenário, as forças partidárias se estabelecessem de acordo com as suas participações regimentais, ou seja, o Governo com ampla maioria no Plenário, e a Oposição apenas dividindo os postos de comando, Presidência com Oposição, relatoria com o Governo. Esta é a posição do Presidente da Casa: que seja feito o entendimento para que o comando seja partilhado e a investigação seja transparente.

Essa é a posição também do Líder do Governo; essa foi a posição colocada na reunião de Líderes do Líder do PSB, Senador Renato Casagrande; do Senador João Ribeiro, do PR, que tem posição semelhante; do Senador Zambiasi, Líder do PTB, que tem posição semelhante, e creio do Senador Francisco Dornelles, do PP. Ou seja, os Líderes presentes são favoráveis ao entendimento, assim como o Presidente do Congresso. O Líder do Governo na Casa pede 12 horas de prazo para trazer um entendimento – espero eu com êxito – para a tese dos dirigentes do Senado, dos Líderes e da racionalidade.

De modo que nós concedemos. Arthur Virgílio concordou, eu concordei, consultei a Bancada na Câmara. Agora, espero que o Governo, que é quem vai dar o aconselhamento para que o entendimento seja feito ou não seja feito, não subtraia do Líder do Governo esse pedaço de autoridade que ele sacou contra nós.

Na verdade, nós demos um cheque em branco ao Líder do Governo, e ele sacou a descoberto em matéria de credibilidade junto à Oposição; nós demos a ele o crédito para que fosse buscar, em nome da racionalidade e do equilíbrio, a instalação de uma CPI só, a mista. Demos mais um prazo, abrimos um crédito de confiança que se estende à posição do Presidente do Congresso. Não é possível que o Palácio do Planalto vá querer, não digo insultar, desmoralizar, mas contrariar todos esses seus correligionários e contrariar, mais do que isso, a racionalidade dos fatos.

De modo que quero dizer, Sr. Presidente, que aguardo com otimismo a expectativa de que o Líder Romero Jucá venha, em nome da racionalidade, compor, instalando uma CPI só para investigar cartões corporativos, com a Oposição. Do contrário, nós vamos fazer da instalação da CPI do Senado ponto de honra para a Oposição. Já que ela foi desrespeitada no âmbito do Congresso, nós instalaremos a CPI para investigar, democraticamente e com isenção, no âmbito do Senado. Para isso, contamos com V. Ex^a, que já tomou o compromisso de amanhã, impreterivelmente, ler o requerimento para que se tomem as providências de instalação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já há algum tempo eu venho fazendo uma série de comentários sobre a questão do Orçamento no Congresso. Já falei sobre isso várias vezes. Eu defendo o encerramento das atividades da Comissão Mista de Orçamento. Acho que, se por mais tempo ela for mantida, mais dificuldades, mais vulnerabilidades vão ser produzidas no Congresso, numa relação absolutamente comprometida entre Legislativo e Executivo.

No ano passado, aprovamos no Congresso Nacional uma resolução – um pequeno grupo se reuniu para trabalhar nisso e eu também. Essa resolução deu alguns passos positivos. No entanto, a prática deste ano comprometeu esses modestos passos.

Segundo uma das decisões tomadas, quem fizesse parte da Comissão de Orçamento em um ano dela não faria parte no ano seguinte, mas há uma fortíssima pressão para que essa decisão não se mantenha.

Eu sei que setores organizados na Comissão de Orçamento ameaçam inclusive com a não-aprovação do Orçamento se não cair essa orientação. O fato de um Parlamentar continuar, por mais de um ano, em uma Comissão dessas – ou em qualquer outra Comissão

– não é negativo em si. Ao contrário, interpretado com lucidez, ele é positivo na medida em que especializa pessoas em matérias relativamente complexas. Mas quando a estrutura, como eu sempre disse, está viciada, absolutamente viciada, manter o privilégio daqueles que estão lá é comprometer o funcionamento do Congresso Nacional em um limite que ninguém imagina.

Existe um grupo poderoso que se sobrepõe ao restante da Comissão, muitas vezes ao Relator e ao Presidente – “barricadas” foi a palavra que eu ouvi de pessoas responsáveis na Comissão de Orçamento. Esse grupo aprova arbitrariedades. Não vou falar de corrupção porque não tenho provas para isso, mas afirmo com toda clareza que há encaminhamento ilegal, imprudente, injusto, equivocado.

Por exemplo – o jornal **Folha de S. Paulo** fez matéria grande sobre isso ontem –, este ano introduziu-se um tal de anexo ao PPA. Esse tal anexo foi incluído na LDO e, depois, confirmado no relatório preliminar. Ele simplesmente autoriza o Relator-Geral a fazer Emendas de Relator para aprovar recursos para um pequeno grupo que, em grande parte, manipula a Comissão de Orçamento. É um privilégio absurdo! Todos nós podemos emendar conforme as regras dispostas e conhecidas: Emendas Individuais, Emendas de Bancada, Emendas de Comissão. Agora, porém, há também essas tais Emendas de Relator. Emendas de Relator só podem ser feitas no caso de omissões e erros para produzir sistematização, não para produzir privilégios, arbitrariedades e algo que não pode ser aprovado, mas é muito provável que seja: vantagens indevidas.

Há lá um anexo de quinhentos e tantos milhões que se transformou em Emendas de Relator no mesmo valor. Se o Congresso aprovar isso, é melhor o Congresso fechar, porque ele estará entregando a um pequeno grupo, a uma minoria absolutamente comprometida, recursos dos quais ele não tem o direito de dispor. Como se não bastassem os contingenciamentos, como se não bastasse a utilização do Orçamento para manter a maioria ou para conseguir votos, como se não bastasse a absoluta falta de prioridades no uso do dinheiro público, agora um pequeno grupo se impõe, muito mais do que no passado, para aprovar recursos que lhe interessa de maneira absolutamente comprometida.

Eu tenho convicção total e absoluta de que, ou damos um basta a essa situação – situação que se reproduz apenas de forma visível neste caso, mas que pode ser vista de várias maneiras, em vários locais e de várias formas –, ou não teremos o que fazer de nossos mandatos.

O Orçamento é a lei mais importante que nós aprovamos. As relações do Congresso com o Executivo, do Legislativo com o Executivo, são permeadas pelo Orçamento. Como aprovar isso? Como permitir um absurdo desses?

Acho que os partidos que estão aqui representados devem entender que não dá mais para continuar com o jogo que caracteriza a atual Comissão de Orçamento; independentemente das pessoas que estão lá, que são honradas, o seu conteúdo é comprometedor e não pode ser mantido. Se assim não procedermos, depois de dezenas e dezenas de afirmações, de denúncias, vamos nos preparar para a CPMI que está faltando, que é a CPMI do Orçamento. Essa está faltando.

Vamos investigar cartões corporativos. Tudo bem. Investigar ONGs também está certo, mas temos de investigar antes o que está sendo feito aqui no Congresso com a cumplicidade de muita gente, algo que é comprometedor e contaminado por corrupção. Tenho certeza de que essa medida, essa posição não pode prevalecer ao arrepio da decisão de tanta gente afirmativa, como o Presidente do Congresso e Presidente do Senado, o Senador Garibaldi Alves.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Peço a compreensão do Senador Dornelles, porque já havia sido solicitada a palavra pelo Senador Alvaro Dias, a quem concedo a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, gostaria de pedir a palavra pela ordem como membro da Comissão de Orçamento.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, eu e outros Senadores temos uma série de compromissos. A Ordem do Dia deveria ter começado às 16h e já são 17h40min.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei breve. Submeto a V. Ex^a o fato e fica a seu critério a convocação da Advocacia Geral do Senado para analisar providências que eventualmente possam ser adotadas a respeito.

Esta Casa aprovou a Lei nº 11.345 no ano de 2006 instituindo a Timemania. Fui autor de uma emenda com o objetivo de moralizá-la e o Congresso Nacional a aprovou. Essa emenda estabelece que só poderão se beneficiar dos resultados da Timemania os clubes

cujos dirigentes não tenham sido condenados em qualquer instância da Justiça.

Pois bem, Sr. Presidente, decreto que regulamenta a lei adotado pela Caixa Econômica Federal altera o conteúdo da lei aprovada pelo Congresso Nacional e permite que clubes com dirigentes condenados participem da Timemania, valendo-se dos benefícios dela decorrentes.

Alega a Caixa Econômica Federal, através de um dos seus porta-vozes, que a lei aprovada pelo Congresso é inconstitucional e que o decreto procurou corrigir essa inconstitucionalidade. Ora, Sr. Presidente, um decreto regulamentador não pode se sobrepor à lei que instituiu a Timemania. De outro lado, não tem a Caixa Econômica Federal ou o Poder Executivo prerrogativas do Supremo Tribunal Federal.

Não cabe à Caixa Econômica Federal deliberar sobre eventuais inconstitucionalidades. Exorbitou, portanto, quem redigiu e aprovou esse decreto de regulamentação da Timemania. Instituímos essa lei com o cuidado de impedir que os benefícios da Timemania fossem utilizados para tapar buracos abertos pela corrupção nos times de futebol e também com o cuidado de não premiar os desonestos.

Parece-me que essa atitude procura acobertar corrupção e proteger desonestos, fazendo-os beneficiários de uma lei que tem por objetivo sanar finanças dos clubes, exatamente porque a corrupção, lastimavelmente, destruiu as finanças de muitos clubes no Brasil.

Por essa razão, Sr. Presidente, houve um desrespeito a uma lei aprovada pelo Congresso Nacional. Não sei qual medida poderia ser adotada. Deixo isso a critério de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Alvaro Dias, logo darei conhecimento a V. Ex^a das providências que serão tomadas.

Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como membro da Comissão de Orçamento, quero tecer alguns comentários, reiterando inicialmente o maior respeito e a maior admiração que tenho por uma das mais ilustres figuras do Parlamento, o Senador Sérgio Guerra.

Fui testemunha do trabalho feito pelo Senador Maranhão e pelo Deputado Pimentel na Comissão de Orçamento. O Congresso surgiu no mundo para votar o Orçamento. A principal tarefa do Congresso é identificar anualmente o montante de recursos que é transferido do setor privado para o setor público, escolher as incidências cuja realização obrigam aqueles

que com ele têm direto relacionamento a pagar os impostos, estabelecer as diretrizes de aplicação desses recursos e fazer a fiscalização. Essa é a importância do Congresso.

Dentro desse contexto, considero da maior importância o fortalecimento da Comissão de Orçamento, que tem uma assessoria do mais alto gabarito, que tem os técnicos de maior competência nessa área e não somente do Congresso, mas da administração pública brasileira.

Concordo com o Senador Sérgio Guerra que, em qualquer assunto lá votado, transparente, temos condições de, inclusive, introduzir modificações no Senado. Mas quero apenas defender e dizer que o trabalho realizado pelo Deputado José Pimentel e pelo Senador José Maranhão foi da maior importância e transparência. Devemos nos orgulhar do trabalho ali realizado.

Qualquer assunto que realmente tenha de ser corrigido virá ao Plenário. E teremos todas as condições, inclusive com o conhecimento profundo que o Senador Sérgio Guerra tem da matéria – porque é um dos maiores conhecedores que temos de assuntos orçamentários –, para corrigir qualquer distorção que ali seja apresentada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro, vamos dar início, agora, à Ordem do Dia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É sobre a Ordem do Dia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex^a disse que, na pauta de hoje, teríamos apenas o processo de aprovação do nome do novo Diretor da Ancine, aprovado hoje pela manhã na Comissão de Educação.

Peço, com a concordância do Colégio de Líderes, que também colocássemos na pauta a votação da indicação da Desembargadora Kátia Magalhães Arruda para Ministra do Tribunal Superior do Trabalho. Seu nome foi aprovado na CCJ com pedido de urgência para tramitar no plenário. Que façamos as duas votações na Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a e informo que após a vo-

tação do primeiro item da pauta farei a consulta às Lideranças a respeito da sua solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item extrapauta:

PARECER Nº 96 DE 2008

(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 96, de 2008, da Comissão de Educação, Relator: Senador Francisco Dornelles, sobre a Mensagem nº 255, de 2007 (nº 939/2007, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. *Sérgio Henrique Sá Leitão Filho* para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com o disposto no art. 383, VII, combinado com o art. 291, I, e, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

Vamos abrir o painel eletrônico.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

Trata-se de uma matéria que, na reunião das Lideranças, conseguiu acordo de todos os Líderes partidários.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto a votação se processa, peço o comparecimento dos Senadores do PSDB ao plenário para cumprirmos o acordo de votarmos as autoridades que foram sugeridas por V. Ex^a, todas elas devidamente aprovadas nas Comissões temáticas da Casa.

Ao mesmo tempo, quero reforçar a denúncia gravíssima feita pelo Senador João Pedro, do meu Estado, a respeito de um assassinato – fato que não é prática no Amazonas – por um pistoleiro ou por alguns pistoleiros, no sul do Amazonas, no Município de Lábrea. Certamente foram grileiros de terra os responsáveis por isso. Mas, repito, Sr. Presidente, isso não é prática no meu Estado.

Hoje, no entanto, estamos vendo a pistologem no Estado do Amazonas, e com todos os danos que isso pode causar às pessoas que vivem da economia tradicional e, inclusive, ao equilíbrio ecológico da região.

Então, daqui, cobro providências enérgicas do Governador do Estado que não tem como não mandar para lá expressiva força policial de modo a prevenir novos crimes e a encontrar o culpado ou os culpados dessa barbárie.

Governar não é ficar batendo perna de um lado para o outro, mas assumir responsabilidades. E assumir responsabilidades, neste momento, é descobrir o criminoso e colocá-lo na cadeia, para que seja julgado de acordo com as leis brasileiras, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero apenas fazer um apelo para que toda a Bancada do Partido dos Trabalhadores possa comparecer ao plenário, a fim de que possamos apreciar a indicação do Sr. Sérgio Henrique Sá Leitão Filho, que é um acordo de todas as Lideranças. Gostaríamos, assim, da presença de todos para concluir a votação no mais breve espaço de tempo.

Recomendamos o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Faço um apelo ao Senador César Borges, ao Senador Cícero Lucena e ao Senador Tasso Jereissati para que exerçam o direito do voto.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Já votei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador César Borges, que informa que já votou.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, também já exerci meu direito.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Já votou o Senador Tasso Jereissati. Exerceu legitimamente seu direito de voto.

Consulto se algum Senador ainda deseja exercer o direito do voto. (Pausa.)

Está encerrada a votação.

Vou proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA**Senado Federal****PARECER Nº 96, DE 2008 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)**

Sr. SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE

1ª Sessão: 1
26/2/2008Num. Votação: 1
Hora Sessão: 14:00:00Abertura: 26/2/2008 17:45:53
Encerramento: 26/2/2008 17:53:39

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
EM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou
SDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
EM	BA	ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	Votou
loco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
SDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
loco-PR	BA	CÉSAR BORGES	Votou
SDB	PB	CÍCERO LUCENA	Votou
DT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
SDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
EM	MG	ELISEU RESENDE	Votou
loco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	Votou
TB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou
loco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
SDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
loco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
MDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
MDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
MDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
EM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
MDB	AP	GILVAM BORGES	Votou
TB	DF	GIM ARGELLO	Votou
EM	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
loco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
loco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
MDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
EM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
DT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou
loco-PT	AM	JOÃO PEDRO	Votou
SDB	AL	JOÃO TENÓRIO	Votou
TB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
EM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
MDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
-SOL	PA	JOSÉ NERY	Votou
EM	TO	KÁTIA ABREU	Votou
SDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
loco-PR	ES	MAGNO MALTA	Votou
MDB	PI	MÃO SANTA	Votou
EM	PE	MARCO MACIEL	Votou
EM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou
SDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
MDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou
DT	PR	OSMAR DIAS	Votou
SDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
MDB	RJ	PAULO DUQUE	Votou
loco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
EM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou
loco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
TB	SP	ROMEU TUMA	Votou
MDB	MA	ROSEANA SARNEY	Votou
loco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
SDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
loco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
MDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
MDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou

Votos SIM : 47
 Votos NÃO : 05
 Votos ABST. : 02

Total : 54



Primeiro-Secretário

Presidente: GARIBALDI ALVES FILHO

Secretário: HÉLIO FERREIRA LIMA

Emissão: 26/2/2008 17:53:41

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votaram SIM 47 Srs. Senadores; e, NÃO, 05. Houve duas abstenções.

Total: 54 votos.

Aprovado o nome do Sr. Sérgio Henrique Sá Leitão Filho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – Ancine.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Consulto os Srs. Líderes, de acordo com solicitação do Senador Flexa Ribeiro, se será votado hoje, conforme decidido na reunião dos Líderes, a indicação da Dr^a Kátia Magalhães Arruda para compor o Tribunal Superior do Trabalho (TST) no cargo de Ministro Togado, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Gelson de Azevedo. Nossa preocupação se dá por que há necessidade de 41 votos favoráveis à aprovação da indicada para que ela componha o TST.

Senador Jefferson Péres, V. Ex^a concorda que a votação seja feita ainda hoje?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a concorda com a votação ainda hoje para a indicação da Dr^a Kátia Magalhães para o TST?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, eu estava recebendo uma aula de Direito Constitucional do Senador Jefferson Péres e não pude prestar atenção, mas concordo com isso, evidentemente. Trata-se de profissional qualificada que vai honrar essa alta Magistratura, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Consulto o Senador José Agripino.

Senador José Agripino, V. Ex^a concorda com a votação ainda hoje da indicação da Dr^a Kátia Magalhães para compor o TST?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Estou de acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Renato Casagrande, V. Ex^a também concorda com isso?

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Concordo, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, apenas quero anotar meu voto favorável ao Parecer nº 96.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O voto de V. Ex^a constará dos nossos trabalhos de hoje.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pediria que, na forma do Regimento, V. Ex^a se dignasse a mandar registrar minha participação na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Será atendida a solicitação do Senador Renan Calheiros.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, quero dizer a V. Ex^a e a todos os nossos Pares que sou absolutamente favorável à votação, nesta sessão, da indicação da Desembargadora do TRT do Maranhão para o Tribunal Superior do Trabalho. É essa a nossa posição. Lamentamos não estarmos presentes na última semana, quando da arguição na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para manifestar nosso desejo de que a votação ocorresse nesta tarde. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador José Nery.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, concordo com a votação. A Dr^a Kátia Magalhães, brilhantemente, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, teve seu nome aprovado praticamente por unanimidade. A votação hoje é de bom grado. Estamos de pleno acordo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Vamos votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item extrapauta:**

PARECER Nº 90, DE 2008

(Escolha de autoridade)

Discussão, em turno único, o Parecer nº 90, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, sobre a Mensagem nº 1, de 2008 (nº 998/2007, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação da Dr^a Kátia Magalhães Arruda para compor o Tribunal Superior do Trabalho no cargo de Ministro Togado, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Gelson de Azevedo.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, cumprimento V. Ex^a por atender o apelo e colocar a matéria em votação hoje. Os Tribunais têm importância vital. Há indicação de um membro já passado pela Casa e há dificuldade na votação.

Também quero cumprimentar as mulheres, porque, nas últimas votações, temos visto, com muita alegria, que o Tribunal Superior do Trabalho está sendo ocupado por mulheres, Senador Collor. Essa é uma grande vitória do sexo oposto, que está colaborando com a Justiça no sentido da defesa do trabalhador.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 111-A da Constituição Federal, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa. A votação deverá ser secreta, feita pelo processo eletrônico.

Em votação a matéria.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a despeito de a votação se realizar de forma secreta, quero registrar esse significativo esforço da Justiça do Trabalho de aumentar a participação das mulheres naquela Corte. São 27 juízes. Se, agora, aprovarmos essa indicação – tenho a convicção de que o nome da Dr^a Kátia será acolhido –, haverá cinco mulheres, num Tribunal de 27 representantes. Digamos que é muito pouco – a língua portuguesa me permite dizer que é “muito” e que é “pouco”; então, é muito pouco –, mas temos de destacar que são três mulheres nas quais votamos, seguidamente, para o Tribunal Superior do Trabalho nos últimos meses: uma goiana, uma mineira e, agora, uma maranhense de carreira, mas nascida no Estado do Ceará, Dr^a Kátia Arruda, que é uma personalidade feminina de grande expressão política.

A Dr^a Kátia Arruda participou ativamente como jovem estudante secundarista da organização dos jovens no Estado do Ceará, da juventude secundarista, num período difícil, porque ainda vivíamos numa situação de arbítrio, de dificuldades. Ali, ela dirigiu a União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas por dois mandatos; participou da diretoria do Diretório Central dos Estudantes, do Centro Acadêmico Clóvis Bevilá-

qua, da Faculdade de Direito da Universidade Federal; trabalhou como servidora pública no Estado do Ceará e no Estado do Piauí. Finalmente, toda sua carreira na Justiça do Trabalho se dá no Estado do Maranhão. Ali, ela é juíza, ascendeu ao posto de desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho no Maranhão. E é dali exatamente, do Estado do Maranhão, que é a indicada pelo Presidente da República para ocupar o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho.

Então, meu desejo é o de que ela seja acolhida, amplamente, por este Plenário do Senado Federal, para ocupar o posto avançado da Justiça trabalhista no nosso País, que é o de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero encaminhar à Mesa requerimento de pesar, assinado por mim e pelo Senador Eliseu Resende, pelo falecimento, em Belo Horizonte, do ex-Deputado Agostinho Patrus, que foi Deputado Estadual por seis mandatos e Presidente da Assembléia Legislativa de Minas. Ele era médico e foi Presidente da Associação Médica do Estado. Foi Secretário-Adjunto no Governo de Francellino Pereira, depois foi Presidente da Assembléia no período do meu governo e, mais recentemente, foi Secretário de Transportes e Obras Públicas do Governador Aécio Neves – e também já havia sido Secretário da Casa Civil ainda no meu Governo.

Desde 2005, Agostinho Patrus estava filiado ao DEM e deixa como herdeiro político seu filho Agostinho Patrus Filho, que exerce seu primeiro mandato.

Sua habilidade política, a seriedade e a busca permanente pelo consenso têm reconhecimento unânime de correligionários e de adversários, e, por meio da TV Assembléia, verificou-se gestão de muita transparência.

Dessa maneira, Sr. Presidente, eu queria encaminhar, com muito pesar, esta comunicação, para que seja enviada à sua viúva, a médica Orcanda Patrus, e aos seus filhos Agostinho, Breno e Lucas.

Eu, que tive o privilégio do seu convívio, como Deputado, como Presidente da Assembléia e, depois, como Secretário da Casa Civil, posso testemunhar a amizade, a lealdade, o cumprimento dos deveres, a obediência ao que tivesse sido acordado e o aprendizado legado por ele em buscar permanentemente o entendimento, fugindo do confronto.

Minas perde em sabedoria com sua ausência.

O Deputado Agostinho era também tio do Ministro Patrus Ananias e membro de uma comunidade de grande presença na sociedade mineira.

É, portanto, com muito pesar que trago esse comunicado ao Plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Peço aos Srs. Senadores César Borges, Gim Argelo, Cícero Lucena, Arthur Virgílio, Roseana Sarney, Mão Santa, José Agripino que exerçam seu direito de voto. (Pausa.)

O Senador César Borges já votou, bem como o Senador José Agripino e o Senador Arthur Virgílio.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, pela ordem, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, tem a palavra Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de acordo com a tratativa que V. Ex^a está tendo com o Presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, sobre a possibilidade de apressar a votação de alguns projetos nossos que já foram votados no Senado e que, inclusive, estão parados na Câmara, eu gostaria de fazer um apelo, para que pudéssemos tentar votar o projeto de transposição dos servidores do Estado de Rondônia. Aqui se fala tanto em transposição, mas essa é uma transposição dos servidores de nosso Estado.

Trata-se de uma PEC da Senadora Fátima Cleide, já aprovada pelo Senado. É a PEC nº 87. A Comissão já votou, e a matéria já está pronta para ser votada pelo Plenário da Câmara dos Deputados. Se houver modificação no texto, ela retornará a esta Casa.

Então, eu gostaria de fazer este apelo: que V. Ex^a solicitasse a compreensão do Presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, para que pudéssemos votar essa medida, muito importante para o Estado e, principalmente, para os servidores do Estado de Rondônia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Expedito Júnior. Vou procurar incluir a matéria na listagem daqueles projetos que serão encaminhados à Câmara dos Deputados.

Senador Cristovam Buarque, faço um apelo para que V. Ex^a exerça seu direito do voto, bem como o faço ao Senador Sérgio Guerra.

Vamos encerrar a votação.

Consulto as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores se todos já votaram. (Pausa.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, a Senadora Lúcia Vânia está se dirigindo ao plenário. Eu pediria só atenção, porque se trata de uma mulher para votar. Peço, então, para aguardarmos S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos, então, aguardar a Senadora Lúcia Vânia. (Pausa.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na quinta-feira, esta Casa fará uma sessão de homenagem ao nosso queridíssimo Senador Jonas Pinheiro, recentemente falecido. Quero fazer o registro de que já se encontra entre nós, e não tomou posse porque já o havia feito em oportunidade anterior, o suplente de Jonas, Dr. Gilberto Goellner. Mato-grossense, Senador pelo Estado de Mato Grosso, homem igualmente ligado às coisas da terra e da agricultura, filiado aos quadros do Democratas, que já nos honrou quando exerceu o mandato anteriormente, num período de licença do Senador Jonas Pinheiro, retorna agora, em caráter definitivo, pelo falecimento do titular.

Quero, com isso, manifestar a alegria do meu partido, o Democratas, que lidero com muita honra nesta Casa, pela chegada do Senador Gilberto Goellner, a quem desejo muito bom êxito no exercício do seu mandato e em quem o meu partido deposita as melhores expectativas, por ser S. Ex^a um **expert** em assuntos também de agricultura, do agronegócio e das coisas do campo.

São os nossos votos, com um abraço cordial do companheiro e do Líder, que lamenta profundamente a perda de Jonas e saúda a chegada do Senador Gilberto Goellner.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, demais colegas Senadores e Senadoras, quero apenas complementar a fala do nosso Líder, o querido Senador José Agripino, também desejando boas-vindas ao ilustre e valoroso companheiro democrata de Mato Grosso, Senador Gilberto Goellner.

Evidentemente, imagino que ele não gostaria de substituir o Senador Jonas Pinheiro nessas condições.

Todavia, por força de lei, é obrigado a cumprir o seu papel constitucional, ou seja, o de Senador da República pelo Brasil, mas, sobretudo, o de legítimo representante do povo mato-grossense nesta Casa.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Substituir o Senador Jonas Pinheiro, companheiro Senador Gilberto, é uma missão difícil, até porque V. Ex^a conhece muito bem a trajetória desse valoroso mato-grossense, querido e inesquecível Jonas Pinheiro, homem manso, homem bom e homem amigo. Esta Casa e a sociedade brasileira, que o conheceram em vida, sabem perfeitamente do trabalho exemplar que ele fez como Deputado Federal por três vezes e como Senador da República no seu segundo mandato, exercendo um papel preponderante na luta e na defesa da agricultura e da pecuária brasileira, não só do agronegócio, mas também dos pequenos produtores rurais daquele Estado e de todo o imenso Brasil.

De modo que eu, particularmente, que conheço V. Ex^a há algum tempo, sei perfeitamente que fará um belo trabalho, um trabalho exemplar, substituindo Jonas Pinheiro nessa cadeira, em defesa da sociedade brasileira, não somente em relação ao agronegócio, mas, sobretudo, no que diz respeito a políticas públicas que possam melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro.

Dou-lhe boas-vindas em meu nome e, certamente, no da maioria dos nossos colegas Senadoras e Senadores. Esta Casa espera um trabalho exemplar de V. Ex^a, principalmente em prol de um Brasil e de um Mato Grosso melhores.

Muito obrigado.

Essas são minhas palavras, Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou pedir a atenção de V. Ex^a, porque, na semana passada, fiz uma solicitação quanto ao problema da multa do Paraná, para que V. Ex^a fizesse uma intervenção junto ao Supremo Tribunal Federal.

Sr. Presidente, hoje, estive na Secretaria do Tesouro Nacional, com o Procurador do Estado do Paraná, e fiz uma sugestão com relação a essa resolução, aprovada aqui, que não está sendo atendida, que está sendo ignorada, sob a alegação do Secretário do Te-

souro Nacional de que é inconstitucional e fere a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Pois bem, de fato, não se trata do texto que a Secretaria do Tesouro Nacional havia proposto ao Paraná. Houve uma alteração de última hora, e o texto que foi aprovado aqui ficou bom para o Paraná, ficou bom para todo mundo, menos para a Secretaria do Tesouro Nacional.

O que propus, hoje, é que eles redijam o texto de uma nova resolução, submetam-no ao Governo do Paraná e, se houver concordância de sua parte, voltaremos a apreciar essa matéria aqui.

Então, na verdade, estou pedindo a V. Ex^a para, por enquanto, não fazer nenhuma intervenção junto ao Supremo Tribunal Federal e aguardar essa possibilidade de um novo acordo para apresentação de uma nova resolução no Senado Federal, que seja de concordância tanto do Estado do Paraná quanto da Secretaria do Tesouro Nacional. Assim, não haverá essa possibilidade de não aceitação por parte do Governo Federal.

Faço esse apelo a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendido.

Quero, também, dirigir uma palavra de saudação ao Senador Gilberto Goellner, que hoje reassume a sua cadeira no Senado da República, tendo em vista o desaparecimento do nosso inesquecível colega Senador Jonas Pinheiro.

Quero dizer da confiança de todos nós no exercício do mandato que V. Ex^a exercerá, diante desse trágico desaparecimento. V. Ex^a tem uma missão pela frente das mais difíceis, mas tenho certeza de que V. Ex^a tem a mesma vocação e terá a mesma dedicação e o mesmo empenho em defender a agricultura brasileira e a agricultura mato-grossense que o Senador Jonas Pinheiro sempre manifestou.

Portanto, registro a presença de V. Ex^a no plenário, com grande satisfação, e desejo a V. Ex^a um feliz exercício de mandato de Senador da República.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou encerrar a votação. Antes, concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Se V. Ex^a quiser, pode encerrar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou encerrar a votação.

A Senadora Lúcia Vânia já votou. (Pausa.)

Vou proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

Senado Federal

PARECER Nº 90, DE 2008 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sra. KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA, PARA COMPOR O TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Jum.Sessão: **1**
Data Sessão: **26/2/2008**

Num.Votação: **2**
Hora Sessão: **14:00:00**

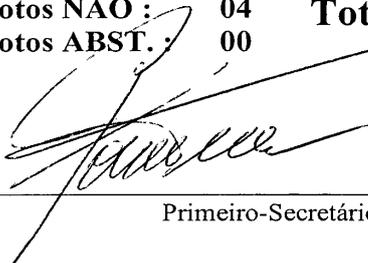
Abertura: **26/2/2008 18:00:27**
Encerramento: **26/2/2008 18:17:57**

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
JEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou
ºSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
JEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou
loco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
ºSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
loco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
loco-PR	BA	CÉSAR BORGES	Votou
ºDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
ºSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
JEM	MG	ELISEU RESENDE	Votou
loco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	Votou
ºTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou
loco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
ºSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
ºMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
ºMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
ºMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
JEM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
ºMDB	AP	GILVAM BORGES	Votou
ºTB	DF	GIM ARGELLO	Votou
loco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
loco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
ºMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
JEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
ºDT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou
loco-PT	AM	JOÃO PEDRO	Votou
ºSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	Votou
ºTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
JEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
ºMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
º-SOL	PA	JOSÉ NERY	Votou
JEM	TO	KÁTIA ABREU	Votou
ºMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
ºSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
loco-PR	ES	MAGNO MALTA	Votou
ºMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
JEM	PE	MARCO MACIEL	Votou
ºSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
ºSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou
ºMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou
ºDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
ºSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
ºMDB	RJ	PAULO DUQUE	Votou
loco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
JEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou
ºMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
loco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
ºMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
ºTB	SP	ROMEU TUMA	Votou
JEM	RN	ROSALBA CIARLINI	Votou
ºMDB	MA	ROSEANA SARNEY	Votou
ºTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
loco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
ºSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
loco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
ºMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
ºMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
---------	----	-----------------	------

Presidente: GARIBALDI ALVES FILHO

Votos SIM : **53**
 Votos NÃO : **04** **Total : 57**
 Votos ABST. : **00**



Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votam SIM 53 Srs. Senadores; e, NÃO, 4.

Não houve abstenções.

Total: 57 votos.

Está aprovada a indicação da Dr. Kátia Magalhães Arruda para compor o Tribunal Superior do Trabalho.

A comunicação será feita ao Presidente da República.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, cumprimento o nobre Senador mato-grossense, que vem assumir o assento do nosso querido Jonas Pinheiro. Quero desejar-lhe toda a sorte do mundo, de maneira que ele possa significar para o seu Estado e para o Brasil o que o Jonas significou para Mato Grosso, para o Brasil e para todos nós.

Registro, Sr. Presidente, que, na segunda-feira próxima passada, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em uma iniciativa belíssima, abriu uma porteira que estava fechada, pois era proibido fazer mais escolas técnicas no Brasil. O Presidente Lula, agora, fez mais de 200 Cefets no Brasil, e tivemos a felicidade de receber um pouco mais de dez.

Na semana passada, o Presidente Lula foi ao meu Município, Cachoeiro de Itapemirim, para inaugurar um Cefet.

Sr. Presidente, o Cefet é o próprio resgate, via educação, da dignidade e da cidadania do jovem e do adolescente brasileiro

Ontem, segunda-feira, em Nova Venécia, o Prefeito Walter de Prá, que foi tão elogiado pelo Ministério da Educação pela sua iniciativa e criatividade com os alunos primários do Município, entregou um patrimônio doado pela Nestlé ao Município de Nova Venécia. Trata-se de uma antiga fábrica, portanto, um grande patrimônio, que a Nestlé doou, Sr. Presidente, ao Cefet que funcionará em Nova Venécia, pólo que atenderá todo o norte do Estado.

Tive o prazer de estar naquela solenidade, juntamente com o Senador Renato Casagrande e o Governador do Estado – lamentei a ausência do Senador Gerson Camata, mas tive a ousadia de representá-lo, porque, para representar o Senador Gerson Camata, é preciso ter ousadia, e eu a tive, pois representei S. Ex^a.

Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, uma grande festa, por causa daquele Cefet, para todo o norte do Estado, foi realizada em Nova Venécia, terra de um povo trabalhador, de um Prefeito digno, o Sr. Walter de Prá. De igual modo, aconteceu na minha querida cidade de Cachoeiro de Itapemirim.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome do meu partido, o PSDB, também quero desejar um bom desempenho ao Senador Gilberto Goellner, que agora assume, em caráter definitivo, a cadeira de Senador pelo Estado de Mato Grosso. Ao mesmo tempo, mais uma vez, quero deixar a nossa homenagem ao Senador Jonas Pinheiro pela presença e dedicação sempre marcantes nesta Casa, em especial à agricultura. Sentiremos muita falta de Jonas Pinheiro. Portanto, a missão que o Senador Gilberto Goellner tem pela frente é a de dar continuidade ao desempenho correto, ético, extremamente produtivo do Senador Jonas Pinheiro.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Azeredo, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, amanhã, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, um dos temas que abordaremos tem a ver com o conjunto de PECs que tratam sobre a suplência de Senador. Por ser autor de uma dessas PECs, espero que possamos avançar bastante amanhã no sentido de um entendimento, com a finalidade de aperfeiçoarmos, definitivamente, a questão da suplência no Senado.

Sr. Presidente, vejo que um dos grandes problemas reclamados é o da representatividade, ou seja, se um suplente de Senador tem ou não a representatividade.

A PEC que apresentei, Sr. Presidente, tem dois pontos básicos: o primeiro trata da não-permissão de o suplente de Senador ser seu parente em até segundo grau; e o segundo, em não permitir que o suplente

venha a assumir o mandato de Senador em caráter definitivo.

Sr. Presidente, ouvimos muitas sugestões, e parece-me que uma delas vem coroar minha proposta. O Senador Demóstenes Torres – S. Ex^a não está presente neste momento –, Relator dessa matéria, apresenta uma alternativa que, se for nessa direção, tem a nossa concordância. E, nesta oportunidade, peço a toda a Bancada do Partido dos Trabalhadores e à Bancada de Apoio ao Bloco que possamos fechar uma posição unitária em torno da matéria amanhã. E, quem sabe, possamos até votar na CCJ uma proposta minimamente coletiva. Se formos com o conjunto muito fragmentado, temo que possamos ter um prejuízo em não votar a matéria, que já se arrasta por alguns anos. Então, espero isso para amanhã. Gostaria muito que o Relator pudesse nos dar o substitutivo, acatando um entendimento, digamos, extra-oficial que tivemos, eu, o Relator e o Senador Francisco Dornelles, na semana passada. Se, porventura, o substitutivo for nessa direção, acredito que estaremos de pleno acordo para a votação dessas matérias. Com isso, esperamos que o Senado seja o grande aperfeiçoador, e que não deixemos nenhuma falha que tenha de ser corrigida pela Câmara, já que a matéria é oriunda eminentemente desta Casa, Sr. Presidente.

Esse o apelo que faço ao nosso Relator, Senador Demóstenes Torres, fazendo votos de que, amanhã, possamos concluir na CCJ matéria tão importante hoje para esta Casa e para o País.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Tenho a certeza de que o Senador Demóstenes será sensível ao apelo de V. Ex^a.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro; em seguida, falará o Senador Sibá Machado, como Líder do Governo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Sr^s Senadoras e Srs. Senadores, primeiro, quero agradecer o nobre Senador Papaléo Paes por haver permutado sua inscrição comigo, para que eu pudesse usar da tribuna neste momento, para fazer um pronunciamento lamentável.

Senador Mário Couto, não gostaria de estar nesta tribuna para falar para o meu povo do Pará, por meio da TV Senado e da Rádio Senado, sobre questão que aflige o nosso Estado por estar na mídia nacional. Refiro-me à extração ilegal de madeira. É lamentável isso! É muito lamentável! Digo isto, porque não são essas ações previstas pelo Ministério de Meio Ambiente, realizadas pela operações Guardiões da Floresta e Arco de Fogo que vão resolver o problema. A solução está em criar mecanismos para que se possa fazer a ex-

ploração sustentável dos recursos florestais de forma legal. Ninguém defende a ilegalidade. A apreensão de 19 mil metros cúbicos de madeira, em Tailândia, está correta. A madeira não tem origem legal. Por outro lado, precisamos saber por que não tem origem legal? Isto que é importante. O segmento madeireiro do Estado do Pará busca, isso há décadas, Sr. Presidente. Vou fazer inserir nos Anais do Senado o histórico de todas as ações do setor organizado que representa a segunda base econômica do Estado do Pará, só superada pelo setor da mineração, o esforço despendido – repito – há décadas, para que se possa trabalhar na legalidade. Lamentavelmente, Senador Arthur Virgílio, este setor é obrigado a caminhar para ilegalidade.

Sr. Presidente, recebemos vários *e-mails*, centenas deles – sabe de quem, Senador Romeu Tuma? – dos trabalhadores!

Tenho, aqui, um *e-mail* do Josimar, lá de Tailândia, pedindo que se encontre uma solução para eles, os trabalhadores, Senador Sibá Machado, para quem temos de voltar nossa atenção agora.

O presidente do Sindicato das Indústrias Madeireiras do Sudoeste do Pará, Luiz Carlos Tremonte – de quem também recebi um **e-mail** –, lançou um **rap**, Senador Sibá Machado, dirigido ao Governo.

Sr. Presidente, vou lê-lo na íntegra. Vejam o que ele diz:

Faço um desafio ao Governo Lula e ao Governo do Pará: fechem todas as madeiras [observe bem, Senador Sibá Machado!], mas fechem mesmo, por um ano. Continuem pagando o salário dos funcionários, para que não haja desemprego. [O Governo Lula tem bolsa disso, bolsa daquilo, bolsa não sei de que mais? Vamos fazer o bolsa ambiental! Vamos pôr esses trabalhadores do setor madeireiro em condições de sustentar suas famílias.] Indenizem os proprietários, e garanto, com toda segurança [diz o Luiz Carlos Tremonte] e sem medo de errar, que o desmatamento aumentará. Será que este Governo tem coragem? [Pergunta ele.]

Há cerca de quatro anos, pedimos, imploramos pela legalidade, que nos é negada [Senador Expedito Júnior], e somos boicotados pelo Ministério do Meio Ambiente, pelo Governo Lula, e agora pelo Governo estadual da Ana Júlia.

Esse é o **e-mail** que recebi de Luiz Carlos Tremonte. Mas o que me impressiona – e quero mostrar aqui, pela TV Senado – é a entrevista da Governadora Ana Júlia ao **Diário do Pará** de segunda-feira, ontem:

“Pará não pode pagar preço sozinho”. Está aqui a entrevista, que, hoje, repercute nacionalmente no artigo da competente jornalista Miriam Leitão, no jornal **Folha de S Paulo**.

Diz a articulista, competente jornalista Miriam Leitão: “É o retrato da ambigüidade comum no Brasil”. “A Governadora Ana Júlia disse que a atividade madeireira ilegal...”

Senador Sibá Machado, V. Ex^a esteve comigo no Pará. Agradeço a V. Ex^a, que foi nos ajudar, ajudar o povo do Pará, junto com outros quatro Senadores. Agradeço a todos, e farei um pronunciamento a respeito da nossa visita para colocar em funcionamento o Hospital Regional do Oeste do Pará.

Mas disse a Governadora que a atividade madeireira ilegal representa R\$2 bilhões ao ano, 7% do PIB do Pará. Para depois acrescentar – está no artigo da jornalista Miriam Leitão –: “Não posso perder dois bilhões”. E, mais adiante: “Não queremos destruir a economia do Estado”.

É muita metamorfose ambulante. Uma hora, ela se mostra contrária à ilegalidade. Noutra hora, defende a ilegalidade porque não pode perder R\$2 bilhões de receita.

Senador Sibá Machado, é muito simples. E digo isso pelo carinho, pela admiração e pelo respeito que tenho por V. Ex^a, a quem já pedi que me concedesse uma audiência com a Ministra Marina Silva. Há três semanas, S. Ex^a foi ao Pará e não atendeu à Presidência da Assembléia Legislativa e a quinze Deputados que lhe pediram uma audiência. Como também não atende a mim, Senador da República pelo Estado do Pará, que preciso mostrar a ela que há meios corretos de preservar a floresta e promover seu uso sustentável legalizado.

Continuando, disse mais, nessa lamentável entrevista, a Governadora Ana Júlia. Perguntada sobre a reação da população de Tailândia – como recebi de Josimar, por **e-mail** –, responde: “Esta reação foi incentivada pelos madeireiros inescrupulosos. Foi distribuída cachaça em Tailândia”.

Governadora, o povo de Tailândia não é cachaceiro.

Senador Romeu Tuma, eles não fizeram aquele movimento movidos pela embriaguez. Eles fizeram aquele movimento indignados, porque sabem que, ao perderem o emprego, não terão como sustentar suas famílias. E eles querem dignidade no sustento das famílias. Não querem o Bolsa Família, não querem caridade do Governo Lula. Eles querem emprego.

E peço que sejam incluídos nos Anais do Senado, na íntegra, todos os esforços feitos pelo setor madeireiro organizado no Estado do Pará.

Repito: somos contrários à ilegalidade. Todos aqueles que estão na ilegalidade precisam vir para a legalidade. Como fazer isso? Aprovando os projetos de manejo florestal. É isso que o setor pede à Governadora, é isso que o setor pede ao Ministério do Meio Ambiente, é isso que o setor pede ao Ibama. Senador Mário Couto, Senador José Nery, é isso que o setor pede.

E lamentavelmente, Senador Eduardo Azeredo, Senador Sibá Machado, recebemos aqui uma listagem de processos protocolados na Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará. Sabem quantos processos têm protocolados lá, na data de 6/11/2007? Deve haver mais agora, porque já estamos em fevereiro de 2008. São 3.489 processos.

Antigamente, a aprovação dos planos de manejo era feita pelo Ibama, pelo Governo Federal.

Mas no final de 2006 essa incumbência foi recebida pelos governos estaduais, inclusive o do Pará. Portanto, a partir do final de 2006 e por todo o ano de 2007, a incumbência de aprovação dos planos de manejo é da Secretaria de Meio Ambiente do Estado. E só de projetos de manejos florestais...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Só nesse item, existem protocolados na Sema, no Estado do Pará, 903 processos, que não têm andamento, que não são aprovados, que não são sequer analisados, porque menos de 20% dos projetos que lá deram entrada foram aprovados pela Secretaria de Meio Ambiente.

Ao longo dos anos, o setor tem sido empurrado para a ilegalidade, porque apresenta a forma legal de atender à necessidade do insumo para continuar gerando emprego e o Governo do Estado do Pará, através da sua Secretaria de Meio Ambiente, não dá andamento a esses projetos, não os aprova. E as madeiras estão fechando, estão desempregando.

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Diz a Governadora, na entrevista, que não pode perder – também entendo que não pode – um grupo da economia paraense que gera 7% do PIB. Mas não vamos concordar com a ilegalidade não.

Senador Sibá Machado, vou citar alguns dados para que as Sr^{as} e os Srs. Senadores saibam:

Existem 33 pólos madeireiros no Estado do Pará; 1.592 empresas que geram quase 200 mil empregos. Por ano, essas empresas geram uma renda bruta de US\$1,113 bilhões.

Ministra Marina Silva, vamos encontrar a forma legal para isso. Nós aprovamos aqui todos os proje-

tos que V. Ex^a encaminhou ao Senado, criando o Instituto...

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Flexa Ribeiro?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a me concede um aparte?

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Vou conceder, com muita honra, o aparte ao Senador Sibá Machado, ao Senador Expedito Júnior e ao Senador Nery, com a concordância do Presidente, porque este é um assunto da maior gravidade para o Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Flexa Ribeiro, eu apenas peço que sejam rápidos. Ao final do seu discurso, eu quero fazer uma referência a isso, mas gostaria que os apartes fossem rápidos, porque ainda há muitos inscritos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O que estamos vendo hoje em Tailândia é um clima igual ao de Bagdá.

Está lá a Força Nacional, está lá a Polícia Federal, a Polícia Militar, e a população, que é uma população trabalhadora, uma população ordeira, está se sentindo aprisionada, ameaçada, não tem nem coragem mais de sair às ruas. Então...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Temos que encontrar a solução. E a solução é aprovar o plano de manejo. É aprovar, Senador Sibá, as concessões de florestas públicas, que aprovamos aqui no Senado Federal há três anos, e até hoje nada foi feito de efetivo para o segmento madeireiro. É discutir sem preconceitos, discutir de forma aberta e transparente o projeto de minha autoria, que, lamentavelmente, o *Greenpeace* chama de “Floresta Zero”, tentando enganar a população de nosso País. O projeto de minha autoria vem no sentido exatamente contrário: não mexe na reserva legal da Amazônia. Ele a mantém em 80%; de forma inteligente, Senador Romeu Tuma, de forma inteligente, prevê a utilização apenas dos 20 milhões de hectares já alterados na Amazônia – no Estado do Pará, melhor dizendo – para reflorestamento. Não é para plantar cana, soja, mas para reflorestar com espécies nativas ou exóticas e para fazer a compensação da reserva legal em outra área de preservação, na mesma bacia hidrográfica ou mesmo no Estado do Pará. Essa é a solução.

Eu me coloco à disposição, a qualquer hora, da Ministra Marina Silva, das organizações ambientalistas, para que possamos nos sentar à mesa e verificar como melhorar o projeto. Mas temos de resolver essa

questão de uma vez por todas. E não é pela força. A solução, como diz Luiz Carlos Tremonte: “Fechem todas as madeiras, garantam o salário dos trabalhadores, e o desmatamento vai continuar”. Vamos encontrar a forma legal, correta, de fazer. Esses trabalhadores que me encaminham os *e-mails* sabem que têm no Senador Flexa Ribeiro um defensor da geração de emprego e renda, do desenvolvimento, e não do assistencialismo. Senador Sibá Machado, virei quantas vezes forem necessárias, até que se encontre uma solução, até que a Governadora do Estado do Pará mande dar condições à Secretaria de Meio Ambiente, para aprovar os projetos de manejo, até que as áreas federais e estaduais, aprovadas para exploração de florestas, por meio de concessão...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Flexa Ribeiro, se deseja conceder apartes, peço encarecidamente que o faça, ou, então, suspenda-os e encerre. Mas, em homenagem aos que pretendem apartear-lo, gostaria que V. Ex^a os concedesse.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela generosidade do Presidente, já concederei um aparte ao Senador Sibá Machado.

Que a Governadora, então, dê condições, para que a Secretaria de Meio Ambiente faça a discussão, a análise e a aprovação dos projetos de manejo.

Concedo um aparte ao nobre Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro, que é um batalhador, um assíduo debatedor nessa tribuna, especialmente quando se trata do Estado do Pará, que V. Ex^a representa muito bem. Eu só quero dizer a V. Ex^a, Senador, que a Ministra Marina Silva, ao longo da sua experiência como Ministra de Estado do Meio Ambiente, tem buscado seguir rigorosamente as suas obrigações legais e nunca se furtou, também, a tentar encontrar, por meio de negociações, as soluções para os graves problemas, mas sempre com a ótica do respeito à legalidade. E nós vimos realizadas coisas que muitos diziam ser impossível, como os acordos sobre a BR-163 – assunto em que ninguém mais toca, porque foi resolvido –, a situação do rio Madeira, a discussão sobre o rio São Francisco e tantas outras obras de alto impacto. Mas, quando se fala de florestas, há uma coisa que precisa ficar muito clara, e lembro a V. Ex^a, que traz o problema para esta Casa, e a todas as pessoas que se puseram contra a decisão do Governo de apreender toda aquela madeira: agora, a fiscalização está muito mais tecnologicamente aprimorada. Não se depende apenas de denúncia, anônima ou não, de uma pessoa

ou de instituição. Conta-se com imagens de satélite cada vez mais precisas. Então, quanto à ação que foi feita e ao anúncio que a Ministra fez no início deste ano, de que houve um aumento do desmatamento em 36 Municípios, está-se fazendo uma varredura para se saber quais foram as pessoas responsáveis por ele. Para evitar injustiças, não se fez a citação de uma única pessoa, enquanto não se tem absoluta certeza sobre esses nomes. E a ação do Governo foi clara, justa e precisa: ele foi lá, para dizer que aquela madeira era ilegal, com extração ilegal. Portanto, essas empresas e os empregados, no afã de manterem seus empregos, não podem tomar a atitude que tomaram. Aquilo é instalar uma insurreição nacional. Qualquer pessoa que pense que está perdendo seu emprego pode fazer o que quiser? Não. Então, aquela madeira é ilegal, a ação daquelas empresas foi ilegal, e, portanto, se não se legalizar, outras ações vão acontecer. Não se pode insuflar a população a desobedecer à figura do Estado, porque ali a representação é de Estado e não de Governo. Então, agradecendo a tolerância de V. Ex^a, quero dizer muito claramente que o caminho do meio não é o de passar por cima, nem de fazer vista grossa a isso. Quanto àquelas empresas, defendo intransigentemente que... Existe lá o Imazon, respeitado instituto que faz certificação e que orienta, há tanto tempo, como se deve fazer com a parte legal. E o mercado é muito melhor. Acho que deveria haver uma insurreição, no bom sentido, para que nenhum consumidor brasileiro comprasse produto madeireiro sem a certificação de origem. Dessa forma, poríamos, definitivamente, um fim nessa situação. Vide o que aconteceu com a questão do leite. A sociedade é sempre tomada de assalto por graves problemas. Então, digo a V. Ex^a, com toda tranquilidade, que o papel da Ministra está muito claro, objetivo e que não há tergiversação. Quanto à situação do Governo do Estado, a Governadora Ana Júlia tem todo o meu respeito, mas há um problema...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ... crônico, de muito tempo, no Estado do Pará, e que se estende para outros Estados da Amazônia: o Pará está vendendo para o Brasil e para o mundo a imagem de que é um Estado onde a lei funciona pouco, porque há pessoas que acham que podem fazer o que querem. Eu vivi no Estado do Pará e vi como algumas circunstâncias acontecem completamente... Não dá nem para mensurar em palavras esse tipo de sentimento. Acho que a nossa irmandade ali tem de ser no sentido de separar o joio do trigo. Todas as pessoas que merecem apoio do Estado... V. Ex^a está coberto de razão: onde falta apoio? É cobrar do Estado, seja o Estado do

Pará ou o Estado nacional, os Ministérios envolvidos, que superem essas dificuldades. Mas as pessoas visivelmente criminosas... Até digo, com toda segurança: está na hora de as instituições que representam esse setor... nem os chamo de empresários. Essas pessoas não podem estar vinculadas a sindicato nenhum, não podem ter proteção de ninguém, porque...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ... estão erradas. Esses trabalhadores justamente lutam pela defesa de seus empregos, de seus postos de trabalho, mas não podem, agora, no afã, dizer: “Mantenha a empresa como está”. Ai não há acordo; não dá para seguir nesse caminho. Mas V. Ex^a tem razão. A conversa com a Ministra e com a Governadora... Sempre acho que enfileiramos os problemas. Problema nº 1: O caso dessas empresas pode ser resolvido dessa forma. Problema nº 2: Estas empresas aqui são caso de polícia. E a Polícia resolve. Ninguém toca nelas, ninguém pode chegar perto desse tipo de empresário. Com isso, acho que V. Ex^a chamará todos nós para estarmos juntos na solução desses problemas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Sibá Machado, V. Ex^a tem toda razão. Nós aqui dissemos que não defendemos a ilegalidade. A apreensão, melhor dizendo, da madeira está correta, só que a Ministra e a Governadora estão combatendo o efeito e não a causa. Temos de combater a causa, ou seja, por que essa madeira foi extraída ilegalmente. E a causa é a falta de ação da política do Estado,...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ... que é responsável pela aprovação do projeto de manejo. É isso que queremos! Não vamos defender ilegalidade.

Agora, Senador Sibá Machado, Senador Nery, Senador Expedito Júnior, olhem o absurdo: essa madeira ilegal vai ser... Senador Romeu Tuma, preste atenção, Presidente! Doze ou quinze mil metros cúbicos de madeira serão transportados, não sei por quantas mil carretas, da área de Tailândia para Belém. Sabem o que irá acontecer com a madeira em Belém? Será leiloada. Sabem quem vai comprar? Aqueles que extraíram a madeira vão legalizar aquilo que era ilegal. Senador Sibá Macho, por que, então, vão gastar recursos do Erário público para transportar essa madeira? Por que não colocam a Polícia Federal guardando, fiscalizando essa madeira e fazem o leilão onde ela está?

Para que levar a madeira para Belém? Para que gastar dinheiro da sociedade para leiloar em Belém? Coloque a Polícia Federal, a Força Nacional, guardando aquela madeira onde foi apreendida e lá faça o leilão que será feito em Belém.

São essas coisas que não dá pra entender. Senador Sibá Machado, V. Ex^a me desculpe, mas não dá pra entender as ações do Governo do PT. Não dá pra entender!

Ouçó o Senador Expedito Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Senador Expedito, para encerrar, por favor.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – (Bloco/PR – RO) – Bem rápido, Sr. Presidente. Até agradeço a compreensão de V. Ex^a. Na hora em que o V. Ex^a fala sobre um assunto tão importante e tão grave, não poderia deixar de apartear-lo. Eu estava até saindo quando ouvi o pronunciamento de V. Ex^a e retornei. Na quinta-feira, fiz um pronunciamento idêntico, preocupado com a situação do Pará e sabendo que essa operação se desenha também no Estado de Rondônia e em, praticamente, toda a Amazônia. Preocupado, já vim à tribuna do Senado fazer alguns pedidos e algumas recomendações. V. Ex^a está certo quando fala que precisamos encontrar aqui uma solução de convivência entre o meio ambiente e a cadeia produtiva. Precisamos encontrar uma alternativa com a pecuária do nosso Estado, com a agropecuária, com o agronegócio e com o setor madeireiro. Eu não posso deixar, Sr. Presidente. Rondônia existe graças ao setor madeireiro. E não estou falando aqui do setor madeireiro que trabalha na ilegalidade, não. Acho que, para esses que estão trabalhando na ilegalidade, a medida e a ação estão corretas. Agora, a nossa preocupação e o nosso medo é que isso, de repente, se generalize ...

(Interrupção do som.)

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – ... e o madeireiro hoje, Sr. Presidente, infelizmente, lá no meu Estado – e acredito que no Estado de V. Ex^a seja igual – é tratado como bandido. E Rondônia, a economia do nosso Estado, o desenvolvimento e o crescimento do nosso Estado devem muito principalmente ao setor madeireiro. Então, tudo que a Ministra quis, todos os seus projetos foram aprovados por esta Casa. Acho que ela tem que vir aqui, ou ela tem que marcar uma grande reunião. E quem sabe o Senador Sibá poderia ser o embaixador neste sentido, de buscarmos, de repente, uma grande reunião com os Senadores da região Amazônica com a Ministra Marina Silva. Não que estejamos atacando aqui a sua ação, que acho até que está correta, agora, desde que essa ação seja com aqueles que são os chamados criminosos. O que não podemos é deixar que isso se generalize a todo o setor produtivo, a toda a cadeia produtiva, a todo o setor madeireiro. Esta é a nossa preocupação no Estado de Rondônia. Porque, às vezes, os bons madeireiros,

os bons empresários paguem pelos maus empresários que existem no Estado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Expedito Júnior.

Ouçó o aparte do Senador José Nery e, em seguida, ao Senador Jayme Campos e ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Flexa Ribeiro, o tema que V. Ex^a aborda, nesta tarde, no seu pronunciamento, realmente é motivo e razão de muitas preocupações para nós que defendemos a Amazônia sustentável, sustentada desenvolvida, porém, jamais podemos concordar com os índices cada vez mais alarmantes de desmatamento, constatados pelos órgãos governamentais, e que, ao longo do tempo, os sucessivos governos não têm dado o tratamento adequado no sentido de coibir o desmatamento ilegal, a grilagem de terras que grassa sobre a Amazônia, especialmente no nosso querido Estado do Pará. Portanto, os fatos que se sucedem em Tailândia, município de um povo bravo e lutador, mas que, infelizmente, tem sido estimulado a ações violentas, como a que ocorreu na semana passada, quando os criminosos – e assim vou dizer – envolvidos com o desmatamento ilegal, ajudaram a promover uma manifestação para expulsar da cidade os fiscais da Secretaria do Meio Ambiente do Estado (Sema) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que faziam a fiscalização com o apoio da Polícia Militar do Estado. Numa cidade com mais de cem empresas madeireiras, foram fiscalizadas apenas sete. Nessas sete, foram constatados 15 mil metros cúbicos de madeira de origem ilegal. Foram multadas e apreendidas as madeiras. Enfim, faltam fiscalizar mais de cem madeireiras. Talvez muito poucas estejam na legalidade. Portanto, quando o Estado decide cumprir a sua missão constitucional e legal de fiscalizar atividades criminosas, como é o desmatamento ilegal, os agentes responsáveis por essas ações não podem ser enxotados no seu dever de cumprir a missão e de respeito à lei. Portanto, a minha opinião é absolutamente favorável à fiscalização desse setor, que muitas vezes consegue, por vias não muito corretas, licenças, elaboração de planos que são, na verdade, pura ilegalidade. Por isso, apóio a fiscalização que está sendo feita, apóio o uso da Força Nacional de Segurança para dar apoio e toda salvaguarda a fim de que a lei seja cumprida. Nesse sentido, a presença da Força Nacional de Segurança em Tailândia é para afirmar o papel do Estado e não permitir o acinte a que povo brasileiro assistiu, que o povo paraense repudia, de meia dúzia de exploradores ilegais da floresta se acharem no direito de não permitir a fiscalização do Estado. Por isso, demitiram os trabalhadores, criaram

um caldo de cultura para promover a manifestação, com cenas de violência, com a interdição da estrada, mas não só isso, com a destruição da ponte na PA-150, com a destruição do Fórum de Justiça da Comarca de Tailândia, ações absolutamente ilegais.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Por favor, Senador, pediria que encerrasse.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Portanto, a ação do Estado, inclusive, não pode ser apenas uma ação emergencial, ou a resposta àqueles desmandos que foram constatados em Tailândia. É preciso ser uma ação permanente. Inclusive me manifestarei, posteriormente, sobre essa questão, porque a Ministra Marina Silva, a Secretária de Meio Ambiente do Estado do Pará, a Polícia Militar, que deu apoio a essa ação, e a Força Nacional de Segurança, com mais de mil homens, que começa a operação Arco de Fogo no Município de Tailândia, que vai deslocar os Estados do Mato Grosso e de Rondônia – que ao lado do Pará são os campeões do desmatamento ilegal –, essa ação precisa ter uma presença e ser uma ação continuada, não apenas uma ação emergencial. Portanto, ao lado da necessidade, sim, de legalizar, para os que quiseram trabalhar na legalidade, acho que têm razão os que querem trabalhar...

(Interrupção do som.)

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – No entanto, os que estão na ilegalidade precisam sentir a presença do Estado, a força da lei e, principalmente, ter a consciência de que a impunidade, a violência e o desmatamento ilegal não podem continuar com a benevolência do Estado e dos órgãos de fiscalização do Estado na área ambiental. É preciso agir; é preciso ação, é preciso a responsabilidade estatal para que as pessoas não tenham a dimensão de que ali é terra sem lei. Não. O Estado tem que agir e tem que cumprir a sua obrigação constitucional. E quem estiver contra use os instrumentos legais para contestar, mas não use a população trabalhadora de Tailândia para fazer frente aos seus interesses, que é para o lucro de poucos, porque muitos dos que estão nessas frentes de trabalho sequer têm carteira de trabalho assinada.

(Interrupção do som.)

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro, pela oportunidade do aparte. O Brasil e o Pará o conhecem, e acho que devemos, sim, trabalhar para buscar alternativas que sejam viáveis e corretas para que esses trabalhadores do setor madeireiro não fiquem à margem, no desemprego, vítimas da violência e da exclusão. Proponho, então, e

creio que esta seja uma tarefa nossa, já encerrando, Sr. Presidente e Senador Flexa Ribeiro, que o Senado Federal, por meio de uma das nossas comissões, talvez da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle promova uma audiência pública, convidando a Ministra Marina Silva e os órgãos ambientais, a Governadora Ana Júlia, do Estado do Pará, a Secretária de Meio Ambiente e o Ibama, para discutir, sim, que alternativas podem ser implementadas para responder à situação dos milhares de trabalhadores que não podem viver na situação de ilegalidade a que são submetidos. Portanto, creio que essa seja uma tarefa com a qual o Senado Federal pode contribuir e tenho certeza de que idéias como essa podem ser também abraçadas por V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço o pronunciamento do Senador José Nery, que incorporo ao meu pronunciamento. V. Ex^a, Senador José Nery, nada mais disse do que todos nós, tanto eu, da tribuna, quanto os que me apartearam, dissemos. Todos somos contra a exploração ilegal da floresta. Todos! Todos! Mas esperava que V. Ex^a fosse propositivo, no sentido de fazer com que se encontrasse uma forma de aprovação dos manejos das florestas, ou do uso das florestas públicas, para que o setor pudesse trabalhar na legalidade que todos desejamos.

Concedo um aparte ao Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Pediria que não houvesse debate porque as propostas já foram feitas.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Um minuto apenas, Presidente Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Estou dizendo isso porque o Senador José Nery queria responder, mas o debate prejudicaria um pouco os apartes.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Réplica e tréplica não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Peço desculpas, Senador.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Já falou bastante. Estamos sabendo perfeitamente, e ainda há oradores para falar nesta noite. Mas quero externar, Senador Flexa Ribeiro, também a minha preocupação em relação a tudo aquilo que está acontecendo na nossa região: Mato Grosso, Rondônia, Acre e Pará. Na verdade, a Ministra Marina Silva, por intermédio da Presidência da República, baixou o Decreto nº 6.321 sem nenhum critério, sem ver nem ouvir as autoridades locais. Ninguém está aqui, meu caro Senador José Nery, para proteger os que estão na ilegalidade. O que

defendemos, a bem da verdade, são os nossos Estados, que estão sendo prejudicados sobremaneira com essa falta de política pública, o que realmente também preocupa o trabalhador. O Governo Federal tem de tomar algumas medidas que certamente mostrem alternativas. Quando o Senador Flexa Ribeiro coloca aqui a falta de aprovação dos projetos de manejo, é verdade. Isso não ocorre só com o Estado do Pará. O mesmo está acontecendo no Mato Grosso. Lamentavelmente, levam-se às vezes três anos para aprovar um projeto de manejo. Ora, isso está, Senador Romeu Tuma, com certeza, induzindo o cidadão para a clandestinidade, para a ilegalidade. Causa-nos preocupação haver até confronto das forças públicas deste País com o trabalhador. Não acredito, Senador José Nery, em pleno séc. XXI, que ainda exista cidadão menos culto neste País que vá ser induzido por empresários do setor madeireiro ou de outro setor para ir combater com as forças públicas, ou seja com a Polícia Militar, com a Polícia Civil. Na verdade, o que há é uma preocupação dessas pessoas de não terem uma oportunidade de trabalhar, ou seja, de ganharem o seu sustento. Ninguém neste País, com todo o respeito, está atrás de “sacolé”. Na verdade, lamentavelmente, a cada dia que passa, aumenta o número de pessoas dependendo do Bolsa-Escola, dependendo do Bolsa-Família. Ninguém quer isso, nem o trabalhador. O trabalhador quer oportunidades. Em Mato Grosso, para exemplificar, estão fechando algumas cidades do norte do Estado: Apicás, Paranaíta, Monte Verde, Bandeirante, Alta Floresta, sem nenhuma perspectiva. São pessoas, Senador Flexa, que foram, na década de 70, incentivadas pelo Governo Federal. Esse mesmo Governo Federal está transformando essas pessoas, esses brasileiros, em bandidos – como se fossem bandidos. Lamentavelmente, é falta de política pública. E o maior responsável por tudo isso é a Sema, de Mato Grosso, a Secretaria de Meio Ambiente; o próprio Ibama, que muitas vezes quer vender dificuldades para, na frente, vender facilidades. Não vamos desconhecer isso! O Governo tem de ter a responsabilidade, no sentido de fazer com que esse setor seja respeitado. Lamentavelmente, hoje, o que temos acompanhado é apenas essa perseguição. Duvido e aposto! Faço uma aposta aqui no plenário: não existe aquele número do Inpe de 53% ou 51% de aumento do desmate em relação ao ano passado. Conversa fiada! Isso não existe. O que se está fazendo é queimar as reservas florestais deste País. Muitas vezes basta – e V. Ex^a é profundo conhecedor do assunto, Senador José Nery – jogar uma bituca de cigarro na época da seca, e a consequência é aquele incêndio incontrolável. Já propus aqui a criação de uma força nacional de combate a incêndios.

Propus aqui na semana passada, Senador Flexa Ribeiro, a criação de uma comissão deste Senado para averiguar, de fato, os números que a Ministra citou e buscarmos naturalmente uma alternativa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador, já apresentei o ofício há um mês.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Exatamente. V. Ex^a me disse, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Quando saíram as notícias, pedi a formação de uma comissão para ver o Inpe e o Sipam/Sivam, que estão lá. Custaram uma fortuna, e acho que V. Ex^a tem toda razão.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – E vou mais longe: esse Decreto nº 6.321 – não sei se V. Ex^a tem acompanhado – é um escárnio. Com 30 dias, os Senhores acham, ilustres Senadores, que o Incra, que lamentavelmente não passa de um grande órgão da destruição deste País por falta de competência, vai dar conta de recadastrar todo mundo, Senador Expedito Júnior? Os produtores rurais acima de quatro módulos terão de ser recadastrados daqui a 30 dias. Se não estiverem cadastrados, o CCIR já não valerá mais nada; ou seja, o cidadão não é mais proprietário, não pode fazer nenhum financiamento da sua área, não pode vender, não pode transferir como se fosse herança etc. Ora, aonde vamos chegar, Senador Flexa Ribeiro? Cite-me uma alternativa. Estamos chegando no fundo do túnel, no fundo do poço. Fiquei muito preocupado quando vi a Força Nacional, com a Polícia Federal, em Tailândia; o outro foi o confronto que houve em Eldorado dos Carajás. Fiquei muito preocupado e falei que ia acontecer o mesmo que aconteceu há dez, doze anos, um confronto de trabalhadores com a PM e com a Polícia Federal. Então, de tal forma – já fui muito longo –, não sou um cidadão deste País a concordar com a ilegalidade. Não posso permitir, como cidadão brasileiro, que as nossas riquezas não sejam para o nosso povo. Não! Nós temos de compatibilizar o desenvolvimento com a preservação. Agora, da forma que estão fazendo, chegamos a crer que o Governo Federal está fazendo jogo de alguém, ou seja, está recebendo neste País tráfico de influência na medida em que temos 300 milhões de hectares de reservas públicas, Nery. É o terceiro maior país do mundo em reservas públicas. Entretanto, mal usadas. Agora estão privatizando, terceirizando as nossas florestas. Pergunto: onde vai ficar o trabalhador brasileiro, o cidadão que depende de ganhar salário mínimo de miséria, de R\$380,00, com o fechamento das nossas madeiras, com o impedimento de se plantar em determinada região neste País? E quero crer que com isso aí, para o homem do campo, para o cidadão que está nessa região – são

36 Municípios, para iniciar a conversa, e daqui a pouco serão 100 ou 200 Municípios –, nós estaremos numa situação calhorda, de muita dificuldade. De modo que, como Senador da República, quero solidarizar-me com V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro, dizendo que estaremos sempre atentos, não permitindo, não concordando, não dando guarida a nenhum cidadão que trabalhe fora da lei. Agora, precisamos de ter alternativa, e alternativa cabe ao Governo Federal dar. Caso contrário, estaremos fadados a ter os piores dias, neste País, sobretudo na nossa região, que é a mais penalizada. O Governo tem sido perverso conosco, e não podemos concordar, em hipótese alguma, com a forma errônea e incorreta com que tem sido praticadas as políticas públicas em relação à preservação das nossas riquezas naturais. Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Já não estou mais marcando o tempo, porque fica tocando a campanha...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Romeu Tuma, apesar de tão bem representar o Estado de São Paulo aqui, V. Ex^a é conhecedor da problemática amazônica. Eu quero aqui, pela TV Senado, agradecer a compreensão de V. Ex^a ao permitir que os Senadores possam fazer apartes a este pronunciamento que faço, pela importância que tem para que possamos, em conjunto, encontrar a solução que todos queremos com relação à legalidade para o setor madeireiro.

V. Ex^a fez referência ao Inpe, ao requerimento que V. Ex^a já apresentou. Senador Jayme Campos, o Município de Paragominas, que é um modelo a ser seguido no que diz respeito a reflorestamento e conservação ambiental nos últimos doze anos, foi incluído na lista dos municípios onde houve maior devastação: entre os 36, ele é o 23º. Devastou, nos últimos quatro meses de 2007 – eu já disse isso aqui – 724 hectares se não me falha a memória.

Pasmem, Sr^{as} e Srs. Senadores: dos 724 hectares desmatados, mais de seiscentos hectares foram autorizados pelo Ibama, foram autorizados pela Secretaria de Meio-Ambiente, porque envolvia projeto a ser implantado pela Companhia Vale do Rio Doce. Não é possível fazer pirotecnia na Amazônia com base em dados dessa forma.

É por isso, Senador Romeu Tuma, que se não tivéssemos aqui uma lista de CPIs já aguardando para serem instaladas, eu iria propor uma CPI do Incra para verificarmos como o Incra faz os assentamentos, como induz o desmatamento, como leva os colonos, abandona-nos lá e manda desmatar – está provado que grande parte do desmatamento na Amazônia é feito pelos assentamentos do Incra, e o Pará é o Estado que tem o maior número de assentados do Brasil.

Vou ficar esperando na fila para propor uma CPI do INCRA.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – V. Ex^a pode propor a instalação de uma comissão externa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Vou acatar essa sugestão de V. Ex^a, que tem experiência e competência na linha da investigação. É uma boa alternativa para evitar a espera – eu iria ficar lá no fim da fila para abrir a CPI do Incra.

Concedo um aparte ao nobre Senador Valter Pereira.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a sabe da admiração que tenho pelas atitudes e pela conduta de um autêntico parlamentar opositor nesta Casa, pela contribuição que tem dado neste Parlamento para o próprio Governo enxergar as suas vísceras e enfrentar algumas questões que, mesmo sendo cruciais, às vezes carecem de visibilidade. Quanto a essa questão que V. Ex^a suscita, acho que o Governo tem uma dose de razão muito grande, porque o Governo tem de fiscalizar, e tem de fiscalizar rigorosamente, eis que tem havido abusos nessa questão do desmatamento. Abusos vêm ocorrendo envolvendo a iniciativa privada e o Governo. Nesse particular V. Ex^a tem razão, sou testemunha disso. Sou testemunha de que, dentro do próprio Governo, enquanto o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama estão na linha de frente para coibir esses abusos, o Ministério da Reforma Agrária tem sido muito leniente no que diz respeito aos assentamentos nesse contexto da reforma agrária. Veja, por exemplo, o que tem acontecido no meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador, permita-me interromper o aparte de V. Ex^a para prorrogar a sessão até as 19h30min.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Acho que V. Ex^a deveria prorrogá-la até as 20h.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Mas é que teremos a missa em homenagem ao Senador Jonas Pinheiro. Acho que todos os Srs. Senadores concordam com essa posição. A missa se inicia às 19h30min, e o Senador Mão Santa veio me alertar para isso. Já recebi, inclusive, aqui telefonemas de reclamação. Não vou interrompê-lo, só estou pedindo para prorrogarmos até as 19h30min.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Concordo com V. Ex^a. Mas vejam o seguinte: há poucos dias, o Ibama de Mato Grosso do Sul aplicou uma pesada multa no Incra, multa de milhões de reais. Infração: desrespeito às reservas naturais nos assentamentos. Está lá a multa. E o mais grave, Senador Flexa Ribeiro: os Prefeitos do meu Estado têm alertado tanto o

Ibama quanto o Incra no sentido de que a violação de normas ambientais vêm sendo praticada pelo próprio órgão encarregado da realização da reforma agrária. O que se está fazendo no Incra é, efetivamente, um crime não apenas contra o meio ambiente, mas também contra pessoas que imaginam que, entrando num assentamento, participam de um projeto de reforma agrária. Veja o que aconteceu na fazenda Teijin: os lavradores foram induzidos pelo próprio Incra a adentrar a fazenda que foi adquirida por esse órgão e, lá dentro, como não havia parcelamento, como não foram liberados os primeiros recursos para a implantação do assentamento, como única alternativa diante da falta de recursos, desmatar para fabricar carvão. Estão fabricando carvão vegetal, nobre Senador Flexa Ribeiro, dentro da reserva florestal no assentamento do Incra. É muito grave! Então, o Ibama efetivamente está fiscalizando e está certo em fazê-lo. Eu aqui quero dizer do meu aplauso, do meu apoio à Ministra Marina Silva. Ela tem de ser efetivamente rigorosa para que o Brasil não caia no descrédito, como já vem acontecendo, quanto à questão ambiental. O Presidente da República tem feito um discurso ambientalista, mas o satélite acabou mostrando que há uma devastação criminoso no território brasileiro. Esse fato é inquestionável; ele é provado por imagens, fotografias. Então, o Governo está certo, a Ministra está certa, o Ibama está certo em fiscalizar, mas é preciso que o Governo defina claramente o que ele quer. É preciso fazer a reforma agrária? É claro que é preciso. É preciso fazer os assentamentos? É claro que é preciso fazê-los, mas é preciso também respeitar o meio ambiente. Existe uma legislação, e leis são feitas para serem cumpridas. A lei não está sendo cumprida, e a prova disso é que o Ibama está multando, impondo multas pesadas ao Incra. Por quê? Por desrespeito, por transgressão. E é o Incra o responsável; não se pode aqui acusar o lavrador. O lavrador está sendo incentivado pelo próprio Incra a fazer o desmatamento em áreas que seriam de reserva, que teriam de ser preservadas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Valter Pereira e já o convido para participar dessa comissão que o Senador Romeu Tuma vai presidir, comissão externa do Senado, para que possamos fiscalizar e saber o que está acontecendo com o Incra.

Vou terminar dizendo como comecei: queremos a legalidade do setor, queremos a legalização do setor.

Vamos, Senador Sibá Machado, juntar os nossos esforços, as nossas inteligências, vamos apoiar a Ministra Marina Silva, mas vamos fazer com que as leis sejam cumpridas e os projetos sejam aprovados.

Encerro, dizendo: Governadora Ana Júlia, o povo de Tailândia não é cachaceiro, o povo do Pará não é cachaceiro, o povo do Pará é um povo ordeiro e trabalhador.

Obrigado, Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador, V. Ex^a me permite interrompê-lo um segundo, não mais que isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Com toda a honra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Conheço bem a Região Amazônica, até por dever de ofício, mas não profundamente como V. Ex^a, que lá é nascido e é defensor, principalmente do Pará. E aqui temos representantes da Região Amazônica. V. Ex^a sabe que a maior via de transporte da madeira são os rios. Então, há o entroncamento de três países – Peru, Brasil e Colômbia – em que não se sabe a origem da madeira, quando ela chega à madeireira ou na serraria. Há muitos lugares que as madeireiras são chamadas de serraria; e os madeireiros têm as serrarias.

Quando houve o entrevero em Tailândia, anunciado pela televisão, eu estava na reunião da Comissão dos Direitos Humanos e levantei imediatamente a questão, porque o entrevero não era diretamente com o madeireiro e, sim, com os trabalhadores, que poderiam sofrer conseqüências graves e teriam feridos os seus direitos naquele choque, porque não havia nenhuma força que garantisse o trabalho da fiscalização.

Eu sempre digo, em qualquer situação que se tem de apurar: há que se respeitar a lei e o cidadão.

Hoje, pela manhã, houve início um simpósio, que ainda está sendo realizado, sobre o problema das drogas. Falei com o Diretor da Polícia Federal, Dr. Luiz Fernando, que disse está mandando 300 homens para a região, para uma operação permanente de vigilância e fiscalização.

Conversamos com algumas autoridades a respeito do pagamento de uma taxa como no defeso, pago aos pescadores. Mas não é o caso lá.

Assim, quando V. Ex^a fala que vão remover para leilão, eu me arrepio e me assusto, porque se é produto de crime e de ilegalidade, como se vai vender algo que é prova do crime? O que se está fazendo então? Uma taxação de um imposto para legalizar a madeira. Só que é de terceiro ou talvez do próprio madeireiro, que vai lá e compra no leilão. Temos que nos acautelar com essas coisas.

A Ministra Marina Silva é uma pessoa de bem, correta e acessível a qualquer diálogo. Propus à Comissão de Direitos Humanos que, juntamente com as Comissões de Assuntos Econômicos e de Meio Ambiente, fizesse algumas audiências públicas. E pedi ao

Senador Paulo Paim, que presidia a Comissão naquele instante, que entrasse em contato com a Governadora Ana Júlia, porque a percebi em desespero, sem saber qual caminho tomar. O Senador Paulo Paim se encarregou de tentar uma solução para tudo isso que V. Ex^a propôs aqui.

Peço desculpas por tê-lo interrompido, pois, como Presidente, não poderia fazê-lo, mas é algo que está me angustiando muito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço e lhe digo que a participação de V. Ex^a enriquece

o pronunciamento que fiz e nos leva a buscar aquilo que todos queremos, que é a solução para a causa e não o ataque tão-somente ao efeito.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

pode pagar preço sozinho

Ricardo Galhardo

A governadoradoPará, Ana Julia Carepa (PT), diz que seu Estado não pode pagar sozinho o preço do combate ao desmatamento da floresta amazônica no Pará — que chega, segundo ela, a R\$ 2 bilhões ao ano. A governadora quer criar alternativas econômicas nas cidades madeireiras e evitar que se repitam fatos como os ocorridos em Tailândia, terça-feira passada, quando mil manifestantes impediram o confisco de 13 mil metros cúbicos de madeira ilegal.

A senhora pretende pedir ajuda do governo federal no combate ao desmatamento?

Ana Júlia Carepa: Terei reunião com a ministra Marina (Silva) para apresentar o custo do combate ao desmatamento, porque a atividade madeireira ilegal representa R\$ 2 bilhões ao ano, 7% do PIB do Pará. A conta não é pequena. O Brasil precisa conhecer o tamanho desta conta. Temos que fazer valer a floresta em pé mais do que vale a floresta derrubada. Propostas como incentivos fiscais federais, o ICMS verde, precisam ser levadas a sério e com urgência. Essa conta não pode ficar só com o povo do Pará porque o benefício é para o Brasil e para o mundo. Não é justo que só nós paguemos a conta.

Quanto custa?

Só as ações de fiscalização e retirada de madeira, iguais a esta que estamos fazendo em Tailândia, são uns R\$ 50 milhões por ano. Além disso, tem o custo para a economia. Não posso perder R\$ 2 bilhões (o orçamento do Estado para 2008 é de R\$ 9 bilhões). Não queremos destruir a economia do Estado. Sou a governadora. Imagine se eu quero destruir a economia do meu Estado! Por isso, alguém tem que pagar a conta. Assim como o Brasil cobra do mundo (na questão da emissão de ga-

ses), o país tem que entender que é preciso ajudar a pagar a conta pelo combate ao desmatamento ilegal.

A senhora vai pedir ajuda da Força Nacional de Segurança?

Todo mundo sabe que o governo federal está preparando uma ação. Se necessário, vamos pedir ajuda. Há quatro meses solicitei ao ministro Tarso Genro que estudasse a possibilidade da Força Nacional ajudar a combater o desmatamento ilegal. Ele disse que iria estudar. Por enquanto, avaliamos que este reforço que virá nas operações do governo federal é suficiente.

Como atenuar o impacto

na vida da população?

Não queremos causar impacto econômico. Vamos entrar lá com ações sociais, com mecanismos como a criação de fiscais ambientais que poderão receber até R\$ 250, fazer cursos de capacitação profissional e incentivar a agricultura familiar. Não queremos custo para a população, mas sabemos que deve haver uma transição.

Como será esta transição?

A transição é para pessoas que querem vir para a legalidade. Tem uma parte que quer isso e outra que não quer. Não vão sobreviver todas. As que não querem se legalizar não vão sobreviver. Estamos dando chance para quem quer vir para a legalidade.

É suficiente para aliviar o impacto de perder R\$ 2 bilhões?

Precisamos valorizar as atividades legais, fazer com que tenham valor econômico no mundo todo. Precisa ter outra atividade econômica, senão as pessoas vão fazer o que é mais fácil. Existe o instinto de sobrevivência. A maioria das pessoas são trabalhadores que querem viver com dignidade.

Os madeireiros criticam a demora na liberação dos planos de manejo da floresta.

A partir de segunda-feira entram mais funcionários. Estamos avaliando os projetos de forma criteriosa. Mas mesmo com este mutirão não tem como (aliviar a situação em curto prazo). Esbarramos na questão fundiária, pois boa parte das terras é pública e só no final do ano poderemos fazer licitações para exploração delas.

A senhora esperava a reação da população em Tailândia?

Esta reação foi incentivada pelos madeireiros inescrupulosos. Foi distribuída cachaca em Tailândia. Foi uma tentativa de intimidar o Estado, mas não vamos nos deixar intimidar. É questão de honra. Vou tirar aquela madeira nem que demore 20, 30, 50 dias. (SÃO PAULO/AG)

“Foi uma tentativa de intimidar o Estado, mas não vamos nos deixar intimidar. É questão de honra. Vou tirar aquela madeira nem que demore 20, 30, 50 dias”.

DADOS DO SETOR MADEIREIRO NO PARÁ

- São 33 pólos madeireiros no estado
- No total, são 1.592 empresas ligadas ao setor
- Ao todo, o setor emprega, direta e indiretamente, quase 200 mil pessoas
- Por ano, estas empresas geram uma renda bruta de quase 1 bilhão e 113 milhões de dólares. É a segunda atividade que mais gera recursos para o Estado.
- Somente nos três primeiros meses de 2007, as empresas do setor movimentaram 754 milhões e 223 mil reais no Sisflora. É dinheiro que entra no Pará na forma de salários, impostos, equipamentos, serviços, energia, combustíveis, etc.
- Em 2007, as exportações dos produtos madeireiros renderam 792 milhões de dólares ao Pará. E 56% destes produtos são beneficiados

CENÁRIO DA CRISE FLORESTAL

- As liberações dos planos de manejo estão diminuindo ano a ano, travando o setor
- Em 2003, foram liberados 5,08 milhões de metros cúbicos
- Em 2004, foram liberados 5,72 milhões de metros cúbicos
- Já em 2005 esta quantidade caiu para 2,14 milhões de metros cúbicos
- Em 2006, a mesma coisa, somente 2,96 milhões de metros cúbicos
- Em 2007, pouco mais de 3 milhões de metros cúbicos
- Por causa da falta de técnicos para analisar os processos, nem para plantar e colher árvores (fazer reflorestamento) a Sema concedeu licenças
- A estrutura de funcionários da Sema precisa de reforço. O corpo técnico é insuficiente e existe poucos procuradores jurídicos para analisar os vários planos de manejo e de licenciamento!
- Acontece uma onda de demissões no Pará. Em Tailândia, por exemplo, as empresas geram 1.800 empregos. Com a crise, quase a metade delas já foi demitida!
- Empresas grandes que possuem o selo verde, fazem o reflorestamento e o manejo florestal, já tiveram que fechar as portas por conta da crise.

- **Em Altamira, existem 28 empresas madeireiras. Mais de 90% já paralisou as atividades por conta da crise. É gente perdendo o emprego.**

AS REIVINDICAÇÕES DO SETOR

- **De um plano de safra anual, como os que existem para a Agricultura, com ações emergenciais.**
- **Com urgência, de um cronograma de liberação dos planos de manejo.**
- **De uma força-tarefa para fazer o licenciamento da exploração madeireira nas áreas de assentamentos. E também uma ação emergencial para liberar os projetos de manejo de até 100 hectares fora das áreas de assentamento e unidades de conservação, com declaração específica do Incra para fins de aprovação de manejo na reserva legal da área (conforme modelo de declaração fornecida pelo Ibama).**
- **Até 2002, foram criados 1.354 assentamentos rurais no Pará, sendo que existem 800 sem licenciamentos. Regularizadas, estas áreas podem fornecer matéria-prima para a indústria e ainda gerar renda para as comunidades.**
- **Da aprovação dos PMFS nas áreas de posse, com base nos instrumentos transitórios existentes.**
- **Cronograma de implantação de 16 milhões de hectares de concessões florestais, em áreas federais e estaduais.**
- **Intervir junto ao Governo Federal para que cumpra-se o mais rápido possível a Lei de Gestão de Florestas Públicas nº 11.284.**
- **Queremos nossa natureza preservada sim, mas queremos que nosso povo possa usá-la de forma sustentável. Não queremos que nosso povo fique desempregado só admirando a beleza de nossas florestas!**
- **A titulação das áreas de 100 hectares e concessão de uso de 500 hectares em áreas de competência do INCRA ao longo da rodovia BR 163.**

O CENÁRIO DE CRISE DO SETOR FLORESTAL NO PARÁ

No Estado do Pará, a atividade florestal-madeireira, que envolve a exploração da floresta nativa, os plantios florestais e a cadeia produtiva da indústria madeireira, tornou-se, em pouco mais de três décadas, um dos principais segmentos econômicos, com forte geração de divisas e empregos na região.

O crescimento desordenado da atividade, aliada às deficiências de ordem fundiária, ambiental e institucional, tem provocado sucessivas crises no setor, colocando em risco sua própria continuidade dentro do Estado.

Recentemente, alguns projetos se propuseram a ordenar o setor florestal no Estado do Pará, dentre os quais destacamos a **Lei de Gestão de Florestas Públicas** (que cria a concessão florestal), a criação das **Florestas Estaduais de Produção** e a criação do **Ideflor - Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará**, que terá a missão de gerir a política de produção florestal do Estado.

Esses projetos podem efetivamente contribuir para o ordenamento e desenvolvimento adequado do setor florestal-madeireiro, desde que sejam priorizados pelo Governo Estadual e Federal. Todas estas políticas, contudo, são propostas estruturais que exigem período razoável para maturação.

Enquanto isso, o setor florestal madeireiro encontra-se debaixo de uma das maiores crises que já atravessou, causada principalmente pela falta de matéria-prima de origem legal, exigindo ações imediatas dos gestores públicos a fim de evitar o colapso da atividade.

É preciso empreender ações e instrumentos que permitam a transição entre atual estágio e o futuro modelo de operação do setor florestal paraense, viabilizando a manutenção dos empregos e divisas geradas pela segunda atividade econômica do Estado.

Abaixo indicamos os principais pontos da crise a que o setor está submetido:

a) Falta de Planos de Manejo - Os planos de manejo que estão em vigor são insuficientes para atender o mínimo da demanda do setor. Se a Sectam não aprovar novos planos de manejo, é certo um colapso no setor industrial e, conseqüentemente, na cadeia social e econômica de vários municípios. Preocupa o fato da secretaria dispor de apenas um procurador jurídico para analisar os PMFS. Caso a situação não seja resolvida imediatamente, os produtores não terão como trabalhar legalmente na safra deste ano.

O volume tradicionalmente autorizado pelo órgão ambiental (Ibama) em 2003 e 2004 era de, respectivamente, 5,085 e 5,720 milhões de m³. Em 2005, o volume caiu para 2,140 milhões de m³ e, em 2006, para 2,967 milhões de m³. Ou seja, existe uma diferença média anual de 2,849 milhões de m³ de matéria-prima, sem as quais não há como a indústria de base florestal continuar suas atividades sem um colapso na produção. Em 2007, foram autorizados pouco mais de 3 milhões de m³.

Atualmente, existem diversos projetos de manejo aguardando a aprovação da Sectam, mas órgão não conta com a mínima estrutura para atender a demanda do setor. Para ser exato, até novembro de 2007, 903 PMFS aguardavam parecer da Sema.

Dessa forma, é urgente que o órgão ambiental realize uma força-tarefa, em caráter emergencial, contratando técnicos para concluir todos os licenciamentos ambientais pendentes.

Além disso, é necessário que as áreas sem titulação definitiva, consideradas de domínio público, sejam autorizadas a produzir transitoriamente, até que comecem as concessões, pois em 2007 poucos planos de manejo foram aprovado pela Sectam.

b) Concessões – O setor privado acredita que somente a implantação das concessões florestais, criadas pela lei 11.284/2006, possibilitarão o desenvolvimento da economia florestal do Pará com estabilidade. Por isso, as concessões de florestas públicas precisam ser efetivadas rapidamente. **São necessários 16 milhões de hectares de florestas nos próximos quatro anos, o que representa 13% do território do Estado, para serem manejados em 30 anos.** Novamente, o grande problema está na capacidade de gestão dos órgãos públicos, pois todos padecem de falta de recursos humanos qualificados, equipamentos e infraestrutura física para fazer funcionar esta política.

c) Assentamentos – Outro problema é a questão dos assentamentos rurais, que no estado são feitos sem planejamento e sem licenciamento ambiental. Por conta disso, os colonos acabam desmatando suas áreas de forma desordenada e são obrigados a vender a madeira que retiram para seu sustento de forma clandestina em vez de se tornarem fornecedores de uma economia florestal legalizada, que inclusive poderia aumentar da renda dos assentados. Enquanto isso, as empresas estão falindo, o desemprego ronda o setor, o caos social impera nos municípios em que a madeira é pilar da economia. Todo este cenário desestimula outras empresas a investirem na indústria madeireira paraense, devido à insegurança jurídica em que se encontra o setor.

d) Desemprego – A cada dia, aumenta o número de empresas que fecham as portas e, conseqüentemente, postos de trabalhos são fechados. Apenas a **indústria madeireira** (sem contar outras atividades de base florestal - movelaria, siderurgia, reflorestamento, etc), **gera mais de 180 mil empregos diretos e indiretos, gerando uma receita de mais de 3 bilhões de reais por ano para o Estado.** Essa receita é internalizada na forma de salários, impostos, serviços, equipamentos, etc e circulam na economia paraense gerando ainda mais emprego e renda.

Encaminhamentos - Para minimizar a crise, permitindo a continuidade das atividades madeireiras no Estado e, ao mesmo, tempo criando as bases para o ordenamento definitivo do setor, visando uma produção sustentável e estável, é preciso que o governo estadual e federal ajam com eficiência e rapidez, investindo recursos humanos e financeiros na área florestal. Governar é, acima de tudo, assumir responsabilidades. Está mais que na hora de assumir o setor madeireiro como importante para a economia do estado e começar a criar soluções para a crise que o assola, pois a inércia pode resultar numa situação de descontrole social.

Conheça a história da crise na indústria madeireira
Os últimos anos foram marcados por forte instabilidade

Novembro de 1999 - o Ministério Público Federal, o Incra, e o Ibama celebram *Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)* exigindo a consulta prévia dos documentos fundiários para aprovação dos PMFS

Maio de 2000 - foi assinado o Primeiro Aditivo ao mencionado TAC que, além de incluir o ITERPA como parte integrante entre suas entidades subscritoras, firmou que tanto o INCRA quanto o ITERPA poderiam emitir declarações de que o imóvel, onde se dará o manejo, encontrava-se em processo de tramitação para regularidade perante o órgão fundiário. Este documento passou a ser reconhecido como suficiente para o prosseguimento da análise até final aprovação dos PMFS.

2001 a 2004 - várias declarações foram emitidas pelos órgãos fundiários para subsidiar a aprovação dos PMFS. Portanto, o TAC conferiu legalidade aos PMFS aprovados.

Dezembro de 2004 - editada a Portaria Incra nº. 10 sobre os procedimentos para os imóveis rurais com situação jurídica de posse por simples ocupação. Através do Memº nº. 619 a Diretoria de Florestas do Ibama determinou a suspensão de todos os PMFS aprovados com base nas declarações de posse expedidas pelos órgãos fundiários. A partir daí, desestabilizou-se a produção e teve início a crise madeireira em diversos municípios paraenses, sobretudo os situados na região oeste do Estado.

Fevereiro de 2005 - firmado um acordo entre o Ibama, MDA, MMA, Incra e Fiepa para construir, no próprio mês de fevereiro de 2005, um termo de compromisso que possibilitasse a continuidade do processo de autorização de exploração nos PMFS que haviam sido suspensos.

Março de 2005 - celebrado entre Ibama e Incra o Termo de Cooperação Técnica nº. 001/2005 visando a avaliação da situação fundiária dos PMFS considerados aptos até novembro de 2004, a fim de reativar os planos suspensos.

Setembro de 2005 – Apesar do Termo firmado entre Incra e Ibama nenhum PMFS foi reativado, pois passou-se a exigir a assinatura de um TAC com o Ministério Público Federal para viabilizar os PMFS. Depois de longos meses de negociações e praticamente uma safra perdida, um novo TAC foi assinado entre o Incra, Ibama, MMA e MPF, autorizando o funcionamento dos planos de manejo, em caráter excepcional, precário e transitório. Apesar do TAC, o Ibama reativou apenas 06 PMFS, boicotando todas as tentativas de amenizar a crise do setor.

Março de 2006 – Com a aprovação da lei, o Ibama passou a exigir a assinatura dos contratos de transição para o funcionamento dos PMFS. Até o final do ano apenas 07 contratos foram assinados, mas não funcionaram porque o Incra criou projetos de assentamento sobre as áreas de manejo, passando por cima dos contratos assinados pelo Serviço Florestal.

Agosto de 2006 – O governo estadual assume a gestão florestal e passa a ser responsável pela aprovação dos projetos de manejo. Até final do ano pouco mais

de 10 PMFS foram aprovados pelo estado, baseados nas autorizações de uso emitidas pela Sectam e Iterpa.

Setembro de 2006 – Entra em vigor o DOF, substituindo a ATPF, causando um verdadeiro caos no setor, porque implantado a toque de caixa, sem o planejamento necessário.

Dezembro de 2006 – Sai o DOF e entra o Sisflora, sistema de controle estadual, como etapa final da transição da gestão do Ibama para a Sectam. Nessa transferência, o setor florestal fica paralisado quase quinze dias.

Janeiro de 2007 – Assume o novo governo estadual, com o compromisso de fazer do Pará referência na área florestal.

Maio de 2007 – Depois de várias manifestações e da crise no setor atingir patamares insustentáveis, a Sectam anuncia a criação de uma força-tarefa para aprovação dos 300 planos de manejo encaixados no órgão, mas até meados do mês nenhum havia sido liberado. O Serviço Florestal Brasileiro entra em acordo com o Incra, que aceita rever os limites dos assentamentos, preservando as áreas dos PMFS.

O histórico acima descreve apenas uma parte da crise, pois outros problemas existiram, como as invasões florestais pelos chamados “sem-toras”, as diversas greves do Ibama, as dificuldades de ordem fundiária nas áreas privadas e a crônica falta de estrutura dos órgãos ambientais.

Esse cenário de instabilidade e adversidade tem provocado o fechamento de empresas e postos de trabalhos, inibido os investimentos tão necessários para o desenvolvimento sustentável da atividade e a agregação de valor aos produtos madeireiros e aumentado a informalidade do setor.

Nesse mesmo período, alguns projetos estruturais foram aprovados, dentre os quais destacamos a Lei de Gestão de Florestas Públicas (que cria a concessão florestal), a lançamento das Florestas Estaduais de Produção e dos Distritos Florestais Sustentáveis, a criação do Ideflor - Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará e do Serviço Florestal Brasileiro. São projetos podem efetivamente contribuir para o ordenamento e desenvolvimento do setor madeireiro, desde que sejam priorizados pelo Governo Estadual e Federal, porém são propostas que exigem período razoável para maturação.

Enquanto isso, o setor florestal madeireiro encontra-se debaixo de uma das maiores crises que já atravessou, causada principalmente pela falta de matéria-prima de origem legal, exigindo ações imediatas dos gestores públicos a fim de evitar o colapso da atividade. É preciso empreender ações e instrumentos que permitam a transição entre atual estágio e o futuro modelo de operação do setor florestal paraense, viabilizando a manutenção dos empregos e divisas geradas pela segunda atividade econômica do Estado.

Arco de fogo

A estranha entrevista da governadora Ana Julia Carepa é o retrato da ambigüidade comum no Brasil e que tem incentivado a destruição da Floresta Amazônica. A atividade madeireira legal representa R\$ 2 bilhões ao ano, 7% do PIB do Pará, disse ela para depois acrescentar: "Não posso perder R\$ 2 bilhões." É mais adiante: "Não queremos destruir a economia do Estado."

Ana Julia contabiliza como parte do PIB um crime e diz que não pode abrir mão dessa receita e desta "atividade econômica". Um estado não pode viver de uma atividade criminosa. Depois, garante que combaterá o crime e que retirará a madeira protegida pela sublevação incentivada pelas madeiras em Tailândia, nem que leve "20, 30, 50 luas", disse ela ao GLOBO.

Ou bem a governadora acha que o desmatamento é criminoso e ela, como representante maior do Estado do Pará, quer combatê-lo a qualquer preço; ou acha que é uma "atividade

econômica" que representa 7% do PIB do estado e cuja extinção provocará perdas.

Essa dubiedade com que o ato criminoso é arelado não é apenas paraense. Se a ação que começou ontem no Pará e seguirá para Mato Grosso e Rondônia for para valer, outros setores irão reclamar com os mesmos argumentos: perda de PIB, atividade econômica, emprego, arrecadação, porque legalidade e ilegalidade se misturaram. O desmatamento é apenas o crime em que isso fica mais explícito. O presidente Lula também tem sido ambíguo em suas declarações, como agora, quando praticamente absolveu o desmatamento dos assentamentos. O governador Blairo Maggi, que salta na frente dos seus colegas de ofício para absolver a todos e acusar a ministra Marina Silva e o Inpe, também tem sido ambíguo. O prefeito de Marcelândia, Adalberto Diamante, é madeireiro e é prefeito na cidade campeã da motosserra. Começou sua

"A operação Arco de Fogo pode ser o começo de uma grande notícia"

atividade política no PPS e foi para o PR, a mesma trajetória do governador Blairo Maggi.

No Rio, o carnaval é tratado como grande atividade econômica, e tem sido financiado desde sempre por um estranho consórcio que liga recursos públicos a dinheiro de atividades ilegais, como jogo do bicho e tráfico de drogas. A Mangueira, que um dia se apresentou como um oásis, hoje canta música de Tchinha e o escoteiro através de saída furtivas. O capto do Corpo de Bombeiros, pago com o seu, o meu, o nosso, carrega o campeão Aniz Abrahão David. Quando se quer mostrar que o país tem apego à moralidade, pune-se um descolado tapa-sexo.

A operação Arco de Fogo foi avisada com antecedência aos criminosos. A ampla divulga-

ção, de um mês, foi tempo suficiente para que eles tomassem a dianteira e escondessem o ilícito, mas, mesmo assim, nas vésperas da chegada das forças federais, a fiscalização do Ibama apreendeu em Sinop, como mostrou o repórter Emanoel Fóoli do GLOBO, caminhão com madeira retirada de um assentamento. A declaração do fiscal ouvido pelo repórter diz tudo: "O crime ambiental compensa." Se não compensasse a tantos, não seria uma atividade com tantos defensores dentro de todos os governos, de todos os partidos e de todas as representações empresariais. Não haveria tantas liminares na Justiça garantindo os "direitos" dos criminosos. Os jornais exibiram, nos últimos dias, a "atividade econômica" do desmatamento em pleno funcionamento, mesmo com o aviso prévio do governo, numa demonstração de que eles têm certeza da impunidade.

Por tudo o que representa, a operação Arco de Fogo é demarcatória. Se for feita a sério, se houver persistência, se

realmente quebrar os elos da cadeia que liga a atividade criminosa à atividade legalizada do Brasil, se os financiamentos forem suspensos e os assentados forem impedidos de desmatar, haverá esperança.

A governadora Ana Julia Carepa tem razão de querer que o Governo Federal participe da construção de alternativas econômicas à atividade madeireira, que invista no combate ao crime, que trabalhe em consórcio com as autoridades policiais do estado. O que ela não pode é apresentar seu pedido desta forma tão esdrúxula, lamentando o fim da "atividade econômica" que gera os tais 7% do PIB. A maneira de apresentar o problema revela a ambigüidade que o Brasil tem que combater.

A governadora já chegou a defender "garantia de matéria-prima para as siderúrgicas" do Pará, na época em que a Vale ainda ameaçava suspender o fornecimento de minério de ferro para as que tinham práticas criminosas. Depois

acertou o passo ao se juntar a quem combate a ilegalidade na área. A maior siderúrgica do polo de ferro-gusa do Pará está operando com liminar. A Cosipar está lá há 25 anos. Foi autuada inúmeras vezes por carvão ilegal e por outros crimes ambientais, como no tratamento de afluentes ou na limpeza dos turnos. E isso vem ocorrendo há vários governos. O estado decidiu embargar o trabalho da siderúrgica porque ela estava claramente usando carvão ilegal proveniente de desmatamento. Ela recorreu e conseguiu liminar.

Só que a Vale também suspendeu o fornecimento de minério. Ela está operando com estoque que tinha e comprando de pequenas mineradoras. A Cosipar produz 70% do que o Pará produz de gusa e o destina a exportação para os Estados Unidos. Dos 2 milhões de toneladas de ferro-gusa, 1,5 milhão são produzidos pela Cosipar.

A operação Arco de Fogo pode ser o começo de uma grande notícia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Pergunto ao Senador Mão Santa se pode assumir a Presidência.

Em seguida, falará o Senador Sibá Machado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Deus escreve certo por linhas tortas e colocou V. Ex^a aí.

Realmente, a agenda do Senado está aqui: Parlamentares participam, às 19h30, no Salão Negro, da missa pela passagem do sétimo dia de morte de Jonas Pinheiro. Estivemos lá no sepultamento. Vimos o povo chorar por Jonas Pinheiro. S. Ex^a enriqueceu a classe política, pondo por terra toda essa mentira de que não há credibilidade, respeito e amor aos políticos.

Creio que devemos comparecer à missa. Estou na cadeira de S. Ex^a, que tinha, em sua cadeira, uma mensagem bíblica: “Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu seu filho único, em gente, para que todos aqueles que Nele crêem não pereçam e tenham a vida eterna”. Encontrei ainda uma rosa por meio da qual algumas pessoas, no Dia do Aposentado, manifestaram a S. Ex^a todo o seu carinho. Com certeza, S. Ex^a está no céu e vai defender também os aposentados.

Faltam seis minutos para a missa ser iniciada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Pediria a V. Ex^a que deixasse a rosa aí e que os servidores da Casa não a retirassem daí até amanhã. Peço, inclusive, que, no horário da missa, ela permaneça onde está. Agradeço a todos.

Senador Sibá Machado, V. Ex^a poderia fazer o seu pronunciamento em seis minutos? Ou quer deixar para falar amanhã, como primeiro orador?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Amanhã, acho que será pouco provável por causa das atividades do Congresso e da reunião das CPIs. Retiro meu pronunciamento, então, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Agradeço muito a V. Ex^a e informo que estará inscrito como primeiro orador amanhã. Caso V. Ex^a possa comparecer à sessão, a Mesa ficará avisada de que V. Ex^a será o primeiro orador, sem ferir o direito dos demais. Acredito que isso é importante.

Obrigado, Senador Sibá Machado. Desculpe-me o pedido, mas sei que seu coração é maior do que o volume do seu corpo.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Tem a solidariedade cristã do Piauí e do Acre ao nosso passado Senador Jonas Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Transcorre hoje a segunda sessão em que as **Medidas Provisórias nºs 395 e 397, de 2007**, e o **Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008**, constam da Ordem do Dia.

Não havendo acordo para sua apreciação, fica sobrestada a apreciação dos demais itens da Ordem do Dia.

São os seguinte os itens sobrestados:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 395, DE 2007

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 395, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, duzentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, cento e dezoito reais, para os fins de específica.*

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008, que *dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro, e ao §1º do art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, que autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007).*

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 397, DE 2007

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 397, de 2007, que *revoga a Medida Provisória nº 385, de 22 de agosto de 2007, que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991.*

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO **Nº 11, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do arágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apre-

sentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior, que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007*.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2006

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto*

aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal* (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

(*Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004*)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Eptácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em

separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário

o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no art. 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao art. 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

15

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. (prescrição em cinco anos de ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005 da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943* (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável, sob nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho*.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela*.

Parecer sob nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o re-*

conhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências* (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos*.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro*.

Parecer favorável, sob nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que*

dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

32

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

33

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

34

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando, nos termos regimentais, a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população

brasileira para questões científicas, enfatizando o papel da Ciência no nosso dia-a-dia e demonstrando a sua importância para a saúde e o desenvolvimento do País.

Pareceres favoráveis sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

35

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

36

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

37

REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

38

REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo

Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado n^{os} 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara n^o 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado n^{os} 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Em votação o **Requerimento n^o 162, de 2008**, de autoria do Senador Romeu Tuma, lido anteriormente, requerendo licença para participar do simpósio sobre segurança e drogas.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e o Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Foi lido também o **Requerimento n^o 164, de 2008**, do Senador Inácio Arruda e de outros Srs. Senadores, solicitando, em aditamento aos Requerimentos n^{os} 114 e 150, de 2008, que o tempo destinado aos oradores da Período do Expediente da sessão do próximo dia 11 de março seja destinado a comemorar os 80 anos da fundação do jornal **O Povo**.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Em sessão anterior, foi lido o **Requerimento n^o 160, de 2008**, de autoria do Senador Marconi Perillo e de outros Srs. Senadores, solicitando a realização, no próximo dia 28 de fevereiro, de sessão especial destinada a homenagear o Senador Jonas Pinheiro.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Anteriormente foi lido o **Requerimento n^o 163, de 2008**, do Senador Inácio Arruda e outros Srs. Senadores, solicitando, em aditamento ao Requerimento n^o 50, de 2008, que a sessão especial para comemorar o centenário da fundação da Associação Brasileira de Imprensa, seja realizada no dia 8 de abril.

Em votação os requerimentos.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – O Senador Papaléo Paes enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e § 2^o do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma das bases do federalismo é o tratamento equânime dispensado pela União aos diversos entes que integram a Federação. E esse será apenas um dos preceitos que reclamam, compulsoriamente, observância nas múltiplas relações que se desenvolvem no campo institucional de cada Estado. Mas será talvez o fator determinante na manutenção da coesão política e do equilíbrio entre as unidades. No caso do Brasil, a realidade tem demonstrado que é a forma racional e civilizada de induzir o desenvolvimento e evitar que as ponderáveis assimetrias e dessemelhanças que caracterizam nosso País coloquem em questionamento a própria existência da Federação.

O Governo Lula, que há mais de cinco anos detém legitimamente o poder central, abençoado pelas urnas, parece que ainda não conseguiu aprender as lições elementares do constitucionalismo. Um constitucionalismo, aliás, que nos vem orientando desde os primórdios da República. E o preço, altíssimo, desse não-aprendizado, filho da indiferença ou da má deliberação, vem sendo suportado por largas porções da sociedade brasileira. Isso porque, na medida em que o protecionismo semcerimônia, o filhotismo impudico, o interesse rasteiro contemplam esta ou aquela unidade ou cidade em desfavor de outras, impõe-se danos às diversas comunidades que não têm a “sorte” de estar estacionadas nos estados-membros que merecem a especial e continuada atenção do Palácio do Planalto.

Convenhamos que mesmo para os padrões éticos e políticos do Partido dos Trabalhadores tal atitude – de privilegiar descaradamente os amigos e aliados e deixar à própria sorte os adversários – é uma inominável indignidade. Além disso, serve de toco exemplo para eventuais recidivas nos âmbitos estadual e municipal, onde não faltará a vocação imitativa de alguns políticos de ocasião para acompanhar o gesto que emana do Planalto.

Tudo isso vem abalar ainda mais a precária imagem da política e dos políticos junto à população, comprometendo o instrumento mais admirável que a humanidade concebeu para a condução dos assuntos de interesse coletivo, ou seja, exatamente a Política, mas a Política em sua melhor expressão, com “P”, maiúsculo.

Na verdade, faço tais observações com muita tristeza, porque essa realidade medíocre e discriminatória tem prevalecido, nos últimos anos, nas relações entre

o Governo central e certas unidades federadas. E ela não deve, não pode permanecer. Depois, como um dos representantes do Estado do Amapá no Senado Federal, a chamada *Casa da Federação*, não poderia silenciar diante da ignominiosa discriminação que vem sendo infligida ao meu Estado.

Cumpre-me, portanto, trazer ao conhecimento desta Casa e do Brasil que o Amapá é um dos estados que obteve pior desempenho na liberação de verbas por emendas parlamentares no ano de 2007. Conforme denúncia publicada no final de janeiro, pelo jornal **Diário do Amapá**, houve liberação de apenas 19,91 % das emendas aprovadas, em um total de R\$246 milhões.

Não bastasse o descalabro da profusão de medidas provisórias com que o Executivo entope e compromete a pauta do Congresso, subtraindo-nos de uma das mais precípuas e óbvias funções do Poder Legislativo – a atividade legiferante, verifica-se uma mitigação irresponsável e inexplicável na liberação das emendas parlamentares. Assim, um instrumento legítimo e importante na confecção e execução do orçamento nacional fica comprometido pelo contingenciamento imposto por um Governo que se nega, sistematicamente, a dar explicações ao Congresso e à sociedade.

Evidentemente, o Amapá não é um caso isolado. Outros Estados do Norte e do Nordeste, em menor medida, também vêm sendo lesados de maneira drástica. Veja-se o caso de Roraima, Sergipe e Espírito Santo, este no Sudeste, todos com menos de 24% de suas verbas liberadas. Há ainda aqueles, como aponta o **Diário do Amapá**, que ficaram em uma situação melhor – se este for o termo -, mas ainda assim não tiveram sequer 30% das emendas aprovadas liberadas. Em tal situação encontram-se Alagoas, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Paraíba e Rondônia.

Para que se tenha uma noção mais clara do quadro que nos impõe o Poder Executivo, tome-se os resultados de pesquisa, realizada no período de 2003 a 2007, divulgada pela CNM – Confederação Nacional dos Municípios. O que se observa é que a maioria dos municípios brasileiros, ou 59,35% (em números absolutos 3.301 municípios) não recebe sistematicamente recursos oriundos de emendas parlamentares. Dados da mesma pesquisa revelam que são os estados mais ricos, dotados de bancadas maiores, aqueles que conseguem carrear mais recursos. São Paulo, por exemplo, principal motor econômico do País, recebeu 56,87%, ou R\$3,769 bilhões das emendas aprovadas nos últimos cinco anos. Minas Gerais, outro portento da economia nacional, conseguiu liberar 51,13% das

emendas, enquanto o Rio de Janeiro foi beneficiário de R\$2,34 bilhões, ou 46,08%.

Proporcionalmente, o valoroso estado do Acre foi a segunda unidade da Federação a conquistar mais liberações a partir das emendas aprovadas entre 2003 e 2007. Os acreanos tiveram a “sorte” de receber 53,07% das emendas, logo abaixo de São Paulo que, como salientei, marcou 56,07%.

De acordo com avaliação do presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, citado pelo **Diário do Amapá**, os números estão a evidenciar que “o Governo dá prioridade à liberação de recursos de emendas que têm afinidade com os projetos do próprio Executivo”.

Essa postura, digo eu, é uma absurda e intolerável deturpação das prerrogativas do Governo. Além disso, evidencia, uma vez mais, o desrespeito, a indiferença e a inequívoca intenção que o Executivo tem de trabalhar pela desmoralização do Poder Legislativo nacional.

Nosso Presidente, o eminente Senador Garibaldi Alves Filho, no pronunciamento por ocasião de sua posse na chefia do Legislativo, salientou, com extrema correção, visão realista e elevado senso público, a necessidade de o Congresso Nacional reposicionar-se em sua relação com o Executivo. Sem dúvida, é preciso que retomemos a autonomia que a Constituição da República nos assegura; sem dúvida, é preciso que o Executivo respeite as deliberações adotadas no Senado e na Câmara.

Respeitar os Parlamentares na destinação de recursos orçamentários, por meio de emendas, não seria um mau começo para essa virtual nova etapa do relacionamento institucional dos Poderes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, renovando o desejo de que todos compareçam à missa em homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, que tão bem representou o Mato Grosso nesta Casa, e lembrando às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 395, DE 2007
(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 395, de 2007, que *abre crédito*

extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, duzentos e cinqüenta e seis milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, cento e dezoito reais, para os fins de específica.

Parecer sob nº 99, de 2008, do Relator revisor: Senador Tião Viana, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária, e no mérito pela aprovação.

(Sobrestando a pauta a partir de: 12.11.2007)

Prazo final (prorrogado): 8.3.2008

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008, que *dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro, e ao §1º do art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, que autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007).*

Relator revisor: Senador Francisco Dornelles

(Sobrestando a pauta a partir de: 18.11.2007)

Prazo final (prorrogado): 14.3.2008

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 397, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 397, de 2007, que *revoga a Medida Provisória nº 385, de 22 de agosto de 2007, que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 23.11.2007)

Prazo final (prorrogado): 19.3.2008

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 398, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008, que *institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 25.11.2007)

Prazo final (prorrogado): 21.3.2008

5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.*

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº
38, DE 2004**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº
50, DE 2006**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador

Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).*

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição

nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal*.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece*.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos*.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos*.

16

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família*.

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

17

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais*.

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001,

na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Se-

nador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Silhessarenko.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais)*.

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior)*.

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho*.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174,*

entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos)*.

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro.*

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

33

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

34

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

35

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

36

REQUERIMENTO Nº 1302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

37

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

38

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

39

REQUERIMENTO Nº 1242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur

Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

40

REQUERIMENTO Nº 1494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.*

41

REQUERIMENTO Nº 1495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.*

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 28 minutos.)

Agenda do Presidente do Senado 26/02/2008 terça-feira

- 10:00** - **Sessão em Homenagem ao Dia do Aposentado**
Plenário do Senado Federal
- 11:00** - **Reunião de Líderes do Senado Federal**
Gabinete do Presidente do Senado Federal
- 15:30** - **Visita do Embaixador da Áustria, Sr. Werner Brandstetter**
Gabinete do Presidente do Senado Federal
- 16:00** - **Ordem do Dia - Sessão deliberativa do Senado Federal**
Plenário do Senado Federal
- 19:30** - **Missa de sétimo dia do Senador Jonas Pinheiro**
Salão Negro do Congresso Nacional

SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia 26 do mês de fevereiro de dois mil e oito, às quinze horas, na sala número treze da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **MEDIDA PROVISÓRIA nº 418**, adotada em 14 de fevereiro de 2008 e publicada em 15 de fevereiro de 2008, que “*Altera as Leis nos 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e 8.256, de 25 de novembro de 1991, que cria áreas de livre comércio nos municípios de Pacaraima e Bonfim, no Estado de Roraima, e dá outras providências.*”, com a presença do Deputado Dr. Ubiali, **a reunião não foi realizada por falta de quorum.**

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sergio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2008.


SERGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Minoria-DEM - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Bloco-PT - Serys Shhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**
- vago*

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais* (S)
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Peres*
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Sibá Machado* (S)
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

1. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁹⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final: 12/05/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁰⁾	
Fátima Cleide (PT-RO)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Sibá Machado (PT-AC) ⁽³⁾	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Peres (AM)	

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.
8. O Senador Álvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na Sessão Deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
9. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
10. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3311-3514

Fax: 3311-1176

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) ⁽⁷⁾
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁹⁾
RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁹⁾

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final: 12/05/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁰⁾	
Fátima Cleide (PT-RO)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Sibá Machado (PT-AC) ⁽³⁾	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Peres (AM)	

PTB (6)	
João Vicente Claudino	1.
Gim Argello	2.
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Serys Silhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB (1)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Patrícia Saboya (PDT) (1)	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Shlessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO (5)
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO (4)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) (2)
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB (6)	
Gim Argello	1. VAGO
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO
Flávio Arns (PT)	2. VAGO
Majoria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Eleito em 8.8.2007.

2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) (1)
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	8. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR)	9. Sibá Machado (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	6. VAGO
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Demóstenes Torres (DEM)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. VAGO (5)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) (2)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Shhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO (4)	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. VAGO (3)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO (1)
VAGO (6)	3. VAGO (5)
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Lúcia Vânia (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
5. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
6. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
João Ribeiro (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (8)	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Shessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) (5)	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) (1,2)	
Majoria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. VAGO (9)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) (4)	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (6)	3. Jayme Campos (DEM)
VAGO (10)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) (3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB (11)	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

10. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Sibá Machado (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. VAGO
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) (1)	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. VAGO (3)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS DIREITOS DAS MULHERES

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (4)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Fátima Cleide (PT)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. VAGO (5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) (6)
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) (2)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (3)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. VAGO (1)
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB (7)	
Fernando Collor	1. VAGO
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclides Mello.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Serys Shlessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. VAGO (3)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Gilvam Borges (PMDB)
VAGO (4)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. VAGO (5)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Romeu Tuma (PTB) (1)
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB (6)	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (5)	
Fátima Cleide (PT)	1. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) (4)	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) (1,2)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) (3)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO (6)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO (7)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
PTB (8)	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. César Borges (PR)
Expedito Júnior (PR)	4. Augusto Botelho (PT)
João Pedro (PT)	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
VAGO ⁽²⁾	2. Eliseu Resende (DEM)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Raimundo Colombo (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
6. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. João Ribeiro (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Raimundo Colombo (DEM)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	3. Mão Santa (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (1)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB (3)	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

PROCURADORIA PARLAMENTAR (Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	

Atualização: 23/11/2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3311-5255 Fax: 3311-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4. VAGO
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5. VAGO
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA)
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Marisa Serrano (PSDB-MS)	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
Jefferson Peres (AM)	1. VAGO
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Shessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).
2. Eleitos na Sessão de 29.5.2007
3. Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.6.2007
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

MEMBROS

PMDB

Roseana Sarney (MA)

DEM

Maria do Carmo Alves (SE)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

Serys Slhessarenko (MT)

PTB

Sérgio Zambiasi (RS)

PR

VAGO

PDT

Cristovam Buarque (DF)

PSB

Patrícia Saboya (PDT-CE)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PP

VAGO

PSOL

VAGO

Atualização: 02/10/2007

Notas:

1. Eleitos em 21.06.2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 Fax: 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u>
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (DEM-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 12.12.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHÉLIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)²

Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)²

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB-RS)²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR ³ (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. MATTEO CHIARELLI ⁴ (DEM/RS)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (vago) ¹
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 2.10.2007)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias conforme Requerimento nº 968, de 2007, publicado no DSF de 29.8.2007.

⁴ Em substituição ao Deputado Gervásio Silva, conforme Ofício nº 331-L-DEM/07, de 2.10.2007, do Líder do Democratas, Deputado Onyx Lorenzoni. À publicação em 2.10.2007.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMOSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 1º.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Coleção Ambiental

Coletânea de publicações, com atualização periódica, sobre a legislação que aborda a questão ambiental.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 184 PÁGINAS